

DULCELI DE LOURDES TONET ESTACHESKI

**MORRER PARA NÃO SOFRER: QUESTÕES DE GÊNERO E
SUCÍDIOS EM CASTRO/PR (1890-1940)**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para o curso de doutorado em História, dentro da Linha de pesquisa 'Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder'.

Orientadora: Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff

**FLORIANÓPOLIS
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Estacheski, Dulceli de Lourdes Tonet
Morrer para não sofrer : Questões de gênero e
suicídios em Castro/PR (1890-1940) / Dulceli de
Lourdes Tonet Estacheski ; orientadora, Cristina
Scheibe Wolff, 2019.
224 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Suicídio. 3. Relações de Gênero. 4.
Violência de Gênero. 5. Inquéritos policiais. I.
Wolff, Cristina Scheibe. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski

**Morrer para não sofrer: questões de gênero e suicídios em
Castro/PR (1890-1940)**

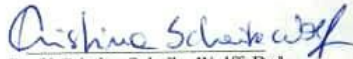
Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de "Doutora em
História" e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-Graduação
em História.

Florianópolis, 15 de abril de 2019.



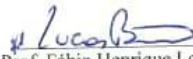
Prof. Dr. Lucas De Melo Reis Bueno
Coordenador do PPGH/UFSC

Banca Examinadora:



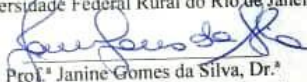
Prof.ª Cristina Scheibe Wolff, Dr.ª
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Fábio Henrique Lopes, Dr.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Prof.ª Janiné Gomes da Silva, Dr.ª

Universidade Federal de Santa Catarina



Jair Zandoná, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Lucas De Melo Reis Bueno
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
PPGH/CFH/UFSC
Portaria 348/2019/GR

Ao meu irmão Carlos. Perdi você enquanto escrevia essa tese e isso é extremamente doloroso. Sinto saudades. Quero acreditar que após a morte exista uma paz que recompense os sofrimentos dessa vida e que você esteja bem.

AGRADECIMENTOS

Gosto dessa parte. Escrever os agradecimentos significa sentar e pensar em toda a trajetória, lembrar os momentos e reconhecer a presença de pessoas que por razões diversas colaboraram para que tudo acontecesse. Para mim não é uma mera formalidade, mas um momento privilegiado de recordação de uma fase importante da vida e das pessoas que dela participaram. Os agradecimentos não seguem por ordem de importância, todos são igualmente relevantes, seguem a trajetória de minhas memórias.

Sou grata ao Márcio que acompanhou tudo, o desejo de ingressar no doutorado, as viagens em busca de fontes de pesquisa em Castro/PR, os momentos de estudo, de escrita, as viagens para a seleção, os lamentos, o cansaço, a espera e a alegria de ver que era possível e ia acontecer. Obrigada por acordar de madrugada para me buscar toda semana na rodoviária quando eu estava cursando as disciplinas e por entender que nos dias de muito cansaço, pelas 18 horas semanais dentro de um ônibus ruim, precisando ainda cumprir 40 horas de trabalho, além das obrigações com o doutorado, as lágrimas só seriam acalmadas com uma recepção sua na rodoviária com os cães, os chocolates e o vinho. Eu te amo.

Everton, meu amigo, como agradecer por tudo? Você bem sabe que fase da vida foi essa e você esteve todo o tempo apoiando. Você fez muito e sou grata. Registro aqui um dia, apenas como representação de tudo, aproveitando para agradecer também à Aninha e à Vanessa. Vocês acordaram de madrugada e foram comigo para Castro/PR, passaram o dia todo em pé no arquivo público, fotografando os sessenta e três inquéritos policiais que utilizei como fontes desta pesquisa. Foram 1696 páginas fotografadas naquele dia, não seria possível sem vocês, eu teria que voltar várias vezes para conseguir sozinha. Voltamos tarde da noite para nossas casas, com o corpo cansado, mas rindo, porque vocês são assim... Amigo e amigas.

Professora Cristina, quando eu soube que passei na seleção fiquei tão feliz e liguei para a secretaria da pós-graduação, pois na matrícula eu precisava colocar quem seria minha orientadora e eu ainda não sabia. Você atendeu ao telefone, foi extremamente gentil e solícita e comunicou que me orientaria. Fiquei pasma! Era a coordenadora da pós-graduação atendendo ao telefone (conheci muita gente nas universidades cujo ego não permite ações assim) e era uma das minhas referências bibliográficas que iria me orientar. Conhecê-la foi uma experiência

muito gratificante, aprendi tanto sobre as teorias feministas e estudos de gênero quanto sobre humanidade e luta social. A academia tem sido fria, burocrática e produtivista e isso sempre me incomodou. Conheci com a professora outra realidade, aquela que faz querer produzir por entender que tal produção tem um objetivo maior que um lugar numa prateleira empoeirada ou a pontuação pela pontuação no Currículo Lattes. Vi a professora na rua, caminhando conosco em diferentes momentos, pedindo justiça social e o fim da violência, não fez discurso para que as pessoas fossem, foi à frente! Que orgulho disso! Obrigada pelas orientações, por seus ensinamentos, pela compreensão e paciência com minhas lágrimas em dias difíceis, por me atender nas férias, por me receber em sua casa.

O terceiro semestre, quando ainda tinha uma disciplina a cumprir, foi difícil, pois já estava cansada das viagens semanais. Eu saía da minha cidade para cursar uma disciplina na terça-feira de manhã. O ônibus saía às 21:30h de segunda para chegar em Florianópolis às 6h de terça. A aula era das 8h às 12h com as professoras Soraia Carolina de Mello, Cláudia Regina Nichnig e Ana Maria Veiga. Fiquei na Serra Dona Francisca com o ônibus parado, quebrado, algumas vezes. Chegava às 10h para a aula e isso me fazia sofrer, nunca gostei de chegar atrasada em lugar algum. Vinte e poucas horas no ônibus nesses dias de imprevistos na estrada, para conseguir acompanhar apenas duas horas de aula, às vezes menos. Chorei no ônibus, chorei na rodoviária, chorei na casa da professora Cristina a quem, mais uma vez, agradeço e às professoras Cláudia, Soraia e Ana Maria pela compreensão que tiveram com tudo isso viabilizando o cumprimento da disciplina diante desse caos.

Em uma noite a experiência da viagem de ônibus foi mais difícil. Meu ônibus estava a caminho, era madrugada e eu não conseguia dormir, estava pensando na tese. De repente, uma batida. Eu estava com o cinto de segurança, então só senti o corpo ser projetado e segurado ao mesmo tempo, e então ouvi os galhos de árvores batendo na janela do ônibus. Que susto! Ficamos presos dentro do ônibus até os bombeiros chegarem para nos retirar pela janela. Estava escuro, um caminhão estava parado em “L” fechando a pista. O motorista do ônibus foi muito bom, conseguiu conduzir o ônibus de forma que a batida fosse a mais leve possível e ninguém se machucou gravemente, a ele eu agradeço. Esta história é importante para mim porque o causador da batida foi um jovem suicida. Ele pegou seu carro e saiu na estrada à noite para se matar. Jogou o carro contra o caminhão que estava à nossa frente. O caminhão fez tudo para desviar, mas não conseguiu, bateu de lado no

carro que capotou. O caminhão ficou atravessado na pista e nosso ônibus bateu atrás. O rapaz não morreu, mas foi encaminhado com ferimentos muito graves para o hospital. Chorei, foi uma experiência difícil, afinal estudando o suicídio presenciei uma tentativa. Fiquei lembrando as palavras da professora Cristina quando, em uma reunião com os/as orientandos/as, quando falávamos de nossos temas e alguém disse a mim: “Que tema triste!” e ela ressaltou: “Mas a Dulce é uma pessoa colorida, pode escrever sobre isso.” Obrigada Cristina por essas palavras que não serão esquecidas me fazendo seguir amando todas as cores da vida, mesmo em dias bem cinzas.

Professora Janine Gomes da Silva e professor Fábio Henrique Lopes, eu agradeço pelas importantes contribuições na banca de qualificação. Professor Fábio, seus escritos foram fundamentais para minha pesquisa. Professora Janine, obrigada pelos ensinamentos, sua disciplina ‘Gênero e Memória’ foi essencial para o primeiro capítulo da tese. Analisar os inquéritos policiais que apresentavam poucos elementos narrativos seria extremamente difícil sem a discussão sobre morte, memória e os tabus em relação à morte voluntária, o que consegui fazer a partir de suas indicações de leitura.

Nashla, Renata, Adriana, Talita, Elaine e José... Amizades feitas ou consolidadas por conta do doutorado, gratidão por tudo! Ao Laboratório de Estudos de Gênero e História e todas as pessoas que ali encontrei, obrigada! Aprendi com vocês, cresci com vocês!

Booth, Bones e Prata... Meus cãezinhos amados, vocês ficaram em volta de mim em todos os dias de escrita e pareciam perceber quando eu precisava de um carinho ou de um descanso. Sou grata pela existência de vocês alegrando minha vida.

Nossa Senhora da Conceição, que recebeu tantas vezes minhas velas e minhas preces na gruta da Lagoa... Gratidão!

Estátuas e cofres e paredes pintadas
Ninguém sabe o que aconteceu
Ela se jogou da janela do quinto andar
Nada é fácil de entender
Dorme agora
É só o vento lá fora
Quero colo! Vou fugir de casa
Posso dormir aqui com vocês?
Estou com medo, tive um pesadelo
Só vou voltar depois das três
Meu filho vai ter nome de santo
Quero o nome mais bonito
É preciso amar as pessoas
Como se não houvesse amanhã
Porque se você parar pra pensar
Na verdade não há
Me diz, por que que o céu é azul?
Explica a grande fúria do mundo
São meus filhos
Que tomam conta de mim
Eu moro com a minha mãe
Mas meu pai vem me visitar
Eu moro na rua, não tenho ninguém
Eu moro em qualquer lugar
Já morei em tanta casa
Que nem me lembro mais
Eu moro com os meus pais
É preciso amar as pessoas
Como se não houvesse amanhã
Porque se você parar pra pensar
Na verdade não há
Sou uma gota d'água
Sou um grão de areia
Você me diz que seus pais não te entendem
Mas você não entende seus pais
Você culpa seus pais por tudo, isso é absurdo
São crianças como você
O que você vai ser
Quando você crescer
(Pais e Filhos – Legião Urbana)

RESUMO

Esse estudo analisa o suicídio por uma perspectiva de gênero no contexto do município de Castro, Paraná, Brasil, entre 1890 e 1940, a partir da documentação policial disponível no arquivo público Casa de Cultura Emília Erichsen. Em vários dos inquéritos analisados, percebe-se que determinações sociais de gênero geraram violência e trouxeram sofrimento para muitas pessoas e isso fez com que algumas preferissem a morte em lugar de uma vida oprimida. Diferentes áreas do conhecimento têm produzido reflexões sobre o suicídio, geralmente levando em conta as percepções culturais expressas nos discursos sobre ele. Nessa tese, reflito sobre como o ato de por fim à vida tem sido pensado para em seguida buscar compreender se um tema tão difícil para a sociedade pode ser pensado pela história de uma forma em que a pessoa, sua dor e seu ato sejam o foco e não apenas o que se disse sobre o suicídio nos discursos institucionais. Os arquivos policiais permitem uma abordagem sobre o suicídio que se pauta nas experiências ali presentes, nas emoções reveladas nas narrativas das testemunhas, que eram pessoas próximas àquelas que se suicidaram ou nas palavras escritas por essas próprias pessoas ao se despedirem da vida.

Palavras-chave: Suicídio; Inquéritos policiais; Relações de gênero; Violência de Gênero.

ABSTRACT

This study analyzes suicide from a gender perspective in the context of the municipality of Castro, Paraná, Brazil, between 1890 and 1940, based on police documentation. In several of the surveys analyzed, gender social determinations have generated violence and brought suffering to many people and this has led some to prefer death rather than an oppressed life. Different areas of knowledge have produced reflections on suicide, generally taking into account the cultural perceptions expressed in the discourses about it. In this thesis, I reflect on how the act of ending life has been thought to then seek to understand if such a difficult subject for society can be thought of by history in a way that the person, his pain and his act are the focus and not just what was said about suicide in institutional discourse. Police archives allow an approach to suicide based on the experiences there, the emotions revealed in the narratives of the witnesses, who were people close to those who committed suicide, or the words written by those same people as they said goodbye to life.

Keywords: Suicide; Police inquiries; Gender relations; Gender violence.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	INQUÉRITOS POLICIAIS COMO FONTE PARA PESQUISA HISTÓRICA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO PROBLEMÁTICA.....	15
1.2	OS ESTUDOS SOBRE O SUICÍDIO E A PROPOSTA DE ANÁLISE.....	23
2	O TABU DO SUICÍDIO.....	39
2.1	NÃO HAVIA MOTIVO.....	40
2.2	UM ATO DE LOUCURA.....	57
3	MULHERES, VIOLÊNCIA E SUICÍDIO.....	74
3.1	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O SUICÍDIO DE MULHERES.....	82
3.2	A MERETRIZ, A DECAÍDA, A PUTA: SOBRE AS MULHERES CUJAS VIDAS E MORTES NÃO IMPORTAVAM.....	100
4	MASCULINIDADES E SUICÍDIO.....	119
4.1	INCAPACIDADE DE PROVER A FAMÍLIA: A ANGÚSTIA DAS DÍVIDAS E DA SUBORDINAÇÃO.....	125
4.2	“SENDO UM HOMEM SEM SERVENTIA”: A DOENÇA, A VELHICE E O SUICÍDIO.....	139
5	ROMANCES E SUICÍDIO.....	157
5.1	“A MORTE CRUEL, NO AFAN DE SEPARA-LAS, UNIU-AS PARA SEMPRE”: A IDEALIZAÇÃO DO AMOR ROMÂNTICO.....	165
5.2	“O MALOGRO DE UM CASAMENTO”: A BUSCA POR ADEQUAÇÃO SOCIAL E RESPEITABILIDADE PELO CASAMENTO.....	180
6	CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS.....	198
	FONTES.....	206
	REFERÊNCIAS.....	210

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2016, uma jovem holandesa conseguiu na justiça o direito de morrer por uma injeção letal. Ela foi vítima de abuso sexual por vários anos e desenvolveu vários tipos de transtornos, de estresse pós-traumático à depressão, anorexia e alucinações.¹ Seus médicos concordaram com seu desejo de morrer, pois acreditavam que sua condição era incurável. Pensar nisso não é simples. Essa história comove quem tem a mínima capacidade de se colocar no lugar de outra pessoa. A jovem passou anos sofrendo violência sexual e quando conseguiu se libertar fisicamente já era tarde para se reconstruir emocionalmente. A solução encontrada foi morrer para não mais sofrer. A morte voluntária é, por vezes, entendida como um descanso depois de muito sofrimento.

Esse caso recente se articula com esse estudo que analisa o suicídio por uma perspectiva de gênero. As fontes dessa pesquisa são inquéritos policiais que se referem às mortes ou tentativas de suicídio ocorridas no período de 1890 a 1940, encontrados no Arquivo Público da cidade de Castro/PR, Casa da Cultura Emília Erichsen. São 22 inquéritos por suicídio ou tentativa de suicídio de mulheres e 41 inquéritos por suicídio ou tentativa de suicídio de homens. Em meio a esses inquéritos, há um processo crime em que uma mulher foi ré por indução de um homem ao suicídio. No passado e no presente, pessoas sofrem com as determinações sociais de gênero e com a violência decorrente. Violência psicológica, verbal ou física contra aquelas e aqueles que não seguem o padrão idealizado. Violência que produz sofrimento e que faz com que algumas pessoas vejam a morte como alternativa em lugar de uma vida oprimida. Trata-se aqui de enfocar o fenômeno do suicídio, compreendendo o gênero como um dos elementos sociais que, articulados com outros, permite a interpretação histórica dessa prática cercada de tantas interdições e tanto silêncio.

A cidade de Castro/PR se constituiu a partir do tropeirismo que deu origem a ela e a outras cidades no sul do Brasil². A região já foi

¹ PAYTON, Matt. *Sex abuse victim in her allowed by doctors to choose euthanasia due to 'incurable' PTSD*. *The Independent*. Notícia traduzida para o português disponível em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/europa/holanda-autoriza-eutanasia-para-jovem-vitima-de-abuso-sexual,81d85a796766cd10148a4806508f8398ii56t7gz.html>. Acessado em 24 de julho de 2018.

² Sobre a história da cidade de Castro/PR algumas publicações são relevantes: *Castro Antiga*, organizada por João Maria Ferraz Diniz, Léa Maria Cardoso Villela, Judith Carneiro de Mello

objeto de uma pesquisa anterior quando analisei processos por crimes sexuais dessa cidade ocorridos entre 1890 a 1920 (ESTACHESKI, 2017). A responsabilização das vítimas de tais crimes era a questão central da pesquisa que problematizou o conceito de honra, entendido de forma diferente para homens e mulheres³. Constatei com tal pesquisa a existência de uma discriminação de gênero significativa e percebi que, para além dos processos por crimes sexuais, existem no Arquivo Público da cidade de Castro, Casa da Cultura Emília Erichsen, outros processos por diferentes crimes em que as vítimas são mulheres e alguns poucos processos em que elas aparecem como réis.

A ideia inicial para a tese foi a de investigar a violência contra as mulheres nessa região interiorana do Paraná pela análise dos casos de homicídio⁴ e lesões corporais. Durante o levantamento de fontes no arquivo, outros crimes, como infanticídio e crimes de ordem sexual, bem como inquéritos policiais que investigaram suicídios foram elencados no projeto. Os casos de suicídio já haviam chamado minha atenção anteriormente, quando iniciei a pesquisa nesse mesmo arquivo durante o mestrado em 2011, fiquei perplexa com tantos casos encontrados⁵. Na época, pensei na relevância de uma pesquisa sobre o

e Emercinda Ehalt em 2003; *Fazendas e sítios de Castro e Carambeí*, escrita por José Carlos Veiga Lopes (2004) e *Os itapoenses* de Oney B. Borba de 1986. A tese de Ilton Cesar Martins, *E eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério* (2011) é fundamental para pensar a cidade de Castro/PR e sua organização social. Sobre o tropeirismo ver: LAZIER, Hermógenes. **Paraná**: terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003; WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora dos Professores, 1968 e MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Constestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

³ A honra masculina era pautada na coragem e na capacidade de prover a família pela qual os homens eram responsáveis e sobre a qual exerciam sua autoridade. Já a honra feminina era medida por sua submissão aos padrões de conduta delimitados e por sua conduta sexual regrada. Tais questões podem ser refletidas também a partir das seguintes obras: CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000; ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**: Mulheres da Colônia: Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993 e MACHADO, Vanderlei. **Honra e Conduta**: Em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero(Orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

⁴ Homicídio é o termo encontrado nos processos do período para o assassinato de mulheres, pois o termo feminicídio é recente. A lei 13.104 que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio é de 2015. Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em 20 de abril de 2017.

⁵ O número de suicídios em Castro/PR ainda é elevado. Em 2013, o site <http://www.deepask.com.br> publicou o último ranking de municípios no Brasil pelo número de

assunto, mas não tinha ideia de como fazê-la e nem mesmo pensava nesses casos a partir das relações de gênero. Quando organizei o projeto de tese em 2015, li alguns dos inquéritos por suicídio e em um deles encontrei relatos de testemunhas afirmando que a mulher suicida sofria violência por parte do esposo há muito tempo. Em outro inquérito policial, outra mulher teria tirado a própria vida após uma briga com o esposo que saía à noite e a deixava em casa sozinha. Entendi que esses casos poderiam ser analisados também a partir da questão da violência contra as mulheres e das relações de gênero.

Na primeira reunião de orientação do doutorado a conversa com a professora Cristina Scheibe Wolff fez com que estes inquéritos policiais sobre suicídio ganhassem destaque com relação aos demais casos. Então, ao invés de compor um capítulo da tese, suicídio e gênero se tornaram o centro da pesquisa e não apenas o suicídio de mulheres, mas de homens também. A proposta é refletir sobre como a pressão social para a vivência dos padrões de feminilidades e de masculinidades gerava e ainda gera violência, que pode ser tão avassaladora a ponto de fazer com que pessoas escolham a morte para acabar com o sofrimento que isso lhes causa, como nos casos dos suicídios encontrados no arquivo e em casos mais recentes, como o relatado no início deste texto.

Embora o uso da palavra ‘escolha’ possa causar controvérsias nesse debate para quem defende que o ato suicida é um ato de desespero e tal emoção implica a impossibilidade de escolha, sugiro que é necessário refletir sobre isso. Ao entender que pessoas podem escolher a morte não ignoro os casos de doenças mentais que debilitam a pessoa ao ponto de conduzi-las à ação que gera morte sem que isso tenha sido premeditado por elas. Casos de morte por ingestão excessiva de medicamentos podem se encaixar nessa questão. A intenção de algumas pessoas ao ingerir a medicação pode ter sido a de aliviar a dor, descansar da dor e não necessariamente de morrer. Outras pessoas podem agir impulsivamente movidas pela raiva, desesperança ou outra emoção, sem refletir sobre a ação ou os resultados dela. Há, no entanto, as pessoas que decidem morrer, escolhem morrer por não suportarem mais as condições de vida a que estão expostas. Paula Fontenelle em seu livro *Suicídio: o futuro interrompido* (2008, p. 36) cita o médico estadunidense Edwin Schneidman para quem uma morte só pode ser entendida como suicida quando passa por determinadas dimensões: “a) A iniciação do ato que deflagrou a morte; b) O ato em si que levou a

morte; c) O desejo ou a intenção de autodestruição; d) a perda da vontade de viver; e) A motivação para estar morto; e f) O conhecimento do potencial do ato de levar à morte.” Essa definição sugere que algumas mortes que aconteceram devido a determinadas doenças mentais nem poderiam ser denominadas de suicidas, por não indicarem a intencionalidade para tal.

Antes de embrenhar-me na narrativa, algumas considerações são necessárias sobre a utilização de processos judiciais e inquéritos policiais como fonte para pesquisa histórica, bem como sobre a perspectiva de gênero e violência de gênero que permeia essa tese. É relevante também apresentar um panorama dos estudos sobre o suicídio a partir de diferentes áreas do conhecimento, como a Filosofia, Psicologia, Antropologia e História. Não tenho, evidentemente, a pretensão de dar conta do grande número de obras, mas considero relevante pensar no caminho traçado até aqui por outros autores e autoras, para então apresentar a forma como organizei minha análise sobre gênero e suicídio a partir dos inquéritos policiais de Castro/PR no período de 1890 a 1940.

1.1 INQUÉRITOS POLICIAIS COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO PROBLEMÁTICA

Para muitas pessoas o arquivo é um lugar frio, que cheira poeira e o trabalho nele é cansativo, pois requer digitalizar fontes, catalogar, produzir instrumentos de pesquisa, decifrar os códigos escritos, que por vezes têm uma grafia difícil, dependendo da época em que foi produzido. Os inquéritos policiais e processos crime têm o agravante de serem produzidos por uma multiplicidade de pessoas, quando me adaptava à grafia de um escrivão, o próximo inquérito era produzido por outra pessoa, com grafia diferente. Para mim, no entanto, o arquivo é um lugar de descobertas, de experiências vividas esperando para serem narradas e (re)significadas. Arlette Farge (2009), em seu livro *O sabor do arquivo*, consegue descrever isso muito bem em uma linguagem quase poética sobre o contato com os documentos de arquivo. A autora aborda justamente os processos judiciais, as folhas com escritas rápidas, queixas, processos, interrogatórios e sentenças que revelam desde pequenos delitos a grandes crimes.

O arquivo

Abre-se brutalmente para um mundo desconhecido em que os rejeitados, os miseráveis e os bandidos fazem a sua parte em uma sociedade vigorosa e instável. Sua leitura provoca de imediato um efeito real que nenhum impresso por mais original que seja, pode suscitar. (FARGE, 2009, p. 13)

O impresso, um texto acadêmico, jornalístico ou literário, é escrito para ser compreendido, para sugerir uma ideia, já o arquivo judiciário é o vestígio de experiências vividas por pessoas que sofreram ou fizeram sofrer. Os inquéritos policiais e os processos crime tinham um determinado fim ao serem produzidos: resolver uma questão, coagir uma ação que feria as regras sociais, buscar justiça. As histórias encontradas neles, nem sempre terminaram com a justiça feita, com o problema resolvido e as ações que tentaram reprimir, voltam a se repetir em outros contextos. Porém, quando vão para o arquivo, esses documentos passam a servir a outro propósito. Para Reinhart Koselleck (2006, p. 306) “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”. Os processos judiciais e inquéritos policiais ajudam a (re)constituir essas histórias, a narrar essas experiências e a pensar a sociedade a partir delas, mesmo que neles constem versões conflitantes, como nos alerta Sidney Chalhoub:

O fundamental em cada história abordada não é descobrir o que realmente se passou – apesar de isto ser possível em alguma medida -, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas. (CHALHOUB, 2001, p. 40)

Relações sociais e momentos do cotidiano estão nos arquivos judiciais. Acontecimentos corriqueiros são narrados pelos sujeitos, pelos réus, pelas vítimas, pelas testemunhas, para elucidar os eventos

que são investigados, sendo assim uma oportunidade de captar um pouco do real. E isso precisa ser feito com cuidado, pois diferente de narrativas biográficas que foram feitas para serem lidas por qualquer pessoa, os processos crime e inquéritos policiais são invasivos e apresentam as pessoas em situações vexatórias, degradantes, sofridas.

Nos inquéritos por suicídio há, recorrentemente, palavras que expressam sofrimento. Em outra obra sua, denominada *Lugares para a história*, Arlette Farge (2015, p. 15) argumenta que: “Há sistemas relacionais e culturais que fazem das palavras de sofrimento um mundo a compreender, e não um dado inevitável”. A história tem lidado sempre com temas difíceis que causam dor, como as guerras, as epidemias, as revoluções, porém, ao analisar esses eventos, a historiografia não faz da dor, do trauma, que eles causam o seu objeto de análise. Os eventos são tratados como algo que ultrapassa os sujeitos em seus sentimentos, raivas, medos e a autora sugere que o sofrimento assim como a violência e a guerra devem ser tratados como ‘lugares para a história’.⁶

Se por um lado os inquéritos e processos permitem uma compreensão das regras instituídas em cada sociedade e uma visão do discurso jurídico que se constrói acerca das transgressões, por outro, eles constituem sujeitos e situações sociais que não estão em outras fontes, ao menos não de forma tão exposta. Pessoas que se queixaram porque foram roubadas, violentadas, injustiçadas e buscaram convencer que seu lado da história, que a sua narrativa merecia ser ouvida, que seus apelos precisavam ser atendidos. Assim como pessoas que transgrediram, que romperam com convenções sociais, que feriram outras, seja física ou moralmente, e que também buscaram se explicar, quiseram ou precisaram se fazer ouvir.

Sobre a noção de sujeito, Maria Luisa Femenías produz uma interessante reflexão sobre o conceito de sujeito em seu texto *¿Qué décimos cuando decimos ‘sujeto’?* (2017). A autora evidencia que ‘sujeito’ foi um conceito fundamental para as lutas por direitos, mas mesmo que pareça um termo familiar é conveniente refletir com maior profundidade sobre ele. Analisa a contribuição de Simone de Beauvoir e

⁶ Em seu texto *Dores, sofrimentos e misérias do corpo*, Alain Corbin (2012, p. 328) afirma que “Tentar escrever uma história da dor, ou do prazer, equivale a fazer a história do corpo, propriamente dito”. O autor estabelece uma diferenciação entre dor e sofrimento ressaltando que a primeira é corporal, física, enquanto o segundo tem maior relação com os afetos, os sentimentos. O suicídio acaba por englobar sofrimento e dor, já que inicia pelos sentimentos, pelas angústias e afeta o corpo com a morte voluntária. A história do suicídio é também uma história de sofrimento e dor, mesmo que o ato em si possa significar para algumas pessoas libertação ou descanso.

sua reivindicação pela condição de sujeito autônomo na obra *O segundo sexo*, a retomada da discussão sobre o sujeito-sujeitado produzida por Michel Foucault e as recentes análises de Judith Butler. Para Maria Luisa Femenías, a crítica à categoria de ‘sujeito’ proposta por Judith Butler é o exemplo de que o desgaste ou o fracasso de uma interpretação torna-se o êxito de um novo ponto de partida. Ao criticar a concepção de Simone de Beauvoir para quem ‘sujeito’ e ‘homem’ se superpõem, Judith Butler retoma o ‘sujeito/abjeto’ de Julia Kristeva. O inabitável e invisível seria o lugar de quem não desfruta o *status* de sujeito e ao mesmo tempo, definem seu domínio. O que digo quando digo ‘sujeito’? Refiro-me a pessoas que agem em seus espaços, sejam quais espaços forem, visíveis ou invisíveis, habitáveis ou inabitáveis. As pessoas que se suicidaram foram sujeitos de uma ação que não pode ser sempre definida como desespero ou revolta, ou sempre definida como covardia ou coragem. O ato é escolha e, por vezes, percepção de uma falta de possibilidade de escolha. Tão complexo quanto a própria subjetividade humana. Para pensar a subjetividade, por sua vez, é interessante a narrativa de Suely Rolnik em *Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura* (1997). A autora apresenta uma analogia do interior e do exterior com a pele como fronteira. Seu texto é denso e conduz a uma reflexão sobre a cartografia cultural que guia os modos de subjetivação em experiências não estáveis. Para ela a fluência da vida “depende antes de mais nada da relação que estabelece com o trágico, como se reage ao mal-estar a cada momento de nossa existência” (ROLNIK, 1997, p. 29). A ação suicida é, nesse sentido, uma reação extremamente subjetiva.

É muito significativa para essa pesquisa a forma como Eva Lúcia Gavron (2008, p. 17) em *Dramas e Danos* apresenta os resultados de um estudo sobre crimes sexuais na região de Florianópolis/SC ocorridos entre 1964 a 1985 e ressalta que “a construção do sujeito jurídico definido como vítima, no período de estudo, foi engendrada por papéis estereotipados, marcados por uma noção de vítima ideal”. As pessoas envolvidas em inquéritos e em processos cumprem neles papéis sociais constituídos, em casos de crimes sexuais, as vítimas precisam comprovar uma postura considerada adequada e não provocativa do crime. Assim como o sistema jurídico constitui o/a sujeito vítima, constitui também os/as outros/as sujeitos, a testemunha, a promotora, os/as advogados/as, os/as juízes/as, os/as policiais e a percepção disso é fundamental na análise da documentação jurídica em uma perspectiva histórica.

Nos arquivos judiciais se apresentam as relações de poder, desde as que definem quem pode falar, quando se pode falar e como se deve falar, até aquelas que fazem distinções sociais, entre ricos e pobres, entre homens e mulheres. E pensar em relações de poder é voltar-se para a questão de gênero, pois como bem definiu Joan Scott (1995, p. 14), gênero pode ser entendido como um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Significar as relações de poder pelas diferenças marcadas, constituídas, entre homens e mulheres, não é algo recente. Simone de Beauvoir já o fez em 1949 ao escrever seu clássico *O segundo sexo* e afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Muito antes dela, na Inglaterra do século XVIII, Mary Wollstonecraft (2016) escreveu *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, obra em que a autora, reconhecida como uma das precursoras do feminismo, denuncia as condições desiguais entre homens e mulheres. Ela salienta que as mulheres precisavam de uma educação emancipadora, que deviam ocupar espaços na política e, acima de tudo, conquistar sua autonomia, libertando-se de qualquer tipo de dependência dos homens. Para ela: “O ser que pode governar a si próprio não tem nada a temer na vida” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 132). Essas autoras perceberam, há tempos, que as hierarquias sociais se constituem historicamente e não naturalmente, e escreveram almejando que suas palavras fizessem sentido para outras pessoas e provocassem transformações sociais. Gênero é, portanto, uma categoria importante para pensar a sociedade, não é a única, mas é fundamental, no sentido de que as hierarquias de gênero fundamentam todas as hierarquias em nossa cultura.

Partindo dessa reflexão sobre as construções sociais e históricas de gênero, Isabel Martinez Benlloch (2005) salienta que os estereótipos de homens e mulheres são construídos a partir de mitos de masculinidade e de feminilidade. Tais mitos que são construídos e disseminados nos diferentes discursos, do religioso ao jurídico, enfatizam um modelo de esposa e mãe para as mulheres, estimulando a necessidade do amor romântico, os quais sustentam e produzem formas de dependência em relação aos homens. A dependência emocional faz com que mulheres não percebam a possibilidade de realização pessoal fora de um relacionamento amoroso. A dependência financeira se instaura quando um relacionamento as impele a abandonar projetos pessoais de vida e trabalho para seguirem o ideal de feminilidade a elas socialmente destinado: cuidar da casa, do marido e dos filhos e filhas.

Isso faz parte, em alguma medida, da realidade atual e foi ainda mais forte no final do século XIX e início do XX.

Em contrapartida, os mitos da masculinidade que exigem a exaltação da virilidade, da coragem, restrições emocionais e exercício do poder produzem, por um lado, a necessidade da vivência da sexualidade como meio de comprovar a masculinidade, e por outro, a violência como forma de exercer o poder diante de conflitos. Cristina Scheibe Wolff (1999, p. 196-197) ao discorrer sobre a linguagem da violência no Alto Juruá (Acre) de 1890 a 1945 ressalta que as relações de gênero “parecem ser um aspecto privilegiado do social para analisar a violência”, justamente porque gênero e poder se interligam nas relações sociais. A autora destaca também que a violência funcionava como um tipo de código de masculinidade, pois “em certas situações, um homem que se prezasse só poderia reagir com violência, sob pena de alijar-se da masculinidade”.

E o que acontecia com as mulheres que transgrediam os padrões de conduta e não se submetiam? Muitas foram alvos da violência masculina⁷. Violência que podia ser moral, quando rechaçadas pela família e ridicularizadas pela comunidade⁸. Violência verbal quando humilhadas por suas escolhas. Violência física quando companheiros as agrediam em uma tentativa de ‘educar’ pela agressão para a submissão e violência sexual, quando suas recusas não eram aceitas pelos homens. Algumas dessas mulheres sofreram tanto que acabaram escolhendo o suicídio. Em 1915, Marceliana se suicidou na cidade de Castro/PR. Seu

⁷ Outras agiram com violência. Tânia Regina Zimmermann (2010, p. 121) aborda a questão ao analisar notícias de jornais no Oeste do Paraná entre os anos 1960 a 1990, ressaltando que embora o número de notícias sobre mulheres que agem com violência seja consideravelmente menor que de homens, o estudo do tema é relevante. A violência tem sido considerada como ação tipicamente masculina e refletir sobre os atos de violência causados por mulheres contribui para o repensar das questões de gênero. A autora argumenta que mesmo que a violência cometida por mulheres esteja majoritariamente relacionada a atitudes de defesa de si ou de familiares, “não significa um direito a estes atos, mas, em determinados momentos, uma possível saída para opressões, sofrimentos e injustiças”.

⁸ Ao utilizar o termo comunidade, e o utilizarei em outros momentos ao longo do texto, me refiro a um grupo de pessoas que vivem próximas e partilham experiências comuns. Os moradores e moradoras de Castro/PR do final do século XIX e início do século XX tinham, evidentemente, diferenças sociais relativas à classe, gênero, raça, religiosidade e isso não será ignorado. No entanto, nestas localidades rurais a experiência da comunidade era significativa, pois as pessoas partilhavam saberes, trabalhos, costumes, divertimentos e essa partilha é que estabelecia os modos de vivenciar as relações de gênero que serão analisadas nos casos de suicídio. O peso dessa experiência de comunidade, as pressões sociais para padronização do comportamento que ela desenvolve são relevantes para a reflexão que proponho. A obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), *Homens livres na ordem escravocrata* auxilia na compreensão das relações de solidariedade e violência em comunidades rurais.

marido disse à justiça que a encontrou morta em casa ao voltar da roça. Ele se casou com ela seis anos antes, obrigado pela polícia para se livrar da condenação pelo crime de defloramento⁹. Uma testemunha afirmou que ele “surrou muito a sua mulher e nunca mais viverão em harmonia”¹⁰. No mesmo ano em Castro, Olinda teria se suicidado tomando soda cáustica após ter sido agredida pelo marido¹¹.

E o que acontecia com os homens que não seguiam o padrão da masculinidade hegemônica (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013), provedor, corajoso, viril, forte e violento? Eram também ridicularizados e provocados com relação à sua masculinidade. No texto *Sobre o suicídio*, Karl Marx (2006, p. 49) transcreve o relato de Peuchet sobre um homem que se matou e deixou uma carta dizendo “que, não podendo mais ser útil à família, e sendo forçado a viver à custa de sua mulher e de seus filhos, achava que era sua obrigação privar-se da vida”. Não podendo cumprir um dos aspectos que comprovava sua honra e masculinidade, prover a família e assim atuar como chefe da casa, preferiu a morte.

A violência contra as mulheres se configura em ações agressivas movidas pelo entendimento socialmente construído de que elas deveriam agir de forma submissa aos homens. No caso de desobediência a essa regra, se entendia que ‘mereciam’ ou ‘podiam’ ser agredidas, não legalmente, mas de forma socialmente legitimada, pois, por um lado a violência era e ainda é em alguma medida encarada como forma de educar e por outro, os homens viam e alguns ainda veem as mulheres como propriedades suas.¹² Utilizarei o termo violência de gênero nessa tese. Essa violência não atinge apenas mulheres

⁹ “Defloramento é a cópula completa ou incompleta com mulher virgem, de menor idade, tendo na grande maioria dos casos, como consequência o rompimento da membrana hymen, obtido o consentimento da mulher por meio de sedução, fraude ou engano”. (CASTRO, Viveiros de. **Os delictos contra a honra da mulher**. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha Editor, 1897). “O senador Rui Barbosa preferiu ‘defloramento’ ao termo ‘desvirginamento’, usado por Clóvis Beviláqua em seu projeto para o código civil. Para Barbosa, a palavra ‘defloramento’ era mais elegante e tradicional.” (CAUFIELD, Suan. **Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. p. 76).

¹⁰ Inquérito policial. Suicídio. Marcelina Nunes de Moraes. Caixa: 1915. Casa da Cultura Emília Erichsen, doravante representada pela sigla CCEE. Castro/PR. Optamos por preservar a grafia original das fontes ao serem transcritas.

¹¹ Inquérito policial. Suicídio. Olinda Ayno. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.

¹² A tese de Rafael Luiz Maschio (2016, p. 116) é elucidativa em relação ao tema. Ao analisar as narrativas de homens agressores de mulheres em sua dissertação o autor percebe que eles consideram a violência necessária para manutenção de uma ordem familiar. “Ao justificarem suas ações, esses homens direcionam a responsabilidade pelos conflitos para a mulher, considerando justas suas ações e, de certa forma, corretivas e necessárias, para o desenvolvimento de uma determinada conjugalidade”. A violência é socialmente legitimada.

heterossexuais, ela se volta também para pessoas homossexuais e a alguns homens que não seguem os padrões de masculinidade estipulados. Um exemplo da violência de gênero que não se dirige a mulheres é o triste caso em que um menino de oito anos foi assassinado em 2014 pelo próprio pai, no Rio de Janeiro, que o espancou até a morte para que aprendesse “a andar como homem”.¹³

Um texto muito interessante para definir os diferentes conceitos, como violência contra as mulheres, violência doméstica, conjugal ou de gênero, é o de Miriam Grossi, *Rimando Amor com Dor* que faz parte da obra *Masculino, feminino, plural*, organizada por ela e por Joana Maria Pedro (1998). A autora analisa casos de violência que partem de vínculos afetivos e conjugais, o que, para ela, é uma forma mais abrangente de pensar os casos de violência, já que não se limita a relações domésticas ou heterossexuais. Miriam Grossi (1998, p. 303) tece uma crítica à utilização da categoria ‘violência de gênero’, para ela grande parte das pesquisas que seguem por esse caminho “essencializa a violência, pois a ‘violência é sempre masculina’ mesmo quando exercida pelas mulheres.” Tal crítica é interessante e me levou a refletir sobre a necessidade de definir a categoria escolhida para essa pesquisa. Visando superar essa perspectiva essencialista, entendo que a categoria violência de gênero cria possibilidades mais abrangentes de análise. Possibilita inclusive analisar mais situações do que aquelas possíveis ao se utilizar as relações de vínculos afetivo-conjugais. Quando parto da definição de gênero como uma categoria que analisa as relações sociais hierarquizadas cultural e historicamente, penso também na violência de gênero como um conjunto de ações que se constituem a partir dessa hierarquização. As relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, pessoas hétero e homossexuais, são sempre relações de poder, em maior ou menor grau. Nelas, a violência pode ocorrer e motivada por diversos fatores. A violência como característica masculina é tão construída socialmente quanto o escalonamento das relações sociais que a geram. Pessoas agem violentamente pautadas em questões de gênero, independente de suas identidades de gênero, masculinas ou femininas. As regras sociais impostas movem o ato violento.¹⁴

¹³ RODRIGUEZ, Leandro. **Garoto Potiguar de 8 anos é morto pelo pai**. Notícia disponível em: <https://leandrorodriguez-rn.blogspot.com.br/2014/03/garoto-potiguar-de-8-anos-e-morto-pelo.html>. Acessado em 24 de julho de 2018.

¹⁴ Outro texto interessante é de Cecília Macdoweel Santos e Wânia Pasinato Izumino, *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*, de 2005. Nele as autoras identificam três vertentes teóricas que constituem os estudos sobre a

A violência de gênero ocorre de diferentes formas e em diferentes níveis, desde a humilhação, às ofensas e agressões físicas. Ela atinge homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais e não apenas pessoas que estão em relacionamentos afetivos, mas também entre estranhos/as, quando uma mulher é violentada sexualmente por um estranho, quando uma travesti é assassinada, quando um menino é ridicularizado na escola ou na rua por não se enquadrar no padrão. Ela acontece também nas relações familiares e afetivas quando, por exemplo, pais e mães que não aceitam a identidade de gênero de filhos ou filhas agem com agressões verbais, físicas ou expulsando de casa e quando casais hétero ou homossexuais se agridem moral ou fisicamente. Ela ocorre também em outras relações instituídas, por pressões sociais que constituem diferentes discursos, do religioso ao jurídico, que oprimem quem não quer ou quem não consegue se adaptar a padrões, seja de comportamento ou de beleza. Essa violência pode ser tão insuportável que leva pessoas a manifestarem o desejo de morte e outras a cometerem o suicídio.

1.2 OS ESTUDOS SOBRE O SUICÍDIO E A PROPOSTA DE ANÁLISE

O suicídio tem sido tema de diferentes áreas do conhecimento ao longo do tempo¹⁵ e a abordagem, na maioria das vezes, se pauta no discurso sobre ele, nas percepções dos grandes pensadores, da Igreja, da filosofia, da literatura.¹⁶ Os discursos médico, literário e jornalístico, por

violência contra as mulheres: a de dominação masculina, a de dominação patriarcal e a relacional que relativiza a ideia de dominação-vitimização.

¹⁵ No Catálogo de teses e dissertações da CAPES, encontrei 1139 resultados para a palavra-chave 'suicídio'. A maioria na área da saúde. Nas ciências humanas estão cadastrados 200 trabalhos em mestrados e doutorados de Psicologia, Sociologia, Ciências Sociais, Políticas Públicas, Filosofia, Antropologia, Geografia, Teologia, História e Educação. Na História apareceram 28 trabalhos que discutem o discurso sobre o suicídio em teses médicas, literatura ou jornais, o suicídio de indígenas, de pessoas escravizadas e de políticos nacionais, principalmente Getúlio Vargas. A pesquisa foi feita no dia 10 de dezembro de 2018.

¹⁶ Muelas e Mangalo, psiquiatras espanhóis, traçam um interessante panorama sobre como ao longo da história, diferentes grupos sociais consideraram o suicídio baseados em seus princípios filosóficos, religiosos, intelectuais, sociais ou econômicos. Do suicídio de Cleópatra que deixou picar-se pela serpente, ao pensamento de Sêneca, para quem as pessoas tinham direito à morte voluntária, desde que fossem políticos ou intelectuais e não escravas. Da adoração de Ixtab, deusa do suicídio, pelos maias ao pensamento cristão que condenou o ato. As controvérsias entre Kant, que entendia que o suicídio representava a perda de dignidade humana e o sofrimento devia ser aceito como parte da vida e Hume, que questionava o argumento de Santo Agostinho para quem só Deus tem direito de tirar a vida. Hume afirmou que por essa lógica, salvar vidas também só caberia a Deus e a humanidade não poderia

exemplo, balizam o estudo histórico sobre o suicídio no Brasil. O foco da reflexão está em como a sociedade, representada pela comunidade médica e intelectual, construiu o discurso sobre a questão. O historiador Fábio Henrique Lopes é um dos pesquisadores do tema no Brasil e em seu texto *Do suicídio e dos corpos* (LOPES, 2011) levanta importantes questões a serem pensadas, considerando que a identificação de estratégias de regulação de condutas permite pensar estratégias contrárias, as de subversão, o que para a perspectiva de gênero que adotei nesse estudo é bem interessante. A pessoa suicida, para ele, seria uma subversiva, pois burla a vigilância e menospreza a punição possível para cometer o ato. O autor então problematiza: seriam as pessoas suicidas indóceis? Seus corpos marcados por esta morte seriam sinais de resistência e fuga? Seu texto, assim como sua tese transformada em livro, *Suicídio & Saber médico* (LOPES, 2008) apresenta tais questões como possibilidades reflexivas.

Retomando o pensamento de Arlette Farge (2015, p. 8-9), ao discorrer sobre a objetividade do/a historiador/a, salienta que é preciso levantar pontos de vista que “interessem à comunidade social” e que, portanto, é possível “exprimir o desejo de uma história inervada pelo tempo, logo irritada por ele”. A autora chama de lugares para a história o sofrimento, a violência e a guerra, porque são situações históricas que ecoam na atualidade, assim como os modos singulares de existir, ser ou estar nesse mundo. Penso o suicídio como um ‘lugar para a história’, algo a ser pensado historicamente, priorizando a experiência de mulheres e homens que preferiram colocar fim à vida a continuar sofrendo por diferentes formas de opressão.

As problematizações sugeridas por Fábio Henrique Lopes (2011) são levadas em conta nesse estudo com o devido cuidado. Pensar as pessoas suicidas como indóceis ou subversivas pode conferir um caráter de ousadia ao ato de pôr fim à própria vida pautado em termos apenas positivos, tomando a escolha da morte como resistência à pressão social sem levar em conta os sentimentos controversos que envolvem o ato. O suicídio pode, sim, ser encarado como uma forma de

intervir com processos de cura de doenças. (MUELAS, N. Vicente; MANGADO, Enriqueta Ochoa. *Consideraciones sobre el suicidio: una perspectiva histórica*. In: **Psiquiatria.com**, 11(3), 2007. Disponível em: <http://www.psiquiatria.com/revistas/index.php/psiquiatriacom/article/viewFile/235/220/> Acessado em 27 de maio de 2016.). Daniel Gordon em seu texto *From Act to fact* (2016) também apresenta uma trajetória histórica sobre o pensamento relativo ao suicídio, porém em uma perspectiva moral, desde os escritos de Santo Agostinho, passando por Montaigne, Voltaire, Rousseau a Durkheim.

agência da pessoa contrariando uma ordem estabelecida, mas precisa, a meu ver, ser também pensado pela perspectiva de que pessoas cuja dor provocada pelas pressões sociais de gênero chegou a tal ponto que a morte pareceu uma alternativa adequada. Compreendo o que argumenta Hayden White (2001, p. 100-101) ao afirmar que “nenhum acontecimento histórico é intrinsecamente trágico; só pode ser concebido como tal de um ponto de vista particular ou de dentro de um conjunto estruturado de eventos do qual ele é um elemento que goza de um lugar privilegiado”. O suicídio pode não configurar um momento de extrema dor, pois ele pode ter sido justamente o contrário, o alívio de uma sequência de sofreres e, é claro, cada contexto histórico confere uma perspectiva diferente ao ato, mas também não é uma ação de resistência que vence as imposições sociais e sim uma forte crítica a elas, como bem argumenta Fábio Henrique Lopes (2011). O que defendo é que o suicídio é, muitas vezes, consequência da violência de gênero, uma forma de acabar com os sofrimentos causados por ela, sejam dores físicas ou sofrimentos psíquicos.

A maioria dos estudos sobre suicídio vem de outras áreas do conhecimento, ciências médicas, sociologia, antropologia, psicologia. É consenso entre os/as autores/as estudados para o desenvolvimento dessa pesquisa que foi no final do século XIX que o tema passou a ser considerado com maior interesse. Há uma mudança de percepção, uma secularização das discussões sobre o assunto que estava fortemente marcado pelo tabu religioso cristão.¹⁷ O sociólogo Émile Durkheim (2014) contribuiu para tal transformação. Muito embora, como destaca Daniel Gordon (2016) ele tenha mantido um discurso de condenação moral ao suicídio, seu interesse maior era de usar o tema suicídio para demonstrar seu método sociológico. Sua obra *O suicídio: estudo de sociologia*, publicada originalmente em 1897, é emblemática. A obra influenciou os estudos sobre o tema da sociologia às ciências médicas. Como exemplo, cito os estudos de Fábio Henrique Lopes (2008) que estabelece seu recorte temporal para a pesquisa sobre as teses médicas sobre o suicídio de 1830 ao início do século XX. Ele justifica a escolha da década de 1830 devido à criação das instituições em que foram desenvolvidas as teses médicas brasileiras que analisa e o início do século XX foi pensado como limite temporal, pela perceptível mudança

¹⁷ Sobre o tema são interessantes as obras: MUELAS, N. Vicente; MANGADO, Enriqueta Ochoa. *Consideraciones sobre el suicidio. Op. cit. e* ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Suicídio: uma alternativa à vida, uma visão clínica-existencial.** São Paulo: Traço, 1986. Tratarei sobre a questão no primeiro capítulo ao refletir sobre o silenciamento da comunidade de Castro/PR sobre as possíveis motivações de suicídios.

de perspectivas dos médicos em relação ao tema. Para o autor, essa mudança deve-se, sobretudo, aos estudos sociológicos de Émile Durkheim e psicanalíticos de Sigmund Freud.

Em seu prefácio, Émile Durkheim (2014, p. 9) afirma que “o método sociológico, tal como o praticamos, assenta-se por completo no princípio fundamental de que os fatos sociais devem ser estudados como coisas, ou seja, como realidades externas ao indivíduo”. Para ele o indivíduo é dominado pela realidade coletiva, que é uma realidade moral que o ultrapassa. Cada povo tem uma taxa de suicídios que reproduz o ritmo da vida social. Casamentos, divórcios, família, religião, exército, afetam tal taxa com leis definidas, forças que determinam o indivíduo e que não dependem dele, pois se impõem a ele.

O autor não nega a diferença de percepção que a psicanálise faz sobre o tema, focando no indivíduo, mas afirma que o olhar da sociologia deve seguir essa perspectiva e delimita os tipos sociais do suicídio: o egoísta, o altruísta e o anômico. O egoísta seria aquele que se afastou de tal forma do grupo que é movido por essa desintegração social. O altruísta, ao contrário, estaria extremamente envolvido com o coletivo, ao passo de acreditar que dar a vida por uma causa é uma necessidade a ser assumida. Já o anômico se caracteriza pela ação no momento de crise, o suicídio pela ideia de que seu mundo, seus valores sucumbem. Para Émile Durkheim (2014) são as relações com a sociedade, intensas ou frágeis, que movem o indivíduo a tirar a própria vida e é a sociedade em sua capacidade ou incapacidade de regular a vida das pessoas que conduz a taxas maiores ou menores de suicídio.

A partir dessas ponderações, algumas questões me parecem importantes: se são forças externas que determinam a ação do indivíduo não há agência? Ou a agência está justamente no ato suicida, como forma de não se dobrar às regras, como aponta Fábio Henrique Lopes (2011)? O suicídio seria uma manifestação extrema de não querer ou conseguir mais suportar tais regras pela dor que causam? Nesse caso, não seria a força externa, mas o sujeito encontrando forças internas para agir. Entendo o que nos aponta Walter Johnson (2003) ao problematizar o uso da ideia de ‘agência’ pela história social afirmando que não pode ser usada como uma espécie de ‘jargão’, mas deve ser enraizada na experiência das pessoas. Por agência, considero aqui a ação da pessoa com relação à sua própria vida, não em termos de sucesso ou fracasso, mas de fazer algo por si mesma. Agência não como um poder que lhe permite vencer em alguma situação, mas como um fazer algo que lhe permita pensar e sentir que agiu ou que não se calou, mesmo que não tenha vencido.

Na sociologia, Émile Durkheim (2014) enveredou-se por uma discussão quase fria sobre o suicídio, uma análise estatística que não nega totalmente as condições de cada indivíduo suicida, mas que afirma que elas, em si, não têm efeitos sociais e a sociologia deve pensar sobre o grupo e não sobre o sujeito. Já a obra de Karl Marx *Sobre o suicídio* (2006) é muito diferente, o texto é, sem dúvida, surpreendente. Trata-se de uma narrativa emocional sobre o tema. O autor traduziu trechos das memórias de Jacques Peuchet e inseriu considerações suas a respeito, mesclando o texto com a narrativa dos casos que comoveram o arquivista e a análise social elaborada por ele com maior racionalidade.

Jacques Peuchet atuou como arquivista no departamento de polícia de Paris, e emocionalmente afetado pelos vários casos de suicídio com os quais se deparou (2808 casos em Paris no período de 1817 a 1824), traçou uma crítica social a respeito, narrando algumas histórias. Isso chamou a atenção de Karl Marx que não apenas traduziu trechos de suas considerações como ampliou a reflexão com posicionamentos seus. O ensaio foi impresso originalmente em 1846 e a tradução para o inglês ocorreu apenas em 1975. Nesse meio tempo, em 1911, a filha de Karl Marx, Laura, e seu genro Paul suicidaram-se. Paul Lafargue deixou uma carta em que afirma que a decisão foi tomada de forma lúcida, para fugir da velhice e não ser um peso a ninguém, nem a ele mesmo. Ao suicidar-se cumpria uma promessa feita a si mesmo de não passar dos 70 anos¹⁸. Laura não deixou nenhum escrito. Teria ela concordado racionalmente com a proposta do companheiro entendendo que a morte voluntária era melhor que a experiência da velhice? Teria se deixado levar pelos sentimentos afetuosos em relação a Paul e entendido que morrer era melhor que viver sem ele? Foi coagida por ele? Será que Laura leu a obra do pai sobre o suicídio? Dificilmente teremos essas respostas.

Karl Marx (2006, p. 24) afirmou que “embora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como entre os artistas e os políticos. A diversidade das suas causas parece escapar à censura uniforme e insensível dos moralistas.” Ao pensar nas possíveis causas, cita dores, sofrimentos e frustrações que desencantariam a vida. Ele traça argumentos que se parecem com os de Émile Durkheim ao salientar que a cultura é responsável por inflamar tal ato, mas ressalta que não se deve insultar os mortos chamando-os de covardes e desistentes ao tratar de questão tão

¹⁸ O bilhete suicida de Paul Lafargue e uma reflexão sobre o evento pode ser lida no prefácio do livro de Fábio Henrique Lopes (2008) escrito por Marilene Rosa Nogueira da Silva.

controversa, ultrapassando uma análise sociológica que não dá conta do sofrimento, do sentimento das pessoas.

No texto *Um Marx insólito* que introduz o citado ensaio de Karl Marx, Michael Löwy afirma que ele é distinto do restante da obra de Marx, tanto por não se tratar de um texto escrito apenas por ele e nem em parceria com um economista, historiador, filósofo ou sociólogo, quanto por não abordar um tema da esfera política ou econômica e sim sobre a vida privada. Para Löwy, um dos pontos a se destacar é a atenção dada à opressão das mulheres nas sociedades modernas. Para este autor, o interesse de Marx em escrever tal texto “recaiu menos sobre a questão do suicídio como tal e mais sobre sua crítica radical da sociedade burguesa como forma de vida ‘antinatural’” (MARX, 2006, p. 15).

Jacques Peuchet escolheu quatro casos de suicídio para narrar em suas memórias: o suicídio do homem que citei anteriormente, que desempregado não conseguia mais prover a família e os suicídios de três mulheres. Uma jovem que foi publicamente humilhada pelos próprios pais por ter tido relações sexuais com o noivo antes do casamento, uma esposa que sofria com o ciúme do marido e outra jovem que estava grávida de um homem casado e buscou ajuda para um aborto, porém sem sucesso. Diante desses casos emerge o argumento de que

não se entende com que direito se poderia exigir do indivíduo que ele preserve em si mesmo uma existência que é espezinhada por nossos hábitos mais corriqueiros, nossos preconceitos, nossas leis e nossos costumes em geral. (MARX, 2006, p. 27)

Embora siga uma perspectiva sociológica que busca refletir muito mais sobre o que entende como um mal social, Karl Marx usa as reflexões de Jacques Peuchet que se preocupa em relatar os casos dos sujeitos que sofreram. Assim, o ensaio seria uma aproximação com outra área do conhecimento, a psicologia, não em termos teóricos, mas em relação ao foco de análise. Diferente da sociologia, a psicologia pensa o indivíduo, sem, no entanto, desprezar a ação da sociedade sobre ele. Valdemar Augusto Angerami (1986) define o suicídio como um dos problemas mais agonizantes da humanidade e a forma mais polêmica de violência, por ser uma manifestação do desespero humano. O autor afirma que um dos avanços na área clínica foi o de não colocar as pessoas que tentaram o suicídio no diagnóstico de patologia mental. A pessoa não é mais vista como decorrência de um distúrbio mental, como

no passado, e são levados em consideração os seus aspectos existenciais prementes.¹⁹ Para o autor, a patologia não se concentra na pessoa suicida que ele denomina de vítima, e sim na sociedade “injusta e despótica que aprisiona as pessoas de uma maneira que, se não for considerada patológica será ao menos considerada desumana” (ANGERAMI, 1986, p. 15) e nesse ponto, o posicionamento do autor se parece muito com o da obra de Karl Marx (2006).

Se de um lado a sociologia reflete sobre o suicídio para pensar o que ele causa ou representa para a sociedade, por outro a psicologia foca no sujeito e no que a sociedade causa a ele. O que não significa tirar a autonomia, a agência, do suicida. “Matar-se é uma forma, a sua forma de rebelião e submissão. Através do suicídio agride enquanto produz remorso e culpa: o suicídio, em suma, é a resolução psicótica de uma interação criminoso.” (ANGERAMI, 1986, p. 17). Dessa forma, se entende que a causa do suicídio pode vir de fora do sujeito, da sociedade, porém compreende que essa ação gera também um mal para a própria sociedade, pelo desejo de causar culpa e remorso que geralmente são convertidos num silêncio, no tabu do não falar sobre o que causa dor ou constrangimento.

Já se afirmou que “o suicídio é uma epidemia contagiosa que se alastra no seio da sociedade quando divulgado” (ANGERAMI, 1986, p. 31). Esse posicionamento, não é unânime entre psicólogos, mas estratégias de prevenção levam essa premissa em consideração. Em 2016 foi lançado um documento pelo Ministério da Saúde²⁰ para orientar jornalistas sobre o denominado ‘efeito Werther’²¹. O texto

¹⁹ Há, no entanto, uma prática ainda comum de relacionar o suicídio a doenças mentais. A cartilha ‘Suicídio: informando para prevenir’ da Associação Brasileira de Psiquiatria (2014, p. 13) destaca em seus mitos e verdades sobre a pessoa suicida, como uma das verdades, que pessoas suicidas “estão passando quase invariavelmente por uma doença mental que altera, de forma radical, a sua percepção da realidade e interfere no seu livre arbítrio”. Tal afirmação demonstra que os citados avanços na psicologia apontados por Angerami (1986) são ainda conflituosos nesse campo. No final do século XIX e início do XX as expressões como ‘fraqueza das ideias’, ‘acesso de loucura’, ‘sofria do juízo’, revelam que a população preferia definir como loucura a ação que não conseguia ou não queria explicar. Muitas pessoas hoje apontam rapidamente a depressão como causa de suicídios, mesmo que não exista nenhum diagnóstico médico ou psicológico a respeito. Tratarei da questão no capítulo 2.

²⁰ Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/20/Folheto-jornalistas-15x21cm.pdf>. Acessado em 02 de janeiro de 2017.

²¹ Termo utilizado para designar a ocorrência de suicídios após a veiculação de um caso de maneira expressiva nas mídias. O nome vem da obra *O sofrimento do jovem Werther*, publicada originalmente em 1774. Nela Goethe escreve sobre um jovem que se suicidou devido à frustração em um romance. Após a publicação, suicídios aconteceram com motivação semelhante e o livro foi proibido em diversos lugares (OMS, 2000). A mesma polêmica veio à tona após o lançamento de série ‘13 reasons why’ em 2017. Na trama, inspirada no livro de

‘Suicídio. Saber, agir e prevenir’ sugere que se evite publicar a notícia em primeira página ou com fotos e explicações sobre o método utilizado. As diretrizes também orientam que expressões como ‘tentativa bem sucedida’ ou ‘com êxito’ não devem constar no texto e, mais importante, a notícia deve explicar e dar informações sobre onde é possível buscar ajuda em situações de pensamentos suicidas.

Para Albert Camus (2002, p. 13) o suicídio é o mais sério problema filosófico, pois “julgar se a vida merece ou não ser vivida é responder a uma questão fundamental da filosofia”. A academia move suas reflexões a partir de questionamentos sobre se certos suicídios são toleráveis, em que condições a vida é tolerável e o que tornaria a existência insuportável. Por exemplo, uma pessoa com uma doença crônica que resolve por fim à vida apresenta uma forma tolerável de suicídio? É tolerável o suicídio da jovem holandesa, mencionada no início do texto, que conseguiu na justiça o direito à injeção letal depois de toda violência sexual sofrida? Seria tolerável o suicídio de uma mulher que sofreu estupro coletivo? Situações como essas moveram os autores Claude Guillon e Yves Le Bonniec a publicar o polêmico livro *Suicídio: modo de usar* (1984). Nele afirmam que o suicídio deve ser um direito que se apresenta como alternativa ao sofrimento e, assim como as pessoas tem direito à vida, devem ter direito à morte. Os autores salientam que escola, família e exército são instituições que tornam a vida de muitas pessoas intolerável e por não conseguirem viver de acordo com o que pedem essas instituições é que preferem morrer. Para eles, a sociedade não se preocupa com o fato de que o sistema conduza à morte, desde que o sistema se mantenha. E por isso escrevem de forma incisiva, radical, sobre o direito à morte. Embora seus argumentos fundamentem questões importantes a serem pensadas, é questionável a capacidade da sociedade para lidar com o direito à morte.²²

mesmo nome de Jay Asher (2007) uma jovem grava e envia treze fitas cassete narrando eventos e ações de pessoas que a influenciaram na decisão de tirar a própria vida. A forma romantizada de tratar o tema é passível de crítica, principalmente por ter como público alvo os/as adolescentes.

²² Gisele Mendes de Carvalho publicou um capítulo sobre a eutanásia e as considerações do ordenamento jurídico brasileiro no livro *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América* (2014). Nele ela explica a eutanásia ativa direta configurada pela ação deliberada de encurtar a vida do/a paciente e indireta, quando o propósito é o alívio do sofrimento ao mesmo tempo em que abrevia a vida, por exemplo, com a aplicação de altas doses de morfina o que prejudica a respiração e pode acelerar a morte. A autora apresenta as implicações jurídicas brasileiras para tais casos. No mesmo livro, Maria de Fátima Freire de Sá e Diogo Luna Moureira apresentam reflexões sobre a autonomia para morrer em uma análise filosófica e jurídica.

No texto *A morte como objeto de investigação*, Rachel Aisengart Menezes (2014, p. 10), médica e antropóloga social, apresenta o conceito de “morte moderna” cunhado por Philippe Ariès (2014) destacando que esta é administrada pelo saber e pela instituição médica, se configurando na sociedade ocidental em um “ocultamento social da morte e do morrer”. Para a autora, a contemporaneidade, com a insurgência dos chamados cuidados paliativos, trouxe outra concepção que considera que a morte deve ser ao mesmo tempo íntima e aceita socialmente. A “morte moderna” ou “morte contemporânea” caracteriza-se pelo direito do doente de “controle sobre as condições associadas ao falecimento” (MENEZES, 2014, p. 11). Em casos de doenças crônicas este debate tem avançado e doentes em estado terminal podem ser encaminhados para suas casas para que possam morrer junto aos seus, em um ambiente familiar. É, portanto, socialmente aceitável que estas pessoas optem pela morte considerada digna, pois o que está em questão, a meu ver, não é a morte e sim os últimos instantes de vida, o como viver os últimos dias. Com relação ao suicídio a problemática é bem diferente, a decisão sobre o morrer não é legal e socialmente permitida à pessoa, independente de quais sejam as suas motivações. Apenas o corpo doente sem possibilidade de cura é entendido como justificativa para o ato de morrer sem tentativas de prolongar a vida, as questões emocionais, os sofrimentos psíquicos não são considerados da mesma forma, pois se supõe que deve existir outra possibilidade que não a morte para as pessoas que não estão fisicamente doentes. O caso da jovem holandesa que conseguiu o direito à eutanásia em 2016 não é regra.

Ao problematizar o suicídio pela perspectiva antropológica, Domingos da Silva Gandra Júnior (1984) declara que o termo dá margem à discussão, pois se aplica a fenômenos diversos. Para ele é preciso entender a diferença entre o suicídio e a sua tentativa, já que nem sempre aqueles que tentam o suicídio desejam de fato a morte, por vezes é a experiência da tentativa que buscam, enquanto outros querem de fato morrer, mas não morrem. O autor considera o suicídio como a ação de uma pessoa que responde ao seu propósito de colocar fim à própria vida e isso deve ser pensado enquanto ato individual e também em uma perspectiva social, pois o indivíduo só o é quando integrado em uma sociedade e, assim, tudo o que envolve o ato suicida de um sujeito em sua individualidade implica as relações sociais em que estava inserido. A vida das pessoas é mediada pela sociedade, os sujeitos são motivados por objetivos que são sociais, criam vínculos afetivos e sentimentos de pertencimento a algo ou a alguém. Em contrapartida,

desenvolvem relações conflituosas que desmotivam, desvinculam, fazem sofrer e por vezes, desejar a morte.

Cada sociedade atribui ao ato suicida um diferente significado que não se vincula apenas ao ato em si, mas também às suas circunstâncias. Para as religiões em que o censuram, o fazem porque consideram a vida um valor e Domingos da Silva Gandra Júnior (1984) apresenta duas dimensões para o valor da vida, o abstrato (a vida idealizada) e o concreto (a experiência real da vida), a qual favorece a vida de uns em detrimento da vida de outros, protegendo uns e expondo outros. Todo indivíduo seria objeto de apreciação de valor e para merecer uma legitimação deveria obedecer a determinados critérios. Dessa forma, o existir humano seria valorado para o sujeito e para a sociedade em que sua existência transcorre. A quem pertence a vida? Em cada contexto social ela pertence a alguém e o suicida buscaria o resgate de um determinado valor. Por vezes, essa finalidade pessoal de pôr fim à vida é legitimada por um grupo, quando um objetivo social é definido, como o matar-se para defender o grupo ou por não se adequar aos padrões valorativos desse grupo.

Maria Luisa Dias, psicóloga e cientista social com doutorado em Antropologia, afirma que o abandono da vida pelo suicídio seria “uma última fala deixada por tal indivíduo, uma vez que a ação de matar-se não está nunca desconectada de um vínculo social e também de um morrer para alguém” (DIAS, 1991, p. 90). A autora levanta questões pertinentes ao relacionar a poluição do planeta, a corrida armamentista e o trabalho alienado como formas de suicídio. Ela afirma querer recusar o que chama de determinismo psíquico ou o determinismo social, escolhendo uma abordagem mais dialética, interacional do fenômeno. A psicanálise estabelece que o suicídio é uma situação psicótica, um momento em que a pessoa está fora de si. A sociologia salienta que ele não pode ser explicado por motivações individuais apenas, mas associadas aos fatos sociais que transcendem a esfera da vida pessoal. Valores e padrões culturais e sociais influenciam o sujeito. Para ela o suicídio é

Multideterminado por fatores que somente podem ser apreendidos a partir da focalização do indivíduo inserido no grupo social ao qual ele pertence e estabelece um intercâmbio. Daí a importância de uma abordagem interdisciplinar. (DIAS, 1991, p. 92).

Assim, a autora parte para uma reflexão sobre as diferentes culturas e suas percepções sobre o suicídio apresentando diversos exemplos. Cita os tobiandeses na Melanésia para quem o suicídio neutralizava a culpa do acusado, embora não fosse utilizado para administrar a justiça, o suicida era reabilitado perante o grupo. Nas sociedades ocidentais, o suicídio é censurado e nenhum ponto positivo é visto nele, há um esforço para que essa morte seja entendida como fracasso. Cada cultura, portanto, apresenta suas particularidades e o suicídio não pode ser entendido fora do contexto em que ocorre.

Apresentei até aqui percepções da sociologia, da psicologia e da antropologia, mas e na historiografia, como o tema suicídio tem sido tratado? Erik Midelfort (2000) ao resenhar a obra de Georges Minois, *History of Suicide*, concorda que o tema foi por longo tempo objeto da sociologia, mas afirma que de forma mais ou menos recente, por volta dos anos 1980/1990, historiadores debruçaram-se sobre a questão. Ele cita Michael Macdonald e Terence Murphy que estabeleceram novos padrões para o estudo social e cultural do suicídio compilando dados sobre a morte voluntária na Inglaterra entre 1500 a 1800, em uma perspectiva de mudança do significado, antes religioso ou filosófico da morte para a secularização da experiência da morte voluntária.

Georges Minois é apresentado como um autor que em sua obra reforça a ideia de que a antiguidade pagã era, de certa forma, tolerante ao suicídio, enquanto na Idade Média o cristianismo condenou o ato, como já mencionado antes pelo estudo de Vicente Muelas e Enriqueta Mangado (2007). Para Georges (MIDELFORT, 2000), o período de 1560 a 1620 marcou uma crise de consciência europeia em relação ao sentido da vida. O século XVII condenou o suicídio de forma dura imputando penalidades severas, seculares e religiosas, porém, a obra apresenta uma série de poetas, dramaturgos e pensadores que defendiam a heroicidade do autossacrifício daqueles que tiravam a própria vida quando essa se tornava insuportável, o que ele chama de segunda crise de consciência europeia (1680-1720) quando o suicídio tornou-se “intelectualmente elegante” e “filosoficamente problemático”. A sua contribuição mais pertinente, de acordo com Erik Midelfort (2000), é a afirmação de que somos herdeiros de um tabu, o suicídio é pouco discutido e o sentido da vida e da morte parece não poder ser pensado de forma tão extrema.

Fábio Henrique Lopes, um dos poucos historiadores que se ocupam do tema no Brasil, analisa o suicídio em sua obra a partir de

diferentes gêneros discursivos.²³ As teses médicas constituem sua fonte principal, jornais e literatura completam o quadro de análise. Dialoga com tais fontes a partir de uma fundamentação em textos da História, da Sociologia, Antropologia e Psicologia (2008). Sua tese se centra no saber médico sobre o suicídio que passou de pecado a doença no século XIX, mas antes de enveredar-se por esse caminho ele produz uma reflexão contundente sobre o falar e o calar que envolvem o suicídio. O tema é tabu para muitas pessoas, pois conduz a questões morais, éticas e religiosas em relação ao direito à morte e ao valor da vida. O autor apresenta dois posicionamentos contrários, o daqueles que querem calar e o dos que querem falar sobre o suicídio. Uns o consideram inexplicável e doloroso demais, motivo pelo qual desejam o silêncio e outros querem compreender a causa e, por isso, falam e apresentam explicações das mais diversas. Para o autor, é necessário ir além, não apenas não se calar, mas também assimilar a ideia de que somos coadjuvantes de pressões e anseios sociais que fazem com que pessoas desistam de viver. Calar-se não é uma opção aceitável e as formas plurais de problematização são apontadas como alternativa viável.

A abordagem dessa pesquisa se pauta numa análise das experiências. Embora o que exista nos inquéritos policiais também seja um discurso produzido, ao testemunharem nesses inquéritos policiais, as pessoas recordam e narram experiências cotidianas, acontecimentos, relacionamentos e sentimentos atribuindo-lhes sentido. Concordo com Arlette Farge (2015) ao afirmar que o sofrimento é também um lugar para a história e entendo que a história das emoções é um caminho a ser desbravado para pensar o suicídio. Cristina Scheibe Wolff (2015, p. 977) salienta que os “estudos sobre emoções e afetos e suas influências na sociedade, na cultura e na política têm emergido recentemente como um novo campo”. Esse campo foca nos sentimentos como parte da experiência humana, como uma dimensão que perpassa cultura, discursos e subjetividades.

Para José Carlos Rodrigues (2006, p. 11) “As noções mais importantes da vida escapam inteiramente à ciência: beleza, felicidade, prazer, dor...”. O autor afirma que as teorias científicas não podem abordar tais aspectos, pois, ao tratá-los como objetos de análise os

²³ Outro interessante trabalho é a dissertação de Jakson André da Silva Ferreira (2004) que se utiliza de artigos de jornais, teses médicas, relatórios policiais e de presidentes de província para analisar suicídios na Bahia da segunda metade do século XIX. Para o autor, o estudo revelou concepções sobre vida e morte indicando que nem sempre as pessoas buscavam a morte, mas sim uma vida mais condizente com seus anseios e sonhos; nesses casos, tentativas ou ameaças de suicídio eram estratégias de negociação.

colocamos a distância. Para o autor, ao tentarmos apreender quaisquer deles, ou apreender sobre a morte, o que fazemos é encerrar uma angústia dentro de um discurso e colocar o pensamento em relação a isso em um “lugar seguro dentro da sociedade (e fora de nós)”. Embora compreenda a perspectiva do autor e concorde que muitos estudos sobre temas complexos como o sofrimento e a morte produzam distanciamentos e que o exercício de intelectualizar algo não possibilita o acesso completo à percepção das experiências humanas, defendo que uma história das emoções é possível em um exercício de equilíbrio entre aproximação e afastamento do tema. Aproximação para significar as experiências vivenciadas pelos sujeitos e compreender a necessidade da sensibilidade na abordagem das questões. Distanciamento, não apenas para não se afetar de modo perigoso ao refletir sobre o que gera sofrimento e angústia, mas principalmente para que a mencionada significação seja pautada em argumentos racionais que possibilitem o repensar da sociedade em suas ações que provocam dores. Sim, as razões do suicídio de diferentes sujeitos não podem ser apreendidas totalmente por um método científico, mas podemos construir reflexões relevantes ao considerar as emoções humanas, aquilo que as gera e suas influências nas ações dos sujeitos.

Luc Capdevilla e Frédérique Langue (2014) salientam que é importante pensar uma história viva, ou vivida que não desconsidera as subjetividades. Nessa perspectiva, o passado pelo passado é superado pelo entendimento de que os eventos ocorridos ainda agem ou fazem agir no presente. Esse movimento se faz na memória das pessoas ou na interpretação e reinterpretação dos eventos que geram novos sentidos.²⁴ A proposta dos autores é considerar as emoções das pessoas que viveram as experiências estudadas, pois elas encontram eco no presente. Elas afetam quem se recorda e quem as estuda. Javier Moscovó em seu texto *‘Poétique, rhétorique et politique des émotions’* (CAPDEVILLA; LANGUE, 2014, p. 25) salienta que mesmo com as dificuldades relacionadas às fontes, aos arquivos, às narrativas, não se pode desistir de “uma história para os vivos e não para os mortos” (tradução minha).²⁵

²⁴Jörn Rüsen em suas obras faz considerações interessantes sobre a história pensada a partir dos interesses do presente. Em uma conferência sua em Curitiba em 2011, na Universidade Federal do Paraná, intitulada ‘A história entre a modernidade e a pós-modernidade’, ele chega a afirmar que a história não estuda o passado e sim o presente, pois é nesse tempo que surgem as inquietações que nos movem a pesquisar a história. Para o autor é a nossa consciência histórica que nos faz agir no mundo hoje. O presente problematizado e o passado compreendido nos fazem perspectivar um futuro e isso move nossas ações. (RÜSEN In: SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010).

²⁵No original: “une histoire pour les vivants et not pas pour les morts”.

Arlette Farge (2015, p. 129) afirma que “buscando conhecer outro tempo, não escapamos do nosso, e, se este último, como o faz hoje, se arranca brutalmente do passado, a história se engaja também nessa ‘realidade’ para encontrar seu sentido”. Uma história que dê conta de perceber a significação dos eventos para as pessoas e assim elabore entendimentos, racionalizações que ajudem a agir no presente com maior consciência. A autora destaca que racionalizar o sofrimento, por exemplo, possibilita a compreensão dos dispositivos que o desencadeiam e “fornecer os meios intelectuais de suprimi-los ou de evitá-los” (FARGE, 2015, p. 23).

Para Luc Capdevila e Frédérique Langue (2014, p. 198) “o campo emocional que irradia o ambiente de estudos e alimenta as dinâmicas da pesquisa, é simultaneamente um forte constrangimento e uma formidável oportunidade de captar a história vivida.” (tradução minha).²⁶ A história das emoções pode confrontar a história oficial, pode pensá-la por outras perspectivas. Pode constranger, iluminando aspectos antes escondidos, mas permite uma compreensão da subjetividade humana frente a diferentes eventos considerando significativa toda experiência.

As relações de gênero são relações de poder movidas não apenas por racionalizações de hierarquias sociais, mas também por emoções. Sentimentos de superioridade de pessoas que pensam poder subordinar outras e sentimentos de dor daquelas que se percebem em situações de violência por tal subordinação. Sentimentos de coragem para enfrentar os estereótipos de gênero ou sentimentos de fragilidade, cansaço, medo, que tornam a vida difícil e, por vezes, insuportável.

Para Arlette Farge (2015) somente exceções que tratam da história do tempo presente e que usam da história oral, entrevistando sobreviventes da guerra ou dos campos de concentração, dão conta das narrativas dolorosas, das palavras de sofrimento por uma perspectiva histórica, mas é possível recuar no tempo e pensar o tema a partir dos arquivos. Os arquivos judiciais estão cheios de palavras de dor, de raiva, de medo. Neles há inquéritos policiais que investigam a morte para determinar se foi ou não suicídio, e por vezes, tais inquéritos anexam cartas ou bilhetes das pessoas que sofreram e deram fim à vida, como os usados por Maria Luiza Dias (1991) em seu estudo antropológico ou os encontrados por mim em alguns inquéritos do

²⁶ No original: “le champ émotionnel, qui irradie l’environnement des études et alimente les dynamiques de recherche, est simultanément une contrainte forte et une formidable opportunité pour saisir l’histoire à vif et ‘historiser le passé vivant’”.

arquivo público de Castro/PR. Também encontramos nos inquéritos os testemunhos das pessoas que ficaram e revelaram sua dor pelo ato da pessoa da família ou do seu convívio social que se suicidou. Esses arquivos permitem uma abordagem diferente sobre o suicídio, não focando no discurso institucional sobre ele, mas nas experiências ali presentes.

“Há sistemas relacionais e culturais que fazem das palavras de sofrimento um mundo a compreender, e não um dado inevitável” (FARGE, 2015, p. 15). A história pode preocupar-se com isso. A proposta para uma história do suicídio e das relações de gênero aqui segue pela análise dos registros sobre suicídios que constam em arquivos buscando as narrativas, as palavras que expressam o que as pessoas sentiam, seus anseios e suas dores. Sem abandonar a ideia de que a sociedade influencia o sujeito e nem a de que este também a influencia. Um diálogo entre as áreas do conhecimento aqui mencionadas possibilita um olhar mais atento à questão das subjetividades e das emoções.

Organizo a tese em quatro momentos, para além dessas reflexões introdutórias. No primeiro, problematizo o tabu em torno da morte voluntária, o silenciamento sobre uma situação que causa dor, culpa, revolta ou incompreensão. Nele também reflito sobre o estigma da loucura conferido às pessoas suicidas problematizando a ideia de que nenhuma mente sã colocaria fim à própria vida, pois concordo com Fábio Henrique Lopes (2014, p. 34) de que é necessário historicizar o suicídio e não o naturalizar, é preciso considerar as diferentes “histórias e singulares condições de possibilidade”.²⁷

No segundo momento, capítulo 3, analiso as histórias de mulheres que sofreram o que chamamos hoje de violência doméstica, mulheres que decidiram colocar fim à própria vida após serem constantemente agredidas por seus companheiros. No capítulo 4, problematizo os estereótipos da masculinidade e como a pressão social para adequar-se a um modelo ideal de homem pode causar dor, desejo de morte e morte. Cabe aqui uma explicação sobre essa separação de

²⁷ Ver também o artigo *Reflexões históricas sobre os suicídios* de Fábio Henrique Lopes (2013). Nele o autor trata da biopolítica afirmando que a vida, a morte e as formas de viver e morrer são históricas e se localizam no campo do poder político. Richard Miskolci (2012, p. 28) também se pauta na biopolítica definida por ele como “um conjunto de saberes e práticas que atuam sobre a vida dos corpos e das populações” para pensar o disciplinamento dos sujeitos com ideais de masculinidade que fortaleceriam a família e a nação. Sua proposta de análise é relevante para pensar como as pressões relativas à masculinidade podem ter provocado o desejo de morte em homens que não se adequavam ao socialmente exigido.

casos referentes ao suicídio de mulheres em um capítulo e os de homens em outro. Gênero é um conceito relacional e evidentemente as situações que envolvem os sujeitos não são isoladas para homens ou para mulheres, nem pretendo defender que as motivações sejam estaticamente distintas, como se a violência doméstica não pudesse afetar homens ou o desemprego e a velhice não desencadeassem angústias e preocupações para mulheres. Considero que a violência de gênero atinge mulheres, homens, homossexuais e heterossexuais e o suicídio pode ser uma consequência dessa violência para algumas dessas pessoas. A opção por essa forma de organizar a escrita deve-se às fontes e o que elas me possibilitaram pensar. Os suicídios de mulheres desses inquéritos policiais apontam para situações, principalmente, de violência doméstica, enquanto os de homens sugerem que a doença, a velhice e a impossibilidade de trabalhar pesaram de forma mais significativa. Para ambos, as pressões sociais de gênero oprimiam, embora de formas diferentes, e preferi discutir separadamente para pensar questões específicas que afetaram majoritariamente mulheres e depois sobre aquelas que interferiram mais na vida de homens, pois desta maneira é possível refletir sobre as construções sociais de gênero que estipularam ideais de masculinidade e de feminilidade para as pessoas que viveram em Castro/PR no final do século XIX e início do século XX.

Por fim, no quarto momento, o foco está nas relações amorosas. Alguns relacionamentos afetivos se pautam em dependências emocionais tão profundas que em caso de rompimento o suicídio é entendido como alternativa derradeira. Algumas histórias encontradas nos inquéritos policiais corroboram com essa perspectiva de análise.

Reafirmo que essa divisão de temas não significa que é possível generalizar as causas do suicídio e nem mesmo concluir as razões específicas do ato. Trata-se apenas de organizar ideias e debates aqui propostos, e permitir que questões centrais sejam problematizadas, discursos e comportamentos sejam historicamente (re)pensados. Cada história, cada experiência nos faz refletir sobre situações diversas e emoções distintas. O tema é o suicídio por uma perspectiva de gênero, mas não se trata apenas de tentar entender a morte, o fundamental é questionar a vida e as ações que oprimiam/oprimem e faziam/fazem com que pessoas considerassem/considerem ser melhor morrer para deixar de sofrer.

2 O TABU DO SUICÍDIO

No dia 19 de janeiro de 1907, o jurista Félix Herpin pronuncia o discurso de reabertura da conferência dos advogados estagiários de Poitiers. Estigmatiza o suicídio, ‘ato de desespero por parte do indivíduo, suprema insubmissão do culpado, igualmente insultante para a justiça humana (...) Eis aí um mal-estar social tão nocivo, pernicioso e destruidor quanto o cadafalso: o legislador continuará indiferente a ele?’. Herpin propõe a repressão das tentativas de suicídio, a audiência secreta dos processos e a censura de imprensa nesses casos. (GUILLON; BONNIEC, 1984, p. 21)

Ao começar a leitura dos inquéritos policiais por suicídio selecionados para a tese fiquei preocupada. Havia decidido escrever sobre o tema a partir das narrativas da comunidade sobre as pessoas cujo sofrimento em vida as fez escolher a morte. Como boa parte da população de Castro/PR não sabia ler e escrever eu encontrei poucos bilhetes ou cartas suicidas nos inquéritos, então, os testemunhos das pessoas próximas seriam o grande objeto de análise. Minha angústia se deu quando comecei a ler relatos curtos afirmando que de nada sabiam ou que não havia, aparentemente, motivo algum para tal ato. Em quinze inquéritos relacionados a suicídios de homens e em sete de mulheres a principal justificativa era não ter justificativa alguma.

Deixar de lado esses vinte e dois casos de suicídio, focando nos demais, poderia ser viável, mas para mim, essas histórias precisam ser significadas. Essas pessoas sofreram a tal ponto que em dado momento escolheram não mais viver. Isso não deve ser apenas sentido ou lamentado, mas deve ser significado. E esse silêncio da comunidade em relação a elas acaba dizendo muito a respeito do tema. O fato de que não queriam falar, não queriam lembrar-se de razões que poderiam ter motivado uma pessoa a tirar a própria vida demonstra o quão condenável era tal ação para elas.

Eni Orlandi em sua obra *As formas do silêncio* (1993, p. 14) reflete sobre os sentidos do silêncio e do silenciamento, que diferente do primeiro, é um silêncio imposto. Para a pesquisadora, o silêncio é fundador e nada passivo. O silêncio “que atravessa palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda

que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é ‘fundante’”. Diante disso, o silêncio e o silenciamento em relação às pessoas suicidas não podem ser desconsiderados.

Em outros doze inquéritos policiais, nove relativos a homens e três a mulheres, as justificativas dadas para o suicídio eram a demência ou um momento extremo de loucura. Da mesma forma que nos casos de pessoas que preferiram não relatar nada, nessas histórias as pessoas optaram por uma justificativa que não pesasse sobre as próprias testemunhas. Acabar com a própria vida não podia ser considerado uma ação de gente sã. Mesmo sem diagnóstico médico, estabelecer como causa do suicídio uma doença mental era comum.

O silêncio a respeito ou o estigma da loucura. Esse capítulo aborda essas duas estratégias da comunidade para não precisar justificar o que para ela era injustificável. Como as pessoas de uma região do interior que partilhavam da crença cristã poderiam admitir o fato de alguém desistir de viver? Isso significava recusar duas coisas que eram entendidas como dom divino: a vida terrena, e as provações que ao serem suportadas durante essa vida na terra garantiriam a salvação da alma. Tratarei no primeiro momento do silenciamento, da tentativa de coibir a memória em relação às pessoas suicidas e, na sequência, sobre a responsabilização de uma doença, real ou não, como subterfúgio para assimilação do ato.

2.1 NÃO HAVIA MOTIVO

Em 1926 foram registradas as seguintes palavras no relatório final do inquérito policial sobre a morte de Otto: “Trata-se o presente facto de mais um desses casos que os jornaes diariamente registram, em que um homem cheio de vida, forte, sem motivo que justifique põem termo estupidamente a sua existência”.²⁸ As palavras são duras. Ao mesmo tempo em que enaltecem Otto em relação à sua saúde e força o declaram estúpido, pois supostamente sem motivos se matou com um tiro na cabeça. O relatório ainda destaca que suicídios não eram esporádicos, mas corriqueiros. A história de Otto, porém, é mais complexa.

O agricultor para quem Otto trabalhava relatou que ele saiu de casa a fim de procurar uma ovelha desgarrada do rebanho que estava

²⁸ Inquérito policial. Suicídio. Otto Wielaud. Caixa: 1926. CCEE. Castro/PR.

perdida no mato. Demorou a voltar, mas pensaram que ele havia ido até a colônia. No dia seguinte, Jerônimo, lavrador vizinho, veio chamá-lo, pois tinha encontrado o corpo de Otto, com um ferimento na cabeça, “tendo ao seu lado uma pistola e um espelho”. O que significa esse espelho? Ele queria se ver antes de morrer ou morrendo? Ele era um recado para alguém?²⁹ Para além do objeto inusitado, deixar um espelho ao seu lado, ele deixou também um bilhete escrito em alemão, sua língua materna, que foi entregue à polícia e depois traduzido para o inquérito. Nele estava escrito:

Fiquei desesperado, para voceis ainda pode acontecer o mesmo. Sabia que voceis não foram cinseros para comigo, por este motivo cheguei até este ponto. Mandem o que eu possuo para os meus queridos paes e digam a elles para não ficarem tristes. Não foi possível agir de outra maneira. Sei que voceis me julgam culpado, mas Gottieb, lembra-te do que você me disse anteriormente eu segui o teu conselho e agora você me faz isso. Enterrem-me num lugarzinho calmo. Minhas últimas saudades aos meus paes e irmãos.

O que aconteceu para causar tanto desespero? Do que tratava exatamente esse bilhete e quem era Gottieb a quem ele se dirigia? Ninguém falou nada a respeito e nem lhes foi perguntado. Constatou-se o suicídio sem motivo que o justificasse e arquivou-se o inquérito. Li este e outros casos, alguns com ainda menos informações, como o de Hubaldo que se enforcou em 1900 e todas as testemunhas disseram nada saber a respeito, ou Saturnino, em 1904, Guilherme, em 1909, Boaventura e Silvestre, em 1914, Manoel em 1929³⁰. Ninguém foi capaz

²⁹ José Carlos Rodrigues (2006) cita a obra de Edgar Morin que em 1970 escreveu *L'Homme et la Mort* e narra sobre as crenças de povos das Ilhas Fidji que acreditavam em *kosi* (sombra) e em *baloma* (reflexo no espelho ou na água). Além do espelho haveria um “inverso mágico da vida” o que movia o medo do espelho quebrado como mal presságio. O autor ainda afirma que em diferentes lugares da Europa, na Alemanha, por exemplo, terra de origem de Otto, era costume cobrir os espelhos da casa com tecidos escuros devido à crença de que os espelhos poderiam aprisionar os espíritos. Queria Otto usar o espelho como sinal de que não estava partindo totalmente, que queria que sua morte incomodasse alguém? Queria provocar a consciência das pessoas e atormentar com o símbolo da permanência aprisionada do espírito? Isso faria sentido se o costume, a crença fosse partilhada pela comunidade, mas não encontrei registros disso.

³⁰ Inquérito policial. Suicídio. Hubaldo Preste Carneiro. Caixa: 1900; Saturnino Martins de Oliveira. Caixa: 1904; Guilherme Conner. Caixa: 1909; Boaventura Soares Marcondes e

de dizer algo que elucidasse a motivação de tal atitude. Não sabiam ou não queriam dizer nada? Por que a polícia não insistia, não fazia mais perguntas e não procurava pessoas que poderiam oferecer mais informações durante a investigação?

Quando narramos uma história conferimos a ela um sentido. As pessoas estavam diante de uma difícil situação, talvez sentissem a dor da perda de alguém próximo, familiar ou amigo, e ainda precisavam testemunhar sobre os fatos, para descartar a hipótese de assassinato ou de acidente. Eram questionadas sobre a motivação do suicida para agir de tal maneira, mas se elas falassem algo, encontrassem um motivo, estariam de alguma maneira respaldando, justificando a ação ao dar a ela significado. Silenciar era isentar-se. Para a polícia, que naquela região interiorana tinha um efetivo pequeno, resolver rapidamente a questão, se foi suicídio, assassinato ou acidente, podia ser prioridade maior do que entender as motivações que conduziram ao ato. Constatado o suicídio, policiais também não deviam querer apresentar legitimações para ele, pois compactuavam do mesmo sistema cultural que o entendia como inaceitável.

Os moradores e moradoras de Castro tinham a religiosidade cristã como uma de suas características. A cronologia da cidade destaca a fundação de igrejas e de capelas. A Igreja Católica de Santa Clara foi fundada em 1890, a Luterana em 1899 e o Templo Presbiteriano em 1911. Sem contar com as inúmeras capelas construídas nas fazendas, nas localidades mais retiradas³¹. Em 1897 o bispo visitou Castro e isso foi motivo de festividades. Jornais cristãos foram criados, como o *Aurora do Evangelho* em 1896 e o *O testemunho*, da Igreja Presbiteriana, em 1928. A cidade tinha uma escola católica em 1900 e a passagem do monge João Maria pela cidade, registrada em 1906, marcou a cultura local. Ele não é um santo oficial da igreja, mas era, e ainda é, uma personalidade religiosa importante na cultura popular

Silvestre Guerreiro. Caixa: 1914. Manoel Fernandes de Assumpção. Caixa:1929. CCEE. Castro/PR.

³¹ Na Fazenda Capão Alto de Castro/PR há uma capela dentro da casa principal, onde a família e a comunidade faziam suas orações. Um pouco distante da casa existem ruínas de outra capela. Nela, segundo o guia da visita ao local, negros e negras escravizados/as rezavam à Sinhara (Nossa Senhora) pedindo instruções de como comandar a fazenda, que ficou sob sua administração quando os proprietários, religiosos carmelitas, voltaram para São Paulo (Ver informações sobre a fazenda em: <http://fazendacapaoalto.com.br>). Evidentemente, outras expressões religiosas eram compartilhadas por moradores/as, inclusive as de matrizes africanas. Destaco aqui a religiosidade cristã por compreender que sua presença massiva significou a elaboração de pensamentos compartilhados em relação a vários elementos da cultura local, promovendo regras morais de conduta.

brasileira e é, por muitos chamado de São João Maria³² (DINIZ *et. all*, 2003). Essa religiosidade cristã não permitia concordar com o suicídio.

A história de Salvador possibilita reflexões importantes³³:

Maria, mãe de Salvador, a quinze annos mais ou menos cometeu um suicídio tendo se enforcado quaize no mesmo lugar distante menos de dez braço, onde enforcouce Salvador, que dia dezenove do corrente sahiu de sua casa de manhã, dizendo que ia capinar o lugar onde sua mãe tinha sido morta, logar esse, onde tem uma cruz fincada e plantar umas flores e como de facto capinou o referido logar e plantou as flores e na volta para sua casa, antes de chegar deixou a enchada e o chapéo e enforcou-se.

Ele foi viver com os tios depois da morte da mãe. Por mais que essa morte possa ter lhe causado tristeza e mudanças significativas em sua vida, na mentalidade das pessoas que conviviam com o jovem, nada disso poderia ser motivo de desejo de morrer. Pesquisas recentes podem indicar a existência de fatores genéticos para o suicídio e da influência da história familiar como elemento de risco (ABP, 2014), mas essas questões não faziam parte do entendimento popular do período. Delphino, negociante local, afirmou em depoimento que

não havia e nem houve motivo algum para que tivesse elle Salvador comettido çuicidio, visto como foi criado pelos seus tios Caetano e sua mulher Anna, estes já velhos e criaram-o na melhor estimação, fazendo finalmente todas as vontades de Salvador, que sempre procedeu muito bem, tratando sempre o casal de velhos com todo

³² Em regiões interioranas a presença do padre nem sempre era constante. Eles ficavam nas paróquias e visitavam as capelas esporadicamente. O que ainda ocorre em muitos lugares. A necessidade de manifestação da fé e de busca de consolo espiritual movia e move práticas religiosas populares. Procissões, novenas, festividades religiosas. Os rezadores e as benzedoras eram figuras importantes para as comunidades. O monge João Maria ficou bastante conhecido no sul do Brasil, principalmente com a Guerra do Contestado. Embora três diferentes monges tenham passado pela região e o monge que morreu durante a guerra se denominasse José Maria, a crença popular os une no mesmo homem santo que atendia os anseios do povo oprimido. Sobre os monges há diversas pesquisas. O livro escrito por Eloy Tonon *Os monges do Contestado* (2010) se ocupa de definir a trajetória de cada um dos três mencionados.

³³ Inquérito policial. Suicídio. Salvador Moreira. Caixa: 1910. CCEE. Castro/PR.

o respeito e bem assim Salvador era geralmente estimado por todos.

O jovem negociante, conhecido da família, preocupou-se em ressaltar a boa conduta dos tios de Salvador, possivelmente para que nenhum sentimento de culpa ou condenação social os assolasse. No pensamento cristão, suportar uma dor se assemelha ao ato de carregar uma cruz, como Cristo teria feito para a salvação da humanidade. Na história da religiosidade cristã, o ato de tirar a própria vida, por qualquer razão, já foi entendido como um ato de extremo pecado, pois para os cristãos a vida pertence a Deus. Como dom divino a ser usufruído, precisa obedecer a um plano que conduz ao céu. Assim, se entendia que o cristão não tinha o direito de colocar fim à vida que pertencia a Deus e ao fazê-lo, negava seu plano de salvação, sendo por isso condenado eternamente. Nessa perspectiva cristã, Salvador não poderia ter se matado, por mais que sofresse, deveria carregar sua cruz. E as testemunhas não poderiam querer entender ou justificar seu ato. Ele contrariava a ordem religiosa estabelecida.

Historicamente, foi a partir do pensamento de Santo Agostinho que a Igreja Católica passou a condenar com maior veemência o suicídio. Na Igreja primitiva era, de certo modo, aceitável quando se tratava do martírio, do deixar-se matar para entrar no reino dos céus. Santo Agostinho passou a declarar o desejo de morte como aspecto de possessão demoníaca. Já que Deus seria o autor da vida, somente ele poderia tirá-la. Pelo Concílio de Toledo em 693 d.C. os suicidas passaram a ser condenados e os autores de tentativas eram excomungados. De acordo com o Novo Testamento, Judas teria se enforcado depois de trair Jesus Cristo, e isso fez com que o suicídio passasse a ser interpretado como traição e covardia. Foi um “acto de fraqueza”, disse o pai de Leofridina que se enforcou em 1924³⁴. E por essa fraqueza, por essa traição a Deus é que suicidas não podiam ser enterrados em cemitérios cristãos, considerados campos santos.³⁵ O entendimento disso possivelmente motivou o pedido de Otto no bilhete

³⁴ Inquérito policial. Suicídio. Leofridina de Castro. Caixa: 1924. CCEE. Castro/PR.

³⁵ Pelo Código de Direito Canônico de 1983 as pessoas que tentaram o suicídio também não podiam receber o sacramento da ordenação sacerdotal (http://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm). Sobre a proibição do enterro no cemitério católico, ver os já mencionados textos de Valdemar Augusto Angerami (1986), de Vicente Muelas e Enriqueta Ochoa Mangado (2007) e também o artigo de Elisiana Trilha Castro, ‘Para cada morto, a sua cova’ (2013). Durkheim (2014) também abordou a questão das penas morais destinadas a suicidas e às pessoas que tentaram o suicídio, não permitir o enterro no cemitério era uma delas.

que deixou, “enterrem-me num lugarzinho calmo”³⁶, já que no cemitério possivelmente não seria permitido.³⁷

Falar sobre os motivos de um suicídio era um tabu. Era preferível e necessário silenciar. E para além desse silenciamento, uma prática bastante comum nos inquéritos policiais era negligenciar dados da pessoa suicida. Quando uma pessoa chegava para depor era anotado seu nome, idade, estado civil, profissão, endereço e se sabia ler e escrever. Muitas informações para identificar as testemunhas. Isso permite traçar um panorama sobre a comunidade, entender que a maioria vivia da lavoura de subsistência³⁸ e que as demais atividades eram ligadas em alguma medida a essa prática. Havia ferreiros, importantes para a manutenção de ferraduras para os animais de carga e de objetos para suas carroças e ferramentas agrícolas. Havia negociantes locais para suprir as necessidades que a agricultura familiar não dava conta. Esses dados revelam a grande presença de imigrantes na região e também do analfabetismo, já que poucos sabiam ler e escrever. Sobre a pessoa que se matou, porém, não se escrevia quase nada. É difícil encontrar características mais específicas como idade ou profissão. A não ser em casos específicos, como nos de pessoas idosas que tinham sua idade registrada, quando se tratava de prostitutas e seu ofício era ressaltado ou quando os peritos decidiam descrever a pessoa em seu relatório. Elizabeth Cancelli (2001, p. 67) resalta que o regulamento do Serviço Social de 1907:

³⁶ Inquérito policial. Suicídio. Otto Wielaud. Caixa: 1926. CCEE. Castro/PR.

³⁷ Pesquisei nos arquivos da Igreja Matriz Santana de Castro/PR e nenhuma das pessoas a que se referem os inquéritos por suicídio aqui analisados possuem registro de sepultamento nos cemitérios ligados às capelas da região. Uma pesquisa nos arquivos do Cartório de Registro Civil de Castro revelou que várias delas foram enterradas em cemitérios públicos, o que era permitido pela não vinculação com a Igreja. Em junho de 1889 a Câmara Municipal de Castro ordenou a construção de um muro no Cemitério Municipal para o sepultamento dos não católicos em espaço isolado. A separação foi anulada em 1908, ficando o cemitério municipal comum para todas as pessoas (DINIZ *et al.*, 2003, p. 72). No entanto, mesmo com as áreas comuns as práticas muitas vezes faziam com que sepultamentos nos cemitérios seguissem determinada lógica espacial segregativa. Nos cemitérios antigos é corriqueiro localizarmos nos fundos vários túmulos de crianças, eram as não batizadas que eram enterradas longe do cruzeiro, geralmente erguido na parte central do cemitério. Pessoas suicidas, quando enterradas no cemitério, também tinham seus túmulos nessas partes mais periféricas. Maria Elizia Borges (2014) escreveu um interessante capítulo sobre a secularização dos cemitérios no Brasil na obra *Sentidos da Morte e do Morrer na Ibero-América*.

³⁸ Por lavoura ou agricultura de subsistência entendo aqui aquela que se constitui pelos três elementos fundamentais apontados por Maria Ignez Paulilo (2016, p. 33): “relações de produção predominantemente familiares, pouca participação no mercado e diversificação agrícola”.

exigia um exame rigorosíssimo dos cadáveres. Nele os legistas deveriam fazer uma inspeção externa (dados do morto), condições do meio em que se achava o cadáver, exame externo dos mesmos (vestes, posição, atitude), sinais de morte real e época provável em que aconteceu, sinais de identidade, indícios externos de morte violenta, atentado, acidente ou doença...

Apesar disso, na maioria dos casos analisados, apenas o nome era registrado nos dados da pessoa suicida. As outras informações são recuperadas por interpretação, sabe-se que a pessoa era casada quando o marido ou esposa eram chamados a depor, que tinha filhos ou filhas quando estas pessoas davam seu testemunho, que era jovem quando os pais ou mães declaravam a própria idade revelando-se jovens também.

Silêncio na descrição, silêncio nos testemunhos, não se permitia enterrar no cemitério. Um conjunto de fatores que mais parece uma tentativa de relegar as pessoas suicidas ao esquecimento. Nas *Ordenações Filipinas*, no livro V, código de leis português vigente no Brasil de 1603 até a instituição do Código Criminal do Império em 1830, havia a condenação à morte do corpo e à morte da memória em casos de crimes considerados graves. Silvia Hunold Lara (1999, p. 22) explica na introdução a uma versão do livro V o que era denominado de “mil mortes”. Quando uma pessoa era condenada a “morrer por isso”, não significava a morte de seu corpo como punição, mas sim que ela sofreria uma morte civil, perderia seus bens ou grau social e, por vezes, seria degredada. A condenação a “morrer por isso morte natural” se referia à morte do corpo, que poderia ser por envenenamento, açoites com instrumentos de ferro, pelo fogo ou forca. Existiam variações para essa condenação à morte em casos mais graves, “podia-se ter ainda a *morte cruel* (com suplícios) e a *atroz* (a seguida de confisco dos bens, proscricção da memória, queima de cadáver etc.)” (LARA, 1999, p. 23). Matar o corpo e a memória seria a condenação extrema. Perdia-se o direito à vida e o de ser lembrado pelas pessoas. Esse forçar o esquecimento da pessoa suicida sugere uma forma de condenação semelhante. Ao desistir de viver, então não deve viver nem mesmo na memória das pessoas.

Lembrar e esquecer são exercícios da memória. A característica seletiva de nossa memória já foi amplamente discutida. Guardamos na memória os momentos felizes, as pessoas que marcaram nossas vidas, os lugares significativos. Criamos “lugares de memória”, como bem

apontou Pierre Nora (1993). Temos álbuns de fotografias para guardar recordações de casamentos, batizados, festas, encontros. Os chamados ‘*books* fotográficos’, antes feitos por pessoas que queriam se candidatar a campanhas publicitárias, por exemplo, agora são produzidos como registros de uma época, como registro do que é considerado a beleza de determinado tempo da vida, a juventude, a maternidade. Os monumentos em praças públicas ou instituições são erguidos para lembrar eventos ou celebridades. E se estes são lugares de memória que remetem a boas lembranças, nós também construímos lugares de memória para tragédias, para momentos que não gostamos de lembrar, mas que julgamos importante não esquecer. Museus do Holocausto, a preservação de campos de concentração e de objetos lá deixados. Fotografias de grandes tragédias da humanidade. Lembrar para não repetir.

O cemitério é também um lugar de memória. E ele é um misto de espaço de dor e de lembranças positivas. Ao mesmo tempo em que marca um dia triste, a perda de alguém, ele se constitui em um local para posteriormente recordar, visitar pela lembrança de momentos vividos. Ilton Cesar Martins (2008, p. 77) define o cemitério como um “espaço de memória social e cultural, capaz de suprir lacunas existentes pela falta de museus, casas de memória e centros de preservação em cidades pequenas.” Os túmulos são monumentos à memória das pessoas ali enterradas. São enfeitados com símbolos de sua fé ou de seu trabalho. As placas indicativas são mais do que meros registros formais, trazem fotografias para lembrar a feição, trazem frases amorosas e saudosas da família como forma de externar e registrar a memória de seu afeto.

As celebrações fúnebres, a missa de corpo presente para os católicos e a missa do sétimo dia, são momentos para recordar o significado da pessoa na vida dos demais, ainda vivos. O próprio velório é um momento específico de rememorar os feitos, as falas, as amizades, as experiências vividas. As pessoas ficam naquele espaço durante determinado período para prestar homenagens à pessoa que faleceu e nesse tempo, relembam. O dia de finados, feriado nacional, é dia de rememorar e homenagear com flores, velas e celebrações as pessoas que partiram.

Estevão de Rezende Martins ao refletir sobre estes espaços ou objetos que fazem lembrar ressalta que:

O documento ou o monumento não “se lembra”, mas lembra a mim, a nós, tal ou qual ocorrência. Ankersmit propõe colocar esses dois sentidos em

uma fórmula paradoxal, ao dizer que esses “fatores externos” nos lembram algo sem ser responsáveis pela existência dessa lembrança em nós.” (MARTINS, 2008, p. 22).

Nós constituímos lugares de memória, como os museus ou o cemitério, e momentos de memória, como datas comemorativas e celebrações. Queremos lembrar as experiências vividas, seja por nós ou pela comunidade com a qual convivemos, pois a memória corrobora com uma ideia de identificação. Maurice Halbwachs (1990) na década de 1930 já refletia sobre a ideia de uma memória coletiva e o autor é, até hoje, entendido como um dos principais pensadores sobre o tema. Para ele a memória pode ser coletiva já que:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26).

As experiências da coletividade fazem parte do que somos e aquilo que nos é particular contribui de alguma maneira com o coletivo. Somos constituídos pela cultura histórica da sociedade em que estamos inseridos e com ela contribuimos. Embora a memória coletiva possa remeter a construções de memórias oficiais, como histórias locais contadas apenas pela perspectiva de determinados sujeitos, é preciso ampliar a reflexão. Para Maurice Halbwachs (1990) não se trata apenas de uma forma de dominação, no sentido de uma memória oficial sendo imposta, mas significa também um sentido de coesão em relação a uma “comunidade afetiva” da qual se pretende fazer parte. Queremos pertencer a determinadas memórias. Queremos dizer que conhecemos determinadas pessoas, que fizemos parte da vida delas. Queremos afirmar que visitamos certos lugares, que vimos certas coisas, que tivemos determinadas experiências.

Outras lembranças, porém, são traumáticas e algumas situações da vida nós preferimos esquecer. Há assuntos sobre os quais não queremos falar, pois a lembrança deles provoca sentimentos considerados ruins, como a dor, a vergonha, a culpa. Silenciar, mesmo

que nos recordemos, pode ajudar algumas pessoas a prosseguir a vida, apesar da dor. Pessoas torturadas, pessoas que passaram por acidentes graves, mulheres que foram vítimas de violência doméstica, crianças que sofreram abuso. Muitas não querem mais falar sobre isso, para não reviver o trauma. Memórias também podem ser silenciadas quando contestam, por exemplo, a coesão nacional. Michael Pollak (1989) em seu texto *Memória, esquecimento, silêncio*, argumenta sobre o caráter problemático do pensamento de Maurice Halbwachs, quando ele procura harmonizar a ideia de memória coletiva. Para Michael Pollak (1989) as memórias subterrâneas, aquelas que pertencem a pessoas excluídas, marginalizadas, às minorias, que se opõem à memória oficial construída de forma harmônica, precisam ser seriamente consideradas. Para o autor, pesquisas recentes revelam a perspectiva destruidora ou uniformizadora da memória coletiva, que entra em disputa, em momentos de crise, com as memórias subterrâneas que foram desprezadas por não colaborarem com a coesão que se desejava.

A memória clandestina ou proibida, apropriando-me aqui das expressões utilizadas por Michel Pollak (1989, p. 3), sobrevive como lembranças traumáticas “que esperam o momento propício para serem expressas”. Essas memórias pertencem a alguns grupos específicos que estão inseridos em uma sociedade pretensamente englobante. As lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas, acabam sobrevivendo apenas em estruturas informais de comunicação, em círculos familiares ou de amizades restritas.

Por conseguinte, existem lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (POLLAK, 1989, p. 6).

A morte de uma pessoa próxima pode ser traumática e gerar dor quando, por exemplo, isso ocorre em consequência de um acidente ou de uma doença grave que acomete uma pessoa jovem. A morte constitui um momento esperado quando se trata de pessoas muito idosas, mas, mesmo assim, pode ser vivenciada com tristeza pela perspectiva da

projeção da saudade.³⁹ Os ritos de memória ajudam a assimilar a perda. O velório, como momento de despedida, quando as conversas produzem lembranças boas da pessoa que morreu, o enterro em um lugar considerado sagrado, o cemitério e as celebrações posteriores, como a missa de sétimo dia na Igreja Católica, as visitas ao túmulo nos dias de finados.⁴⁰ A seletividade da memória é exercida nesses momentos, pois a maioria das pessoas procura lembrar-se do que foi positivo. Mágoas, ressentimentos, discordâncias, parecem perder a importância de antes, não fazem mais sentido. A pessoa se foi e isso significa que não haverá mais conflitos, então é preferível lembrar daquilo que foi bom nas experiências vividas.

O túmulo como monumento à memória, a lápide e os dizeres de saudade são tão significativos quanto o ritual de memória que acompanha a cerimônia de cremação e posterior destino das cinzas. Elas são guardadas em um recipiente que ficará próximo à família da pessoa falecida ou serão espalhadas em um lugar que foi significativo para ela. O recipiente é um objeto de memória e o local se constitui em lugar de memória que ao ser revisitado fará recordar, mesmo que nenhum vestígio, nenhum monumento, nenhuma lápide seja colocada. A própria paisagem alimenta a lembrança.

Na contramão de toda essa exaltação da memória de pessoas falecidas está o tratamento tantas vezes conferido a suicidas. O tabu que cerca a morte voluntária já lhes negou as celebrações fúnebres e o enterro em cemitérios cristãos. Os lugares de memória e os momentos em sua memória lhes foram tirados. E essa concepção sobre o suicídio perdurou por bastante tempo. Apenas em 1992 foi concluído o novo catecismo da Igreja Católica, trabalho assumido pelo Papa João Paulo II. Nesse documento a Igreja afirma que a vida é um dom divino e como tal deve ser preservada pelas pessoas. O parágrafo 2280 destaca: “Nós somos administradores e não proprietários da vida que Deus nos confiou; não podemos dispor dela.” E no parágrafo seguinte afirma que o suicídio é uma ofensa ao próximo porque “quebra injustamente os laços de solidariedade com as sociedades familiar, nacional e humana,

³⁹ Evidentemente, diferentes sociedades em diferentes tempos e espaços configuram sentidos diversos à morte e os grupos sociais lidam com ela de forma distinta. Significativas para pensar tais questões são as obras de Philippe Ariès, *O homem diante da Morte* (2014) e de José Carlos Rodrigues, *Tabu da Morte* (2006).

⁴⁰ Para José Carlos Rodrigues (2006, p. 20) os “ritos da morte comunicam, assimilam e expulsam o impacto que provoca o fantasma do aniquilamento.” Para o autor, o funeral é ao mesmo tempo um momento de drama e uma solução para ele ao se constituir em momento de transição da angústia do fim de uma vida para o consolo e a esperança que podem ser provocados pela atenção da comunidade ou pelas crenças em relação à morte.

em relação às quais temos obrigações a cumprir.” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1997). Para a Igreja Católica então, a pessoa suicida seria egoísta ao desistir da vida e abandonar as demais. O documento não reflete sobre as dores que podem levar ao desejo de morte e não reflete sobre quem deseja morrer como alguém que sofre. No entanto, uma mudança significativa que tal documento trouxe é a ideia de que a condenação do suicida pode não ser eterna, dependendo do arrependimento do sujeito e da misericórdia divina. Com isso, a Igreja passou a aceitar a oração pelas pessoas que atentaram contra a própria vida passando a permitir celebrações à memória de suicidas e sepultamentos de seus corpos em cemitérios cristãos.

Essa mudança de postura da Igreja não significa uma mudança efetiva na forma de cristãos lidarem com a situação⁴¹. Permissão institucional para rezar e enterrar não faz diminuir o sentimento de reprovação àquelas pessoas que se matam e contrariam o entendimento de que a vida pertence a Deus. Continuam entendendo o sofrimento como apenas um elemento que, ao ser suportado, leva à redenção eterna. Querer colocar fim a ele pelo suicídio continuou sendo compreendido como fraqueza e traição a Deus. Não pode ser justificado, mesmo que se acredite que possa ser perdoado pela misericórdia divina.

A constante expressão “não havia motivo algum” nas respostas de depoentes nos inquéritos policiais corrobora com a ideia do suicídio como algo injustificável. Assim, mesmo que todas as testemunhas soubessem que Ignês já havia tentado o suicídio por duas vezes antes de concretizar o ato enforcando-se em uma árvore em 1912, a afirmação constante era que se “ignorava completamente a causa dessa morte”.⁴² Veríssimo tomou seu chimarrão, levantou-se e foi se enforcar. Ele já havia tentado dias antes, mas foi impedido pela mulher. Ao testemunhar,

⁴¹ No site Dominus Est: fiéis católicos de Ribeirão Preto há uma explicação de que mesmo que o Código de Direito Canônico de 1983 não mencione a proibição do enterro no cemitério e que o “argumento modernista” afirma que não se deve negar a celebração fúnebre, pois seriam as pessoas suicidas as mais necessitadas de oração, “Tirar a vida é um grave pecado contra o quinto mandamento de Deus: “Não matarás.” Este mandamento não só proíbe tirar vida alheia, mas também a sua própria. O ato de negar a sepultura eclesial é a um suicida é uma punição exemplar; de modo que ninguém imite esse ato horrível. O suicídio é um pecado mortal; e um pecado mortal é o suficiente para merecer o inferno; e se está no inferno nenhuma oração pode tirá-lo de lá.” Tal publicação recente feita pelo Padre Gerald Fallarcuna Llamera em novembro de 2016, demonstra a continuidade da condenação moral do suicida, mesmo após o Novo Catecismo da Igreja Católica. (<http://catolicosribeiraopreto.com/sepultura-catolica-quando-concede-la-ou-nega-la/>).

⁴² Inquérito policial. Suicídio. Ignês Lopes. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

seu filho afirmou que “em sua casa nada se deu que pudesse justificar esse acto de fraqueza”⁴³.

Embora houvesse o esforço para silenciar a respeito, há relatos de familiares e pessoas amigas que deixam escapar elementos que constituem a memória construída com relação aos/às suicidas. Na maioria dos casos as pessoas destacam a bondade e harmonia da comunidade em relação a quem se suicidou, principalmente quando mulheres tiravam a própria vida. Nesses casos, não havia motivos porque o marido era bom, porque era bem tratada pelo pai e pela mãe. Quando os casos eram relativos à morte de homens, se destacava a boa relação com a vizinhança e com a família, mas também se apontava para o bom comportamento que eles tinham em vida. As mulheres eram passivas em relação à bondade das demais pessoas enquanto os homens atuavam também com bom comportamento. Essa era a memória instituída. Elas não deviam se matar porque ninguém lhes fazia mal, eles não deviam se matar porque não agiam mal.

Júlia tentou o suicídio. Em seu relato afirmou que estava triste depois da perda de um filho. Para as testemunhas, porém, ela “não tinha motivos por que seu marido não deu motivos”. Sua tristeza, a falta que sentia do filho, não eram significativas para as pessoas já que ela tinha um marido que não lhe deu motivos para assim agir. Cabe ressaltar que as testemunhas deste inquérito foram quatro homens. Todos eram lavradores, sem parentesco relatado com Júlia. Três deles, solteiros e jovens, entre 24 e 32 anos, afirmaram apenas que nada sabiam. O mais velho, de 50 anos, casado, foi quem afirmou que ela não tinha motivos, pois o marido não havia dado. O que seriam motivos que o marido poderia ter dado? Traição, violência doméstica? O que saberia esse homem da vida íntima do casal? Não estariam essas testemunhas apenas constando para que não se registrasse nenhuma possibilidade de incriminação desse marido “que não teria dado motivos”? As construções sociais de gênero pautadas na hierarquização das relações familiares e na lógica de que aos homens era condenável a expressão da sensibilidade e das mulheres era esperada a resignação, explica em alguma medida essa postura. Nenhuma mulher testemunhou no caso de Júlia.

Ernestina que, para os homens que testemunharam no inquérito, “não estava fora do juízo” e “Que gozava muita simpatia” ou Olívia que “era bem tratada pelos de casa e não mostrava achar-se desgostosa de alguma couza”, são outros exemplos de mulheres de quem se esperava

⁴³ Inquérito policial. Suicídio. Veríssimo de Paula Castanho. Caixa: 1928. Castro/PR.

resignação.⁴⁴ A jovem Olívia era filha adotiva. Em uma tarde saiu de casa dizendo ir ao dentista e no retorno foi vista dirigindo-se para os lados de um cemitério. No caso de Olívia, foram três testemunhas, um homem e duas mulheres que trabalhavam em sua casa. Estas pessoas, empregadas do pai de Olívia, que ressaltaram o quanto ela era bem tratada e aparentava satisfação com a vida, disseram pensar que ela estava indo pagar alguma promessa, o que reafirma a religiosidade da população local. Mais tarde, seu vestido foi encontrado em uma canoa e seu corpo foi encontrado próximo, afogou-se no riacho.

Zulmira era jovem. Segundo o seu pai tinha dezenove anos, embora o jornal que noticiou sua morte tenha afirmado que tinha 17 anos. Ela era estudante da Escola dos Trabalhadores Rurais e morreu após ingerir carrapaticida na escola. Sua mãe tentou salvá-la, o médico foi chamado, mas não foi possível e ela morreu quatorze horas depois. Seu pai narrou

que sua filha suicidou-se somente por leviandade, e depois soube o declarante por uma aluna da escola que esta convidou a sua filha para vir domingo ao matinê e esta respondeu que se estivesse viva até lá, talvez iria, que pela informação dessa menina, sua filha já estava premeditando o suicídio.⁴⁵

A professora da escola afirmou “que supõe que a vítima suicidou-se por leviandade, porque era uma menina muito bem tratada por seus pais e era uma menina muito meiga”. Ela premeditara, mas todos disseram que não perceberam nada. Salientaram que era bem tratada e o ato foi julgado como leviano. O relatório da polícia concluiu que o suicídio foi “por motivo de contrariedade [...] sendo uma moça a quem os pais tratavam muito bem e com todo carinho”. Pelos relatos é perceptível o pensamento da época de que as mulheres solteiras deviam contentar-se com o “bom tratamento” recebido dos pais e as casadas, dos maridos. Suas inquietações, suas dores, angústias, não eram percebidas ou não eram consideradas importantes.

A história de Maria das Dores é inquietante. O inquérito policial dá a entender que vários homens, jovens, que tinham entre 17 a 33 anos,

⁴⁴ Inquérito policial. Tentativa de suicídio. Julia Marcondes Carneiro. Caixa: 1911. Inquérito policial. Suicídio. Ernestina Marcondes Ribas. Caixa: 1909. Olívia da Silva. Caixa: 1923. CCEE. Castro/PR.

⁴⁵ Inquérito policial. Suicídio. Zulmira Rodrigues. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.

como constatamos na identificação das testemunhas, estavam com ela e seu marido em uma roda de chimarrão, à noite, no paiol de sua casa. Romão, disse que de repente, sem razão aparente

estando tomando mate no pé do fogo com o casal, nesta ocasião, saiu a mulher e foi para o canto, nesta ocasião o seu marido, ouviu bulla no quarto, foi ver esta bulla encontrou ella, enforcada, seo marido gritou que elle tistimunha cortasse a redia que ella não estava morta, e que nesse instante mesma cabou de morrer.

Causa estranheza pensar que ela estivesse naquela roda de chimarrão, mesmo que na companhia do marido, sendo a única mulher presente. Era, e ainda o é, comum que nas regiões interioranas mulheres e homens se reúnam em grupos separados nas rodas de conversa. Eles fora da casa, na varanda, no pátio ou paiol, conversam sobre seus assuntos, o trabalho, as novidades locais, enquanto elas na cozinha tomam o mate e partilham experiências da casa e da prole, enquanto cumprem com os afazeres domésticos. Somente homens, porém, foram testemunhas em seu inquérito. Nenhuma mulher de sua família ou vizinhança foi ouvida e nem consta que alguma estivesse presente naquela noite. A polícia limitou-se a perguntar a essas pessoas sobre o comportamento do marido com relação a ela. Ao que todos responderam de forma semelhante: que viviam bem. A pergunta insistente tanto pode significar o interesse em reforçar a inocência do marido em relação ao sofrimento da esposa, quanto demonstrar que a violência doméstica já era compreendida como causa possível de suicídio de mulheres.

Gabriel era muito jovem quando tirou a própria vida com um tiro. É um dos poucos que os peritos descrevem com mais detalhes: “de cor morena com mais ou menos dezoito anos de idade trajando camisa de meias de cor parda calças de brim de cor escura, nele encontraram um ferimento produzido a queima roupa por projétil de arma de fogo”⁴⁶. Seu pai estava longe da casa procurando por animais de sua propriedade que tinham escapado. Foram lhe chamar e quando chegou ao galpão viu seu filho morto. Afirmou que “acha também que não havia um motivo conhecido de seu filho ter se suicidado pois viviam todos tanto em caza como com os vizinhos na maior harmonia”. O amigo Gustavo declarou “que este nunca lhe falou nesse projeto de se suicidar e que foi sempre

⁴⁶ Inquérito policial. Suicídio. Gabriel Machado dos Santos. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.

pessoa de comportamento exemplar não sabendo ele depoente que houvesse motivos para o mesmo ter tentado contra a existência”. O amigo Joaquim foi mais longe afirmando que “nunca ouviu falar que o mesmo tivesse o mínimo desgosto na vida que desse motivo para que praticasse o ato que praticou”. Atentar contra a própria vida era injustificável.

Assim como Gabriel tinha bom comportamento, Durvalino não bebia e “nunca se queixava de ganhar pouco e de estar aborrecido da vida”, Joaquim era bem querido no bairro e não tinha desafetos, Jacob vivia na casa de João junto com outros jovens que ali foram acolhidos, rapazes e moças, e sempre foi de “comportamento exemplar”. Orthencio “não uzava bebidas alcoólicas e gosava de boa saúde [...] era noivo e que vivia em completa harmonia com sua noiva e que nunca houve desarmonia entre ambos”⁴⁷. O filho de Constante, que se enforcou em uma árvore, disse que “seu pae era muito estimado de todos que o conheciam, e que alem da sua avançada idade vivia em boa armonia com sua familia”⁴⁸.

Para além de não encontrar justificativa para o ato suicida, reforçaram a memória positiva de homens que agiam bem tanto com a família quanto com a comunidade. Não bebiam, trabalhavam e mesmo ganhando pouco, não reclamavam. As questões de gênero são perceptíveis nesses relatos. Elas não apenas moviam as relações entre as pessoas da comunidade, mas eram importantes na constituição das memórias sobre as pessoas falecidas. Os homens deviam ter o reconhecimento da comunidade, como homens que agiam bem, as mulheres precisavam da proteção familiar, dos pais ou maridos. A memória positiva não era sobre elas, mas sobre suas famílias, representadas pelos homens, pais ou maridos.

O sentido de honra era diferente para homens e mulheres no final do século XIX e início do século XX, período em que tais eventos se passaram. Eles eram considerados honrados e honestos quando eram trabalhadores, cumpriam com seus compromissos financeiros, sustentavam a família e mantinham a palavra dada, como bem argumenta Vanderlei Machado em sua análise de um modelo de masculinidade em Desterro/SC no século XIX (2001). O autor utiliza como fontes principais de sua pesquisa os registros de memória relativos

⁴⁷ Inquérito policial. Suicídio. Durvalino Ribeiro Martins. Caixa: 1925. Joaquim de Paula Bueno. Caixa: 1900. Jacob Correia da Silva. Caixa: 1929. Orthencio Jose Bernardo. Caixa: 1918. CCEE. Castro/PR.

⁴⁸ Inquérito policial. Suicídio. Constante Gonçalves de Oliveira. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.

a homens encontrados em obituários publicados em jornais. A honestidade das mulheres era medida pela postura recatada e submissa que assumiam. Suean Caufield (2000) argumenta que elas eram consideradas honestas, principalmente se tivessem uma sexualidade regrada, se enquanto solteiras fossem virgens, quando casadas fossem fiéis e castas quando se tornavam viúvas. A relação submissa que tinham com os homens que eram seus tutores, pais ou maridos, era o fator de maior relevância para sua honestidade e sua honra.

Evidentemente havia motivos que levaram estas pessoas, homens e mulheres, a acabarem com suas próprias vidas, alguns inclusive explícitos nas narrativas, a dor da perda do filho, o suicídio da mãe anos antes. Para a comunidade, porém, registrar tais motivos na constituição das memórias, mesmo que apenas no inquérito policial, era difícil. Estariam de alguma maneira justificando o injustificável. Havia um empenho de apagar as memórias dessas pessoas. Não haveria celebrações fúnebres e nem enterro no cemitério cristão. Mesmo assim, algumas memórias foram construídas, intencionalmente ou não, e elas reforçaram as pressões sociais que homens e mulheres vivenciavam. Dores e angústias foram esquecidas ou negligenciadas nos relatos. Bons comportamentos deles e bons tratamentos recebidos por elas foram reforçados. Eles foram protagonistas, elas foram personagens secundárias de suas próprias histórias.

A dificuldade de encarar a morte fez com que as pessoas criassem mecanismos para manter as pessoas vivas na memória, desde rituais e celebrações a objetos e monumentos *in memoriam*. A morte do/a suicida é diferente. Produz sentimentos confusos, dor, mágoa, culpa, vergonha, incompreensão. Nesses casos, não há memória construída que dê conta. É como se memória alguma conseguisse consolar, pois as lembranças não trazem respostas precisas sobre a motivação, já que para a comunidade cristã nada poderia abreviar a própria vida. Reflexões sobre se teria ou não sido possível evitar tamanha tristeza faz com que lembrar possa significar um encontro com um sentimento de culpa, que causa ainda mais dor.

Fábio Henrique Lopes (2008) critica Mario Sabino que em um ensaio escrito em 1985 afirmou que o vazio e o sentimento de culpa são heranças de pais e amigos/as das pessoas suicidas e isso deveria ser suficiente para que se fizesse silêncio sobre essas mortes. O silêncio amenizaria a dor de quem ficou. O autor discorda, pois para ele a sociedade precisa sentir alguma responsabilidade.

É necessária outra atitude: pensar que todos nós somos, em parte, coadjuvantes de situações, pressões, cobranças, esperas e anseios que podem ser, às vezes, causas, desculpas ou até mesmo aquela última gota que falta para que pessoas ao nosso redor, ou até mesmo não tão próximo assim, desistam da vida. (LOPES, 2008, p. 21).

A argumentação de Fábio Henrique Lopes não é um apelo à culpabilização das pessoas próximas, mas um anseio de que a sociedade não tente esconder as questões importantes. Tentar entender a motivação das pessoas que decidem morrer ao invés de silenciá-las pode não trazer respostas definitivas, mas pode ajudar a repensar a forma como conduzimos nossas relações. A certeza do que levou ao suicídio só poderia ser gerada pela explicação da própria pessoa que tentou essa morte, ou por bilhete ou carta de quem morreu de tal forma. Embora tais explicações sejam subjetivas e sempre passam pela interpretação de quem as recebe. Nem mesmo as pessoas que tentaram o suicídio conseguem, por vezes, elaborar sobre o que as conduziu a tal atitude, são sentimentos muito profundos. Moradores e moradoras de Castro/PR do final do século XIX e início do século XX entenderam que para muitas pessoas não havia nada que desse sentido a essa morte voluntária, optando por silenciar sobre suas dores. Em relação a outras pessoas, a opção foi colocar a culpa em uma doença mental, mesmo que não diagnosticada por especialistas. É disso que trata o subtítulo a seguir. A loucura para justificar uma ação inconcebível para pessoas mentalmente sãs, principalmente para pessoas que seguiam as tradições e princípios de fé cristãos.

2.2 UM ATO DE LOUCURA

O suicídio é considerado por muitas pessoas como um ato extremo e de difícil assimilação. Pessoas próximas podem se questionar sobre a culpa, sobre a motivação, mas ao mesmo tempo almejar o silenciamento a respeito do tema. Pensamentos difíceis podem emergir nessa questão, ‘E se a culpa foi minha?’, ‘Eu poderia ter feito algo para evitar?’, ‘As pessoas vão me culpar, vão dizer que deveria ter protegido, ajudado’. A vergonha é outro sentimento que assola famílias, pois a morte voluntária de alguém é apontada como pecaminosa. O suicídio pode produzir a sensação de fracasso nas pessoas próximas, por não

terem conseguido proteger a vida e nem fortalecer a fé da pessoa que se matou. Esses questionamentos, angústias e o medo do julgamento vêm, muitas vezes, acompanhados da resposta pronta: ‘a pessoa sofria de depressão’ ou a expressão mais comum no passado, ‘foi um ato de loucura’. Colocar a culpa em uma doença parece uma solução para resolver as questões. Daí resulta a conformação, afinal, ‘não havia o que fazer’, ‘a pessoa sucumbiu à doença’.

No passado e no presente, a doença tem sido usada como justificativa para o ato suicida e tem isentado as pessoas de responsabilidades sobre ele. E não estou afirmando que devemos encontrar ‘culpados’, mas que as pessoas se culpam e querem culpar alguém ou algo. Colocar um fim, justificar a ação, dar um desfecho para a história, para que não se fale mais nisso e, de preferência, de uma forma que não acarrete em necessidade de mudança de posturas, de costumes, de relações. E a doença é considerada um bom desfecho, tanto para quem fica, que se isenta e não precisa se repensar, quanto para a pessoa que se foi, que não será condenada pela ação extrema, passando a ser alvo da piedade.

No início do século XX o médico psiquiatra Mirandolino Caldas, que foi também capitão do exército brasileiro e encarregado do Posto Avançado de Neuropsiquiatria durante a Segunda Guerra Mundial, escreveu um artigo sobre a prevenção ao suicídio. O texto foi publicado no *Boletim de Eugenia*, em dezembro de 1929:

O homem que tenta contra a existência não o faz por vontade própria, não pratica um acto livre, como poderia parecer à primeira vista.

O suicida é vítima indefesa de uma constituição pathológica, condicionadora de um estado especial ao qual se poderia chamar, se fosse permitido o hybridismo, de ‘suicidothymia’, que o transforma num autômato, num títere, movido exclusivamente pelos sentimentos impulsivos que conduzem ao suicídio.

Os fatores sociais são secundários e só actuam efficientemente, quando encontram esse estado intrínseco de predisposição.

É assim que as desventuras de amor, os desgostos de família, a miséria, as infelicidades em negócios e tantos outros motivos considerados como causas do suicídio, não conseguem levar o homem a esse gesto trágico senão no caso especialíssimo de

achar-se num daqueles períodos de ‘suicidothymia’.

O texto segue com indicações do autor para resolução da problemática do suicídio. Ele propõe a criação de um programa de “higiene mental” que “teria por fim, sobretudo, combater a hereditariedade morbida”, a eugenia e a puericultura seriam a chave para a questão. Partidários dessas ideias defendiam a esterilização para aperfeiçoamento humano. No mesmo *Boletim da Eugenia* publicado em dezembro de 1929 uma matéria destaca que a esterilização poderia ser “compulsória se necessário” para “os indivíduos a cargo dos poderes públicos, que fossem deficientes mentais ou atacados de moléstias mentais”. Entre esses sujeitos poderiam estar pessoas que tentaram o suicídio.

Jurandir Freire Costa, ao refletir sobre o moralismo de psiquiatras em sua obra *História da Psiquiatria no Brasil* (2007), cita outra publicação de Mirandolino Costa denominada *Causas e Prophylaxia do Suicídio*. Nela o médico “afirma que o budismo, o bramanismo e as religiões africanas predispoem os indivíduos ao suicídio, enquanto o catolicismo exerce sobre ele uma ação oposta” (COSTA, 2007, p. 104). As concepções morais e religiosas dos médicos psiquiatras influenciavam significativamente as suas análises a respeito do suicídio. É interessante notar que o médico classificava como doença o desejo de morte ao mesmo tempo em que apontava para o exercício de uma crença diferente da cristã como fator de propensão a este desejo. Parece haver nesse discurso uma intenção de classificar as crenças não cristãs como patológicas. Em seu discurso, citado anteriormente, Mirandolino Caldas apontou para o suicídio como um ato não pensado, movido pela doença mental e, portanto, fora do controle do sujeito que era considerado vítima. Se para ele o catolicismo afastava das pessoas o desejo de morte intencional, a vivência desta religião seria curativa, enquanto as outras religiões adoeceriam ou manteriam doentes os sujeitos. Discursos assim, com suas contradições, eram mantenedores de determinadas regras morais e religiosas ao mesmo tempo em que colaboravam para eximir a sociedade do repensar-se, já que os fatores sociais eram entendidos como secundários nos casos de suicídio e a doença era a explicação formal.

É importante destacar que a saúde mental é apontada por especialistas da área da saúde como causa principal de suicídios e casos encontrados nos inquéritos policiais de Castro/PR apresentam indícios de doenças mentais, embora não diagnosticadas. Isso não será

desconsiderado aqui, mas quero refletir sobre o senso comum que entende que qualquer ato não compreendido de imediato é apontado como insano.

Na obra *O suicídio e os desafios para a Psicologia* (CFP, 2013) se destaca que as pessoas mais vulneráveis são jovens, idosas ou socialmente isoladas, como populações indígenas, por exemplo. Os países de baixa e média renda têm índices elevados de suicídio por serem menos equipados para evitar essas mortes e possuírem menores condições de assistência à saúde de modo geral e de assistência especializada em saúde mental.

A comunidade interiorana de Castro/PR do final do século XIX e início do século XX não tinha acesso a tais especialistas em saúde mental. Se sofressem de doenças mentais provavelmente não teriam recursos para um diagnóstico e tratamento. O discurso médico sobre as doenças não chegava rapidamente até essa população que convivia com suas crenças e costumes, inclusive no trato de enfermidades. Assim, quando Roque tomou cianureto à margem do rio um morador local que o viu correu para casa buscar leite para tentar salvá-lo. E quando Ermelino viu Durvalino se debatendo no chão pensou que ele estava passando mal por ter tomado leite e em seguida comido pêssegos.⁴⁹ O leite que podia salvar era também o produto que podia matar em outra circunstância. Saberes populares repassados por gerações eram mais utilizados do que a procura por especialistas, considerando as dificuldades para isso, já que estes eram desconhecidos ou estavam muito distantes. A fé era outro caminho utilizado pela população. Nicolau disse que pediu à sua mulher para que fosse até o vizinho buscar “azeite doce” para curá-lo do ferimento causado pelo tiro que deu em seu próprio ouvido, mas ela lhe disse que tinha em casa “água santa que era um remédio muito bom”.⁵⁰ Nas regiões por onde teria passado o monge João Maria algumas vertentes de água ainda hoje são consideradas sagradas pela população, são os chamados Pocinhos de João Maria. Nestes locais eram, e ainda são, realizados batizados e pessoas mantêm o costume de buscar água, considerada santa, nos pocinhos para deixar em casa para benzimentos. Simplicidade, ingenuidade, crenças e saberes populares. Assim, moradores e moradoras de Castro/PR elaboravam um entendimento sobre o que se passava com as pessoas e buscavam resolver seus problemas.

⁴⁹ Inquéritos policiais. Suicídio. Roque Cariffo. Caixa: 1908; Durvalino Ribeiro Martins. Caixa: 1925. CCEE. Castro/PR.

⁵⁰ Inquérito policial. Tentativa de Suicídio. Nicolau Palermo. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

Como já mencionado, nos inquéritos policiais de Castro/PR encontrei doze casos de suicídio, nove homens e três mulheres, cuja sanidade mental foi colocada como uma justificativa para o ato. As testemunhas utilizaram expressões como ‘falta de juízo’, ‘falta de senso’, ‘fraqueza das ideias’, ‘sofrer das faculdades mentais’. Os casos não se referiam a pessoas diagnosticadas com alguma doença mental, mas a comunidade as estigmatizava⁵¹ dessa forma.

Em uma sociedade que não quer saber da morte, que busca escondê-la ou afastá-la a todo custo para impedir que ela aconteça, alguém que tente ou que consiga tirar voluntariamente a própria vida, só poderia ser considerado, no jargão mais “senso comum” possível, um louco. (NETTO In: CFP, 2013, p. 15)

Esse senso comum que rotula como louca a pessoa suicida, apontado por Nilson Berenchein Netto, psicólogo e doutor em Psicologia da Educação, é percebido em relatos de testemunhas dos inquéritos analisados. Anselmo enforcou-se em 1902. Segundo Otávio ele “sofria do senzo [...] não tinha inimigos, davasse com todos”.⁵² As demais testemunhas afirmaram o mesmo, não havia motivos para o suicídio, a não ser o fato de que sofria do senzo. A história de Galdino, de apenas doze anos segue a mesma perspectiva. A mãe e a avó do menino o deixaram no paiol e seguiram para a roça, mas ao se afastarem um pouco já ouviram o barulho de um tiro. Dona Marcelina, a avó, disse que “julgo que tivesse sido algum veado que Galdino tinha atirado, visto que elle Galdino, hontem tinha visto um no grammado” e que “a morte tivesse sido um dezastré” já que “Galdino hontem ficou no paiol e muito contente”. Seu irmão também achou que foi acidente, pois segundo ele o menino sabia lidar com a arma. Ele estava com a espingarda vigiando uma roça por conta de pássaros e outros animais

⁵¹ Erving Goffman (1988) explica que o termo estigma era utilizado pelos gregos quando se referiam a sinais corporais que representavam algo extraordinário ou mau em quem os portava. Cristãos chamavam de estigma marcas no corpo que acreditavam serem sinais da graça divina. Esse sentido literal do termo passou a ser utilizado para aludir a atributos depreciativos de caráter e não mais a marcas corporais. Para o autor há três tipos de estigma: deformidades físicas, atributos de caráter e sinais tribais que marcam o corpo como sinal de pertencimento a um grupo, pinturas corporais, tatuagens. Quando me refiro ao estigma atribuído à pessoa suicida pela comunidade, trata-se de uma rotulação a partir do senso comum. O tipo de estigma apontado por Goffman como marca de caráter. A pessoa era entendida como louca, como fraca ou como pecadora.

⁵² Inquérito policial. Suicídio. Anselmo Martins de Oliveira. Caixa: 1902. CCEE. Castro/PR.

que estavam estragando a plantação. A vizinhança, porém, deu outro sentido para a história afirmando que foi suicídio, pois “Galdino e todos da família não são bem certos do juízo”, como testemunhou José. Fortunato disse que “todos elles não são certos, tem falta de juízo, começando pela mae, que andou louca [...] assim como também o finado Roque, pai do referido Galdino”. E Lourenço salientou que “Galdino, irmãos, irmãs e seus pais não tem bom juízo podia por qualquer motivo matar-se”⁵³.

Anselmo, Galdino e também Petrus, que se enforcou em 1939, porque, segundo Pedro “há tempos demonstrava não ser bem certo”⁵⁴ ou Eulalia que teve um “acesso de loucura”⁵⁵, não eram pessoas diagnosticadas com alguma doença mental. O que não significa que não sofressem com alguma. A comunidade, porém, tirava suas conclusões a partir do que verificava no cotidiano e rotulava as pessoas a partir das práticas que lhe pareciam comuns ou não. Era comum uma criança de doze anos saber manejar uma arma e ter acesso a uma com facilidade, mas se o comportamento dela e da sua família fossem diversos do restante da comunidade, por qualquer razão, a loucura poderia ser a primeira explicação.

A falta de diagnóstico é compreensível. Castro/PR, como já apontei, era uma cidade interiorana e a maioria das pessoas envolvidas nesses inquéritos era lavradora. Viviam distantes da região central, muitas eram pessoas pobres, para elas, o acesso a auxílio médico era difícil. Havia médicos na cidade, mas não era tão simples assim. Em 1925, Castro possuía apenas três médicos para uma população de 15.606 habitantes (DINIZ *et. al.*, 2003) e não há nenhuma referência de que um deles fosse especialista em saúde mental. Além da dificuldade de acesso ao diagnóstico e tratamento, havia o preconceito em relação à busca por tal auxílio. Se a loucura podia ser uma justificativa adequada para a morte voluntária, ela não era algo que se queria confirmada em vida. É importante pensar que naquele lugar e tempo, o entendimento relativo a doenças mentais era escasso.

João, em 1909, se enforcou no paiol e foi encontrado ali por sua filha Martha, de doze anos, quando ela voltou da escola. Sua esposa Florentina narrou:

⁵³ Inquérito policial. Suicídio. Galdino Dias da Silva. Caixa: 1891. CCEE. Castro/PR.

⁵⁴ Inquérito policial. Suicídio. Petrus Joanes. Caixa: 1939. CCEE. Castro/PR.

⁵⁵ Inquérito policial. Suicídio. Eulalia Rosária de Andrade. Caixa: 1890. CCEE. Castro/PR.

Que ella depoente disse a seu marido João [...] que ficasse em casa com as crianças e foi trabalhar na roça, que às três horas mais ou menos sua filha Martha foi a procura della afim de contar que João estava enforcado no paiol. Que elle, de há muito tempo que promettia se mattar e que ultimamente elle não achava-se bom das faculdades. Que ella por diversas vezes quis chamar o médico, e que seu marido sempre respondia, que antes matava-se do que ver o médico. Que já há um ano mais ou menos ella depoente accudiu elle que se suicidado. Que hoje as onze horas elle tentou assassinar um seu filho pequeno.⁵⁶

João não estava bem, mas ele não queria ajuda médica. Florentina sabia que o marido não estava bem, mas não podia contrariá-lo, forçando uma consulta com profissional da saúde. Ela tinha que deixar as crianças com ele para ir trabalhar na roça, mesmo tendo ele tentado matar um dos filhos naquela manhã. Essa expressão, como outras que aparecem nos depoimentos desses inquéritos policiais são ambíguas. Quem interrogava as testemunhas não se preocupava em pedir maiores detalhes ou mesmo de registrá-los. Como tentou matar o filho? Como ela deixou as crianças com ele depois disso?

Os vizinhos, todos homens e lavradores, disseram em depoimento “que elle quase não trabalhava e sempre andava triste [...] devido a muito achar-se louco” e que “apesar de ser visinho nunca tinha relações de amizade com a família devido mesmo a João Kops ser um homem maniaco”. O nervosismo de João e as ações violentas derivadas disso poderiam ter sido assimiladas pela mulher e pela filha que testemunham como algo cotidiano. Ela podia acreditar que ele não mataria o filho e bater era socialmente entendido como forma de educar. Não há relato de como essa tentativa de assassinar a criança se deu. Seria apenas uma expressão que a mulher utilizou? Por outro lado, se ele não trabalhava, ela precisava trabalhar para o sustento da família e mesmo que fosse arriscado deixar as crianças com o pai, precisava fazê-lo. Muito embora, como salienta Maria Ignez Paulilo (2016, p. 50) as mulheres rurais que além dos trabalhos domésticos atuavam também na lavoura, costumeiramente levavam suas crianças para a roça. “As crianças pequenas, se não há quem cuide delas (avós, filhos maiores, vizinhas), são levadas para o campo e colocadas ‘à sombra de um pé de

⁵⁶ Inquérito policial. Suicídio. João Kops. Caixa: 1909. CCEE. Castro/PR.

café””. Florentina tinha o marido em casa e delegou a ele essa função do cuidado dos filhos em uma espécie de troca de papéis socialmente instituídos. Essas diferentes realidades ajudam a pensar no que denominamos hoje de construções sociais de gênero. Idealizações discursivas sobre feminilidades e masculinidades impactam a vida das pessoas ao pressionarem a seguir determinado padrão, mas não refletem as múltiplas realidades sociais.

João tinha um ‘camarada’, Venancio, um homem que trabalhava também em sua roça. Venancio afirmou que “João Kops lhe havia contado que achava-se doente com dores no estômago e que dor lhe subia sempre na cabeça. Disse mais que não sabe se João Kops soffria ou não das faculdades mentais”. Os relatos divergem. Os vizinhos se sentiram mais à vontade para afirmar a loucura de João, enquanto a mulher, a filha e o empregado buscaram amenizar a questão. A menina Martha que encontrou o pai no paiol disse “Que não sabe se elle tinha motivos para suicidar-se e que ante-hontem elle ainda estava alegre e bom”.

O século XIX trouxe consigo uma nova percepção sobre a temática da loucura. O olhar científico a transformou em objeto do conhecimento e a definiu como doença mental. A obra *Loucos pela vida* coordenada por Paulo Amarante, e produzida por diversos autores e autoras traça a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Nela se afirma que essa nova visão se pautou na medicalização e terapeutização da prática psiquiátrica. “A caracterização do louco, enquanto personagem representante de risco e periculosidade social, inaugura a institucionalização da loucura pela medicina e a ordenação do espaço hospitalar por esta categoria profissional.” (AMARANTE, 1995, p. 24). Antes, como salientou Michel Foucault (1978, p. 9) os loucos podiam ter “uma existência facilmente errante” e eram geralmente expulsos das cidades. Mais tarde, passaram a ser trancafiados em hospícios que eram uma espécie de hospedarias para “toda ordem de marginais: leprosos, prostitutas, ladrões, loucos, vagabundos, todos aqueles que simbolizam uma ameaça à lei e à ordem social” (AMARANTE, 1995, p. 24). No século XIX passaram a ser entendidos como sujeitos passíveis de tratamento médico. De qualquer forma, essa mudança de compreensão em relação à loucura não atingia efetivamente as pessoas que viviam distantes do acesso ao discurso médico. Na prática social, ainda buscavam manter certo distanciamento de pessoas consideradas loucas. Mesmo que não as expulsassem da cidade, como na Idade Média, não se sentiam confortáveis com o convívio. Talvez, por isso os vizinhos de João não mantinham com ele relações de amizade. A ideia do louco

como alguém que seria isolado em um hospício podia causar medo em João que não queria nem mesmo ir ao médico. Talvez não quisesse ser diagnosticado com receio de que uma confirmação de doença pudesse tirá-lo de seu lugar, de sua casa. Preferia morrer a ir ao médico.

Bertulino também se enforcou em 1906. Manoel e Valeriano, testemunhas, afirmaram que tinham certeza que ele era louco. Sua esposa Maria disse

Que seu marido soffria há mais de cinco annos de alucinação mental, que quando encontrou seu marido pendurado ficou assustada, abraçou-se com o cadaver e começou a gritar até que appareceu seu genro José [...] que a pedido della informante desatou a corda afim de ver se ainda podiam salvar visto estar quente o corpo [...] disse mais que seu marido não tinha inimigos, e pela mania da [ilegível] não queria se mostrar a ninguém.⁵⁷

Tinha alucinações, assim como Andriano, que andava dias pelo mato, procurando uma pistola, tendo inclusive deixado uma mula amarrada no mato. O animal morreu ali, amarrado, sem comida e água. Depois disso, foi à cidade procurar um advogado para defendê-lo de um processo que não existia. Estava “sofrendo das faculdades mentais”, como disse Silvarino, “sofrendo das ideias”, como afirmou Miguel.⁵⁸ Já Deolindo era “quieto e calado”, segundo Thomaz, mas “não era equilibrado [...] dava para falar sozinho”, como relatou Gabriel.⁵⁹ Ele se matou com um tiro. Essas pessoas apresentavam o que poderia ser entendido como sintomas de doenças mentais. Ter alucinações, falar sozinho, nutrir ideias de perseguição. No entanto, não apresentavam diagnóstico médico. Dificilmente procurariam um médico para falar sobre tais questões. Conviveram com suas angústias até não mais suportá-las. As causas do suicídio nesses casos parecem corroborar com as afirmações de especialistas de que a saúde mental é um fator a ser seriamente considerado (CFP, 2013).

A família sofria com as dores e perturbações dessas pessoas, o que provavelmente não compreendiam bem. Lydia, a esposa de Ricardo, chamou por ele ao chegar em casa, “ficou aflita e começou a gritar pelo

⁵⁷ Inquérito policial. Suicídio. Bertulino Antunes de Jesus. Caixa: 1906. CCEE. Castro/PR.

⁵⁸ Inquérito policial. Suicídio. Andriano Gonçalves Ferreira. Caixa: 1899. CCEE. Castro/PR.

⁵⁹ Inquérito policial. Suicídio. Deolindo de Tal. Caixa: 1924. CCEE. Castro/PR.

marido que não respondia”. Encontrou-o enforcado e gritou por socorro. Ela já havia alertado o vizinho Alexandre que seu marido “era muito nervoso e estava fraco da ideia”.⁶⁰ Depois de tudo, Lydia procurou a polícia para ter de volta o bilhete deixado por ele e que havia sido anexado ao inquérito policial. Nele estava escrito: “Querida Lydia! Visto eu quase não poder chegar mais junto a Jesus, eu não tenho mais amor a vidda. Abasteça os filhos, para que elles vão para o céu, perdoe também o teu pai.”

Doença mental? A esposa chamou de fraqueza “da ideia”, ele, porém, escreveu que foi a falta de “amor a vidda” que o levou ao suicídio. Mesmo entendendo que por sua fé cristã, isso o afastaria do céu, pediu que a esposa protegesse seus filhos para que o mesmo não acontecesse com eles. Um conflito religioso, moral. Era cristão e sabia que sua religião não admitia que colocasse fim à sua vida, dom divino, que não teria direitos aos ritos fúnebres e nem à salvação eterna, mas deixou registrado no bilhete, para sua família saber, que mesmo assim, acreditava em Deus, mesmo sem conseguir continuar vivendo sustentado por esta fé. E Lídia quis guardar consigo essas palavras, as últimas dirigidas a ela e aos filhos, solicitando que a polícia lhe devolvesse o bilhete.

Os bilhetes suicidas são estudados por Maria Luisa Dias (1991) e entendidos como a última fala dessas pessoas para a sociedade e são analisados por ela a partir de um diálogo entre a antropologia e a psicanálise. Duas observações sobre os discursos presentes nos bilhetes revelam, para a autora, uma visão dominante sobre a morte e um traço narcisístico de personalidade. A crença de que a morte seria regeneradora da vida por um lado e, por outro, a morte como recusa a uma situação ruim em vida. Os bilhetes revelam não um desejo de morte, mas um desejo de vida em plenitude.

Para Sandra Pesavento (2008, p. 91) “A escrita do suicida carrega, pois, consigo, esta dupla ambiguidade, entre corte e permanência no tempo, entre os mais profundos recantos da alma e a socialização do drama com o mundo do leitor, tornando o privado, público”. Como afirma a autora, toda carta pressupõe destinatário/a. A escrita é a materialização da vontade de que alguém saiba algo. É o desejo manifesto de que um saber ou uma experiência permaneçam de forma mais concreta do que na oralidade. “É como se o suicida tomasse de empréstimo a Clio, a musa da história, sua trombeta da fama e seu

⁶⁰ Inquérito policial. Suicídio. Ricardo Neubauer. Caixa: 1939. CCEE. Castro/PR.

estilete de escrita, para afirmar sua presença, ficar na memória dos vivos e evitar o esquecimento.” (PESAVENTO, 2008, p. 91).

O ato suicida é encarado como um ato de rebeldia a uma realidade insuportável e os bilhetes expressam segredos e sentimentos intensos que as pessoas não conseguiam revelar antes dessa ação final. O bilhete de Ricardo não apresenta a esperança na vida após a morte, mas destaca que não amava mais essa vida e, dessa forma, não queria continuá-la. Ele não expressa falta de amor à esposa ou aos filhos. Era a vida que lhe desagradava.

Embora Lydia não tenha conseguido evitar, ela já havia percebido que havia o risco de Ricardo agir de forma violenta contra a própria vida. Por isso avisou o vizinho sobre o nervosismo e ‘fraqueza da ideia’ que percebia nele. A história de Tertuliano remete a essa questão difícil, perceber que há o perigo e não saber como agir. Ele disse, por várias vezes, para a família que queria se matar. A ponto de sua irmã esconder uma corda que havia na casa para que ele não se enforcasse. Nos seus últimos dias, porém, demonstrou melhoras e estava de casamento marcado. Fábio Henrique Lopes (2008) enfatiza que para médicos do século XIX o casamento podia proporcionar um ambiente normatizado capaz de agir de modo curativo em relação a muitas doenças, inclusive as mentais. Os homens se mantinham ocupados com as responsabilidades de chefes das casas enquanto as mulheres se envolveriam com os papéis de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, desta forma, regrando a vida das pessoas, o casamento, pela ótica médica masculina do século XIX, “seria uma importante arma contra os distúrbios mentais e, por isso, contra o suicídio” (LOPES, 2008, p. 139). Maria narrou em seu testemunho:

meu irmão não era bem certo das ideias, pois já faz tempo que elle vivia promettendo matar-se e que além da corda com que enforcou-se que já fazia tempo que tinha e me dizia com esta corda vou me mattar. Tanto que eu tinha sempre a dita corda muito bem escondida e não sabe, como ele pode achal-a [...] fazia mais de dois annos e que começou no fim de uma enfermidade mental e que parecia estar restabelecido.⁶¹

As narrativas das testemunhas, a irmã, o tio e dois primos de Tertuliano, afirmam que ele estava noivo, se casaria naquele mês de

⁶¹ Inquérito Policial. Suicídio. Tertuliano Dias do Nascimento. Caixa: 1918. CCEE. Castro/PR.

maio de 1918. No dia 10 comprou sua roupa de casamento, pois todos os convites tinham sido entregues. A relação entre ele e sua noiva Emilia parecia, para as testemunhas, livre de problemas. Depois de comprar a roupa e outros artigos para o casamento, deixou tudo em casa e disse à irmã que ia à roça colher milho. Lá, se enforcou em uma árvore. Ele parecia estar melhor e estava encaminhando-se para o casamento, o que era entendido como algo que o livraria de males e dores da alma ao lhe proporcionar uma vida estável e responsável. Talvez essa organização da vida e aparente melhora tenha sido a forma encontrada por ele de burlar a vigilância da família e conseguir cumprir o que queria há tempos, colocar fim à sua vida⁶². Assim como o fez Maria de Nazareth⁶³, que se enforcou em casa em 1911. Para as testemunhas “não tinha muito bom juízo, era propença a suicidar-se”. Ela “sempre fallava que quiria se matar, mais que não tinha coragem, tanto que há mais de um mês ella Nazareth tentou morrer, tendo se atirado no ribeirão que circunda esta Villa, foi accudida por pessoas que tirarão da água, isto ella testemunha sabe por boca de outros”.

Tertuliano e Maria de Nazareth falavam sobre sua vontade de acabar com a própria vida. No testemunho da irmã de Tertuliano aparece a expressão ‘enfermidade mental’ pela qual ele teria passado e parecia ter finalmente superado. Tal expressão pode ter sido utilizada por ela, ou inserida na narrativa pelo próprio escritor, ao interpretar a narrativa da testemunha e escrever de uma forma que considerou mais apropriada para o documento que estava produzindo. Não é possível saber se essa enfermidade havia sido constatada por um médico ou não. Maria dizia que queria se matar, mas que lhe faltava coragem. Para as famílias e pessoas próximas a situação podia ser difícil. Criavam formas de vigilância, escondiam objetos que poderiam auxiliar no plano de morte. Quando identificaram sinais de melhora e de conformação com o ordenamento social, provavelmente era um alívio. Se o rapaz assumiu um noivado e comprou as coisas necessárias para que o casamento acontecesse, significava que havia se adaptado à lógica social, seguiria a

⁶² Paula Fontenelle escreve sobre as manifestações das pessoas antes do ato suicida. Avisos de que algo não está bem, falas sobre o desejo de morte ou apenas gestos que indicam que a decisão foi tomada. Por exemplo, quando as pessoas começam a organizar as finanças para não deixar assuntos pendentes ou simplesmente deixam de fazer planos. A autora aborda também a questão da aparente melhora dias antes da morte. Segundo ela, quando a decisão foi tomada a pessoa pode ficar calma, com aparência de melhora, enganando as pessoas próximas. “Em seu interior, o indivíduo está mesmo tranquilo, mas não pelo motivo que aparenta, ele apenas não tem mais dúvidas sobre o que vai fazer e, ao eliminar o conflito interno, acalma-se porque sabe que a dor em breve não mais existirá.” (FONTENELLE, 2008, p. 48).

⁶³ Inquérito Policial. Suicídio. Maria de Nazareth. Caixa: 1911. CCEE. Castro/PR.

vida. Maria já havia sido salva de um afogamento, e, como ela dizia, lhe faltava coragem para dar fim à vida, as pessoas poderiam acreditar que tal experiência não lhe faria tentar novamente.⁶⁴ É um misto de sensações e percepções. O sofrimento e a vontade de morrer foram percebidos e declarados, mas não havia condições de buscar um tratamento para isso. Sinais de aparente melhoras podem ter provocado o alívio de não conviver mais com uma pessoa que apresentava tais transtornos. Quando o suicídio ocorreu, a ‘enfermidade mental’ ou a ‘propensão ao suicídio’, o que desgastava a vida das pessoas, emergem nas narrativas dos e das depoentes como a justificativa ideal para o ato. As pessoas fizeram o que estava ao seu alcance fazer. A morte ocorreu, mas o que fazer diante de uma possível doença que não compreendiam e para a qual não tinham recursos para entender nem tratar?

Ermelina tinha uma história diferente. Ela demonstrava sentir tristeza. Seu pai narrou à polícia que ao chegar à sua casa “ouviu muitos gritos de sua família e choros [...] encontrou a triste notícia da morte de sua filha, a qual enforcou-se no matto com uma corda de couro, a qual se preparara para pegar terneiro”⁶⁵. Para ele, não havia motivo para que ela tomasse tal atitude, mas afirmou que ela

soffria das faculdades mentais alguns dias parecia ter algum juizo e outras vezes andava triste, dicta sua filha em idade de nove annos mais ou menos foi machucada por vacca em occasião de ir tirar leite ficando quazi morta em consequência da machucadura, passando nesse tempo comento pouca couza e levou alguns mezes para ficar restabelecida e desde esse tempo não ficou com o juízo muito firme, tanto que a mulher delle interrogado tinha sempre muito cuidado com ella e lhe tratava muito bem, com toda a pasciencia como era necessário.

Para o pai, Ermelina tinha juízo quando não andava triste. Na sua concepção não havia motivos para tal sentimento, portanto, ao apresentá-lo só poderia estar sofrendo ‘das faculdades mentais’. Antes do suicídio, ela fez o almoço para a família e não quis almoçar. Avisou que ia buscar lenha “e sahiu com uma irmanzinha de sete annos de idade

⁶⁴ É consenso entre os autores que se dedicam ao estudo do tema que a tentativa anterior de suicídio aumenta consideravelmente o risco de suicídio. Diante disso a pessoa que tentou a morte precisa de acompanhamento constante, precisa de tratamento psicológico.

⁶⁵ Inquérito Policial. Suicídio. Ermelina Soares Fragoso. Caixa: 1908. CCEE. Castro/PR.

e pegou a corda que estava no terreiro da caça e seguirão para o matto e no caminho fez voltar a menina e dissera para ella que ia ver uma árvore para se enforçar”.

Nilson Berenchtein Netto (CFP, 2013) faz duas observações pertinentes em seu texto que interessam a essa reflexão. A primeira refere-se ao estigmatizar as pessoas que se suicidam como loucas. Para ele, a sociedade quer defender a vida a todo custo, buscando soluções para a mortalidade infantil, a prevenção de doenças, o bem estar de idosos. Políticas que, para o autor, têm maior relação com a desoneração do Estado do que com o cuidado com as pessoas. A ciência médica avança nas tentativas de prolongar a vida, muitas vezes independente da intenção da própria pessoa. Nesse contexto, alguém que coloca fim à sua vida está andando na contramão dessa lógica. A sociedade pró-vida não pode aceitar o suicídio que precisa ser reprimido e tratado como algo absurdo.

Ao desqualificá-lo, também se estigmatiza esses sujeitos como alguém que não pode estar são ou no controle da sua própria conduta e, com isso, acaba-se por amordaçar o indivíduo e impedir que tudo aquilo que sua morte poderia trazer à tona se manifeste. Há que se pensar que toda e qualquer morte traz à tona algo sobre a sociedade em que ela acontece. (NETTO In: CFP, 2013, p. 17).

Silenciar o tema impede que se reflita sobre o que as mortes voluntárias significam. Rotular como loucas ou depressivas, mesmo sem diagnóstico médico, as pessoas que se matam é tirar o peso dessa morte da sociedade e imputá-lo somente em uma suposta doença. A segunda observação feita por Nilson Berenchtein Netto (CFP, 2013) refere-se a uma entrevista concedida por Leon de Souza Lobo Garcia e publicada no jornal PSI, do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo em 2003. Nela ele afirma que “cerca de 90 % dos casos e 40% das tentativas de suicídio estão associados a transtornos mentais, principalmente depressão e abuso de substâncias psicoativas” (CRP-SP, 2003 p. 17). Ao mesmo tempo, porém, destaca que fatores que determinam o suicídio são múltiplos e complexos. Nilson Berenchtein Netto entende como contradição, são múltiplos, mas 90% são motivados por transtornos mentais? Essas afirmações categóricas também me incomodam. Como afirmar essa porcentagem tão alta de suicídios por doença mental se grande parte das pessoas suicidas nunca passaram por

um diagnóstico ou tratamento? Especialistas tecem críticas ao auto diagnóstico e à automedicação, o que se tornou comum na atualidade. A criança agitada é apontada pelo senso comum como hiperativa, a pessoa triste como depressiva, a que apresenta alterações de humor como bipolar. Salientam a necessidade de análise especializada para tratamento adequado. Porém, quando o suicídio ocorre tudo muda. Sem análise em consultórios, sem exames feitos, a doença mental é confirmada. A menos que tais estatísticas refiram-se somente a casos já diagnosticados antes do suicídio ocorrer, o que não é especificado em nenhum dos manuais de prevenção ao suicídio que encontrei.

Paula Fontenelle (2008) entrevistou diferentes especialistas (psiquiatras e psicólogos) durante sua pesquisa e os questionou sobre a possibilidade de uma pessoa sã cometer suicídio. A autora afirma que as respostas sempre eram precedidas de um momento de silêncio reflexivo, dada a complexidade da pergunta e que o entendimento a respeito do tema é diverso. Há quem negue a possibilidade do suicídio quando a mente é saudável, pois faz parte de psique a preservação da vida ou porque nos casos atendidos pelo especialista em questão havia sempre uma perturbação mental ou sintoma depressivo. Há quem afirme que as pessoas mentalmente sadias também se matam, citando os casos de eutanásia e também quem diga que nenhuma pessoa é totalmente sã ou doentia.

A falta de esclarecimento sobre o que seriam esses transtornos mentais reforça a prática do senso comum de delegar a um acesso de loucura a prática da morte voluntária. Uma pesquisa de 2010, comentada por Nilson Berencheim Netto (CFP, 2013), traz a afirmação de Neury Botega na qual apresenta que “Em 97% dos casos, segundo vários levantamentos internacionais, o suicídio é um marcador de sofrimento psíquico ou de transtornos psiquiátricos” (BOTEGA, 2010 In: CFP, 2013, p. 19). Ao separar sofrimento psíquico de transtorno psiquiátrico esta afirmação nos permite pensar em uma perspectiva mais ampla.

Ermelina ficava triste⁶⁶. Que tipo de sequelas o acidente com a vaca na infância teria deixado em seu corpo? Que dificuldades ela passou a enfrentar em seu dia a dia após esse acontecimento? Que expectativa de futuro ela vislumbrava? Como se sentia ao se tornar dependente dos cuidados e da paciência da mãe? Possível sofrimento

⁶⁶ Inquérito Policial. Suicídio. Ermelina Soares Fragoso. Caixa: 1908. CCEE. Castro/PR.

psíquico que também podiam sentir Tertuliano e Maria de Nazareth⁶⁷, com sua vontade constante e declarada de colocar fim às próprias vidas. E, ainda antes da morte, Ermelina preparou o almoço para a família, cumpriu com a tarefa esperada dela, assim como Tertuliano que fez as compras para o casamento. Ambos avisaram a família que iriam realizar outra atividade esperada pelas pessoas, ela iria apanhar lenha, ele iria colher milho. E ninguém precisaria se preocupar com pessoas que seguiam as regras, que obedeciam aos padrões da normalidade estipulados pela comunidade. Ermelina devia aceitar sua condição e auxiliar sua família nas tarefas domésticas, Tertuliano devia seguir a vida, casando-se e provendo a futura família. Fazendo isso, estava tudo bem, mesmo que ambos não se sentissem bem.

O sofrimento psíquico não é o mesmo que o transtorno psiquiátrico. Podem derivar um do outro, mas não estão sempre associados. Nilson Berenchtein Netto (CFP, 2013, p. 19) explica que

o sofrimento psíquico é algo da ordem da vivência, algo da ordem da existência, todos nós mais hora ou menos hora, em maior ou em menor intensidade, desenvolvemos sofrimentos psíquicos, o que não é exatamente a mesma coisa no que se refere aos transtornos psiquiátricos.

Os transtornos psiquiátricos são alterações nos processos cognitivos ou afetivos que geram perturbações no raciocínio, no comportamento, na compreensão da realidade. Afirmar categoricamente que as pessoas que se mataram possuíam tais transtornos é um equívoco. Eles precisam de diagnóstico especializado para serem constatados.⁶⁸ Nos casos narrados, nenhum deles foi, mas em uma sociedade que tinha a ideia de tolerância ao sofrimento como caminho de salvação, o desejo de morrer motivado pela dor de viver não era aceito, era considerado loucura. Tirar a própria vida era entendido como um ato de abandono da fé o que fazia perder a outra vida, a da promessa, que traria consolo para todas as dores, no céu, onde haveria a paz. Aceitar essa morte era

⁶⁷ Inquérito Policial. Suicídio. Tertuliano Dias do Nascimento. Caixa: 1918. CCEE. Castro/PR; Inquérito Policial. Suicídio. Maria de Nazareth. Caixa: 1911. CCEE. Castro/PR.

⁶⁸ Daniel Gordon em seu já citado texto *From act to fact* (2016) traz o exemplo do suicídio do ator Robin Williams ocorrido em 2014. Jornais anunciaram que seu suicídio foi desencadeado por uma forma de demência. Gordon critica essa postura por sugerir que o ator não refletiu sobre a ação. Para ele, o ato não é involuntário ou isento de aspectos culturais que influenciam a decisão de matar-se. A doença não forçaria uma pessoa ao suicídio, mas poderia fornecer a ela razões para cometê-lo.

também contrariar essa fé. Mais do que isso, aceitar que pessoas podiam querer morrer porque a vida que levavam era muito dura para elas, significava que entendiam que mudanças eram necessárias, no sistema de fé e de vida. Mudar, porém, é difícil. As pessoas buscam adequar-se. E nesse processo de adequação há a lógica da aceitação do que está posto.

O tabu relacionado ao suicídio era, e ainda é, uma realidade. O próprio ato de pensar sobre o suicídio já é considerado condenável para muitas pessoas. Maria Luiza Dias (1991) ressalta que é por conta disso que as tentativas acabam geralmente acompanhadas de sentimentos de vergonha e de culpa. Esses sentimentos também podem tomar conta das pessoas que são próximas, familiares ou amigas, de quem tirar a própria vida. A comunidade de Castro/PR do final do século XIX e início do século XX silenciava a respeito, pois declarar a falta de motivos para querer viver, mesmo que o sofrimento das pessoas fosse óbvio, era uma forma de não justificar o inconcebível. Outra possibilidade era afirmar a loucura, mesmo sem diagnóstico ou sintomas claros, pois assim a responsabilidade não estaria na pessoa e nem na comunidade.

A análise dos inquéritos apresentados nesse capítulo demonstra que silenciar a respeito para não justificar o ato ou atribuir o suicídio a uma doença, real ou não, são maneiras que pessoas têm utilizado para distanciar-se da questão. Esse tabu sobre o tema constitui uma forma de não se discutir sobre a falha da sociedade para garantir condições de vida digna às pessoas. Condenar o ato e estigmatizar o sujeito exime de repensar as regras sociais e os padrões comportamentais exigidos. Ao não conseguirem se adaptar ou não atingirem as metas sociais, as pessoas sofrem. Para muitas, a dor ou mesmo a falta de encantamento em relação à vida é insuportável e viver perde o sentido já que não é possível fazê-lo como se pensa que deveria ser. Admitir essa realidade é mais difícil do que silenciar a respeito da morte voluntária de alguém, pensando que se o tema não for abordado pode ser mais facilmente esquecido. É também mais simples chamar de insana ou fraca a pessoa que decide morrer. Superar o tabu, o silenciamento e a estigmatização é tarefa imprescindível.

3 MULHERES, VIOLÊNCIA E SUICÍDIO

Lá no alto da montanha
 Numa casinha estranha
 Toda feita de sapê
 Parei numa noite à cavalo
 Pra mór de dois estalos
 Que ouvi lá dentro bate
 Apeei com muito jeito
 Ouvi um gemido perfeito
 Uma voz cheia de dor:
 Vancê, Tereza, descansa
 Jurei de fazer a vingança
 Pra morte do meu amor
 Pela réstia da janela
 Por uma luzinha amarela
 De um lampião quase apagando
 Vi uma cabocla no chão
 E um cabra tinha na mão
 Uma arma alumiano
 Virei meu cavalo a galope
 Risquei de espora e chicote
 Sangrei a anca do tar
 Desci a montanha abaixo
 Galopando meu macho
 O seu doutô fui chamar
 Vortamo lá pra montanha
 Naquela casinha estranha
 Eu e mais seu doutô
 Topemo o cabra assustado
 Que chamou nós prum lado
 E a sua história contou
 Há tempo eu fiz um ranchinho
 Pra minha cabocla morá
 Pois era ali nosso ninho
 Bem longe deste lugar.
 No arto lá da montanha
 Perto da luz do luar
 Vivi um ano feliz
 Sem nunca isso esperá
 E muito tempo passou
 Pensando em ser tão feliz
 Mas a Tereza, doutor,
 Felicidade não quis.

O meu sonho nesse oiá
 Paguei caro meu amor
 Pra mór de outro caboclo
 Meu rancho ela abandonou.
 Senti meu sangue fervê
 Jurei a Tereza matá
 O meu alazão arriei
 E ela eu vô percurá.
 Agora já me vinguei
 É esse o fim de um amor
 Esta cabocla eu matei
 É a minha história, dotor.

(Cabocla Tereza, música de João Pacífico, 1936)

A música Cabocla Tereza é cantada por diferentes vozes, foi regravaada muitas vezes e constitui um clássico da música sertaneja. Sua letra narra uma história triste, que muito mais do que o gosto por uma poesia dramática revela uma prática cultural com elementos fortes da realidade. Na narrativa, o homem que não admitia a separação saiu à procura da ex-mulher e a matou. Na canção afirma ter se vingado, pois para ele o fim do amor só podia se dar com a morte e conclui afirmando “é a minha história, dotor”, não é a história de Tereza, é a dele, a vida de Tereza só importava quando estava com ele e isso é extremamente significativo. O machismo se constitui pelo pensamento de superioridade masculina em relação às mulheres e tal perspectiva leva a ações que visam subordiná-las.⁶⁹ O machismo se constitui quando homens entendem que possuem a vida de mulheres e a existência delas é validada, no pensamento machista, quando cumprem uma função social determinada em uma relação direta com os homens e por eles definida⁷⁰.

⁶⁹ Marina Castañeda publicou em 2006 uma interessante obra denominada *O machismo invisível*. No livro a autora aborda o conceito, alguns mitos, explicações psicológicas e sociais e principalmente desvela um mundo de ações e de formas de pensar que cotidianamente reproduzem o machismo de uma maneira “tão arraigada que se tornam praticamente invisíveis” (CASTAÑEDA, 2006, p. 15). “Invisíveis” aqui tem o sentido de naturalizadas, legitimadas.

⁷⁰ Esta mesma reflexão é feita por Isabel Martínez Benlloch (2005, p. 108): “*El dimorfismo sexual se estructuró en una a-simetría social: el poder y la ausencia de poder. La elaboración y justificación cultural de esta asimetría delimitó el ser y el no-ser de la mujer, es decir la mantuvo en un orden de signos y no de símbolos. La diferenciación genérica de roles hizo posible que el varón heredara el poder del macho y, en consecucional, al entrar en el orden simbólico, dotara al mundo de significados atribuyendo valor a los aspectos más importantes para él e infravalorando aquellos que no lo eran. Así, el varón configuró un imaginario, que perdura, en el que la mujer sólo alcanza valor en su relación respecto a él. La mujer adquiere vida y valor en tanto es ‘mirada’ por el hombre, y su existencia se significa en cuanto signo integrado en el orden simbólico patriarcal.*” Sobre o patriarcado é relevante a definição apontada por Julio César González Pagés em sua obra *Macho, Varón, Masculino* (2010, p. 10):

O ‘desvio’, o posicionamento autônomo por parte delas, provoca indignação e é entendido por eles como passível de punição.

A legitimação da violência ocorre pela assimilação e internalização de práticas culturais. Diferentes discursos são disseminados propagando regras e padrões de condutas, o discurso religioso salienta o que é ou não adequado à sua perspectiva de moralidade e o jurídico estabelece o que é permitido e o que não é na convivência social. As famílias instruem seus membros a viverem de acordo com determinados princípios e a escola contribui para socialização de práticas culturais. As pessoas ouvem, apreendem, repetem e procuram se adequar a esse ordenamento social. A sociedade ocidental elaborou discursos que promoveram a diferença entre homens e mulheres de uma forma hierarquizada, para eles, historicamente, foi estabelecida maior permissividade, desde que dentro de uma lógica heteronormativa de comportamento e para elas maior regramento, principalmente ao se tratar de relações conjugais e familiares. Instituiu-se uma ideia de que as mulheres precisavam de proteção masculina, da figura do pai ou do marido para lhes dar sustento, moradia e a possibilidade de cumprirem a tarefa considerada essencial de suas vidas que era tornarem-se esposas e mães⁷¹. No final do século XIX e início do XX, período aqui estudado, a família fundamentada no discurso religioso cristão era a instituição para a qual as mulheres de Castro/PR eram preparadas.

O discurso jurídico era masculino e o religioso também. Embora as mulheres pudessem adentrar em uma instituição religiosa no caso de não constituírem uma família, elas eram ali também comandadas por um discurso masculino. Assumindo uma posição social de protetores e provedores, os homens se colocaram num patamar de superioridade em relação às mulheres. A força moral e física era entendida como necessária para que eles pudessem cumprir tais funções, enquanto que, para serem protegidas e amparadas, as mulheres deveriam se submeter e inclusive aceitar que a violência podia ser necessária. Cabe ressaltar que essa força moral para os homens era diferente do que

“El patriarcado puede definirse como un sistema de relaciones sociales, políticas, económicas y sexuales basadas en diferentes instituciones públicas y privadas, donde los varones, de forma individual y colectiva, oprimen a las mujeres, como sujetos individuales y como grupo social, apropiándose de su fuerza productiva, de sus cuerpos y sus productos, a través de métodos pacíficos o mediante el uso de la violencia”.

⁷¹ *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, de Elisabeth Badinter (1985) é uma leitura fundamental para pensar ou repensar a maternidade compulsória. Sobre a normatização dos corpos pelos discursos médico, jurídico e religioso é interessante o artigo de Cynara Rodrigues Soares Silva (2016), *Corpo, Violência e precarização da vida*.

se exigia das mulheres. O fato de homens agirem com violência, por exemplo, não afetava sua moralidade quando justificassem a ação pela defesa da família, do patrimônio, da honra, isso fazia parte de seu papel social de ‘protetores’. A moralidade das mulheres, ao contrário, era medida por sua passividade em relação às determinações dos homens, desde a aceitação dessa organização social e familiar hierarquizada à sua sexualidade regrada e submetida à vontade masculina.

A internalização desse pensamento é perceptível em práticas diversas, desde atos de violência praticados por homens em relação às mulheres a falas de mulheres demonstrando aceitação dessa realidade. Em 1912, Diana que tinha apenas 16 anos se casou com Luciano⁷². Casar-se jovem era costume bastante comum em regiões interioranas. Nas famílias que viviam da agricultura de subsistência os filhos auxiliavam na produção e na renda familiar. As filhas, embora também trabalhassem na roça, tinham como função principal os cuidados com a casa e seu trabalho nem era entendido como tal, pois na percepção das pessoas o que as mulheres faziam em casa não gerava renda e o que faziam na lavoura era apenas um auxílio aos homens e por trabalho só se compreendia o que era remunerado.⁷³ Diante disso, encontrar um casamento para as filhas era uma forma de garantir um futuro para elas e de desonerar a família paterna, já que, pela perspectiva construída, as filhas não geravam renda e ainda poderiam trazer desgosto, caso não cumprissem com as regras morais de sexualidade controlada. Uma filha solteira não virgem era entendida como uma vergonha para o pai e um neto ou neta de uma filha solteira seria também uma despesa a mais para ele.⁷⁴

⁷² Inquérito policial. Suicídio. Luciano Linard. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

⁷³ A tese de Silvia Regina Delong (2016), *Vitalidade linguística e construção de identidades de descendentes de poloneses no sul do Paraná* apresenta o conceito de “mulheres fazedoras”, ao entrevistar mulheres rurais do sul do Paraná em sua pesquisa a autora ouviu várias delas afirmarem que não trabalham, mas fazem várias coisas. Esta tese salienta que a concepção de trabalho para algumas mulheres do campo permanece ligada à ideia de remuneração como constituinte da prática.

⁷⁴ Outra prática comum para as famílias rurais pobres era encaminhar as filhas ainda meninas para residirem em outras casas. Seriam criadas por famílias com melhores condições e poderiam trabalhar nos afazeres domésticos. Innocencia foi morar com a “velha Delfina” ainda criança. Delfina, porém, trabalhava e morava em uma fazenda. Em dado momento, o dono da fazenda decidiu que não queria mais a menina morando lá. No inquérito policial não há informações que permitem compreender os motivos que levaram a essa decisão. Innocencia, ao saber que deveria voltar a morar com seus pais “ficou muito triste, chorou bastante e disse que se matava e não ia”. Quando seu irmão foi buscá-la ela correu para o mato e se enforcou em uma árvore. (Inquérito policial. Suicídio. Innocencia Rodrigues Carneiro. Caixa: 1904. CCEE. Castro/PR).

O casamento de Diana com Luciano não durou muito. Após o casamento ficaram por seis dias na casa da família da jovem e passado esse tempo, o casal foi para a sua casa na companhia do pai de Diana, de sua irmã e de Nhá Chica, empregada da família. Já na primeira noite todo o encanto da lua de mel se quebrou. Luciano saiu para beber com os amigos e voltou tarde para casa. As pessoas já estavam dormindo e de repente o senhor Leonardo ouviu sua filha gritar por socorro. Chegando ao quarto do casal viu que Diana segurava o braço de Luciano com força, pois ele estava com uma garrafa de creolina na mão e tentava lhe forçar a beber. O pai a ajudou tirando a garrafa das mãos de Luciano que rapidamente procurou sua arma, mas Nhá Chica pegou depressa o revólver e escondeu. Passaram a noite vigiando Luciano para que não ferisse ninguém enquanto não passava sua embriaguez. Na manhã seguinte Diana, sua irmã, seu pai e Nhá Chica embarcaram no trem de volta a Castro.

Luciano tentou se reconciliar e enviou cartas a Diana e a seus pais. Estas cartas estão anexas no inquérito policial. A mãe de Diana resolveu responder ao genro e sua carta é um exemplo muito evidente de como as pessoas assumiam como adequada a lógica da hierarquização entre homens e mulheres e acabavam legitimando a violência contra elas:

Castro 20 de fevereiro de 1912

Meu querido filho Luciano

O senhor quer saber resposta a respeito da Diana pelo papel que o senhor fêis para primeira veis que levou ella passar em sua casa. Se não fosse para o pai della o senhor quazi tinha matado ella e porição que ella agora esta com muito medo e também estava outra pessoa de fora, o senhor não devia fazer este papel na frete da quella pessoa estranha e não devia deichar conhecer seu defeito no mesmo tempo quando se levantou de manhã e foi passar café elle lhe ofereceu e o senhor disse que não precisava nada de ninguém, tratou elles igual da cachorra que o senhor tem. Também no dia seguinte devia pedir desculpa e também a Diana ficou braba do sinhór pinchar aliança e chegar em Castro de gravata preta que ella não estava morta ainda e o mesmo tempo não tinha feito neim hum dizaforo porição mais não temos culpa, se ella quer seajuntar que se ajunte, eu não posso obrigar ella, agora que está cazada. Não

tenho culpa neim eu neim meu marido. O senhor beim sabia que devia pegar ella com jeito e agradar para ella se acostumar. Se tivesse passado 2 -3 mezes não fazia mal. Mais o senhor deichou comprehender que tocou para fora de casa. (continue)

No mais asseite muitas lembranças

Maria da Conceição Arinelly

O revolve a esta escondido no meio das caixas de sabão. Veja na parteleira que ista.

O rapaz tentou matar sua filha, mas Dona Maria o chamou de “querido filho”, muito embora essa expressão possa constituir apenas um modelo de escrita de cartas, comum para a época, com saudações iniciais e finais afetuosas, quando se tratavam de cartas pessoais e respeitadas em cartas mais formais, como cartas comerciais. No desenvolvimento da carta, ela explicou a ele que não deveria ter demonstrado “seu defeito” de imediato, deveria ter agradado a jovem nos primeiros dias de casamento para que ela se acostumasse e depois afirmou que “Se tivesse passado 2-3 mezes não fazia mal”. A lógica expressa nessa argumentação da mãe se deve ao entendimento de que a consolidação do casamento, com o passar dos meses, lhe daria certo direito de agredir a esposa e quem sabe esta aceitasse mais facilmente tal condição. A preocupação maior da mãe era que Luciano tratou mal seu marido, pai de Diana, desrespeitou o chefe da família e o fez na frente de uma pessoa que não pertencia a ela, Nhá Chica, uma empregada. A ofensa à filha não era entendida com a mesma gravidade que a ofensa ao pai. Mesmo ciente de que o rapaz podia agir de forma violenta, ela contou onde o revólver estava escondido e afirmou que toda decisão de voltar ou não era de Diana, já que agora ela era uma mulher casada. Dona Maria tinha 40 anos, era casada, e transmitiu na carta ao genro o que aprendeu ao longo de sua vida, que os homens deviam ser respeitados, que as mulheres deviam aceitar as condições a que eram submetidas, que as meninas solteiras deviam obediência aos pais e ao se casarem não eram mais sua responsabilidade. Dona Maria aprendeu que a violência conjugal⁷⁵ era um fardo a ser carregado pelas mulheres.

⁷⁵ No já mencionado texto de Miriam Grossi, *Rimando amor com dor* (PEDRO; GROSSI, 1998), ela define a violência conjugal como aquela cometida no âmbito de uma relação afetivo/emocional. Essa categoria de análise permite refletir sobre diferentes sujeitos vitimizados, mulheres, homens, hetero ou homossexuais. O foco são as violências que ocorrem em relações afetivas, entre sujeitos que habitam ou não na mesma residência. Isso difere do que

O tema ‘violência contra as mulheres’ tem sido amplamente discutido e é objeto de estudo de várias áreas das ciências sociais. Este tema recorrente em teses e dissertações⁷⁶ é bandeira de luta das mais diversas vertentes do feminismo. Ressalto que devemos pensar em feminismos no plural pela mesma perspectiva que percebemos a pluralidade das experiências das mulheres. Realidades diversas conduzem a lutas e enfrentamentos diversos e também são múltiplas as maneiras de pensar e teorizar. Entendo as reivindicações relativas a unificar lutas para fortalecer demandas, no entanto, o plural não significa esfacelar, dividir e sim valorizar as subjetividades humanas. A diversidade de reflexões feministas corrobora com o (re)pensar-se contínuo que faz amadurecer e fortalecer, inclusive para pensar ações conjuntas quando necessário, como nos casos de combate à violência contra as mulheres. Margareth Rago (2011) em *Subjetividade, feminismo e poder, ou podemos ser outras?* afirma que o movimento feminista enriquece com as inquietações constantes. Ela problematiza a afirmação da “identidade-mulher” e dialogando com teóricas feministas, traz à tona o pensar sobre “o sujeito nômade” de Rosi Braidotti (2002), a “pós-mulher” de Monique Wittig (1980); o “sujeito feminista-lésbica” de Judith Butler (2003), o “sujeito excêntrico” de Tereza de Lauretis (1994) e o “sujeito pós-colonial” de Gayatri Spivak (2014). Aqui podemos inserir as reflexões propostas pelo transfeminismo que para além das questões relativas ao que é ser mulher ou ser homem problematiza os sentidos de masculinidades e feminilidades quando se luta pela não hierarquização das existências.⁷⁷

Os coletivos e as teóricas feministas podem divergir em relação a muitos pontos, mas concordam que a violência verbal, moral ou física

chamamos de violência doméstica que pode ser praticada por diferentes pessoas da família ou que residem no mesmo local e pode se dirigir a diferentes membros, não apenas a um dos cônjuges. Pessoas idosas e crianças, por exemplo, podem ser vítimas da violência doméstica. Filhos e filhas podem cometer violência doméstica contra pais, mães, avós. No subtítulo a seguir optei pelo termo violência doméstica, pois, muito embora todos os casos se refiram a mulheres que sofreram agressões de seus maridos, em um deles, a enteada também provoca sofrimento e dor fazendo com que o pai agrida a nova esposa.

⁷⁶ Em uma pesquisa no catálogo de teses e dissertações da CAPES encontrei 934.965 resultados para o termo ‘violência contra as mulheres’. Pesquisa feita no dia 26 de dezembro de 2018.

⁷⁷ Sobre o feminismo transgênero ou transfeminismo ver o texto de Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Alves (2010), *Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais*. Berta Schumann e Sandra Regina Martini publicaram um estudo sobre o suicídio de transexuais e salientam a falta de dados relativos a esses casos na Organização Mundial de Saúde. A ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais divulgou em junho de 2018 o texto de Bruna Benevides, *Precisamos falar sobre o suicídio de pessoas trans!*, destacando que 42% da população trans já tentou o suicídio.

sofrida pelas mulheres precisa ser combatida. Assistimos, no entanto, ao avanço das pesquisas e lutas por um lado e por outro, a permanência das práticas de violência. Na obra *Gênero e violência*, que apresenta narrativas sobre mulheres em situação de violência⁷⁸ na cidade de Joinville/SC, Janine Gomes da Silva (2014) enfatiza a continuidade dos altos índices da violência contra as mulheres. A autora destaca que em 2011 a imprensa de Joinville descreveu como “alarmantes” os números de casos. Pois bem, o termo alarmante remete a uma chamada de atenção para que algo seja feito; no entanto, o alarme disparado não tem despertado ações suficientes para uma mudança de postura em relação a essa realidade partilhada em diferentes regiões brasileiras. A implementação de Delegacias das Mulheres, a implementação da Lei Maria da Penha, os coletivos feministas, os grupos de apoio a mulheres em situação de violência são ações significativas. Entretanto, é preciso fomentar cada vez mais uma educação que repense essas hierarquizações sociais e essas construções sociais de gênero permeadas pela violência. Nas regiões interioranas onde, por diferentes fatores, as mudanças sociais ocorrem de forma mais lenta, ainda se conservam e se propagam muitos aspectos dos discursos e das práticas machistas e violentas.

Neste capítulo apresentarei as histórias de diferentes mulheres que sofreram e morreram. Algumas eram esposas que, após anos de sofrimento com o que denominamos hoje de violência doméstica, decidiram colocar fim às suas vidas, a primeira parte deste capítulo é dedicada a elas. Outras eram prostitutas, mulheres que por fatores diversos deixaram suas famílias para viver nas chamadas ‘casas de tolerância’⁷⁹, analiso suas histórias na segunda parte do capítulo. As primeiras eram tratadas por homens como propriedades suas para cuidar da casa e da prole, as segundas como objetos de seus desejos sexuais. Suas trajetórias demonstram que suas vidas, assim como a da

⁷⁸A utilização do termo ‘mulheres em situação de violência’ e não ‘vítima de violência’ justifica-se como afirmação de que a condição pode ser mutável, a situação é temporária, evita-se, dessa forma, representar as mulheres como permanentemente passivas e dependentes. Sobre a questão é relevante a leitura do texto *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres* (BRASIL, 2011).

⁷⁹O próprio Código Penal de 1890 trazia o termo ‘casas de tolerância’ para se referir às casas de prostituição. O termo foi inserido no código com a lei 2092 de 25 de setembro de 1915 que alterou os artigos 266, 277 e 278 do código penal. Esses artigos tratavam do atentado contra o pudor, indução de alguém à prostituição e manutenção de casas de prostituição. A legislação condenava o que o próprio termo afirmava como tolerável pela sociedade. A questão era que se tolerava a necessidade dos homens satisfazerem seus desejos sexuais, e para isso as prostitutas eram necessárias. Elas, porém, eram discriminadas e suas casas entendidas como impróprias.

personagem da música Cabocla Tereza, não importavam fora dessas obrigações que lhes eram impostas. O suicídio dessas mulheres é entendido aqui como consequência da violência, verbal, moral e física que sofreram ao longo de suas vidas. Seus percursos devem auxiliar na compreensão de que mudanças nas relações sociais são urgentes. A educação e as práticas culturais que legitimam a violência precisam ser substituídas por aquelas que promovam a dignidade humana. Trata-se de pensar o fenômeno da violência contra as mulheres e do suicídio de mulheres que sofreram diferentes formas de violência de um ponto de vista histórico. Esta perspectiva permite também compreender a contemporaneidade da questão. A não linearidade da narrativa aqui proposta, as reflexões sobre passado e presente se entrecruzando, visa justamente provocar uma inquietação, afetar. Para Luc Capdevilla e Frédérique Langue (2014, p. 198) a pesquisa histórica pode provocar “simultaneamente um forte constrangimento e uma formidável oportunidade de captar a história vivida.” Pode permitir interpretar e reinterpretar não apenas o passado, mas as inquietações do tempo presente ao gerar sentido para aquilo que é historicizado.

3.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O SUICÍDIO DE MULHERES

A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, visa proteger mulheres da violência doméstica e familiar.⁸⁰ Representa um avanço na luta contra a impunidade de agressores e apresenta mecanismos que seriam fundamentais para a promoção de vida digna para muitas mulheres que passam por situações lamentáveis em seu cotidiano. Digo ‘seriam’, porque a efetiva implementação do que está disposto na lei não ocorre em todos os municípios. A lei incentiva a criação de serviços especializados de atendimento às mulheres, delegacias especializadas, centros de apoio, defensoria especializada, serviços de abrigo e saúde. Na maioria dos municípios isso não existe. Tudo esbarra na falta de recursos financeiros, mas também humanos. É preciso haver interesse para a promoção de políticas públicas que combatam a violência doméstica e promovam a autonomia de mulheres. Infelizmente, essa pauta não é entendida como prioridade

⁸⁰ Doméstica por se referir à violência cometida por pessoas que dividem a mesma residência, com ou sem laços familiares. Familiar, quando a violência parte de pessoas “que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa”. (Artigo 5º da Lei 11.340/2006).

para o poder público. Parte do desinteresse é reflexo da percepção ainda recorrente, principalmente em regiões interioranas, de uma ideia de família tradicional a ser valorizada. Esse modelo de família tradicional exaltado, porém não é real, e seria constituído por um pai, responsável pela manutenção da família em termos financeiros e morais, pela mãe, cuidadora dedicada e abnegada, e pela prole, obediente. Para a manutenção desse *status* é socialmente permitido ao pai exercer o seu papel de autoridade, mesmo que para isso julgue necessário agir de forma violenta. Essa violência se legitima por ser uma forma de controle para um suposto bem comum e, nesse meio, a intervenção legal em relações familiares é ainda vista com receio, mesmo quando se busca proteger de atos de violência.

Em anos trabalhando na docência, na formação docente e na coordenação de estágios, tenho ouvido e percebido que meninas de escolas rurais sonham em concluir os estudos na educação básica apenas para concluírem essa etapa da vida e então se casarem e terem filhos e filhas. Muitas engravidam quando ainda frequentam a escola e logo a abandonam, pois vislumbrar outro futuro lhes parece inviável. Jovens mulheres casadas deixam para trás planos pessoais de estudo ou profissão para cuidarem do marido, da casa e das crianças e quando essas práticas resultam de escolhas conscientes de mulheres que entendem que existem outras vidas possíveis não existe um grande problema, mas quando essa é a única via que se lhes permite seguir a história é outra. Em uma conversa com uma amiga que nasceu e cresceu em uma família que vive do trabalho na roça, ela declarou que estava na hora dela engravidar do segundo filho. Disse-lhe que admirava sua vontade de engravidar novamente, tendo ainda um filho pequeno e considerando que se lamentava de dificuldades financeiras, ao que ela respondeu que não tinha vontade, apenas tinha que engravidar. A educação de meninas nos municípios do interior ainda segue a lógica do casamento e da maternidade como essenciais e como aspectos mais importantes para a vida de mulheres. Aliada a esta perspectiva está a educação cristã católica e a premissa do casamento indissolúvel⁸¹,

⁸¹ É fundamental refletir que a Igreja Católica passou a definir o casamento como um dos sacramentos da Igreja tornando-o indissolúvel apenas em 1215 no Concílio de Latrão IV. Antes disso o matrimônio era entendido como um contrato social. A palavra matrimônio que deriva do latim clássico *mater, matris*, que significa 'mãe', indica esse compromisso, uma união que deve gerar filhos e filhas. Patrimônio, do latim *patri*, pai, indica a herança familiar, os bens, ou seja, a mãe se compromete e procria, enquanto o pai possui as coisas. Trago tal questão para salientar a construção social dessa ideia de casamento indissolúvel, ela é datada, é histórica e sua instituição teve objetivos específicos não apenas religiosos, mas também econômicos. Sacralizar a união e a figura da mãe corroborou para a submissão e

instituindo que após casar-se é necessário permanecer no casamento até que a morte separe, mesmo que essa morte seja uma morte violenta, causada pelo cônjuge. Permanecer fiel ao sacramento e martirizar-se pela prole era, e ainda é, para muitas pessoas entendido como algo que sacraliza a figura da esposa/mãe. Essa santificação é almejada ou apenas aceita como uma espécie de destino por muitas mulheres.

Essa idealização do casamento e da família promove, não apenas um anseio por encontrar alguém para casar-se, mas também um esforço para manutenção da relação, mesmo que seja no sofrimento. A necessidade de estar em uma relação amorosa faz com que muitas pessoas sofram por não admitirem a existência da felicidade fora dela. O esforço para o não rompimento de um casamento leva mulheres a suportarem agressões das mais variadas. A Lei Maria da Penha define as formas de violência doméstica destacando as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Infelizmente muitas mulheres foram educadas a pensar que abusos verbais, morais e psicológicos fazem parte de relacionamentos e não os encaram como violência. As agressões que ocorrem na família são ainda pouco denunciadas e na maioria dos casos em que a denúncia ocorre é porque as agressões físicas chegaram a um ponto insuportável e não mais possível de esconder.⁸²

Admitir e denunciar a situação de violência é algo que exige muito das mulheres, pois é um momento em que precisam encarar o fato de que todo o sonho relativo a uma relação amorosa idealizada se quebrou. Denunciar significa passar pela dor de contar o que acontecia dentro de casa e isso provoca sentimentos de vergonha ou de fracasso em muitas mulheres. Elas precisam encarar o fato de que muitas pessoas podem lhes dizer coisas duras, fazendo com que, além da dor física e moral pela qual passam, sintam culpa caso ocorra separação do casal. Algumas expressões machucam muito e dificultam o processo, como por exemplo: “converse com ele, dê mais uma chance”, “o amor muda as pessoas”, “o que você vai fazer sem ele?”, “você vai separar as crianças do pai”, “como vai sustentar as crianças?”. Ouvir isso leva

responsabilização de mulheres que ainda hoje são julgadas culpadas quando um casamento se dissolve.

⁸² Leila Lúcia Gusmão (2016) em seu texto *Violência doméstica: histórias de mulheres* evidencia as dificuldades narradas por mulheres em situação de violência para denunciar as agressões sofridas. Relevante neste texto é a não naturalização da prática da violência doméstica como algo que acomete mulheres pobres. Sua pesquisa desenvolvida em Minas Gerais constatou um número elevado de ocorrências com mulheres das camadas sociais médio-altas.

mulheres a se sentirem impotentes para mudar e sair de situações de violência, de relacionamentos abusivos, passam a pensar que devem tentar mais, devem suportar mais. Pensam que ser forte é manter-se na relação, torcendo para que o agressor mude e que devem ficar na casa onde apanham por um suposto bem para os filhos e filhas, sendo que, na realidade, presenciar a violência doméstica é extremamente prejudicial para as crianças.

O desfecho dessa permanência na relação abusiva marcada pela violência doméstica é triste. No já mencionado texto de Isabel Martín Benlloch (2005) a autora destaca que o que tem sido observado em mulheres que vivem em situação de violência doméstica é a desesperança, a baixa autoestima, ansiedade, sofrimentos psíquicos. Muitas mulheres nessa situação se afastam de familiares e amigos e passam a viver com medo, frustração e vergonha e outras acabam assimilando a ideia de que a passividade diante da agressividade é uma forma de proteger a si e aos filhos e filhas de algo pior. A permanência na relação violenta culmina na morte emocional da mulher agredida que não se sente mais digna ou capaz. A morte dela, não apenas emocional, mas física, pelo agressor pode ser outro triste fim para essas relações⁸³. Elas podem também encontrar soluções extremas para acabar com o próprio sofrimento e algumas tornam-se assassinas de seus companheiros⁸⁴ ou acabam com suas próprias vidas preferindo morrer voluntariamente para não mais sofrer.

Marceliana, Olinda e Maria são três mulheres que viveram em Castro/PR no início do século XX. Suas histórias revelam relacionamentos abusivos. A violência que sofreram em suas vidas fez

⁸³ A taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo, 4,8 para 100 mil mulheres, segundo a Organização Mundial de Saúde. Esses dados estão disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>, foram acessados em 15 de janeiro de 2018. As 'Diretrizes Nacionais Femicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero' foram publicadas em 2016 com o intuito de provocar a diminuição da impunidade. O documento está disponível para acesso na íntegra no site: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. A construção das diretrizes foi uma das respostas aos resultados apresentados pelo mapa da violência contra as mulheres de 2015 que revelou dados alarmantes de assassinatos de mulheres. Esses dados podem ser acessados no link: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. A Lei 13.104/2015 tipificou o crime de feminicídio: o assassinato de mulheres com requintes de crueldade por motivações de gênero.

⁸⁴ No dia 09 de dezembro de 2017 o documentário *Legítima defesa* ganhou o prêmio de melhor longa-metragem em um festival de cinema da Argentina. Com roteiro de Sara e Ieda Stopazzolli o documentário narra a história de três mulheres vítimas da violência doméstica que para se protegerem ou protegerem seus filhos assassinaram os companheiros. O trailer pode ser visto no blog: <http://nanu.blog.br/na-nuzeando-legitima-defesa/>.

com que optassem por formas trágicas de acabar com suas dores: a força, o canivete e o veneno. Marceliana foi obrigada a se casar para não desonrar a família, pois teve relações sexuais antes do casamento. Olinda vivia angustiada com um marido que entendia que, por prover a casa, não precisava ser fiel ou lhe dar satisfações. Maria era inferiorizada por não ser a primeira esposa, sua enteada Anna a fazia sofrer e colocava seu pai contra a própria esposa. Histórias passadas que se repetem na vida de tantas outras Marcelianas, Olindas e Marias ainda hoje. Compreendê-las, ao menos em alguma perspectiva, pode auxiliar no vislumbre de alternativas para quem passa por situações semelhantes. Significar suas vidas e suas dores pode ajudar a dar sentido a outras vidas e outras dores, mesmo que em contextos históricos distintos.

Carol Hanisch, em fevereiro de 1969 publicou o artigo *O pessoal é político*. Nele ela argumenta que os grupos de mulheres que eram considerados por algumas pessoas como grupos terapêuticos por tratarem de questões relativas à vida das mulheres se constituíram em um espaço político. Afirma que os problemas pessoais são problemas políticos e as reuniões de mulheres foram essenciais para esta constatação. As dificuldades vivenciadas e partilhadas por uma mulher eram implicações na vida de muitas outras e buscar soluções para um problema pessoal apresentado por uma delas significava pensar em algo amplo, em mudanças sociais que atingiriam a vida das outras. A importância dos coletivos feministas articula-se nessa proposta e as teorias feministas também. Os grupos amparam, apoiam e fortalecem mulheres impulsionando a luta por direitos e justiça social. As mulheres de Castro/PR do período aqui estudado não tiveram a possibilidade de participação em grupos dessa natureza e muitas mulheres do meio rural ainda hoje se sentem sozinhas, isoladas e precisam encarar suas angústias e as violências sofridas sem amparo. Significativas são as atuais ações de mulheres camponesas, ribeirinhas, extrativistas, quebradeiras de coco, entre outras, que têm se articulado no Brasil na luta por seus direitos, por vida digna em seus espaços.⁸⁵ Marceliana,

⁸⁵ Entrevistei no início de 2018 a líder do grupo Semeadoras do Contestado, Lucilene Skibinski. Em 2011 ela criou o grupo no município de Porto União/SC visando reunir mulheres agricultoras da região entendendo que o “conhecimento, isso é um saber de muitas mãos, cada um oferece um pouquinho, né e assim forma o todo.” A proposta era de partilhar saberes no grupo de mulheres e ‘semear’ na comunidade. Hoje o grupo tem 20 integrantes, 12 atuam numa feira local onde vendem os produtos que cultivam e as outras trabalham com artesanato. Lucilene relata como resultados positivos do grupo de mulheres a saída de situações de violência, o empoderamento feminino, a autonomia financeira das mulheres. Ver também a obra de Maria Ignez Paulilo (2016), *Mulheres rurais*, que entrevistou integrantes do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e o texto ‘*Mulheres agricultoras*’ e

Olinda e Maria viveram problemas pessoais que são políticos e o suicídio delas precisa ser pensado por esta perspectiva.

Começo com a história de Marceliana. Em 1909, Vicente foi obrigado pela polícia a se casar com ela.⁸⁶ O casamento era uma forma de livrar-se da condenação pelo crime de defloração ou estupro de mulher honesta. O código penal de 1890 em seu artigo 276 assim determinava:

Art. 276. Nos casos de defloração, como nos de estupro de mulher honesta, a sentença que condemnar o criminoso o obrigará a dotar a offendida.

Paragrapho único. Não haverá logar imposição de pena si seguir-se o casamento a aprazimento do representante legal da offendida, ou do juiz dos orphãos, nos casos em que lhe compete dar ou supprir o consentimento, ou a aprazimento da offendida, si for maior.

Algumas considerações sobre o disposto na lei são importantes. O defloração era o crime de tirar a virgindade de uma jovem menor de idade que vivesse na companhia dos pais ou tutor por ela responsável e era considerado crime, mesmo que a jovem consentisse na relação sexual. O estupro seria a relação sexual forçada mediante violência física ou outros meios que privassem a mulher de sua consciência, como o uso de drogas ou anestésicos. Outro termo que aparece nesse artigo é relevante, “mulher honesta”. Para a legislação, uma mulher honesta era aquela que controlava sua sexualidade e seguia os padrões de comportamento a ela impostos. Uma prostituta, por exemplo, não era considerada uma mulher honesta, mesmo que não tivesse dívidas atrasadas, que não mentisse e não roubasse, pois a questão da honestidade das mulheres estava ligada à suas práticas sexuais. A legislação era tão discriminatória a esse respeito que imputava penas menores para quem violentasse uma prostituta, ela não era considerada tão digna de proteção da lei quanto uma mulher considerada honesta. No artigo 268 do código penal de 1890, que previa a pena para o estupro se distinguem os prazos de prisão, se a vítima fosse mulher honesta, o criminoso ficaria preso de um a seis anos, se a vítima fosse mulher

‘mulheres camponesas’: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades de Giovana Ilka Jacinto Salvarro, Mara Coelho de Souza Lago e Cristina Scheibe Wolff (2013).

⁸⁶ Inquérito Policial. Suicídio. Marceliana Nunes de Moraes. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.

pública ou prostituta a prisão era de seis meses a dois anos apenas.⁸⁷ A expressão “mulher pública” era também utilizada para mulheres que não eram prostitutas, mas que tinham relações sexuais fora do casamento. Apenas em 25 de novembro de 2003 a legislação brasileira retirou o termo “mulher honesta” de seu texto. A ação foi uma conquista das movimentações pelo Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres (LAGE; NADER In: PINSKY; PEDRO, 2012).⁸⁸

No parágrafo único do artigo 276 do código penal de 1890 destaca-se que o casamento seria uma possibilidade em lugar da prisão tanto para os casos de defloramento, em que as relações sexuais haviam sido consentidas pelas mulheres, quanto nos de estupro de mulheres honestas. Essa decisão caberia aos pais das jovens ou ao juiz de órfãos e somente quando a mulher fosse maior de idade é que ela poderia se negar a casar com seu estuprador para que ele não se livrasse da cadeia. Se uma menina órfã fosse estuprada e o juiz entendesse que o casamento era uma maneira interessante de tirá-la da tutela do Estado, ela teria que se casar com o agressor. O mesmo valia para as meninas cujos pais entendessem que era melhor ter uma filha casada com seu estuprador que ter uma filha solteira não virgem.

Marceliana casou-se com Vicente. Não é possível saber se foi deflorada por ele ou estuprada, pois não se encontra no Arquivo Público de Castro/PR o inquérito policial ou processo crime que culminou no casamento forçado. Infelizmente parte da documentação se perde com as mudanças de seu local original para o arquivo público ou mesmo quando as instalações do arquivo mudam de lugar. O tempo também deteriora documentações quando não armazenadas adequadamente e muitas são descartadas pelas más condições de preservação e acabam não fazendo parte de acervos dos arquivos públicos. O que o inquérito policial referente ao suicídio de Marceliana nos revela é que ela ficou casada com Vicente durante seis anos e, então, teria decidido colocar fim à sua vida. Ela foi encontrada caída dentro de sua casa, com um corte no pescoço e um canivete na mão. Ao ler este inquérito a primeira impressão que tive é de que não teria sido um suicídio. Cortar o próprio

⁸⁷ Uma reflexão sobre a parcialidade da lei que discriminava por fatores econômicos e de gênero está no segundo capítulo do livro *Crimes sexuais: a histórica culpabilização das vítimas* (ESTACHESKI, 2017). Na obra há uma discussão que analisa a legislação vigente no Brasil desde as Ordenações Filipinas até o Código Penal de 1890 focando nos crimes de ordem sexual como defloramento e estupro.

⁸⁸ Para aprofundar o estudo do tema são importantes as obras de Suean Caufield (2000), *Em defesa da honra*, Martha de Abreu Esteves (1989), *Meninas perdidas* e a tese de doutorado de Eva Lúcia Gavron (2008), *Dramas e danos: estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985)*.

pescoço com um canivete é uma ação tão violenta, não que a força ou o veneno não sejam, porém estas são formas mais comuns nos casos de suicídio. Os policiais consideraram a palavra do esposo de Marceliana e o fato dela estar com o canivete na mão, assim, o caso foi tratado e concluído como suicídio.

Ao depor, Vicente, o esposo, disse que chegou da roça mais ou menos ao meio dia e “chamando sua mulher, e não tendo resposta, entrou na casa encontrou sua mulher cahida no chão, perto da porta de um quarto, junto a uma taipa”. Ele pediu a um menino que chamasse sua mãe. Só depois foi chamado o inspetor de polícia que, estando doente, acabou enviando um vizinho para tomar as providências necessárias. As pessoas do meio rural do final do século XIX e início do XX se organizavam da forma que lhes era possível. Na ausência de peritos profissionais, pessoas da vizinhança, na maioria das vezes homens, cumpriam esse papel e faziam exames de corpo de delito, investigavam as cenas de crimes ou, como neste caso, de suicídios. Como em outros casos de suicídio de mulheres, os policiais, homens, perguntaram ao marido de Marceliana se eles viviam em harmonia ao que Vicente respondeu que sim. A pergunta era comum, o que sugere uma percepção dos policiais de que a violência contra as mulheres era sim uma das causas da morte voluntária, embora não admitissem isso em seus relatórios finais dos inquéritos. A história de Vicente, porém, não foi confirmada pelo vizinho José. Ele narrou que:

Chegando em caza de Vicente Baptista dos Sanctos, querendo entrar onde se achava a mulher de Vicente, este impediu-me de entrar onde ella se achava, tendo elle entrado a força, onde ella se achava, perguntou a Vicente o que foi aquilo, respondeo que foi ataque que tinha dado, mandei chamar Benedicto, chegando dissera que ataque não podia ser, dizendo mais o depoente que três anos mais ou menos Vicente surrou muito a sua mulher dahi em diante nunca mais viverão em armonia, e juntarão-se por conselho d'elle depoente.⁸⁹

José sabia que Vicente batia em Marceliana e quis vê-la ao chegar à residência do jovem casal, possivelmente desconfiado da narrativa sobre o suicídio e também comovido ou curioso com o

⁸⁹ Inquérito Policial. Suicídio. Marceliana Nunes de Moraes. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.

acontecido. Como homem um pouco mais velho ele havia, anos antes, aconselhado a permanecerem casados mesmo com as brigas e agressões a Marceliana. Para ela, não havia muitas alternativas, já havia se casado com ordem da polícia por ter tido relações sexuais antes do casamento e, ao permitir o matrimônio, seu pai explicitou que o preferia à permanência da jovem em casa. Uma jovem não virgem não era considerada honesta, isso dificultaria outro casamento. A própria legislação permitia que caso o rapaz descobrisse que a esposa não era virgem antes do casamento, podia rompê-lo. O Código Civil de 1916 determinava em seu artigo 219 que era possível a anulação do casamento quando havia “erro essencial sobre a pessoa do cônjuge”. Esse erro era a não virgindade da esposa antes do casamento quando o fato era, até então, desconhecido pelo marido. A legislação reflete práticas sociais, o que foi disposto na lei em 1916 era o que se configurava como realidade antes disso. Mulheres solteiras não virgens eram discriminadas e o casamento era considerado um grande objetivo para as mulheres, elas eram educadas essencialmente para isso e para a maternidade. Na comunidade agrícola de Castro/PR do início do século XX o que mais as mulheres fariam considerando essa ordem de pensamento vigente? Algumas trabalhavam como domésticas em casas de pessoas mais abastadas, outras acabavam nas casas de prostituição.

Marceliana permaneceu casada e sofrendo, pois como disse o senhor José, “nunca mais viverão em harmonia”. Em 1915, acatando o resultado da polícia de que foi suicídio, deduzo que ela chegou ao seu limite e sem vislumbrar outras possibilidades, colocou fim ao sofrimento com a morte voluntária. No relatório da polícia a conclusão foi de que Marceliana se suicidou “ignorando-se a causa”. Mesmo com a constatação de que sofria violência, suicidar-se não poderia ser justificado para a comunidade que se apoiava no pensamento cristão. Tal concepção se fortaleceu na Igreja a partir dos escritos de Santo Agostinho que em sua obra *A Cidade de Deus* propôs que não havia sentido em, por exemplo, uma vítima de estupro suicidar-se, a não ser que fosse culpada de sedução e estivesse se punindo por isso (GORDON, 2016). A resposta cristã considerada adequada ao sofrimento seria suportá-lo, motivo pelo qual a causa para tal ato praticado por Marceliana só podia ser dada como ignorada. Vale destacar que os policiais eram homens para quem podia ser mais fácil negar a existência da violência contra Marceliana ou amenizar os impactos que ela poderia causar do que justificar o seu ato de colocar fim à vida.

O parecer do policial para o caso de Olinda foi diferente, ela teria se suicidado “por questam de ciúme que tivera com seu marido”⁹⁰ Na noite em que isso ocorreu, Bonifácio, marido de Olinda, que era carroceiro saiu de casa dizendo que ia prender alguns animais que estavam soltos pelas ruas junto com Manoel, fiscal da câmara. Quando voltou para casa à meia noite, encontrou Olinda vestida de homem. Ela teria se vestido assim para poder sair à noite procurar por ele, pois não acreditava em sua história. A rua não era considerada um espaço para mulheres andarem sozinhas, muito menos à noite e vestir-se de homem poderia permitir que passasse um tanto despercebida. Bonifácio, porém, não gostou dessa atitude. Brigaram e ele “a repreendeu por esse procedimento, dando se nessa ocasião forte altercação entre ambos, resultando disso elle respondente dar uma reiada, digo, uma relhada sobre as pernas de sua mulher mais em brincadeira do que para a castigar”. Na concepção dele seria uma surra por brincadeira para mostrar a Olinda que ela estava sendo infantil e emocionalmente descontrolada.

No livro *Violência dói e não é direito* organizado por Lilia Blima Schraiber, Ana Flávia Pires Lucas D’Oliveira, Marcia Thereza Couto Falcão e Wagner dos Santos Figueiredo (2005, p. 15) se destaca que:

Entre parceiros íntimos é comum a alegação, por parte de quem agride, seja física, psicológica ou sexualmente, de que ‘perdeu o controle’, muitas vezes, compondo esse argumento com o seu exato oposto: ‘Bato para ensinar quem não tem controle sob seus atos’, algo como a antiga tradição de disciplinar crianças, ou, no caso das mulheres adultas, pessoas que, por suporem sua ‘falta de domínio emocional tal como um homem adulto teria’, são infantilizadas, assim devendo ser ensinadas a ‘comportar-se’.

Após a briga, Bonifácio foi para o quarto onde estava sua sogra e sua filha pequena. Olinda ficou na cozinha e pouco tempo depois ela gritou. Foi encontrada na cozinha debatendo-se no chão, com uma lata de soda cáustica ao seu lado. Em seu depoimento o marido afirmou “que atribue sua fatalidade do seu genio violento e nervosa do seu suposto e infundado ciúme; que lamenta o que aconteceu, porque estimava sua

⁹⁰ Inquérito Policial. Suicídio. Olinda Ayres. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.

mulher e a tratava muito bem como é público e conhecido por todos nesta cidade”. Ele mesmo afirmou que bateu nela e apesar disso entendia que a tratava muito bem, posto que a violência seria para ele uma forma de acalmar o descontrole emocional da esposa, de colocar ordem naquela relação. Como salientado acima, a agressão era entendida como instrumento da educação familiar, evidentemente, quando direcionada pelo homem às mulheres ou aos filhos e filhas. Manoel, que tinha saído com Bonifácio naquela noite, disse em seu depoimento que à meia noite:

elle depoente entrou em casa de Bonifácio Ayres, apasiguando o casal por questões de ciúme; que nessa ocasião Olinda queixava-se dizendo que há annos que soffria com seu marido e que ia tratar do divórcio, que notou que Olinda estava muito triste e depois que disse algumas palavras os animando e conselho retirou-se para sua casa [...] que sabe que o casal brigava sempre porque Olinda era muito ciumenta mais que Bonifácio tratava muito bem sua mulher nada faltando em sua casa para a manutenção da família, que atribue também o suicídio de Olinda ao gênio irracional e nervoso.⁹¹

Olinda desabafou com o amigo do marido e afirmou que sofria há muito tempo, tendo dito que queria o divórcio. Essa decisão não era nada simples e nada comum para uma mulher no período. Havia todo um preconceito em relação às mulheres que viviam separadas de seus maridos, da mesma forma que ocorria com as jovens solteiras não virgens. Os princípios cristãos permaneciam movendo as decisões, inclusive de aprovação ou não de leis, mesmo com a separação de Igreja e Estado. Após a proclamação da República em 1889 um decreto foi expedido, Decreto 521, de 26 de junho de 1890⁹² e nele o casamento civil passou a preceder legalmente o casamento no religioso e a separação de corpos passou a ser considerada como uma possibilidade em casos de adultério, injúria grave, abandono do lar por dois anos seguidos. A decisão conjunta do casal após um casamento de no mínimo dois anos também permitia a separação, porém, propostas de implantar o

⁹¹ Inquérito Policial. Suicídio. Olinda Ayres. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.

⁹² Decreto disponível no link: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-521-26-junho-1890-504276-publicacaooriginal-1-pe.html>.

divórcio foram feitas e negadas no Senado. O código civil de 1916 não alterou muita coisa em relação ao referido decreto e as mesmas condições foram mantidas, surgindo a palavra ‘desquite’ como referência à separação de corpos. O vínculo matrimonial não era rompido, a prática só visava o acordo de bens para a separação. A constituição de 1934 bem como as de 1937, 1946 e 1967, afirmavam a indissolubilidade do casamento e o divórcio apenas foi instituído com uma emenda constitucional regulamentada pela Lei 6515 de 28 de junho de 1977⁹³. Com a instituição do divórcio passou a ser permitido o rompimento do vínculo jurídico entre as pessoas, sendo possível inclusive um novo casamento⁹⁴. Esse conhecimento legal provavelmente não era acessível a Olinda, mas ela admitiu considerar a possibilidade de separar-se do marido para não mais sofrer naquela relação. Mesmo percebendo que ela estava muito descontente a ponto de pensar no divórcio, e sabendo que o casal brigava muito, Manoel desqualificou os sentimentos de Olinda, afirmando que Bonifácio não deixava faltar nada em casa, provia a família e isso era equiparado a dizer que tratava bem a esposa, pois o papel fundamental do marido era o de ser provedor do lar e isso ele cumpria. Para o rapaz, os sentimentos dela não tinham fundamento dentro dessa lógica.

A mãe de Olinda também foi ouvida. Dona Rosalina disse que “residia em casa de seu genro”. Ela não considerava que a casa era de sua filha ou do casal e sim de seu genro. A concepção do homem provedor como proprietário, como chefe da família fica evidente neste relato. Ela afirmou que sua filha “acreditava tudo que lhe contavam e tinha muito ciúme de seu marido, dando isso causa a contínuas brigas entre o casal”. Nas cidades pequenas, como era Castro/PR no referido período, as pessoas conheciam umas às outras, faziam festas na comunidade, visitavam-se e nesses momentos de convívio acabavam sabendo da vida umas das outras, pois os acontecimentos da vida de uns se tornavam motivação de conversas para outras pessoas. Maria Sylvania de Carvalho Franco tratou muito bem desta questão em sua obra publicada em 1997, *Homens livres na ordem escravocrata*. A autora chama de código do sertão a lógica que estruturava as relações sociais no meio rural. Nessa perspectiva, as pessoas que conviviam em regiões

⁹³ Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm.

⁹⁴ A separação (a palavra desquite deixou de ser utilizada) era exigida como uma espécie de estágio intermediário que deveria ser de no mínimo um ano para que o divórcio fosse concedido. Apenas em 2010 foi aprovada a PEC do divórcio, como ficou conhecida a Proposta de Emenda Constitucional número 28, de 2009, que determina o divórcio direto, suprimindo a necessidade de separação judicial antes dele.

interioranas estabeleciam vínculos de solidariedade que lhes permitia resolver conflitos, superar demandas. Assim, na ausência de perito, o lavrador vizinho podia fazer seu trabalho e na ausência do pai, o senhor mais velho que morava próximo e era conhecido da família podia dar conselhos, como nos casos que já mencionei. Citando as palavras da autora, a “caracterização sociológica da relação comunitária se baseia na existência de um consenso, da recíproca determinação das vontades e da inclinação, em um mesmo sentido, das pessoas que dela participam.” (FRANCO, 1997, p. 24). As comunidades estruturavam uma determinada forma de vida que era assimilada pelo grupo e assim, auxiliavam-se. Essa proximidade das relações, a convivência contínua, evidentemente, trazia inconvenientes. Se os armazéns, praças e festas comunitárias eram espaço de divertimento e diálogo, onde se podia narrar proezas, estes mesmos lugares faziam circular comentários que geravam intrigas e violência. Olinda ouvia falarem a respeito de seu marido e isso a incomodava e fazia desconfiar da fidelidade do mesmo.

Norbert Elias e John L. Scotson na obra *Os estabelecidos e os outsiders* (2000) dedicam um capítulo às “Observações sobre a fofoca”. Para eles a fofoca tornava a vida da comunidade mais interessante angariando um valor de entretenimento. Obviamente havia as fofocas depreciativas e as elogiosas, mas em geral, eram informações corriqueiras sobre pessoas da comunidade, histórias divertidas, relatos de façanhas. Divulgar um boato podia ter relação com o interesse de enaltecer o ego do narrador ou do ouvinte. Nesses casos, reprovar atitudes alheias era uma maneira encontrada de exaltar a própria conduta ou a de quem ouvia a história ao comparar as ações do sujeito alvo da fofoca com as suas. Configurava-se também na experiência de abordar temas proibidos pela moralidade comunitária e na possibilidade de imaginar-se na situação do transgressor, sentindo o prazer da subversão e ao mesmo tempo ter a sensação de alívio por não ser a pessoa que cometeu o ato. Tal sensação era uma forma de recompensa pela própria irrepreensibilidade. Em contraponto, as fofocas elogiosas eram maneiras de expressar solidariedade no momento de infortúnio de alguma pessoa da comunidade, como nos casos mencionados anteriormente quando os homens que se suicidaram eram exaltados como bons homens, bons vizinhos, amigos de toda a comunidade ou então quando ocorria o suicídio de uma jovem e a comunidade apressava-se a narrar sobre como a família cuidava bem dela não oferecendo motivos para tal ato. No entanto, os autores destacam que

as notícias sobre o desrespeito às normas aceitas, cometido por pessoas conhecidas da comunidade, eram muito mais saborosas, forneciam maior entretenimento e uma satisfação mais prazerosa, tanto para narradores como para ouvintes, do que os boatos sobre alguém que fosse digno de elogios por defender os padrões aceitos, ou merecedor de apoio em momento de necessidade. (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 124)

Verdadeiras ou não, as narrativas sobre seu marido faziam Olinda sofrer, mas para sua mãe, era melhor não dar ouvidos e seguir obediente ao esposo. O componente de gênero é evidenciado aqui, uma fofoca a respeito de um homem que traía não deveria incomodar a esposa que lhe devia submissão e não era necessariamente prejudicial à honra desse homem. A fama de conquistador, de viril, era inclusive positiva para ele diante dos outros homens. O contrário não seria aceito e qualquer fofoca a respeito de uma mulher que supostamente cometesse adultério seria encarada com extrema gravidade e poderia causar a desagregação da família e condenar a mulher perante o grupo social com quem convivia.

Dona Rosalina, mãe de Olinda, reafirmou o que foi dito por Manoel, que Bonifácio tratava Olinda muito bem “nada lhe faltando e nem a sua filhinha Silvia”. Ela era solteira, tinha 50 anos, uma filha e vivia na ‘casa do genro’. Para esta senhora que provavelmente teve uma vida difícil sendo mãe solteira em uma cidade pequena do interior no início do século XX, ver sua filha casada com alguém que lhe sustentava já devia ser entendido como algo positivo ou suficiente a se esperar da vida. Olinda tinha o conforto de morar em uma casa com um marido que não deixava faltar nada material, o que talvez sua mãe não tenha experimentado na juventude. Se o preço disso fosse sua filha não dar ouvidos às falas da vizinhança sobre as traições de Bonifácio, não lhe parecia ruim. Ela podia entender que era melhor aguentar as saídas do marido e também as brigas e possíveis agressões, para não viver sozinha com uma filha ainda pequena.

A dependência material é um dos fatores determinantes da permanência de mulheres em situação de violência, principalmente quando há crianças a serem sustentadas. Sair da casa e ir para onde com crianças? Como conseguir trabalho depois de abandonar estudos e carreira para se dedicar à casa, ao marido e às crianças? Com quem ficarão as crianças quando for trabalhar? Aliada a isso está a pressão

moral que faz pensar que a mãe está separando a prole do pai, que será responsável pela diminuição do seu conforto e segurança financeira. Essas inquietações torturaram mulheres no passado e o fazem hoje. Olinda foi pressionada a ceder e a ignorar suas dores por conta de uma determinada estabilidade econômica até não mais suportar. O suicídio pode ter sido uma resposta ao desencanto com aquela vida de silenciamento e de menosprezo a que era submetida.

A última história a ser narrada aqui é de Maria que se casou com o viúvo João que era lavrador e tinha uma filha chamada Anna, menor de idade. Os peritos descreveram Maria como uma “mulher de cor branca, cabelos louros, com trinta annos de idade presumíveis, trajando blusa e saia de riscado xadrez, camisa de algodão branco”.⁹⁵ Ela foi encontrada enforcada em uma árvore no dia de Natal. João disse à polícia que “atribui o suicídio de sua mulher a ella brigar muito com sua filha menor, Anna Rosa, e por ter sido aborrecida por diversas vezes por elle depoente, por esse motivo”. Ele confessou que entre a segunda esposa e a filha do primeiro casamento, esta tinha prioridade para ele, não temeu afirmar que ‘aborrecia’ sua mulher para defender a filha. Adalina que trabalhou como empregada doméstica para a família durante três meses disse que:

durante esse tempo teve occasião de observar que o mesmo maltratava sua mulher Maria Amalia, diariamente, por causa de uma sua filha, da primeira mulher; que essas brigas entre o casal era de todos os dias e que durante o tempo que estava na casa, nunca viu João José bater em sua mulher, mais que soube por ouvir de outras pessoas, que elle acostumava bater na mulher por causa da filha; que esta todo dia maltratava a madrastra sem que fosse observada por seu pai; que attribui o suicídio da mulher de João José, devido a suas questões de todo dia.

Sua história foi confirmada pelos vizinhos Victorino, Leandro e Licínio que testemunharam afirmando que Maria teria se matado devido aos “mãos tractos que ella recebia diariamente do marido, por cauza de uma filha deste com a primeira mulher”. Ao ser ouvida a menina Anna disse que Maria “promettera se matar”. Mesmo assim, as provocações

⁹⁵ Inquérito policial. Suicídio. Maria Amalia Marcondes Rocha. Caixa: 1926. CCEE. Castro/PR.

continuaram e os ‘aborrecimentos’ também e João não temeu afirmar isso aos policiais, então não lhe parecia errado maltratar a esposa e/ou ele sabia que os homens da polícia entenderiam e aceitariam como legítimas suas ações. Ao abordar a violência como linguagem em uma região interiorana, Cristina Scheibe Wolff (1999, p. 216) afirma que para aqueles sujeitos “certas situações deviam levar necessariamente a atos violentos, sob pena de desmoralização perante a comunidade”. Para João, agir agressivamente para implantar uma determinada ordem nas relações familiares pode ter sido considerado como uma atitude coerente e privilegiar a filha do primeiro casamento também. A relação com Maria pode inclusive ter sido motivada muito mais pela necessidade de uma esposa, entendida como a responsável pelos cuidados da casa, do marido e da filha, do que resultado de uma relação romântica.

Os policiais arquivaram o caso declarando que as testemunhas apenas supunham que fosse por maus tratos dirigidos a ela pelo marido. Embora todas elas, inclusive os homens que foram questionados, tenham dito que sabiam das agressões, ninguém quis afirmar ter presenciado uma cena de violência. Admirável foi a atitude do promotor público que reabriu o caso afirmando que inquérito policial não era processo criminal e não caberia à polícia ou às testemunhas julgar o caso.⁹⁶ O promotor denunciou João considerando que ele mesmo se disse “responsável pelo suicídio de sua mulher” ao testemunhar e confessar que a agredia. Infelizmente não encontrei o processo crime no arquivo público de Castro/PR para saber o desfecho, no entanto, o que temos aqui já permite reflexões importantes sobre o acolhimento dos casos de violência contra as mulheres nas delegacias. A legitimação da prática por questões culturais que permitiam aos homens agredirem verbal ou fisicamente suas esposas gerava o desinteresse em levar os casos adiante na justiça. Policiais homens ouviam os relatos das ou sobre as mulheres agredidas, mas menosprezavam e não investigavam a situação de violência. Os casos de violência verbal ou moral são muito mais sensíveis por não terem evidências físicas da agressão, portanto não são comprováveis por exame de corpo de delito. O empenho pela instituição de delegacias das mulheres na atualidade visa diminuir o descaso ainda existente em relação à violência doméstica e melhorar o acolhimento das mulheres em situação de violência. O constrangimento

⁹⁶ Ana Selma Moreira (2017, p. 75) apresenta a definição de inquérito policial como um conjunto de atos investigatórios que visam apurar o fato criminoso e a possível autoria do mesmo. Ele é presidido pelo delegado de polícia “que tem a obrigatoriedade de investigar o caso até o final do prazo previsto para a entrega do Inquérito Policial à autoridade judiciária, não podendo arquivá-lo à sua vontade.”

é menor se elas forem atendidas por outras mulheres preparadas para tal ação, isso evita a sensação de olhares que julgam e que coadunam com a experiência de homens que não medem as consequências para impor suas vontades e verdades.

Maria sofreu a violência moral e física por muito tempo e possivelmente percebeu que não teria a quem recorrer. Nos relatos registrados ninguém quis afirmar que a viram apanhar ou que a viram machucada, mas todas as testemunhas afirmavam que sabiam que isso acontecia. Ela falava sobre isso às pessoas, dizia à enteada que iria se matar e sabia que Adalina que trabalhava em sua casa assistia às brigas do casal, se nenhuma dessas pessoas estava disposta a socorrê-la, então a quem mais recorrer? Para a comunidade conservadora da qual fazia parte, ela já havia se casado com um viúvo que tinha uma filha e isso fazia com que ela tivesse que se adequar a essa família e não o contrário. Abandonar esse casamento faria com que carregasse o estigma da mulher separada, que abandonou o marido com uma filha menor, independente da relação conflituosa que existia entre o casal e a menina. Ficar no casamento era continuar sofrendo, abandonar esse casamento lhe traria outras dores. A morte parece ter lhe parecido uma solução para este dilema, assim como para Olinda com o marido, fiel ou não, mas que provia o lar e Marceliana com seu agressor que só se casou por ser forçado na delegacia. A morte pode ter lhes parecido mais leve do que a carga que a vida de casadas lhes fazia carregar ou que a vida de separadas lhes fazia vislumbrar.

Essas histórias me transmitem uma sensação de desamparo que parece ter sido vivenciada por essas mulheres. A legitimação da violência doméstica como prática comum, quase naturalizada, que fazia com que as pessoas ao redor silenciassem a respeito ou aconselhassem a permanecer na relação mesmo que sofressem, possivelmente provocou ainda mais angústias nas Marias, Olindas e Marcelianas. Marias que procuraram apoio nas pessoas próximas e não encontraram, Olindas que brigaram por respeito e foram silenciadas e Marcelianas que sofreram caladas até não suportarem mais. A violência doméstica se configura em um conjunto de ações que fragilizam a pessoa, agressões verbais, pressões psicológicas, humilhações, submissões, violência física. Por vezes uma forma de violência se sobrepõe às outras, mas todas fazem sofrer e se não há nada ou ninguém em quem ou em quem se apoiar fica muito difícil vislumbrar um futuro diferente e menos hostil.

Cabe ressaltar mais uma vez que embora o termo violência doméstica e familiar seja utilizado majoritariamente para referirem-se às agressões contra as mulheres, outros sujeitos também a sofrem. Os

discursos e práticas heteronormativas de famílias violentam pessoas homossexuais e transexuais e quando as formas de violência não são físicas podem causar sofrimentos psíquicos como bem argumenta o grupo de pesquisadores/as da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo no artigo *Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas* (BRAGA; OLIVEIRA; SILVA; MELLO; SILVA, 2016, p. 1296):

Um estudo realizado com 224 jovens americanos, com o objetivo de compreender as reações familiares frente à orientação sexual e expressão de gênero de seus filhos durante a adolescência e os impactos na saúde concluiu que os efeitos adversos, punitivos e traumáticos das reações familiares frente à revelação da homossexualidade colaboraram para que os adolescentes homossexuais tivessem oito vezes mais probabilidades de tentativa de suicídio, seis vezes mais probabilidade de terem depressão, três vezes mais propensão a usarem drogas ilegais e três vezes mais probabilidade de terem uma relação sexual desprotegida em comparação com adolescentes homossexuais que não foram rejeitados.

As sensações de rejeição e de desamparo provocadas justamente pelas pessoas que supostamente deveriam ser as mais próximas e acolhedoras, a família, pode ser desoladora. Para estas mulheres de Castro/PR, cujas histórias julguei importante narrar e (re)significar, a morte voluntária sugere uma busca por descanso de uma vida que não lhes fazia mais sentido, pois não lhes trazia mais esperanças de algo melhor. Se viver era sofrer dentro de suas próprias casas, agredidas e desamparadas por seus/suas familiares e amigos/as, a morte pode ter sido entendida como um descansar, como um alívio para um problema que parecia sem solução. O suicídio dessas mulheres revelou uma conivência com a violência que sofreram em vida, uma aceitação da violência como algo habitual, por parte de suas mães, pais, vizinhança e dos policiais. Um único promotor, em 1926, rebelou-se contra a confissão de agressão feita pelo marido de Maria. Outras mulheres foram ainda mais negligenciadas e continuaram a ser menosprezadas após a morte em relatos ofensivos, as prostitutas, cujas vidas e mortes foram tratadas como incômodas.

3.2 A MERETRIZ, A DECAÍDA, A PUTA: SOBRE AS MULHERES CUJAS VIDAS E MORTES NÃO IMPORTAVAM

O silenciamento a respeito da pessoa suicida, que muito pouco é descrita nos inquéritos policiais, é rompido no caso de prostitutas. Nos outros inquéritos são raros os casos em que a ocupação da pessoa suicida é mencionada, mas quando se trata dessas mulheres parece que havia uma necessidade de ressaltar o que faziam. A leitura dos inquéritos vazios de informações sobre as pessoas, o que sugere uma proibição da memória, contrasta com as várias menções ao ser uma meretriz, ao ser uma prostituta nos inquéritos por suicídio que as envolvem. Para as outras pessoas, a lembrança podia provocar uma justificativa do que era ou devia ser inconcebível e quanto menos se falasse, menos dor ou culpa causaria a quem era próximo da pessoa que morreu. Para as prostitutas a narrativa de suas ações sugere que ressaltar o que era considerado um desregramento moral era uma forma de confirmar a necessidade de um padrão de comportamento aceitável e salientar que o desvio levaria a dores, ao sofrimento e até a morte.

Em 1907 Francisca foi presa. No relatório do praça de regimento ele descreve:

deu entrada na prisão uma **puta** de nome Francisca bastante embriagada, que gritava muito. O carcereiro fechou a porta da prisão e a dita **puta** continuou a gritar até perto das cinco horas da manhã, hora em que elle depoente dormio porque não havia preso criminoso na cadeia apenas só dois presos embriagados, em prisão convencional. Que hoje pela manhã, olhando pela grade da porta, deparou o cadáver da dita Francisca pendurado por um chale amarrado no pescoço. Que mandou chamar o carcereiro e este veio abrio a prisão e notou que a dita **puta** estava enforcada. Que ninguém mais penetrou na prisão e atribui o enforcamento pela forte excitação em que se achava Francisca, devido a embriagues. (grifos meus)

Ele a chama de ‘puta’ por diversas vezes, assim como o fizeram o outro praça, o carcereiro e o escrivão em seus relatos. O termo aparece no mínimo três vezes em cada depoimento. Ressaltar isso parecia uma necessidade e confere um desprezo por Francisca. Ela não foi presa

sozinha, estavam várias pessoas em sua casa onde bebiam e faziam barulho. Ela e um homem chamado Luciano, sobre o qual não há mais nenhuma informação, foram presos por estarem embriagados e gritarem. Ele não foi ouvido no inquérito do suicídio de Francisca e nem outras pessoas que a conheciam, que conviviam com ela. Luciano não foi chamado de bêbado e nem denominado por qualquer outra expressão pejorativa, mas ela sim.

Não havia sido a primeira prisão de Francisca por embriaguez. O Código Penal de 1890 condenava a embriaguez em três dos seus artigos:

Art. 396. Embriagar-se por habito, ou apresentar-se em publico em estado de mebriguez manifesta:

Pena - de prisão cellullar de quinze a trinta dias.

Art. 397. Fornecer a alguem, em lugar frequentado pelo publico, bebidas com o fim de embriagal- o, ou de augmentar- lhe a embriaguez:

Pena - de prisão cellullarpor quinze a trinta dias.

Paragrapho unico. Si o factio for praticado com alguma pessoa menor, ou que se ache manifestamente em estado anormal por fraqueza ou alteração da intelligencia:

Pena - de prisão cellullar por dous a quatro mezes.

Art. 398. Si o infractor for dono de casa de vender bebidas, ou substancias inebriantes:

Penas - de prisão cellullar por um a quatro mezes e multa de 50\$ a 100\$000.

Elizabeth Cancelli (2001, p. 153) ressalta que os locais que colocavam em risco o “saneamento da sociedade” eram alvo de vigilância constante. É claro que ela está se referindo, em sua obra *A cultura do crime e da lei*, aos grandes centros urbanos que analisou, como São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, as cidades interioranas, embora caminhassem em ritmos mais lentos, também eram afetadas em alguma medida pelas ideias de modernidade que na virada do século e com a promulgação da República faziam com que se buscassem, com maior veemência, certos ideais de civilidade e civilização. É preciso ter em mente que a cidade de Castro/PR foi fundada e se desenvolveu como um território de passagem tendo nos tropeiros personagens que faziam circular mercadorias e notícias, assim os costumes de diferentes regiões eram por ali veiculados. A região foi também palco para o

estabelecimento de muitas famílias de imigrantes e de pessoas que vinham trabalhar nas fazendas de gado ou na linha férrea. Esse fluxo de pessoas de diferentes regiões contribuía para que as ideias que circulavam nos centros urbanos maiores fossem ali propagadas. As condutas regradas, principalmente a sexualidade controlada para as mulheres, faziam parte dessa concepção de civilidade e o comportamento sóbrio era também almejado para os homens como uma proposta de refinamento dos costumes que encontrava respaldo na legislação.⁹⁷

Em *Ensaio da pathologia social*, obra escrita por Antonio Evaristo de Moraes em 1921 e citada por Elizabeth Cancelli (2001, p. 153), o advogado criminalista afirmou a importância de uma legislação contrária ao alcoolismo entendendo isso como uma medida preventiva “contra o pauperismo, fonte da mendicidade e da vagabundagem”. Relações entre pobreza, crime, alcoolismo e prostituição eram comuns. A embriaguez e a prostituição eram encaradas como um mal social, como fatores que prejudicavam a paz social e a legislação brasileira buscou regular e estabelecer punições para ambas. O Código Penal de 1890 dedicou o seu terceiro capítulo ao tema. O artigo 277 instituía a prisão por um a dois anos para quem induzisse ou favorecesse a prostituição, pena que poderia ser aumentada caso o crime fosse cometido por pais, mães, tutores, educadores ou pelo marido da pessoa prostituída. O artigo 278 previa prisão e multa em caso de

Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestarem, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, directa ou indirectamente, lucros desta especulação.

⁹⁷ Reflexões significativas a respeito da modernidade e do refinamento dos costumes nas primeiras décadas da República são encontradas nas obras de Suean Caufield, *Em defesa da honra*, de 2000 e de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *Nordestino: uma invenção do falo*, de 2003.

A Lei 2.992 de 25 de setembro de 1915 aumentou a pena do artigo 277 para dois a três anos e alterou o artigo 278 para a seguinte redação⁹⁸:

Art. 278. Manter ou explorar casas de tolerância, admitir na casa em que residir, pessoas de sexos diferentes, ou de mesmo sexo, que ali se reúnam para fins libidinosos; induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-as por intimidação ou ameaças a entregarem-se á prostituição; prestar, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, qualquer assistência ou auxílio ao commercio da prostituição:

Pena - de prisão cellullar por um a tres annos e multa de 1:000\$ a 2:000\$000.

§1º. Alliciar, attrahir ou desencaminhar, para satisfazer as paixões lascivas de outrem, qualquer mulher menor, virgem ou não, mesmo com o seu consentimento; alliciar, atrahir ou desencaminhar, para satisfazer ás paixões lascivas de outrem, qualquer mulher maior, virgem ou não, empregando para esse fim ameaça, fraude, engano, abuso de poder ou qualquer outro meio de coação; reter por qualquer dos meios acima referidos, ainda mesmo por causa de dividas contrahidas, qualquer mulher maior ou menor, virgem ou não em casa de latrocínio, obriga-la a entregar-se á prostituição:

Pena - as do dispositivo anterior.

A expressão ‘casas de tolerância’ no texto da lei é novamente digna de nota. A legislação visava controlar condutas prevendo punições a quem se envolvesse com a prostituição, mas ao mesmo tempo usa o termo socialmente instituído que revela que os locais destinados a essa prática eram culturalmente toleráveis. Na lógica moralizante para as famílias, a figura da esposa e mãe era sacralizada, as mulheres honestas não apenas deviam controlar seus desejos sexuais para manterem-se virgens antes do casamento, como teriam que adotar posturas passivas e recatadas nas relações sexuais com seus maridos (CAUFIELD, 2000).

⁹⁸ Outras leis se destinaram a esse tema, como a de número 4.247 de 6 de janeiro de 1921 que proibia a vinda para o Brasil de estrangeiras com o intuito de dedicarem-se à prostituição e previa a expulsão de estrangeiros que fossem condenados por induzir alguém a prostituir-se.

Os homens, no entanto, não precisavam desse controle, a vivência da sexualidade e as provas de virilidades eram, inclusive, sinais da masculinidade. Como nem todos os seus impulsos sexuais poderiam ser satisfeitos com suas esposas, que deveriam ser ‘respeitadas’, as casas de prostituição eram locais que a sociedade ‘tolerava’. Nickie Roberts em seu livro *As prostitutas na História* (1998, p. 265) argumenta que para manter a pureza da família era necessária “outra classe de mulheres para canalizar as exigências sexuais do homem para longe da família”. As prostitutas que ao mesmo tempo eram identificadas com o que é ‘sujo’, como era a “imagem cristã da sexualidade”, eram entendidas como necessárias, pois de alguma forma, protegiam as famílias da obscenidade.⁹⁹

A obra de Nickie Roberts (1998) é interessante para o estudo do tema, não apenas pela pesquisa desenvolvida pela autora que apresenta interessantes documentos e dados sobre a prostituição na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, mas por seu lugar de fala. Antes de tornar-se escritora e viver na França, Nickie Roberts era *stripper* em Londres. Ao explicar, na introdução de seu livro, o motivo que a levou a escrevê-lo ela afirma que depois de sofrer muito com o estigma da prostituição percebeu que quase tudo o que havia de escritos sobre o assunto era de autoria masculina. Em sua análise, concluiu que os poucos textos escritos por feministas, tinham maior interesse na destruição da indústria do sexo do que nas pessoas nela envolvidas. Assim ela assumiu a tarefa de pesquisar e escrever como alguém que experimentou esse meio. Sem preocupar-se com alguma imparcialidade, sua escrita é às vezes um lamento pelos preconceitos, uma denúncia de violências e uma valorização das mulheres que por diferentes motivos se prostituíram ao longo da história. Em uma afirmação carregada de subjetividade e que precisa ser lida com atenção ela salienta que as “prostitutas eram e são mulheres interessantes – foram as primeiras a dizer ‘Não’ ao domínio patriarcal” (ROBERTS, 1998, p. 17). Tal premissa poderia ser aceita ao tratar de mulheres que optaram pela prostituição em diferentes tempos, como meio de ascensão social. A autora apresenta como exemplo as

⁹⁹ Na obra *Ao sul do corpo*, Mary Del Priore (1995, p. 84) também apresenta esse argumento. As prostitutas seriam ainda as “pacificadoras da violência sexual” e acalmariam os desejos sexuais dos homens em relação à outras meninas virgens. Para Leila Mezan Algranti (1993) a própria Igreja entendia a prostituição como uma espécie de mal necessário, assim os homens não conduziram as esposas, mulheres honestas a transgredirem códigos de moralidade. A mesma ideia é apresentada pelo jurista Nelson Hungria, citado por Caufield (2000, p. 168), ele afirma que “a prostituição era necessária para a defesa da virtude das mulheres honestas e que seu isolamento em zonas específicas protegia a moralidade pública”.

mulheres inglesas que no século XIX entenderam que lucravam muito mais com essa prática do que com o árduo trabalho nas fábricas têxteis que lhes rendia pagamentos mínimos.¹⁰⁰ Ou as estadunidenses que no final do século XIX e início do XX se prostituíam complementando a renda que recebiam em outras funções, podendo assim comprar as roupas caras que queriam e participar de festas a que outras mulheres não tinham acesso. No entanto, é imprescindível ressaltar que isso não vale para todas as prostitutas, muitas não tiveram opção, foram obrigadas a se prostituírem para sobreviverem. Muitas foram e são exploradas pelo patriarcado, já que homens usaram e usam da violência para submetê-las e lucrar com elas. A exaltação dessas mulheres é compreensível pela própria proposta do livro, a autora quer valorizar essas mulheres, pois em outros textos são apresentadas apenas como vítimas ou como pessoas de menor valor.

Uma das considerações de Nickie Roberts (1998, p. 274) é muito interessante para o contexto que estamos discutindo. Ao escrever sobre as prostitutas inglesas do século XIX, afirma que grande parte vinha de famílias operárias e estas famílias não eram “abrigos da dura realidade do mundo lá fora”, a pobreza fazia com que cada membro tivesse que buscar recursos de sobrevivência, por vezes na prostituição. A violência no meio familiar também fazia com que jovens preferissem abandonar as famílias. Margareth Rago (1990, p. 325) ao analisar a prostituição na cidade de São Paulo no final do século XIX e início do século XX argumenta que:

Grande parte destas prostitutas ingressam na ‘vida airada’ por contingências exteriores à sua vontade, empurradas pela fatalidade. Salvo raras exceções, conseguem escapar do labirinto negro. Assim ora a comercialização sexual do corpo é meramente uma maneira de conseguir dinheiro, pois a mulher não tem formação profissional alguma, ora é um mero acidente incompreensível para ela mesma,

¹⁰⁰ Emma Goldman escreveu por volta de 1910 um texto sobre a prostituição em que confirma essa premissa. Transcrevo aqui uma frase do texto em sua versão para o espanhol: “*nuestro sistema industrial no ofrece a muchas mujeres otras alternativas que las de la prostitución*”. Em seu ácido texto, Emma Goldaman tece duras críticas à sociedade que discriminava as prostitutas e era, ao mesmo tempo, responsável por sua existência ao submeter mulheres pobres a condições muito duras de vida. Para ela a hipocrisia era tanta que permitia que mulheres se vendessem em casamentos arranjados, prostituíam-se, portanto, mas essas relações eram legalizadas e santificadas pela igreja e opinião pública. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/goldman/1910/005.htm>. Acessado em: 25/01/2018.

ora decorre do desejo de vingança contra a opressão masculina.”¹⁰¹

Algumas meninas pobres da cidade de Castro/PR viveram experiências semelhantes. Em 1906, em Castro/PR, Eugênia foi aliciada aos 14 anos por uma prostituta mais velha, e embora seu pai tenha entrado na justiça declarando o rapto e o defloramento da filha, o caso foi julgado improcedente. Sua família era pobre, sua irmã também saiu de casa cedo, não para prostituir-se, mas para morar com o namorado. Eram estas algumas estratégias de sobrevivência em busca por melhores condições de vida (ESTACHESKI, 2017).

A legislação que previa penas para a indução à prostituição ou manutenção de casas para esse fim existia. A polícia sabia onde eram as casas e quem eram as pessoas que as mantinham, como fica evidente no caso do suicídio de Francisca, mas não encontrei inquéritos ou processos referentes a esse crime no arquivo público de Castro/PR. Há em diferentes processos e inquéritos menção a casas, chamadas de pensões ou hospedarias e a suas proprietárias, sempre mulheres¹⁰². Essa lei, no entanto, não foi utilizada contra nenhuma delas. Para as prostitutas não havia uma punição na lei, porém a polícia acabava prendendo muitas delas por outras questões, como atentado ao pudor e, no caso de Francisca, por embriaguez. Essa realidade revela a ambiguidade ou hipocrisia de uma sociedade que ao mesmo tempo em que considerava como direito dos homens terem um lugar e mulheres disponíveis para satisfazer seus desejos sexuais, as ‘casas de tolerância’, discriminava as mulheres que se prostituíam.

As casas eram conhecidas, os policiais foram até a casa de Francisca para prendê-la junto com Luciano, mas não interditaram o local e não reprimiram as demais pessoas que estavam lá. A prisão não se deu apenas pela embriaguez, pois as outras pessoas também estavam bêbadas e não foram presas. De acordo com o relato de Estephanio, praça do regimento eles foram “alem da ponte, em casa de Francisca Teixeira, onde se dava grande barulho por se acharem diversas pessoas embriagadas”, prenderam Francisca e Luciano porque “gritavão”. Foram

¹⁰¹ Ver também: ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁰² Nickie Roberts (1998, p. 281) ao narrar sobre a prostituição no século XIX ressalta que: “Uma característica singular da prostituição nesta época, deixando-a de fora de todos os outros comércios e indústrias, era o fato de ela ser essencialmente controlada por mulheres. Os bordéis, as pensões e as hospedarias eram em sua maior parte controladas por mulheres, e as próprias prostitutas tinham controle em sua própria esfera, com grande número delas morando e trabalhando independentemente, em seus próprios quartos e apartamentos.”

para a prisão por fazerem muito barulho e isso obrigava a polícia a agir por estarem chamando demais a atenção da vizinhança. A casa de prostituição não incomodava e a bebedeira também não, embora a legislação fosse contrária a ambas, mas quando essas coisas se tornaram aparentes de forma excessiva para a comunidade exigia uma ação. A intenção provável da polícia era manter ambos na cadeia até o amanhecer e depois soltar. Elizabeth Cancelli (2001, p. 155) salienta que:

As prisões de bêbados, na maior parte das vezes, eram feitas comumente sem registro e, embora pudessem chegar a até um ano, não passavam de algumas horas, já que o Código não havia anulado o poder da Polícia de manter sob custódia o bêbado enquanto durasse o efeito da bebida.

O suicídio de Francisca na prisão não comoveu os policiais, pelo contrário, os irritou tanto quanto seus gritos antes e depois de ser presa. Quando fizeram questão de chamá-la de ‘puta’ por diversas vezes em seus depoimentos e relatórios, demonstraram o quanto a desprezavam. Não tenho mais informações sobre a vida dela, o único registro que ficou foi este inquérito. Como bem expressou Arlette Farge (2009, p. 13) o arquivo é “vestígio bruto de vidas que não pediram absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão”. A jovem Francisca por alguma razão precisou prostituir-se e nesse caminho conseguiu sua casa e determinada autonomia. Ela bebia, e isso não era considerado apropriado, muito menos para uma moça, mas sua vida não era considerada apropriada, então, ela bebia e não o fazia em silêncio.

O conceito da prostituta como uma mulher rebelde da classe trabalhadora representava uma ameaça muito real à sociedade da classe média, motivo pelo qual todos os médicos, comentaristas, investigadores e reformadores – não importa suas diferenças individuais – eram tão duros na sua denúncia da prostituição e na sua negação dos direitos humanos (até da condição humana, em alguns casos) das prostitutas. Naquela época, como agora, a realidade da prostituta deixava os

moralistas pouco à vontade – eles preferiam suas teorias e fantasias. (ROBERTS, 1998, p. 287)

Ela era uma pessoa considerada necessária e cumpria uma função na sociedade. Como prostituta, satisfazia os homens e assim a honra e a imagem de pureza das famílias era mantida, porém, conhecia a hipocrisia desse modelo de moralidade. Isso fazia com que a sua necessária presença fosse também incômoda e muito mais quando não se mantinha calada. Infelizmente sua vida teve fim na prisão. Efeito do álcool? É possível, como também é possível que tenha se cansado de ser tratada como alguém que não merecia a mesma dignidade que outras pessoas. A própria embriaguez pode não ter sido resultado de festividade naquele dia, mas de angústias que não teremos como conhecer. A vida e a morte de Francisca revelam incoerências das relações humanas que na ânsia de estabelecer padrões menosprezam vidas ao mesmo tempo em que as consideram essenciais.

Maria de Lourdes disse que se arrependeu de ter tentado o suicídio¹⁰³. Ela declarou que “por aborrecimentos íntimos tentou suicidar-se”. Era madrugada e ela estava sozinha em seu quarto, pegou uma arma que guardavam na casa e deu um tiro no próprio peito. Ela tinha 23 anos e morava com Helena que tinha apenas 18 anos e já era viúva. Helena possivelmente se tornou prostituta após a morte do marido como meio de sobrevivência. Maria de Lourdes não explicou que aborrecimentos a atormentavam e só disse que estava arrependida porque agora estava sofrendo muito. Antes eram os sofrimentos psíquicos e agora as dores do corpo pelo ferimento causado. Ao depor, Helena revelou que “Mariazinha disse a depoente que havia se atirado por aborrecimentos íntimos e que queria morrer para descansar”. Muito jovem e cansada da vida que levava ou da forma como era tratada, cansada dos sofrimentos, dos aborrecimentos.

Emma Goldman escreveu sobre as dores de prostitutas salientando que o preconceito relativo a elas fazia com que outras pessoas não fossem capazes de enxergá-las como sujeitos de sentimentos. Suas dores, as humilhações que sofriam, eram comumente desprezadas. Para ela, as narrativas que ouviam sobre si mesmas ou os olhares e posturas da comunidade em relação a elas poderiam fazer com que se sentissem

¹⁰³ Inquérito Policial. Tentativa de suicídio. Maria de Lourdes Ribas. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.

*completamente al margen de la vida social, que le cerrará las puertas. Su misma educación y todo lo que se le ha inculcado, hará que se reconozca una depravada, una criatura caída para siempre, sin el derecho a levantarse más, sin que nadie le extienda la mano; al contrario, se tratará de hundirla cada vez más. Es así como la sociedad crea las víctimas y luego vanamente intenta regenerarlas. El hombre más mezquino, el más corrompido y decrepito podrá aún considerarse muy bueno para casarse con una mujer, cuya gracia comprará muy ufano, en vez de pensar que puede salvarla de una vida de horrores. Tampoco podrá dirigirse a su hermana la honesta en busca de amparo, de auxilio moral; ésta, en su estupidez, teme mancillar su pureza y castidad, no comprendiendo que en muchos aspectos su posición es más lamentable que la de su hermana en la calle.*¹⁰⁴

Essas palavras duras expressam o que é observável. A condenação era muito mais frequente do que a solidariedade. O estigma da prostituta era algo terrível. Mulheres que, mesmo não se prostituindo, mas que viviam sós porque abandonaram ou foram abandonadas por seus maridos eram rotuladas de ‘mulheres públicas’, jovens solteiras que não eram mais virgens corriam “alto risco de cair na prostituição” (CAUFIELD, 2000, p. 78). E até mesmo conversar com elas era considerado um perigo para a honra das ‘meninas honestas’¹⁰⁵. A solidariedade vinha apenas daquelas com quem conviviam, com quem dividiam as casas. Longe das famílias e excluídas da comunidade, as prostitutas ajudavam umas às outras, estreitando seus laços de amizade. Assim, Maria de Lourdes era chamada carinhosamente de Mariazinha pela sua amiga Helena.

No ano de 1940 na cidade de Castro/PR ocorreram dois suicídios na pensão de Otília, um em abril e o outro no mês de novembro. Na abertura do inquérito do primeiro caso consta: “Tendo se

¹⁰⁴ Do texto ‘*La prostitución*’ de Emma Goldman. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/goldman/1910/005.htm>. Acessado em: 25/01/2018. Acessado em 25/01/2018.

¹⁰⁵ A jovem Lucia que recorreu à justiça para denunciar o crime de defloração contra José, foi extremamente humilhada durante o processo e uma das acusações feitas a ela pelo advogado de José, foi que ela andava com prostitutas e isso era considerado um desabono para ela (ESTACHESKI, 2017).

suicidado hoje, às quatro horas da manhã, na rua Prates, em um prostíbulo, uma meretriz de nome Ercília”¹⁰⁶. A polícia sabia que era um prostíbulo, porém, mais uma vez, nada foi feito em relação a isso, independente da existência da lei contrária a esses locais. Ercília tinha 19 anos e foi apontada como meretriz, a polícia fez questão de registrar isso. A história narrada no inquérito e seu desfecho, no entanto, causa uma sensação incômoda de dúvida. Não posso afirmar se ela era mesmo prostituta e nem que ela de fato se suicidou, embora o caso tenha se encerrado com tais afirmativas.

O primeiro a depor foi Álvaro, rapaz de 21 anos que foi de Jaguariaíva/PR a Castro/PR para se apresentar ao exército. Ele disse que Ercília era da mesma cidade que ele e que “conheceu a vítima a dois anos mais ou menos e sempre manteve relações com a mesma”. Afirmou que ela veio atrás dele e os dois chegaram ao mesmo dia na cidade de Castro. Dois anos de relações significa que conheceu a menina quando ela tinha 17 anos, caso Ercília já fosse prostituta ao se conhecerem, era ainda menor de idade. Onde estava sua família? O que aconteceu em sua vida para que tomasse tal caminho? Registros dessa trajetória não existem, há somente possibilidade de conjecturas. Para ela sair de sua casa e viajar atrás do rapaz, devia acreditar que essa relação era algo maior do que uma transação comercial de sexo por dinheiro. Difícil não pensar que Álvaro possa ter deflorado a menina e prometido um dia se casar, mesmo que não oficialmente, mas viverem juntos. Nada comprova isso, é apenas especulação. Nos casos das meninas pobres que tinham relações sexuais antes do casamento e não conseguiam a reparação na justiça podiam encontrar na prostituição uma única forma de subsistência¹⁰⁷. Isso se dava quando os pais indignados com a honra ferida pela filha desobediente as expulsavam de casa. O casamento era entendido como destino naturalizado para as meninas, o que seria difícil se ela não fosse mais virgem. Se o rapaz com quem teve a primeira relação sexual não quis se casar, era socialmente complicado para outro assumir esse compromisso, pois precisaria também lidar com o componente da honra masculina em jogo. As histórias sobre a perda da virgindade corriam pelas cidades interioranas, as moças ficavam

¹⁰⁶ Inquérito Policial. Suicídio. Ercília Martins. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.

¹⁰⁷ Muitas recorriam à justiça pelo crime de defloração esperando que o jovem fosse preso ou fosse obrigado a se casar. Porém, apesar da lei, os jovens conseguiam advogados que os defendiam muito mais do que as meninas eram protegidas pela justiça. Analisei 38 casos por crimes de ordem sexual, defloramentos e estupros, que ocorreram na cidade de Castro/PR no período de 1890 a 1920. Em 31 dos casos a justiça foi favorável ao réu, apenas em 7 casos as meninas receberam sua reparação legal. (ESTACHESKI, 2017).

conhecidas como desonestas. Encontrar trabalho aonde para sobreviver nessas pequenas localidades de economia rural e familiar? Morar aonde? As pensões, hospedarias, abriam as portas e isso pode ter acontecido com Ercília, sendo ou não por responsabilidade de Álvaro. Porém, a relação entre eles existia e era mais do que um acordo de uma prostituta e seu cliente. Ela foi com ele ou atrás dele para Castro/PR e foi morar na pensão de Otília.

Na noite de 21 de abril de 1940, Ercília foi ao circo que estava na cidade, mas antes disso passou por outra pensão onde viu Álvaro bebendo com outras mulheres. Já bem tarde, ao voltar para seu quarto na pensão, ela viu que Álvaro estava deitado em sua cama. Ela estava brava, brigaram. Ele afirmou que ela estava

muito enciumada, dizendo que ia em casa de Dircea e dava muito na outra mulher e tentou várias vezes a ir no que o declarante não deixou, que a vitima disse que se matava e fazia mais ainda, o que queria dizer que também matava o declarante que isso a vitima disse na presença de duas mulheres de nome Otília e Rosa, as únicas que moram na referida pensão que o declarante não levou a sério essas ameaças por que essas mulheres da vida sempre usam dessas ameaças, que o declarante antes de dormir poz o revolver em baixo da cama e dormiu e a vitima ao lado, que umas horas da noite o declarante acordou-se já não encontrou a vitima ao seu lado e imediatamente procurou o revolver e já não o encontrou e supoz que a vitima tivesse ido em casa da mulher a quem tinha ameaçado.

Segundo o relato, Ercília ficou zangada por ver Álvaro bebendo com outras mulheres, então para ela a relação era muito importante e para ele, talvez nem tanto. Ele a chamou de “mulher da vida” declarando pejorativamente que essas mulheres usam de recursos como ameaças e não se pode levá-las a sério. Evidentemente, o rapaz pode ter usado essas expressões diante dos policiais considerando mais apropriado recorrer a uma desvalorização da jovem apontada como prostituta, mantendo-se de acordo com a lógica partilhada pela comunidade ou por medo de ser acusado de algo ao assumir uma relação afetiva com ela, podendo ser responsabilizado pelo seu suposto suicídio. Apesar da briga, ele relatou que permaneceu no quarto dela, colocou um revólver

em baixo da cama e dormiu. A história que segue é bastante confusa. Havia mais duas mulheres na pensão, Otília e Rosa, que presenciaram a briga. Quando Ercília desapareceu do quarto as pessoas todas estavam dormindo, então Álvaro levantou, passou pelo quarto delas perguntando por Ercília, mas elas não ouviram, estavam dormindo. Ele seguiu para a cozinha da casa

onde encontrou a vítima caída em uma poça de sangue com o revólver na mão direita, que o declarante tocou de leve sobre a testa da vítima e notara que a mesma já estava morta, que o declarante acordou as mulheres e mandou as mesmas verem a vítima que tinha se matado e mandou uma das mulheres de nome Rosa avisar a polícia.

Ninguém ouviu um tiro disparado no interior da casa em que estavam? Em seu depoimento Otília disse que ouviu a conversa que Álvaro e Ercília tiveram quando ela chegou do circo. Essa conversa foi no quarto em que os dois estavam, Otília não estava no mesmo quarto, mas ouviu a conversa em detalhes. Em seu depoimento afirmou que Ercília teria dito a Álvaro: “meu velhinho, você pagou cerveja para a Mariazinha, mas não faz mal, você bebeu com ella e agora vai beber comigo”. Na sequência ela teria jurado matá-lo e depois se matar. Antes de ir dormir, Otília passou no quarto do casal e viu que estavam dormindo abraçados. De madrugada, porém

foi acordada por Álvaro que lhe disse: ‘Turca, quade a minha mulherzinha’ a que a declarante disse ‘me deixe dormir’ e logo Álvaro deu um grito e disse era uma vez minha mulher e começou a chorar e quiz ir vir a vítima no que a declarante não deixou e fez o mesmo sentar-se e disse que ia tomar as providencias, o que fez não deixando ninguém tocar no cadáver e comunicou o fato a polícia, que não ouviu nenhum tiro, e quando deitou-se os dois estavam dormindo, que acha que a vítima tenha se suicidado, porque há muito tempo a mesma vem prometendo, que o dia em que soubesse que Álvaro frequentou outra casa que mataria e antes Álvaro.

Ercília foi descrita por Otilia como “uma pessoa boa e de bons modos”. Rosa, que também lá morava e estava na casa naquela noite disse que durante o mês que morou ali “ella sempre demonstrou ser bôa pessoa”. Justificou não ter ouvido o tiro por ter ido dormir muito tarde e estar um pouco embriagada, o que não a impediu de acordar quando Álvaro gritou. O relatório da polícia concluiu que Ercília se matou por ciúmes de Álvaro. O *Castro Jornal* do dia 27 de abril de 1940 noticiou o caso em uma extensa nota:

Suicidou-se com um tiro no ouvido

Para quebrar a monotonia da cidade, registrou-se nessa semana uma cena trágica, fruto de um tresloucado gesto.

Assim é que no dia 21 do corrente, às 4 horas da madrugada, foi a polícia avisada, que, num dos lugares da rua Prates, alguém tinha posto termo à existência.

Imediatamente a polícia compareceu ao local, encontrando o cadáver caído junto à arma suicida.

Ficou constatado ter a vítima desfechado um tiro no ouvido morrendo após horríveis padecimentos.

A polícia tomou as necessárias providências, abrindo rigoroso inquérito.

Quem era a vítima

Trata-se da meretriz Ercília Martins, com 20 anos de idade, natural de Pirai, chegada a poucos dias de Jaguariaíva.

O que apurou nossa reportagem

Averiguamos que a causa que deu fundamento a esse gesto foi o ciúme.

A suicida travou conhecimento com Álvaro de Camargo, solteiro, comerciante, natural de Jaguariaíva e residente em Cachoeirinha, que veiu a esta cidade para apresentar-se como sorteado, tendo por ele violento ciúme.

A arma usada pela inditosa jovem, pertencia a Álvaro, que a guardava num dos aposentos da casa.

Pelas informações prestadas por outras pessoas que moravam com Ercília, disseram que a mesma vinha prometendo se matar, fazendo o mesmo a Álvaro. (*Castro Jornal*, X ano, número 465, 27 de abril de 1940)

Caso ela tenha realmente se matado e por ciúmes, seus sentimentos em relação ao rapaz eram maiores do que os permitidos a uma prostituta. Elas eram “mulheres da vida” que não se levava a sério. Essa menina de 19 ou 20 anos¹⁰⁸ talvez quisesse ser levada a sério, quisesse uma relação de afeto e compromisso com aquele rapaz. A nota do jornal inicia de forma desastrosa afirmando que o suicídio serviu para romper com a monotonia da cidade, quase sugerindo que enfim aconteceu uma notícia que chamaria a atenção das pessoas e distrairia o público leitor. A infeliz reportagem segue apresentando detalhes do caso e destacando que ela teria morrido após “horríveis padecimentos” causados pelo tiro. No inquérito policial não há relatos de que a morte tenha demorado a ocorrer. A imagem de Ercília é apresentada de maneira pejorativa, é a meretriz, a “inditosa jovem” que sentia “violento ciúme” e fazia ameaças de morte e suicídio. A escrita sobre sua morte no jornal é muito diferente da publicada um mês depois no mesmo jornal em relação à morte de Zulmira Rodrigues:

Faleceu nesta cidade no dia 8 a senhorita Zulmira Rodrigues, de 17 anos de idade, solteira, natural de D. Pedrito, Est. do R. G. do Sul, filha do snr. João Rodrigues, assistente das Escolas rurais do Estado, e de sua esposa d. Celina Rodrigues. A morte da jovem Zulmira causou consternação e surpresa nesta cidade, porque foi causada por envenenamento voluntário, tendo sido baldados todos os esforços médicos. A extinta nada deixou dito ou escrito, que procurasse justificar o seu tresloucado gesto. Os restos mortais foram sepultados no cemitério municipal com grande acompanhamento. (Castro Jornal, X ano, número 467, 11 de maio de 1940)

As duas eram jovens, mas a primeira é tratada com termos pejorativos enquanto a segunda é a senhorita cuja morte causou consternação e não a quebra da monotonia da cidade. A nota sobre o possível suicídio de Ercília ganhou um título chamativo, *Suicidou-se com um tiro no ouvido*, que soa de alguma maneira, desrespeitoso, enquanto a nota sobre a morte de Zulmira foi muito mais discreta, sucinta, e inclusive, sem título. A família de Zulmira foi respeitada pelo

¹⁰⁸ O inquérito policial afirma ser 19 anos, o jornal a apresenta com 20 anos.

jornal. Ercília não tinha família naquela cidade, vivia na casa de tolerância, sua memória não mereceu o mesmo respeito.

A morte de Ercília, no entanto, foi sentida por Otília, dona da pensão, prostíbulo ou casa de tolerância, em que as duas residiam. Otília passou a sofrer. Ela também era muito jovem, tinha 21 anos e no dia 18 de novembro de 1940, sete meses depois do que ocorreu em sua pensão com Ercília, ela teria tomado formicida¹⁰⁹. O jornal também noticiou sua morte destacando que era meretriz:

Ingeriu Formicida

Pelas 4 horas da madrugada do dia 18 do corrente, a meretriz de nome Otília Corrêa Bueno, com 21 anos de idade, natural deste município e residente à rua Prates, resolveu por termo à existência, ingerindo forte dose de formicida. A suicida, desde alguns tempos atrás, manifestava o seu intento de fugir ao ról dos sofreadores...

Otília era filha do sr. João Bueno e de d. Benedita Corrêa Bueno. Sobre o caso foi aberto o competente inquérito policial. (Castro Jornal, X ano, número 496, 30 de novembro de 1940)

Quem estava com ela naquela noite era um capitão do exército, casado. Pela lógica do período poderia ser ele um ‘respeitável chefe de família’ que para não macular o sagrado matrimônio submetendo sua esposa a relações sexuais fora do permitido pela moralidade procurava a casa de prostituição. Ou seria ele alguém que estava na cidade para cumprir funções do exército e estando distante da esposa ‘precisava’ saciar seus ‘instintos’ sexuais. Desculpas como estas eram frequentes para justificar a permissividade sexual para homens, solteiros ou casados. Fato é que homens do exército frequentavam costumeiramente essas ‘casas de tolerância’, pois dos cinco casos de suicídio de prostitutas que encontrei no arquivo, três envolviam a presença deles. Um soldado, um cabo e um capitão. Álvaro que estava com Ercília era soldado e em 1939 na casa de Calíupe uma patrulha chegou para prender o cabo Edgard¹¹⁰. Silvia, que morava na casa disse que Edgard pediu ao comandante da patrulha que lhe permitisse falar com Calíupe sozinho antes de ser preso, o que foi permitido. Nesse momento ele deu

¹⁰⁹ Inquérito Policial. Suicídio. Otília Correa Bueno. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.

¹¹⁰ Inquérito Policial. Suicídio e tentativa de homicídio. Edgard Bueno de Mello e Calíupe Postiglione. Caixa: 1939. CCEE. Castro/PR.

um tiro nela e outro em si mesmo. Ela sobreviveu, mas ele não. Em seu depoimento Calípe afirmou que “a declarante foi alvejada pelo seu amante Edgard Bueno de Mello, cabo do 5º B.C.D., o qual, em seguida, virando a sua arma contra si detonou mais um tiro vindo o mesmo a falecer”. A única justificativa apresentada por ela para esse ato foi a de que ele estava alcoolizado.¹¹¹

O capitão que estava com Otília narrou que durante a madrugada notou que ela estava doente e com o pulso muito fraco. Ele perguntou o que ela sentia e ela lhe afirmou que havia ingerido veneno. Segundo ele, “a tempos a vítima declarou que ainda se suicidava e repetia sempre o caso do suicídio de uma colega.” A afirmação revela que ele frequentava constantemente a pensão de Otília e que ela não conseguia superar a morte de Ercília. Duas mulheres foram interrogadas pela polícia e ambas, apesar de serem apontadas como prostitutas pela polícia se declararam casadas, seus maridos, porém não aparecem nos inquéritos como testemunhas e nem há menção de que estavam com elas naquela noite. Julieta estava hospedada na pensão de Otília e foi acordada pelo capitão que lhe pediu ajuda. Ela saiu para procurar leite para dar a Otília que estava viva, mas passando muito mal. Otília teria dito a ela que “tinha tomado ‘um trosso branco’ e quase não podia falar apesar da declarante insistir para saber que espécie de veneno tinha tomado; que ali pelas seis horas Otília veio a falecer apesar de todo o esforço empregado”. Anna era proprietária de outra pensão e também foi chamada para prestar socorro. Ela relatou que “chegando junto ao leito da mesma perguntou o que você tem turca e esta lhe respondeu ‘esteve cega Dona Anna’ e abraçou-se com a depoente e não falou mais”. Anna percebeu que ela estava morrendo e então colocou uma vela acesa em suas mãos.

Nickie Roberts (1998) ressalta que embora tenha havido um histórico empenho em criar a imagem das prostitutas como pessoas ‘pobres de espírito’, ‘degeneradas’ e ‘imorais’, a realidade é muito diferente. No século XIX, afastadas do convívio com as ‘mulheres honestas’ e de outras práticas comunitárias, como a participação em celebrações festivas ou religiosas, criavam sua rede de solidariedade. A religiosidade das prostitutas, bem como sua generosidade, é apontada por Nickie Roberts que critica autores que usavam essas características

¹¹¹ Sobre crimes envolvendo relações amorosas sugiro o artigo de Magali Gouveia Engel (2000), *Paixão, Crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)*. Nele a autora faz um levantamento sobre crimes cometidos por homens e mulheres e analisa as práticas sociais contrapondo-as a um modelo de conduta estipulado para homens e mulheres naquele contexto.

para fundamentar uma suposta falta de inteligência e impulsividade selvagem dessas próprias mulheres.

As últimas palavras de Otilia a Anna foram um triste lamento. Disse que “esteve cega”. A morte de Ercília em sua pensão parece ter feito com que ela repensasse sua vida, que ela se visse ou visse as pessoas com quem convivia com outros olhares. O testemunho de Osnar é significativo. Ele tinha um carro de aluguel e prestava serviços para Otilia. No dia 7 daquele mês o motorista foi chamado por ela para que a levasse até o município de Catanduva onde residiam seu pai e sua mãe. Durante a viagem, lhe disse que aquela seria sua última viagem “e que seria a última vez que iria ver sua mãe, que o declarante perguntou por que motivo dizia aquilo e o que ia fazer a vítima respondeu ‘isso vou logo sabe, digo, isso vou logo vê’.” Ela planejou a sua morte e quis despedir-se da mãe. Não foi um ato impulsivo, não foi por efeito do álcool e nem por um acesso de raiva, tristeza ou loucura. Ela planejou e, por alguma razão, o fez na noite em que o capitão estava com ela. Não falou para o motorista nada sobre seu pai, sobre vê-lo pela última vez, como se referiu à mãe. Teria ela saído de casa por causa dele ou expulsa por ele? Saiu para trabalhar como prostituta porque não via outra possibilidade para si em uma família com poucas condições? Osnar disse também que foi chamado para buscar os pais de Otilia quando ocorreu a sua morte. Apenas a mãe dela falou com a polícia e disse que “sua filha sempre manifestava vontade de por fim a vida e a declarante como mãe ralhava com sua filha e dava conselho para que deixasse de pensar em bobagens que na última vez que sua filha esteve em sua casa estava bôa e disposta”. A mãe, talvez, não quisesse ver ou admitir que a filha sofria e não queria que ela pensasse na morte, queria que ela vivesse.

O relatório da polícia narra o suicídio da “decaída Otilia”. Puta, prostituta, meretriz, decaída. Esses termos foram utilizados para registrar a morte de mulheres que eram inferiorizadas, mesmo cumprindo uma função que os homens entendiam como essencial para eles. Tão essencial que as visitavam constantemente e que a polícia, mesmo conhecedora da lei contrária às suas casas, nada fazia para fechá-las e para coibir suas atividades. As narrativas que as tratam como objetos ou abjetas contrastam com suas dores, seus amores, suas amizades, sua fé. Os inquéritos por suicídio tentaram registrar vidas desprezíveis cujas mortes não precisavam ser tão sentidas. Sua análise, porém, permite encontrar mulheres com suas subjetividades, seus sentimentos aflorados, realidades difíceis que exigem um repensar sobre

os estereótipos criados, preconceitos propagados e hipocrisias vivenciadas.

Judith Butler, em *Corpos que importam* (2015), defende que os corpos tendem a indicar um mundo que os ultrapassa ao mesmo tempo em que a vida corporal necessita ser teorizada. Nesse capítulo tratei de mulheres cujos corpos foram encontrados sem vida, depois de vidas que não queriam mais ser vividas. Esses corpos e a maneira como suas mortes ocorreram e foram tratadas revelam mais do que os ferimentos aparentes, eles fazem submergir costumes, discursos e práticas que de maneiras distintas revelam corpos femininos sujeitos a vontades masculinas, seja como esposas ou como prostitutas. De maneiras diferentes essas mulheres tiveram seus sentimentos menosprezados, como se não fossem nada além de corpos a servir e a sujeitarem-se aos homens. Essas vidas em corpos úteis, para cuidar da casa e da família ou para satisfazer desejos sexuais no prostíbulo, importavam mais quando submetidas e menos quando queriam se fazer ouvir. Seus corpos mortos indicaram o mundo que os ultrapassava, as vidas que não queriam ser vividas daquela maneira.

4 MASCULINIDADES E SUICÍDIO

Entre os inquéritos de suicídio analisados há 14 casos em que as testemunhas argumentaram que a motivação para tal atitude teria sido a doença, a velhice ou outros fatores que não permitia que aquelas pessoas trabalhassem. Em 1926, Joaquina, descrita pelos peritos como “mulher branca, cabelos castanhos, faces enrugadas pela idade, olhos castanhos claros [...] sessenta anos presumíveis [...] trajando camisa de algodão branco e saia e paletot de brim escuro, descalça”, foi encontrada enforcada na sala da casa de sua sobrinha com quem morava.¹¹² A sobrinha, Robertina explicou que a tia estava residindo em sua casa há cinco meses por ter ficado doente. Ressaltou que ela era bem tratada na casa. O vizinho confirmou isso dizendo que “elle depoente sabia que era bem tratada e zelada, de accordo com as posses dos donos da casa; que atribue o suicídio de Joaquina a moléstia que ella vinha sofrendo há algum tempo para cá”. A família não tinha muitos recursos, mas acolheu a senhora em sua casa para cuidar dela.

Quando o marido de Robertina testemunhou à polícia, sua preocupação foi narrar que Joaquina vivia separada do marido há muitos anos e ele ainda estava vivo e que ela deixou “uma casinha de taboas, situada neste disctrito, deixando também uma conta de quarenta e poucos mil réis no negociante”. Diferente da emoção expressa por sua esposa que falou da doença da tia e dos cuidados que recebia em sua casa, ele estava preocupado em ficar com a dívida e sem a casinha de taboas, já que o marido de Joaquina ainda estava vivo, mesmo que não vivessem mais juntos. Para Joaquina que abandonou ou foi abandonada pelo marido e passou a viver sozinha, de forma independente, a doença que gerou a dependência de familiares pode ter sido mais uma dor emocional em sua vida.

A diferença nos relatos, da sobrinha que ressaltou as relações familiares e os cuidados e de seu marido que se preocupou com as finanças, é indício de construções sociais de gênero. Uma interpretação rasa poderia destacar a emotividade da mulher e a racionalidade do homem, motivo pelo qual é importante destacar que essas são elaborações culturais. Ela era cuidadora, ele era provedor, pois foram educados a assumirem tais posturas. O texto *Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado*, de Marc Bessin (2016) trata de forma magistral sobre as relações de gênero e a dinâmica do cuidado.

¹¹² Inquérito Policial. Suicídio. Joaquina Maria de Lara. Caixa: 1926. CCEE. Castro/PR.

O autor ressalta que “as mulheres são responsáveis pela sincronização e pela gestão cotidiana dos ritmos temporais de todos os membros próximos da família, colocando-se assim em uma disponibilidade temporal permanente” (BESSIN, 2016, p. 237). As mulheres são impelidas a assumir a responsabilidade com o cuidado das outras pessoas desde a infância à velhice. Essa responsabilidade imputada pode ter gerado a angústia e a necessidade de Robertina ressaltar em seu depoimento à polícia que a tia era bem cuidada. Uma forma de eximir-se de uma suposta culpa pelo suicídio da tia que poderia lhe ser conferida por outras pessoas ou por ela mesma.

Francisco, esposo de Robertina, revelou uma preocupação de provedor da família. Eles não tinham muitas posses, estavam ajudando a tia e não podiam ficar com uma dívida grande no negociante local. Essa lógica do homem provedor como característica da masculinidade é perceptível em outros 13 casos referentes a homens que se suicidaram porque não tinham mais condições de trabalhar e, portanto, de sustentar a si mesmos e as suas famílias. As pressões sociais de gênero que fizeram com que mulheres suportassem a violência doméstica até um determinado limite também fizeram com que homens não vissem mais sentido em viver ao não conseguirem cumprir as funções que a sociedade esperava deles. Concordo com o que afirmaram Robert W. Connel e James W. Messerschmidt (2013, p. 271), “Sem tratar os homens privilegiados como objeto de pena, devemos reconhecer que a masculinidade hegemônica não necessariamente se traduz em uma experiência de vida satisfatória”.

Em seu texto *La organización social de la masculinidad*, Robert W. Connel (1997) define o conceito de masculinidade hegemônica e daquelas que com ela se relacionam, a masculinidade subordinada, a cúmplice e a subalterna. As masculinidades que são múltiplas só existem quando se contrastam com as feminilidades. Diferentes perspectivas teóricas tentaram dar conta de uma definição de masculinidade. Connel apresenta alguns enfoques, como a definição essencialista de Freud que iguala a masculinidade com a atividade e a feminilidade com a passividade. A ciência social positivista, que de forma simples, destaca que a masculinidade é o que os homens realmente são, estabelecendo uma base para uma escala de feminilidade/masculinidade. As definições normativas que reconhecem diferenças entre masculino e feminino e apresentam modelos de como os homens deveriam ser, as normas sociais. E o enfoque semiótico no qual a masculinidade seria a não feminilidade em um sistema de diferenças simbólicas. Para Robert Connel (1997, p. 34):

En lugar de intentar definir la masculinidad como un objeto (un carácter de tipo natural, una conducta promedio, una norma), necesitamos centrarnos en los procesos y relaciones por medio de los cuales los hombres y mujeres llevan vidas imbuídas en el género. La masculinidad, se puede definir brevemente, es al mismo tiempo la posición en las relaciones de género, las prácticas por las cuales los hombres y mujeres se comprometen con esa posición de género, y los efectos de estas prácticas en la experiencia corporal, en la personalidad y en la cultura.

Esta análise considera ‘gênero’ como uma forma de ordenamento de práticas sociais que, embora possam ser criativas, emergem de estruturas definidas de relações sociais, o que em alguma medida as condiciona. A masculinidade hegemônica não é fixa e nem sempre igual, pois é constituída a partir de diferentes contextos e tempos. É aquela que ocupa uma posição de hegemonia em dado modelo estabelecido pelas relações de gênero. Robert Connel (1997) se apropria do conceito de hegemonia definido por Gramsci ao refletir sobre as relações de classe. A hegemonia seria a dinâmica social pela qual um grupo exige e sustenta uma posição de liderança na vida social. A masculinidade hegemônica corrobora com o patriarcado e se configura na posição dominante de homens em relação às mulheres. O conceito, porém, não deve ser pensado apenas a partir de relações entre homens e mulheres numa perspectiva apenas heterossexual. As relações de homens entre si, hetero ou homossexuais, também geram outras perspectivas de masculinidades. As masculinidades subordinadas, que em relação com a hegemônica sofrem exclusão, abuso, violência, discriminação. Gays e homens considerados ‘afeminados’ seriam os exemplos dela. As masculinidades cúmplices que embora não consigam se adequar ao ideal hegemônico, concordam com ele e se beneficiam do patriarcado. E as masculinidades marginalizadas que ocorrem entre classes dominantes e subalternas ou entre grupos étnicos, por exemplo. É preciso compreender que não se trata de modelos fixos, são configurações de práticas sociais produzidas em situações particulares numa estrutura de relações que também é mutável.

Ao repensar o conceito de masculinidade hegemônica, Robert W. Connel e James W. Messerschmidt (2013, p. 245) reconheceram a importância que o mesmo adquiriu nos estudos de gênero e

consideraram as observações feitas em diferentes estudos que o analisaram. Salientam que a masculinidade hegemônica não é norma, mas é normativa: “[...] incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens”. Ela não é necessariamente violenta, mesmo que o uso da força possa ser um meio de sustentá-la.

O homem honrado para a comunidade interiorana de Castro/PR do final do século XIX e início do século XX era o pai de família trabalhador. Em *Honra e Posição Social* (1988) Julian Pitt-Rivers define a honra como um valor atribuído pelo sujeito a si mesmo em relação ao reconhecimento que recebe ou não da comunidade. Nesta ótica, a imagem de si mesmo depende da imagem que as outras pessoas fazem dela e isso fortalece a necessidade masculina de uma boa reputação. Em seu outro texto *A doença da honra* (1991) o autor destaca que a conduta necessária para que seja atribuído um valor positivo para a honra de um sujeito muda em diferentes tempos e espaços e do lugar ocupado pela pessoa na sociedade, significando que a honra para pessoas ricas pode ser diferente da honra para as pessoas pobres e seus componentes também podem ser diferentes quando se pensa nas relações de gênero ou raça. A interseccionalidade tem se mostrado cada vez mais importante nos estudos feministas por ampliar as possibilidades de análise.¹¹³ No entanto, a falta de elementos na identificação dos sujeitos nos inquéritos policiais sobre suicídio encontrados em Castro/PR e aqui analisados não permite uma reflexão sobre gênero e raça, por exemplo, já que não há dados sobre isso nas fontes, seria necessária outra documentação complementar, não encontrada, para ampliar a discussão. Em alguns dos casos é possível pensar as questões de gênero e classe ou gênero e geração.

Um exemplo da diferença no sentido da honra pautado nas relações de gênero está no entendimento elaborado no século XIX de que o homem honrado era aquele que impunha a sua vontade e a mulher honrada aquela que se calava e consentia, portanto, a honra de um se configurava no oposto exigido para a outra. Para Richard Miskolci (2012), a masculinidade do final do século XIX era entendida como um

¹¹³ Para saber mais sobre as discussões relativas à interseccionalidade, consulte o artigo de Adriana Piscitelli (2008), *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Uma obra rica que ajuda a pensar como se constituem tais estudos é *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial* de Anne McClintock (2010), outra é *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*, de Richard Miskolci (2012).

bem simbólico valorizado e associado à honra e à nacionalidade. O sociólogo argumenta que o cidadão nacional foi por muito tempo confundido com o soldado e progressivamente com outras identidades ditas masculinas, como o trabalhador ou o atleta, mas, de qualquer maneira, masculinidade e honra eram praticamente sinônimos e privilégio de homens brancos da elite. Por essa lógica, a busca por adequação faria outros homens almejavam esse ideal de masculinidade, mesmo que não tivesse sido elaborado para eles ao mesmo tempo em que eram julgados a partir dessa perspectiva por não conseguirem se encaixar no perfil, independente da impossibilidade prática disso acontecer.

Como bem expressa Durval Muniz de Albuquerque Junior (2003) o ‘ser masculino’ é plural e ultrapassa estereótipos, mas a masculinidade, a concepção construída sobre ela, é um efeito do tempo e do espaço e a masculinidade hegemônica, pensando no conceito cunhado por R. W. Connel (2013), da Castro antiga¹¹⁴ se configurava em um sujeito que fosse respeitado pela família e pela comunidade. Esse respeito seria resultado da obediência da esposa e filhos/as e do reconhecimento social de sua figura de autoridade e para tal, ele precisava prover a família com a casa e o sustento e perante os vizinhos e demais pessoas devia honrar suas palavras e suas dívidas com os frutos de seu trabalho. Algumas dessas características são apontadas por Isabel Martínez Benlloch (2005) ao sistematizar o que chama de mitos da masculinidade. A necessidade de deter o controle social, econômico e familiar, principalmente em relação às mulheres. A afirmação da coragem, da força, da independência, da racionalidade e da virilidade.

A violência é apontada como mecanismo de resolução de conflitos e se tornava aceitável quando algo ou alguém colocava em risco ou dúvida as práticas consideradas essenciais à masculinidade. Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu texto *Quem é frouxo não se mete* (1999, p. 176), no qual aborda a violência como um atributo da masculinidade nordestina, salienta que “o ato de violência individual é legitimado pelo código de moralidade popular”. Isso pode ser constatado nos casos ocorridos em Castro/PR, quando o marido admitiu perante a polícia que agredia a esposa e nada foi feito em relação a isso ou quando até mesmo as mães de algumas jovens admitiram a violência

¹¹⁴ Apropriando-me aqui da expressão ‘Castro Antiga’ utilizada por autores/as locais que elaboraram a cronologia da cidade do século XVIII ao XX. (DINIZ; VILELLA; MELLO; EHALT, 2003).

que as filhas sofriam como parte das relações conjugais.¹¹⁵ Para os homens que exerciam outras formas de poder, político ou econômico, seu *status* social já lhes garantia certa autoridade, mas para os demais, a família era seu centro de poder e nela deviam garantir e exercer sua autoridade. Quando o risco da desonra era provocado por alguém de dentro ou de fora da família, a ação violenta era o instrumento mantenedor da ordem. Agir violentamente para defender a honra familiar era considerado um ato de virtude. A questão se tornava bem diferente quando não se podia culpar alguém pela ameaça da desonra, pela masculinidade ferida. Quando a doença, por exemplo, impedia o trabalho e colocava o sujeito em situação de vulnerabilidade e dependência, o sofrimento podia ultrapassar as dores da própria enfermidade. Nesses casos, o artifício da violência não podia restaurar a masculinidade, pois ela estava sendo ameaçada pela incapacidade de prover a família e pagar as dívidas e gerava um sentimento de impotência que não podia ser superado pelo uso da força.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999, p. 186) argumenta que os homens preferiam morrer em conflitos pela honra, pois: “Ser homem se afirma, em última instância, com a própria morte. A morte é preferível ao viver desonrado e ao deixar de ser homem, na visão do grupo a que pertence, porque, neste caso, já estaria morto simbolicamente.” Se não havia com quem lutar para recuperar seu ideal de masculinidade, os homens de Castro/PR acometidos por doenças, incapacitados de trabalhar ou com muitas dívidas, lutavam contra si mesmos em um conflito interno de difícil resolução. A doença representava fraqueza, a falta de trabalho e as dívidas eram sinais de incompetência e alguns optaram pela morte voluntária em lugar do que podiam considerar uma vida de desonra e humilhação. Considerando que a masculinidade se constitui em oposição à feminilidade ou pelo receio de aproximação com ela, aquilo que era considerado próprio da feminilidade como a fragilidade e a dependência, causaria temor nos homens que buscavam adequação ao modelo ideal.

¹¹⁵ Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983) e Duglas Teixeira Monteiro (1974) também afirmam em suas obras que a violência fazia parte das relações sociais em regiões interioranas. A violência era legitimada ou costumeira, como se expressa Monteiro ao tratar da região do Contestado, Paraná e Santa Catarina. O autor destaca que a violência acontecia por questões políticas, disputas de terras e por honra. Os crimes ligados à terra ou ao furto, principalmente de gado, eram muito menos tolerados do que aqueles que se referiam à honra masculina. Os homens que matavam para supostamente defender a honra da família eram considerados vítimas de um triste destino e não eram socialmente condenados. O já citado livro de Cristina Scheibe Wolff (1999) *Mulheres na Floresta* também auxilia na compreensão do tema da violência como uma espécie de “código de masculinidade” em regiões interioranas.

Este capítulo se divide em duas partes, primeiro apresento os casos em que as dificuldades financeiras foram apresentadas como prováveis motivações para o suicídio de homens e depois os casos em que a velhice ou a doença que impediam de trabalhar foram apontadas como causas possíveis para tal ato. Entendo, evidentemente, que o fato dessas justificativas ou explicações terem sido mencionadas pelas testemunhas, esposas, filhos/as e vizinhos/as, nos inquéritos policiais não significa que elas foram sem sombra de dúvida, ou somente elas, o que motivou o desejo de morte desses sujeitos. As narrativas, no entanto, permitem refletir sobre as concepções de masculinidade relacionada à força, à vitalidade, ao trabalho e à capacidade provedora, o que colocava homens em uma situação não apenas de autonomia, mas de autoridade sobre as demais pessoas da família. Mesmo que outras questões a que não teremos acesso tenham sido propiciadoras do desejo de colocar fim à vida, é possível perceber a partir desses relatos como esses elementos constituíam os sujeitos a ponto das pessoas entenderem que perder tais competências justificaria, em alguma medida, o desejo de morrer.

4.1 INCAPACIDADE DE PROVER A FAMÍLIA: A ANGÚSTIA DAS DÍVIDAS E DA SUBORDINAÇÃO

Em 1895, Liberato, que era “estimado por todos e que não tinha inimigos” enforcou-se. Alain Corbin (1991, p. 593) salienta que “para o camponês e para o homem do povo, usar a corda ainda é a maneira viril de pôr fim à vida”. Os homens da elite, segundo o autor, preferiam a arma de fogo e as mulheres o envenenamento ou o afogamento. Fábio Henrique Lopes (2008) destaca em seu livro *Suicídio e Saber Médico* que entre os homens o suicídio geralmente ocorria com o uso de estrangulamento, armas de fogo ou brancas enquanto as mulheres recorriam à asfixia por carbono. As teses médicas analisadas pelo autor sugerem que tal escolha das mulheres tinha relação com o desejo de continuarem belas, mesmo após a morte, já os homens optavam por instrumentos que revelavam coragem e força. Nos casos de Castro/PR a força aparece em primeiro lugar tanto para homens (21 casos) quanto para as mulheres (12 casos). O uso da arma de fogo vem em segundo lugar para os homens (17 casos) e para as mulheres veneno e arma de fogo estão em segundo lugar (4 casos para cada). O uso de arma branca só foi o recurso utilizado por uma mulher e por um homem. Apenas uma mulher suicidou-se por afogamento e dois homens por envenenamento.

Cabe ressaltar que a vivência na lida com a roça e com animais tornava acessíveis instrumentos como cordas e espingardas, tanto para homens como para mulheres, sendo este um fator plausível para que as mortes por força e ferimentos de tiros sejam majoritárias nos casos analisados.

Os vizinhos e a esposa de Liberato afirmaram para a polícia que ele andava muito nervoso por conta de um grande prejuízo que o gado causou em suas roças.¹¹⁶ Em 1924, Affonso ficou em pé ao lado da cama onde a esposa acabara de se deitar e matou-se com um tiro. Ela disse à polícia que ele “andava nervoso e doente, devido a atrasos comerciais”¹¹⁷. Seu vizinho declarou que ele “andava atrasado em seus negócios, levando com dificuldades para satisfazer os seus compromissos”. A honra masculina para esses homens do final do século XIX e início do XX em Castro/PR estava no trabalho e no pagamento das dívidas, compromissos que deviam ser cumpridos e a comunidade, esposa e os vizinhos, em suas narrativas, sugerem que havia um entendimento sobre o ato de colocar fim à vida. O suicídio podia não ser justificável por essas razões, mas era, em alguma medida, compreensível pelas pessoas que partilhavam dos mesmos ideais de masculinidade.

As pessoas casadas e mais velhas se limitavam a afirmar que a impossibilidade de trabalhar ou pagar as dívidas havia sido a motivação, pareciam compreender que as dificuldades para manutenção dessa postura de provedor eram um peso elevado em momentos de crise. Já homens mais jovens e solteiros, possivelmente imbuídos de um desejo de reforçar sua figura de força e coragem apresentavam uma postura mais crítica. Quando Izidoro não suportou a ideia de não poder trabalhar por conta de uma disputa de terras e madeiras com seu cunhado, suicidou-se. Seu vizinho que era solteiro e tinha 23 anos disse que achava que o suicídio havia sido um “um acto de fraqueza”. Para os jovens, parece que havia uma necessidade maior de reforçar os estereótipos de força e coragem, pois era o que motivava as decisões e ações na vida. Os idosos podiam ser respeitados por aquilo que fizeram ao longo da vida, mesmo que alguns não tenham conseguido lidar bem com a fragilidade do corpo que a velhice lhes proporcionou, mas para os jovens o respeito precisava ser conquistado e exhibir condutas e falas supostamente corajosas e fortes fazia parte dessa performance. Admitir a possibilidade de fragilidade seria um aproximar-se de uma característica considerada feminina e colocaria por terra todo um ideário

¹¹⁶ Inquérito Policial. Suicídio. Liberato Cassimiro do Amaral. Caixa: 1895. CCEE. Castro/PR.

¹¹⁷ Inquérito Policial. Suicídio. Affonso Pecone. Caixa: 1924. CCEE. Castro/PR.

que movia as condutas, desestabilizando identidades que ainda se constituíam.

Em *Nordestino, uma invenção do falo*, Durval Muniz de Albuquerque Junior (2003, p. 33) constata que discursos masculinos do final do século XIX apresentavam uma espécie de temor em relação ao que entendiam como “um alastramento do feminino pela sociedade”. O historiador problematiza as mudanças de ordem política no início da Primeira República construindo metáforas de gênero, apresentando o Império ligado ao campo como masculino e a República vinculada ao espaço urbano como feminina. Abordando o que chama de “feminilização dos costumes” trata de uma preocupação de diferentes instituições, governamentais, médicas, relativas a uma possível ruptura nas hierarquias de gênero. A cidade de Castro do início de República continuava essencialmente rural e mesmo que as práticas cotidianas da população apresentassem uma multiplicidade de sujeitos e não uma única forma de ser homem naquele contexto, o ideário era ainda vinculado a um modelo de masculinidade rude, autoritária, armada, corajosa, viril, forte e provedora, muito distinta do que se considerava como feminino¹¹⁸.

Retomo aqui o pensamento de Robert W. Connel (1997) ao definir as relações entre masculinidade hegemônica e cúmplice para o contexto da tese. Homens lavradores de Castro/PR entendiam que a manutenção de uma postura máscula ligada à força, à coragem e à capacidade provedora era difícil. Não tinham grandes propriedades, viviam da agricultura de base familiar e estavam sujeitos às intempéries. Se o clima ou outros fatores externos, como o gado que invadiu e destruiu a lavoura de Liberato, prejudicasse suas colheitas não tinham a quem recorrer. Mesmo assim, eram cúmplices dessa masculinidade hegemônica, pois garantia, em outros momentos, determinados privilégios. Os homens eram as figuras de autoridade em suas casas e seus filhos cresciam almejando esse mesmo *status*. Para os jovens era mais fácil apontar como fraqueza o ato suicida, pois alimentavam de forma mais sonhadora o ideal de masculinidade. Eles, porém, não estavam isentos do peso que esse mesmo sonho podia acarretar e a história de Dinarte é um exemplo disso.¹¹⁹ Seu pai testemunhou que

¹¹⁸ Outra questão importante levantada por Durval Muniz de Albuquerque Junior (2003) diz respeito ao remeter à raça negra ao feminino como maneira de inferiorização, de confirmar uma subalternização de homens negros em relação a homens brancos. A mesma análise é feita na obra de Richard Miskolci *O desejo da nação* (2012) e de Anne McClintock *O couro imperial* (2010).

¹¹⁹ Inquérito Policial. Suicídio. Dinarte Alves de Meira. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.

que ontem as onze horas mais ou menos chegou seu filho Dinarte que veio do açougue de Estefano aonde o mesmo trabalhava tendo chegado afim de almoçar no que a sua mãe Maria Rosa perguntou a Dinarte você vai no matadouro ainda tendo respondido que aquele dia não ia trabalhar porque Estefano tinha lhe suspenido do serviço pelo praso de trinta dias e no mesmo momento Dinarte levando um copo na mão entrou para seu quarto e após uns minutos o declarante ouviu um gemido e disse Dinarte geme vamos ver o que tem e abriram a porta do quarto e viram que Dinarte estava morrendo e viram também no chão uma pequena caixa e logo viram que era veneno em seguida providenciaram a visita médica para a verificação do caso.

Ele não resistiu ao veneno e morreu. O dono do açougue, Estefano, foi chamado a depor e disse que havia solicitado aos empregados que fizessem uma limpeza e uma pintura no açougue. Ele notou que Dinarte “estava fazendo o serviço com má vontade [...] aconselhou-o a que fosse dormir e disse em tom de brincadeira que a victima precisava dormir uns trinta dias”. O companheiro de trabalho, Rodolpho, afirmou que o rapaz havia se indignado com o trabalho solicitado, pois ele não era pintor. Ele se sentiu humilhado pela atividade e pela postura do patrão lhe aconselhando a ir dormir e isso ocorreu na frente dos demais empregados. Ser acusado de preguiçoso diante dos colegas de trabalho por não querer assumir uma tarefa para a qual não havia sido contratado o afetou demasiadamente. A masculinidade e a honra foram colocadas em jogo, já que o ser trabalhador era e ainda é essencial para o estereótipo de masculinidade construído e a imagem perante o grupo social era fundamental para a manutenção da honra. O rapaz foi exposto a uma situação de submissão em relação a outro homem, seu patrão. Durval Muniz de Albuquerque Junior (1999) reflete sobre a necessidade de reafirmação da virilidade do dominado e destaca que a violência é um artifício para tal demanda. As relações de poder a que precisam se submeter nos locais de trabalho para garantir a sobrevivência fazem com que homens assim dominados sejam agressivos com esposas e filhos/as, por exemplo, e dessa forma reafirmam a virilidade que sentiram que estava ameaçada. No caso de Dinarte, ele era jovem, solteiro e morava com os pais, não poderia

exercer o papel dominante no trabalho, mas também não poderia exercê-lo em casa, pois ali, seu pai era o chefe da família. A violência contra si mesmo foi o caminho que vislumbrou em um momento de angústia. A morte voluntária possivelmente foi entendida como possibilidade para vingar a agressão à sua masculinidade ou foi escolhida porque era preferível a retornar ao trabalho ainda mais submisso e encarar os colegas que presenciaram seu momento de fragilidade.

O *Castro Jornal* do dia 03 de novembro noticiou sua morte da seguinte forma:

Mais Formicida...

Nossa cidade, ultimamente, foi tomada de uma série de suicídios que promete ir muito longe, si não for tomada uma medida urgente pelas autoridades, no que se refere à venda de formicida.

E assim, mais uma vítima do tal veneno, temos a registrar. Ontem, por volta das 11,30 mais ou menos, o jovem Dinarte Alves Meira, 19 anos, solteiro, residente à Vila rio Branco, deu cabo à vida, ingerindo forte dose de formicida. A vítima faleceu instantes após, não deixando nada que explicasse seu treloucado gesto. Segundo apuramos, parece que seu gesto foi provocado, por se encontrar em dificuldades, ou melhor, estava desempregado. (*Castro Jornal*, X ano, número 496, 30 de novembro de 1940)

No Arquivo Público de Castro encontrei sete inquéritos policiais de investigação de casos de suicídio ocorridos no ano de 1940 na cidade e é preciso considerar que ocorreram mais. No *Castro Jornal* encontrei, por exemplo, a nota informando a morte por envenenamento de Júlia na publicação do dia 31 de agosto de 1940 e no arquivo não há inquérito sobre sua morte. Documentos podem ter se deteriorado com o tempo ou se perdido durante as mudanças de espaço do arquivo. O *Castro Jornal* na edição do dia 23 de novembro de 1940 já havia publicado em *Fatos e Boatos*, uma nota irônica que relacionava mazelas sociais à modernidade e ao progresso afirmando que “CASTRO progride da noite para o dia. Sim, pois já se verificam crimes, roubos, suicídios, falsificações, etc. É progresso ou não? Pelo menos policialmente...” Nessa edição do dia 30 de novembro do jornal foram noticiados dois suicídios, o de Otilia e o de Dinarte, o que justifica a

preocupação em chamar a atenção das autoridades para o problema. Em *Fatos e Boatos* novamente em tom irônico registrou-se “A FORMICIDA ultimamente tem tanta saída, que até está substituindo o pão...” e uma poesia de Zé de Castro foi publicada:

Este mundo ta virado,
 Tá memo inté despantá
 Tudo se tem inventado
 Só pra desgraça causá.
 Pra acaba co’ a bicharada
 Que desvasta a plantação,
 Fizeron u’ a misturada
 Que é um perigo té na mão.
 É um veneno, droga antiga,
 Eu não sei bem o que é,
 Que em veis de matá furmiga,
 Tá acabando co’ as muié.
 (Castro Jornal, X ano, número 496, 30 de
 novembro de 1940).

Otília foi a terceira mulher que se suicidou ingerindo veneno naquele ano e dias depois dela, o jovem Dinarte também se envenenou. No entanto, na publicação não há um convite à reflexão sobre o que levou tais pessoas ao ato extremo e o que poderia ser feito para ajudar outras pessoas que padecem de sofrimentos semelhantes. A proposta foi de regular a venda de formicida para diminuir a morte pela ingestão do veneno.¹²⁰ Pensar em mudanças sociais, em outras estratégias de ser e estar no mundo, exigem esforço para alterar condutas, mas também provoca perda de privilégios para muitos sujeitos e isso não parece interessante para quem se beneficia deles. Como bem argumentado por Claude Guillon e Yves Le Bonniec (1984), e já mencionado anteriormente, a sociedade não se importa de fato que as pessoas morram devido à ordem estabelecida, desde que essa ordem se mantenha e continue privilegiando algumas pessoas. Romper com estereótipos de gênero traria maior liberdade e alívio para muitas pessoas ao mesmo tempo em que deslegitimaria preconceitos e atos

¹²⁰ Andrea Lissert Pérez Fonseca (2014) analisa casos de suicídios em populações rurais da Colômbia entre 1990 a 2010 e alerta para os problemas de saúde que os pesticidas provocam nas pessoas e também para o risco de suicídio que a existência deles oferece, dando oportunidade pelo fácil acesso. A autora ressalta que seriam as condições precárias de vida de populações rurais que moveriam o pensar sobre a morte voluntária e o acesso ao pesticida se configuraria na oportunidade para o suicídio.

violentos de outras e isso faz com que muitas lutem por justiça social enquanto outras se empenhem pela manutenção do *status quo*.

O jornal, diferente do inquérito policial, forneceu dados de Dinarte, nome, idade, endereço e explicou a maneira que o mesmo encontrou para morrer. Embora afirmem que foi um “tresloucado gesto” para o qual o jovem não deixou explicação, a matéria fez questão de salientar que o desemprego teria sido a motivação.

A exposição à subordinação a outros homens, patrão ou pai, era difícil para homens pobres ou jovens que sentiam necessidade de afirmarem-se como másculos. O que dizer então de homens que precisavam se submeter a mulheres? Em dois casos de suicídio as dificuldades financeiras e a necessidade de quitar dívidas foram sanadas em alguma medida pelas companheiras. Embora relações conjugais estabelecidas por interesses econômicos sejam comuns ao longo da história, para esses homens a experiência não parece ter sido satisfatória. Quando a ação de prover é entendida como elemento da masculinidade, a incapacidade para isso e a inversão das funções, quando a mulher assume a tarefa, o sentimento de impotência pode vir à tona e ele não combina com a masculinidade viril socialmente almejada.

A tentativa de suicídio de Nicolas revela a fragilidade humana e a angústia de não querer vivenciá-la¹²¹. Ele era jovem, tinha apenas 23 anos quando decidiu por fim à sua vida com um tiro disparado em seu ouvido. Oficialmente solteiro, vivia com Olimpia, mulher de 38 anos, que em seu depoimento disse ser casada e ser amiga de Nicolas. Não é possível definir pelas informações constantes no inquérito policial se era casada com outra pessoa de quem estava separada ou se considerava que casada com Nicolas, embora não oficialmente. Com o casal vivia também uma menina de oito anos que era a filha de Olimpia, nada há sobre o pai e mãe da menina e sobre o motivo dela morar na casa da madrinha. Essas três pessoas que residiam juntas e partilhavam a vida revelam que embora houvesse um ideal de constituição familiar e de moralidade que exigia a oficialização das relações conjugais em cartórios e igrejas, as práticas sociais eram multifacetadas. Outra questão importante é o fato de que o casal vivia junto há oito anos, desde que ela tinha 30 anos e ele apenas 15. O código penal de 1890 não previa punições para mulheres que tivessem relações sexuais com menores de forma consensual, o crime de defloração era previsto apenas para homens que tirassem a virgindade de meninas. Expressar a sexualidade desde cedo era considerado positivo para os garotos, pois,

¹²¹ Inquérito Policial. Suicídio. Nicolas Palermo. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

como bem afirmou Richard Miskolci (2012, p. 62) “ser homem no Brasil finissecular exigia atender prescrições de gênero e sexualidade como meio de reconhecimento pessoal.” O autor salienta que o desejo se apresentava como uma espécie de passaporte para os homens, ao adequarem-se às prescrições sociais heteronormativas possibilitavam o pertencimento ao grupo dos que seriam respeitados e ao distanciarem-se delas conduziam à danação, à condenação social.

Alain Corbin em seu texto *A necessária manifestação da energia sexual* (2013, p. 169) destaca que “entre as elites, a criança, o menino e o jovem acostumavam-se a ter suas necessidades somáticas satisfeitas por intermédio de mulheres do povo: ama de leite, babá, a serviçal de iniciação; a prostituta se encontra na extremidade dessa cadeia”. Embora o autor produza sua reflexão a partir de fontes históricas, cartas e outros escritos, que tratam do contexto europeu, no Brasil as práticas eram semelhantes. Em *Casa Grande e senzala*, Gilberto Freyre (1998) narra as práticas de iniciação sexual de meninos com as escravas das fazendas, o que era visto com condescendência pelos senhores de engenho que não queriam “filhos maricas ou donzelões”.¹²² Eram exaltados aqueles que desde cedo manifestavam seus desejos sexuais e procuravam satisfazê-los. Mesmo fora das elites, o costume de levar meninos ainda muito jovens às casas de prostituição ou de ‘tolerância’ para a iniciação sexual era comum e a prática continuou para além da época da colônia. A relação de Nicolas com Olimpia, portanto, não era entendida como inadequada em termos sexuais naquele período e local social que ocupavam. Como ressalta Alain Corbin (2013, p. 9): “A virilidade não constitui uma simples virtude individual. Ela ordena, irriga a sociedade, cujos valores sustenta.”

Na introdução ao segundo volume da obra *História da virilidade*, Alain Corbain (2013) afirma, como também o fez Jean-Jacques Courtine (2013) no terceiro volume da obra, que a virilidade não é sinônimo de masculinidade, pois não se define apenas em

¹²² A obra literária *O menino do engenho* de José Lins do Rego, publicada em 1932, descreve a iniciação sexual aos 12 anos de idade do menino Carlinhos, personagem principal da trama. Entendendo que a literatura “não seria, pois o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo”, como bem argumentou Sandra Jatahy Pesavento (2000, p. 26), ressalto que tal narrativa expressa elementos das práticas culturais vivenciadas por sujeitos reais e não apenas por personagens ficcionais. São importantes também as considerações de Richard Miskolci (2012) em relação à literatura como fonte de pesquisa histórica. Para o autor, a literatura do final do século XIX e podemos acrescentar do início do XX, possuía um perfil diferente do atual e trazia temas polêmicos, principalmente relativos à vida privada, questões que não eram ou eram pouco abordadas em outros escritos.

oposição à feminilidade, sendo a dominação das mulheres apenas um dos elementos da virilidade que também se configura em outras provas de força perante outros homens. Compreendo e concordo com essas suas observações, ressaltando que as masculinidades, como já apontado por Robert W. Connel (1997) podem se constituir em oposição às feminilidades, mas se definem também nas relações de homens entre si, nas masculinidades cúmplices, subalternas ou marginalizadas. Mesmo que para serem assim definidas se configurem com aproximações de temidas características das feminilidades ainda trata-se de homens em relações com outros homens. Discordo, porém, da afirmação de Alain Corbin (2013) de que a falta de virilidade não afetaria a masculinidade. A virilidade não é aqui, na tese, apresentada como um sinônimo de masculinidade, mas sim como um de seus elementos, assim como a força, a coragem e o sucesso profissional ou econômico. A falha em qualquer um desses elementos poderia provocar angústias ao sujeito, já que sua masculinidade poderia ser contestada por outros em comentários que o menosprezassem e como destacado anteriormente, a aprovação social era necessária à comprovação da honra configuradora da masculinidade do fim do século XIX.

Retornando à narrativa, no dia 05 de março de 1912 à noite, Olimpia “acordou-se com um baque e ouviu gemidos de Nicolas”. Eles estavam na mesma cama, mas estava escuro, então ela correu buscar uma vela e quando acendeu, viu que ele estava ferido. Ele lhe disse que não era nada, que só estava com dor de ouvido, mas ela viu que era mais do que isso e buscou ajuda dos vizinhos e ele foi socorrido e encaminhado para tratamento. Ela narrou que

Nicolas andava mal de negócios não tendo dinheiro a bom tempo, pelo que sofria privações. Que ella depoente estimava muito a Nicolas tanto assim que havia entregue a elle animaes, vacas e porcos que possuía criações essas que forão vendidas por Nicolas para adquirirem meios de subsistência.

Olimpia afirmou que o amava e dividiu com ele o que tinha. A comunidade, porém comentava a respeito das dificuldades de Nicolas que era negociante e essa ajuda econômica que recebeu da mulher poderia ser interpretada como mais um sinal de fragilidade ou incompetência para o rapaz. Vivaldino, outro negociante, disse que “o povo falla que o Nicolas dizia que um dia pagava de uma vez todas suas

dívidas dando a entender que pretendia matar-se visto como Nicolas devia bastante e não tinha meios de pagar”. Suas dívidas eram assunto no comércio local e os vizinhos afirmaram que ele andava “imbarassado”, “atrapalhado” nos seus negócios. O relatório policial traz uma condenação não muito sutil à situação e conduta do rapaz:

muito moço ainda amasiou-se com Olympia e com ella vivia em casa de propriedade de sua mãe, Rosa. Ultimamente constava que passava privações porque estava devendo a diversos, e não encontrava negócios que podesse ganhão, visto como não era dedicado a lavoura e não sahia ganhar por meio de trabalho corporal. No dia do [...] pela madrugada, em própria cama, aonde dormia com sua amasia, tentou suicidar-se desfechando um tiro de pistola sobre seu ouvido, produzindo um ferimento. O estado de Nicolas é gravíssimo, e no auto de perguntas não pude explicar o facto visto estar em delírio e sua mãe o levou no dia seguinte para Ponta Grossa, a fim de submete-lo a tratamento médico.

Pontos fundamentais a respeito das considerações sobre a masculinidade posta em dúvida são perceptíveis, desde a dependência de um homem em relação a uma mulher à inaptidão para o trabalho. Inicialmente a polícia fez destaques ao fato do rapaz ter se amasiado desde muito cedo, o que não seria necessariamente um problema, porém destaca que ele morava em casa que pertencia à mãe e não a ele, ressaltando que dependia de recursos maternos. Embora tenha assumido uma família para si, ele não tinha condições de mantê-la e essa realidade enfraquecia seu papel de chefe da casa e o infantilizava por depender da mãe. O relatório policial destaca também que Nicolas precisou dos cuidados maternos após a tentativa de suicídio. Assim como o comentário sobre a mãe ser proprietária da casa em que morava, declaração que também o infantilizava e o fragilizava. O relatório policial poderia apenas trazer a informação de que havia sido levado para tratamento, sem mencionar os cuidados maternos, o destaque, portanto, parece intencional. Anteriormente, quando ele iniciou sua vida sexual bem cedo com uma mulher com o dobro de sua idade, houve aceitação social, pois não há críticas a tal situação. Para aquelas pessoas, o menino passara a ser homem e isso era considerado adequado. Depois, quando atentou contra a própria vida, destacaram uma fraqueza diante

do peso das responsabilidades e promoveram comentários sobre sua incapacidade de cumprir com as funções entendidas como masculinas em relação a trabalho e sustento da família e isso fez com que voltasse a ser considerado menino.

Outra crítica está na afirmação do policial de que ele não se empenhava para trabalhar em serviços braçais, que eram também elementos de masculinidade, já que exigiam força e resistência. Embora as mulheres do meio rural atuassem em trabalhos diversos, desde a realização das mesmas atividades que homens desempenhavam na roça somando-as aos afazeres domésticos, a aptidão para o denominado ‘trabalho pesado’ caracterizava os homens. As mulheres estavam habituadas a esfregar e encerar o chão com pesados escovões de ferro, apanhar e cortar a lenha para fazer o fogo e preparar as refeições, lavar as roupas esfregando-as nas pedras à margem do rio, carregando posteriormente pesados cestos e depois passando as mesmas com ferros aquecidos com brasas. Essas e tantas outras atividades cansativas exigiam de mulheres força e resistência, mesmo assim, a fragilidade, a delicadeza e a dependência eram ressaltadas como características femininas enquanto a força física devia ser atributo de homens.

Quando Nicolas se recuperou do ferimento, foi ouvido pela polícia, mas não admitiu a tentativa de suicídio. A história por ele narrada foi de que alguém teria tentado assassiná-lo. Disse que “atribue a um polaco que no ano passado lhe prometeu lhe matar e que se chama Nicolau, que isso soube por contos de algumas pessoas que o interrogado não se recorda”. Culpar outra pessoa pelo ferimento sofrido foi considerado muito melhor do que admitir a tentativa de suicídio encarada, talvez, como sinal de fraqueza. Interessante é que ele escolheu um nome muito parecido com o seu para o suposto agressor, Nicolas/Nicolau, numa quase confissão do ato. Preocupou-se em afirmar que Olimpia não tinha culpa nenhuma e que vivia bem com ela há muitos anos. O sofrimento e a sensação de impotência possivelmente eram fomentados pelos comentários na localidade. Passavam por privações, tinha dificuldades no trabalho e sabia que suas dívidas e necessidades eram assunto para a população. Sua masculinidade e sua maturidade estavam postas à prova.

Daniel Gordon (2016, p. 35) declara que o suicídio não é um resultado automático do sofrimento, é o resultado de uma interpretação, de uma reflexão do indivíduo que sofre e busca opções. O suicídio é uma opção encontrada diante de um quadro que parece aterrador ao sujeito. Diante de angústias extremas, as escolhas feitas não são necessariamente as melhores, mas as que parecem viáveis. Morrer podia

parecer um descanso quando a pessoa era pressionada a todo o momento a viver em conformidade com padrões impossíveis para ela. Em uma sociedade que estipulava a força, a autonomia e a liderança como atributos masculinos o que se apreendia é que a busca por auxílio de outras pessoas seria sinal de fraqueza. Pedir ajuda significava assumir diante de outra pessoa que não tinha as características necessárias para ser o homem honrado, e se essa pessoa fosse uma mulher a situação era entendida como ainda mais aterradora. Entre essa opção e a morte como fim para as dores e angústias, a segunda foi escolhida por diferentes sujeitos.

A história de Paulo é semelhante. Sua ossada foi encontrada dois meses depois de seu desaparecimento e, em depoimento à polícia, Emília, sua esposa, disse que não denunciou o fato porque ele “seu marido antes já tinha prevenido que quando elle sahisse que não fosse a procura d'elle porque elle sabia o que fazia”¹²³. Ela se conformava, afirmou que “era habito de seu marido sahir e dar algumas voltas para o mundo e demorar-se as vezes umas seis semanas e que depois voltava”. Sabia que ele tinha ido visitar um amigo, chamado Guilherme e o procurou quinze dias depois de sua saída. Como o amigo disse que ele não apareceu por lá, ela voltou para casa e esperou que voltasse. O desejo de se casar e permanecer casada parece ter movido as ações de Emília. Paixão por Paulo ou necessidade de conformar-se ao modelo da mulher honesta, não é possível afirmar o que a movia, mas o casamento foi arranjado por ela. Paulo lhe disse

que não podia casar ainda porque tinha uma dívida com Guilherme e que a declarante prontificou-se em pagar-a e que seu marido já falecido foi a Colonia Terra Nova e fallou ao referido Guilherme que Dona Emília estava pronta em liquidar essa divida e que juntamente Guilherme e Paulo se dirigiram para a casa da declarante no dia sete de junho deste anno, ella declarante propôs o seguinte pagamento que foi aceito pelo mesmo da seguinte forma em dinheiro seiscentos e setenta e cinco mil reis e um cavallo no valor de trezentos e vinte e cinco mil reis, de cujo negocio a declarante não tem documento ou recibo algum, sendo que liquidado esse negócio o Senhor Guilherme veio de volta para a Colonia

¹²³ Inquérito Policial. Suicídio. Paulo Panek. Caixa: 1936. CCEE. Castro/PR.

ficando Paulo Panek em sua casa até realização d seu casamento.

Emília pagou a dívida de Paulo e ele passou a morar na casa dela e se casaram. Ela assumiu a tarefa que seria dele, no entendimento daquela comunidade, a de provedora. Durante um tempo viveram assim e a forma encontrada para afirmar sua masculinidade pode ter sido a prática de sair por dias de casa, sem permitir que ela o procurasse ou questionasse. Submetê-la a isso podia ser uma maneira de posicionar-se como ‘chefe’ daquela família. Lembro aqui, novamente, o argumento de Durval Muniz de Albuquerque Junior (1999) sobre a necessidade de afirmação da virilidade do dominado, ao sentir que sua masculinidade estava sendo posta à prova por conta de um dos elementos que a constituía, outros eram reforçados. O autor afirma que para atender essa demanda pessoal, homens que se sentiam humilhados em seus trabalhos agiam, e muitos ainda agem, violentamente em casa, descontando a frustração de sua masculinidade agredindo a família ou em bares em confrontos verbais ou físicos com pares após bebedeiras. Outros, como Paulo, podiam considerar que impor uma aceitação das ausências sem reclamações ou pedidos de satisfações seria uma forma de controle da situação, pois era a própria companheira que, ao assumir o controle financeiro, colocava em risco a sua imagem, então, pode ter parecido necessário a ele encontrar outra forma de submetê-la.

Entender as motivações de Emília, mulher financeiramente independente, para deixar-se submeter a isso faz retomar outras questões de gênero, aquelas que constituem os modelos de feminilidades construídas para aquele período e local. Se homens constituíam suas masculinidades em oposição às feminilidades e buscavam adequação a um modelo idealizado, obviamente não vivenciado por todos, mulheres também almejavam o pertencimento ao socialmente aceito e cresceram aprendendo que casamento e maternidade deviam ser sonhos a perseguir, mais do que independência, autonomia ou qualquer outro tipo de projeto pessoal. Ela se casou em uma espécie de contrato financeiro proposto por ela, o que ratifica que as práticas sociais eram múltiplas e diferentes do idealizado, e não é possível saber se o que a moveu foi amor ou desejo de adequação aos quadros familiares considerados apropriados para a época, tendo visto na situação de Paulo uma oportunidade para tal. As ausências do marido podiam ser sofrimentos para ela ou não, dependendo do que sentia por ele. A aceitação do acordo de não perguntar aonde ele ia e quando voltaria tanto pode significar uma submissão, que remete a uma forma de violência, quanto

uma acomodação, no sentido de que estava e permaneceria casada, como a sociedade de então lhe exigia para que fosse considerada uma mulher respeitável e isso poderia inclusive, ser entendido por ela como suficiente.

Na última saída de casa, Paulo disse a Emília que ia até Guilherme, o antigo credor, e avisou que não era para procurá-lo, pois sabia o que estava fazendo. Seria uma forma de avisar que não voltaria e se mataria no caminho? Que a dívida com Guilherme paga por ela seria uma motivação, algo insustentável para ele? Evidentemente são suposições diante da falta de elementos concretos, como um bilhete com as palavras dele. O que é possível, é deduzir que o casamento arranjado a partir de um interesse financeiro não foi satisfatório, não tornou a vida suportável para o homem que aparentemente almejava adequar-se ao comportamento dominante.

Os casos narrados até aqui se referiram a dificuldades econômicas dos sujeitos que geraram dependência financeira deles em relação a outras pessoas, patrão, pai, mãe, esposas. Situações que em alguma medida os infantilizava e feminilizava, pois não conseguiram assumir, até então, o compromisso de prover a família o que para aquela comunidade era constitutivo da masculinidade idealizada. A ideia construída de que o homem era o chefe da família, pois era ele que a sustentava e por isso tinha poder sobre ela, não se aplicava nessas histórias e sustentados por outras pessoas eles eram vistos como meninos e não como homens e o que podia ser considerado ainda mais grave do que essa infantilização era a inversão de papéis sociais, quando as mulheres se portavam como as provedoras da casa. A sensação de impotência para mudar esse quadro pode ter sido fator preponderante para suas mortes voluntárias. Acabar com a angústia da dependência ou demonstrar algum domínio sobre as próprias vidas colocando fim nelas, por mais contraditório que isso possa parecer.

Para Fábio Henrique Lopes (2011), a sociedade disciplinadora do século XIX no Brasil, que buscou fabricar corpos e mentes dóceis, se viu diante de grandes questões ao deparar-se com as pessoas suicidas. Seria o ato suicida uma forma de indocilidade diante da normatização? Os corpos marcados por essa morte seriam exemplo de resistência e fuga? É evidente que os suicídios não podem ser pensados por uma lógica única. Os sujeitos que cometem tais atos estavam inseridos em contextos distintos e possuíam subjetividades que não permitem um enquadramento raso. Cada sujeito é uma história; cada morte suicida, uma complexidade de sentimentos que não se explica friamente. Isso não significa que considerações não sejam possíveis e que mesmo diante

da ausência de respostas, as próprias questões podem nos fazer (re)pensar um sistema de condicionamentos sociais que ferem a tal ponto que tirar a própria vida pode sugerir um ato desesperado ou ainda alguma forma de controle sobre si mesmo/a.

4.2 “SENDO UM HOMEM SEM SERVENTIA”: A DOENÇA, A VELHICE E O SUICÍDIO

Os suicídios de outros homens de Castro/PR também estão ligados, em alguma medida, à questão da masculinidade provedora. Esses casos, no entanto, referem-se à impossibilidade para o trabalho devido a doenças ou idade avançada. No texto *Do suicídio e dos corpos*, Fábio Henrique Lopes (2011) recorda o pensamento de Voltaire sobre a ociosidade e a melancolia:

Voltaire destacou a ociosidade como fator favorável ao desenvolvimento das tendências a se pôr fim à vida. Para provar sua teoria, utilizou o exemplo do trabalhador, em que qualquer homem nessa condição utiliza sabiamente seu tempo para o cumprimento de suas atividades profissionais e, por isso, não tem ocasião para ficar melancólico ou para se matar. (LOPES, 2011, p. 257).

As histórias expostas nos inquéritos por suicídios de Izidoro, Veríssimo, Roque, Manoel, Moisés e Miguel, moradores de Castro/PR, não remetem à ociosidade como fator de pensamentos considerados inadequados, mas à ideia de um corpo frágil, velho ou doente, que não condizia com o ideal construído de masculinidade forte e trabalhadora. Esse corpo débil não permitia assumirem as posturas desejadas e em alguma medida vivenciadas durante o período em que a saúde e a idade permitiram. Paul Lafargue em sua carta suicida afirmou: “mato-me antes que a impiedosa velhice, que me tira um a um os prazeres e alegrias da vida e me despoja de minhas forças físicas e intelectuais acabe por paralisar minhas energias e quebre minha vontade fazendo de mim um peso para os outros e para mim mesmo.” (LOPES, 2008, p. 9). Byron Sarinho, político de Pernambuco, meses antes de cometer o suicídio em 2002, enviou por fax a amigos o seguinte texto: “Parafrazeando Vinícius, que me perdoe a turma da terceira idade, mas juventude é fundamental e envelhecer é um transtorno!”. Em seu bilhete

suicida registrou: “Minha motivação é somente uma, e sobre ela já venho lhes falando/escrevendo há muito tempo: não quero, não devo e nem posso ficar (mais) velho.” (FONTENELLE, 2008, p. 220).

Nossa sociedade contemporânea demonstra muita inquietação em relação ao envelhecimento, como bem expressa Fábio Henrique Lopes (2016) ao destacar o interesse crescente das pessoas para tentar desacelerar, com diferentes tecnologias da biomedicina, o aparecimento das marcas corpóreas da velhice. Acrescento que a preocupação atual com as pessoas idosas tem um caráter também econômico, que por um lado enriquece a indústria da estética farmacêutica e por outro preocupa e provoca discussões relativas à reforma da previdência, por exemplo. Questões sociais também são significativas, vide o estabelecimento de políticas públicas na área da saúde, o estatuto do idoso e as diversas ações dos chamados grupos da terceira idade¹²⁴. Fábio Henrique Lopes salienta que:

Com e a partir dos jogos da cronologização e das periodizações da vida, somos transformados em sujeitos, sujeitos reconhecíveis na e pela idade, corpos que envelhecem. Por meio de saberes, discursos, disciplinas e regulamentações somos alocados em espaços, relações e em corpos com referências e sentidos determinados social e culturalmente. (LOPES, 2016, p. 6)

O sentido do envelhecer é também histórico e se nossa sociedade “opera com padrões e referência que infantilizam a velhice, transformando velhos e velhas em sujeitos fracos, submissos, indefesos, frágeis, carentes e necessitados” (LOPES, 2016, p. 14), qual seria o sentido do envelhecer para aqueles homens do interior do Paraná no final do século XIX e início do XX? A velhice e a doença, que enfraquecia os corpos mesmo que ainda jovens, impediam a

¹²⁴ Uma interessante leitura é a obra da antropóloga Guita Grin Debert *A reinvenção da velhice* (1999). Nela a autora defende que a velhice deve ser uma questão de ordem pública e defende que as experiências da velhice precisam ser pensadas dentro de seus contextos sócio-econômicos, culturais e étnicos. Para pensar a história das mulheres sugiro o texto de Alda Britto da Motta, *Mulheres velhas: elas começam a aparecer...* (2012). A leitura desse texto me provocou uma inquietação por constatar que a pesquisa histórica ao procurar as mulheres idosas para entrevistas de história oral, por exemplo, ou para investigar em suas documentações pessoais, geralmente se volta para o passado dessas senhoras, para o que foram e viveram na juventude. Poucas são as pesquisas históricas preocupadas com as experiências da velhice em si, e como a autora destaca no título do artigo, é importante que essas pesquisas tenham começado a aparecer.

continuidade de um modelo de vida determinado e parecem ter sido fatores angustiantes para os homens. Considero que a infantilização dos sujeitos se assemelhava à sua feminilização e isso era considerado ainda mais aterrador. Se hoje nossa sociedade infantiliza, no sentido de compreender as pessoas idosas como sujeitos frágeis e dependentes, essas eram características apontadas como femininas na antiga Castro/PR; então, o que ocorria era o medo da feminilização dos sujeitos com a velhice. Ser criança era ter potencial de amadurecimento, se fossem meninos, naquele período significava que poderiam em breve se tornar homens honrados e para isso eram educados. Ser fragilizado e tornar-se dependente com o avançar da idade era mais difícil e menos esperançoso que a infantilização, pois as expectativas desolavam e a saudade da masculinidade de outrora podia gerar conflitos internos difíceis. A infância podia ter para aqueles homens um sentido de ‘vir a ser’, mesmo diante da impossibilidade disso acontecer fisicamente, enquanto a velhice significava um ‘deixar de ser’ e um ‘tornar-se outro’ e esse outro se aproximava de uma feminilidade indesejada e menosprezada.

Coral Herrera Gómez (2010) argumenta que embora todas as pessoas sejam vulneráveis diante do medo, da dor, da enfermidade, da velhice e da morte, para homens existe uma pressão maior devido ao pensamento machista que estimula um medo do fracasso masculino com conseqüências desastrosas para a saúde física e psíquica deles, influenciando sua vida emocional, afetiva. A autora salienta ainda que um determinado ideal de masculinidade se constitui pela oposição a três outros sujeitos: mulheres, crianças e homossexuais, justamente por representarem, pela lógica machista, fragilidade que é atributo da feminilidade. Nessa perspectiva, homens teriam uma necessidade de ressaltar a todo tempo que não são frágeis, nem brandos, nem ternos, nem passivos, nem afeminados e por isso a doença e a velhice podiam ser avassaladoras.

Cabe aqui ressaltar que as intersecções de gênero, classe e geração podem ampliar esse debate de forma muito interessante.¹²⁵ Um homem rico, por exemplo, poderia continuar submetendo sua família às suas vontades mesmo após a velhice e isso lhe garantiria a permanência

¹²⁵ Sobre interseccionalidades, além das obras já mencionadas de Adriana Piscitelli (2008), Anne McClintock (2010) e Richard Miskolci (2012) ver também: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero – **Revista Estudos Feministas**. Vol. 10, n. 1/2002 e STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 14, n.1/2006.

no *status* de honrado. Para os homens pobres que tinham que sustentar sua masculinidade/honra em outros fatores a perda da capacidade produtiva e da força física que permitia a ação violenta seria muito mais sentida, principalmente por passar da figura compreendida como máscula que provia e dominava a família para a que era sustentada e cuidada, considerada feminina e inferior. Essas inquietações podem também ter provocado o fortalecimento da figura do velho sábio, quando se passa a considerar as experiências vividas como potencializadoras de uma determinada sabedoria de vida de forma a criar uma imagem da velhice masculina não feminilizada, principalmente entre populares. Nesses casos, embora não tivessem bens materiais que lhes garantissem a autoridade, era exercida pelas máximas de sabedoria que os velhos transmitiam às outras gerações. Essa perspectiva não pode ser pensada para as mulheres idosas? Elas não poderiam ser vistas como sábias, sendo esse um atributo considerado apenas masculino? Poderiam, mas de forma diferente e para públicos diferentes, já que o que seria considerado sabedoria para as velhas sábias, naquele contexto histórico, seriam reflexões sobre as experiências familiares dirigidas especialmente às mulheres e crianças, enquanto os velhos sábios seriam ouvidos em mais espaços, sobre outros temas e por outros homens.

A velhice, portanto, trazia o risco da aproximação com elementos da feminilidade que era inferiorizada, colocando em dúvida a honra masculina, mas alguns artifícios podiam ser a sua salvaguarda, como as posses ou a proposta de uma sabedoria pela experiência vivida a ser transmitida e respeitada. A doença, por sua vez, era mais avassaladora e feminilizante, especialmente quando crônica, pois colocava o sujeito mesmo que ainda jovem em situação de dependência, necessitando de cuidados e inviabilizando sua autonomia e liderança.

Em 1892 na cidade de Castro, Moisés tinha 37 anos quando se enforcou. Seu cunhado relatou que “vivia dezacoçoado de sarar dizia sempre que o melhor remédio era enforçar-se”.¹²⁶ Izidoro também “andava a muito tempo doente tentando-se por diversas vezes matar-se”.¹²⁷ Sua esposa afirmou que ao perceber essa angústia do marido e o desejo de morte passou a vigiá-lo constantemente para que o mesmo não se suicidasse. O inquérito policial foi concluído com a seguinte constatação:

¹²⁶ Inquérito policial. Moisés Tomais dos Santos. Caixa: 1892. CCEE. Castro/PR.

¹²⁷ Inquérito policial. Izidoro de Barros. Caixa: 1904. CCEE. Castro/PR.

verifica-se que se suicidara voluntariamente, conforme se vê nos depoimentos das testemunhas, de muito tempo tencionava por termo a existência, porém como era exercida muita vigilância, lhe tornava difícil, porém no dia que o praticou, apresentava-se com melhoras. Julgo que essa melhora talvez fosse o meio mais fácil que achou para iludir a esposa e filhos; nas diligências que procedi cheguei a conclusão que a um mês mais ou menos apresentava-se lhe sintomas de alienação mental, visto achar-se a muito tempo doente e conhecer que o mal que sofria não tinha cura.

A conclusão do policial de que Izidoro estava mentalmente perturbado porque entendia que sua doença não tinha cura remete à compreensão do sentimento de angústia que ele tinha por não ter mais esperança de assumir o controle de seu corpo e de sua vida. Fingir sentir-se melhor teria lhe permitido um tempo sem vigilância para sair da casa e enforçar-se no pessegueiro. Essa mesma sensação parece ter acometido Roque, latoeiro, que “soffria há muito tempo rheumathismo e parece que soffria também do coração”¹²⁸, como testemunhou seu genro Antonio. A expressão “parece que soffria também do coração” demonstra que não havia consultado um médico para diagnosticar. Como ressaltado anteriormente, havia poucos médicos em Castro/PR e o acesso a eles não era fácil para grande parte da população, seja pelas questões financeiras ou pelo receio das pessoas que não queriam confirmação de doenças e estavam habituadas a tratar-se com remédios caseiros.

O senhor Roque como latoeiro tinha muita dificuldade para o trabalho com as dores do reumatismo e a percepção de que estava com mais problemas de saúde provavelmente provocou o pensamento de colocar fim à vida. Seu genro afirmou que ele “não dava mostras de que se quisera matar, mas andava impressionado pelos ataques que soffria e dizia que havia de morrer de ataque”. A vida dedicada ao trabalho faz com que o trabalho seja o sentido da vida. A psicóloga Maris Stela da Luz Stelmachuk, em sua tese *Mulheres do século XX*, ao traçar uma trajetória histórica das relações de gênero e trabalho afirma que este adquiriu com o tempo um lugar central na vida das pessoas:

¹²⁸ Inquérito Policial. Suicídio. Roque Cariffo. Caixa: 1908. CCEE. Castro/PR.

Essa centralidade, pode-se dizer, é significada como a própria vida por trabalhadores, que já não distinguem o que é atividade laboral como meio de subsistência, ocupação e o que é processo de subjetivação e meio de reconhecimento social, que o faz sujeito de uma sociedade e de uma cultura. (STELMACHUK, 2012, p. 19)

Em sua tese a autora defende que as mulheres que atuam no mercado formal de trabalho distribuem seu tempo em atividades para além das remuneradas ocupando-se também das práticas do mundo doméstico. Os homens, por sua vez, entendem o mundo do trabalho como atividade primordial e essa perspectiva “os constitui como sujeitos do trabalho, enquanto mulheres são sujeitos *também* do trabalho” (STELMACHUK, 2012, p. 24).¹²⁹ Para homens, perder a capacidade laboral pode significar muito mais do que o vislumbrar de dificuldades econômicas, já que uma dimensão importante do que acreditam constituir a sua masculinidade se esvai e coloca em crise a própria existência.

Na manhã do dia 13 de novembro de 1908, Roque foi até às margens do Rio Iapó onde se sentou e tomou cianureto. Crianças que passavam pela ponte o viram caído, com um vidro na mão, logo começaram a dizer que estava bêbado. Candido, o negociante local, percebeu que Roque estava morrendo envenenado e correu buscar leite para tentar salvá-lo. Dona Carolina que havia ido ao rio buscar água e viu a cena, disse que Roque havia morrido, pois “não pode ingerir o leite que lhe deram”.

As pessoas da comunidade interiorana se entretinham umas com as outras, as crianças se agitavam com o encontro de um homem supostamente bêbado, a mulher que buscava água no rio se incomodava com a presença do homem sentado à margem com um vidro na mão. O vizinho correu para ver o que estava acontecendo com aquela agitação logo pela manhã. E se ajudavam, tentaram salvar, chamaram o comissário, ficaram todas para relatar os eventos daquela manhã e não houve julgamento explícito do senhor que se suicidou, nenhum relato tentou minimizar suas dores, dizendo que não havia motivo para tal ato.

¹²⁹ Sobre as relações de gênero e trabalho é relevante a leitura do já citado texto de Joana Maria Pedro, *Mulheres do sul* (2013) que destaca que mesmo com as mulheres atuando em diferentes áreas elas são costumeiramente denominadas de “trabalhadeiras” e não “trabalhadoras”. Tal representação corrobora para a invisibilização e secundarização de suas participações no desenvolvimento das regiões em que se inserem. Esta lógica também coloca os homens como os trabalhadores, os sujeitos do trabalho.

Parecia compreensível que a incapacitação para exercer o trabalho que o constituiu durante a vida, em alguma medida explicasse, mesmo que não justificasse, a ação final.

Essa solidariedade entre as pessoas do meio rural é percebida também nas narrativas do inquérito policial sobre o suicídio de Manoel¹³⁰. O senhor Fioravante disse à polícia que “havia feito um ajuntório de capinação de roça” e Manoel “mandou dois filhos de nomes Devino e Hermes, para ajudar”. Essa prática era recorrente em comunidades rurais, as pessoas se uniam para a preparação de um terreno para o plantio, para a colheita ou para a construção de uma casa ou celeiro e o favor era depois retribuído quando a pessoa beneficiada se unia à comunidade para trabalhar em outra propriedade quando necessário. Depois do dia de trabalho ou no final da tarefa, era hábito a confraternização, comida, bebida, música e dança na propriedade para todas as pessoas que trabalharam nela. Fioravante, na noite após a capinação, “fez um baile, além dos mais convidados, compareceram trez dos filhos de Manoel”. Ele afirmou em seu depoimento que Manoel e sua esposa não compareceram e que

o baile amanheceu em sua casa, e bem assim os trez filhos de Manoel, amanheceram em dicto baile e que mais ou menos as seis horas da manhã, saíu um seu filho (digo filho de Manoel) de nome Arlindo, que despedindo-se delle depoente, foi a casa d’elle, e dahi a poucos momentos, voltou deu notícias que o pai delle Manoel estava enforcado.¹³¹

Maria Sylvia de Carvalho Franco na obra *Homens livres na ordem escravocrata* (1997) escreve sobre os mutirões ressaltando que tais momentos de solidariedade podiam se transformar rapidamente em espaços de violência. Por um lado, o mutirão, que Fioravante chama de ‘ajuntório’ no inquérito por suicídio que analiso, proporciona uma força coletiva para o exercício de um trabalho que depois é retribuído com uma festa. Por outro, ele cria momentos em que os sujeitos podem entrar em confronto por diferentes questões. Ela analisa, por exemplo, um processo crime por uma morte ocorrida durante um mutirão. Nele, uma das testemunhas narra que a briga começou quando fizeram uma aposta sobre quem concluiria antes a tarefa. Essa motivação que pode parecer

¹³⁰ Inquérito Policial. Suicídio. Manoel Alves da Cunha. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.

¹³¹ *Idem*.

banal, fez com que aqueles sujeitos transformassem as enxadas, instrumentos de trabalho, em armas para uma luta que culminou na morte de um deles. A autora ressalta em sua obra que “as funções econômicas desempenhadas por cada família eram do mesmo tipo” (FRANCO, 1997, p. 33), as tarefas simples e rotineiras eram desempenhadas por todas as pessoas e se isso facilitava o trabalho coletivo quando necessário, mas podia também gerar confrontos quando as personalidades presentes no mutirão se mediam e tentavam superar umas às outras, como no caso do desafio de quem exerceria o trabalho mais rápido.

Não houve situação de violência no baile de Fioravante, no entanto, é possível refletir que a festividade, a comemoração do trabalho executado, pode ter desencadeado em Manoel sensações de angústia. Uma das motivações de Manoel não ter comparecido ao baile com sua esposa poderia ser o constrangimento por não poder mais trabalhar, já que estava doente. A festa era retribuição para o trabalho, ele não trabalhou e por isso pode ter se sentido constrangido em participar da comemoração, não ter se sentido merecedor. Testemunhas disseram que ele não mantinha mais relações com a vizinhança e pouco saía de casa. As dificuldades que enfrentava talvez tenham gerado nele um sentimento de angústia quando encontrava com os vizinhos e os assuntos corriqueiros eram sobre as atividades comuns que executavam. Alain Corbin (2012, p. 330) ressalta que a “dor crônica, chega, inclusive, a estruturar a vida. Ela pode paralisar o pensamento e modificar a relação com os outros”. Tal consideração pode se referir tanto à dor física quanto aos sofrimentos psíquicos. O filho de Manoel narrou que seu pai estava doente há tempos e que um dia ele lhe dissera que

sendo um homem sem serventia, as vezes tem vontade de enforcar-se, o que depois passado, em que elle depoente e mais seus irmãos guardaram cordas e andavam de viso, como o seu pai deixou de praticar em execução de suicídio mostrou alguma melhora, elle depoente tratou de cuidar nos afazeres de costume para manutenção da casa, e que neste dia achou seu pae morto enforcado.¹³²

¹³² Inquérito Policial. Suicídio. Manoel Alves da Cunha. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.

O trabalho que constituía os sujeitos homens e que era assunto nas rodas de conversa, a tal ponto que se apostava sobre quem era mais eficiente ou rápido no trabalho, não fazia mais parte de sua vida cotidiana. Ele passou a considerar-se alguém “sem serventia” e as relações com as outras pessoas poderiam lhe causar mais sofrimento.

Em 1908, Veríssimo se suicidou com um tiro¹³³. O promotor de justiça afirmou que ele “a sete annos arrastava uma existência cheia de soffrimentos. Desgostoso da vida, constantemente tentava por-lhe termo e ultimamente achava-se entrevado, de cama, a todos pedia que por favor lhe dessem a sua espingarda.” Inésia, a esposa, foi acusada de indução ao suicídio por ter lhe entregue a arma. Em seu depoimento ela afirmou que por sofrer de reumatismo, Veríssimo não conseguia trabalhar e que nos últimos tempos não conseguia sair da cama. Disse que ele insistentemente pedia a todas as pessoas com quem se relacionava, ela, os filhos e amigos, que o ajudassem alcançando uma arma. A doença os colocou em situação financeira difícil, “tornando-se necessário vender todas as creações que tinha, gados, vacuns, animaes, cavalos para a despeza da caza, de modo que se achava exentos de recursos”. Veríssimo deixou de ser trabalhador e de ser provedor. Eles tinham cinco filhos menores de idade. Inésia disse que só entregou a espingarda quando ele lhe pediu para ver o estado da arma porque achou que não seria possível para ele matar-se com aquela arma de cano comprido. Os vizinhos testemunharam a seu favor afirmando que Veríssimo disse “por várias vezes que se não pegasse uma arma para se mattar aquele dia havia de fazer todos os meios para se mattar nem que fora de fome” e que “queria matttar-se para descansar daquelle soffrimento delle e da família”. A justiça considerou improcedente a denúncia de indução ao suicídio.

A doença causava dores que impossibilitava os movimentos, o trabalho, o cuidado de si. Essa condição tornava o homem dependente e isso esmaecia sua figura de autoridade. Era uma inversão de lugar social difícil de assimilar. A morte foi entendida como maneira de acabar com as dores físicas e com as dores emocionais, tanto por não poder mais desempenhar as práticas cotidianas de trabalho, como por entender-se como causa de sofrimento da família que ele não conseguia mais sustentar. A sensação de impotência parece ter sido desoladora para homens ensinados a sempre se posicionarem como sujeitos de ação e considerarem a passividade como atributo de mulheres.

¹³³ Processo crime. Indução ao Suicídio. Inésia Maria Gonçalves. Caixa: 1908. CCEE. Castro/PR.

Significativo é o relato de Miguel que aos 73 anos tentou o suicídio:¹³⁴

estando velho, doente, cego, sem poder trabalhar, e mais muito desgostoso por ter comprado o terreno da chácara onde morava, de Manoel Vilella, há trez ou quatro anos, pela quantia de quatrocentos mil reis tendo pago essa quantia em linha sem que até hoje conseguisse receber a escriptura do terreno comprado do senhor Vilella, resolvendo, por esses motivos se suicidar-se e que tentou hoje de manhã golpeando o braço esquerdo com uma navalha de sua propriedade.

Para Stengel “quase sempre tem havido um aviso de que há intenção suicida. Os que tentam o suicídio procuram, no acto suicida, manter-se próximos como sinal de alarme e têm um efeito de pedido de auxílio, embora esse pedido possa não ter sido pretendido conscientemente.” (*apud* FERREIRA, 2004, p. 4). Em diferentes casos aqui analisados as pessoas manifestavam sua intenção de morte para as pessoas próximas, mas no inquérito relativo à morte de Miguel essas narrativas não aparecem nos relatos das testemunhas e o que chama a atenção é a forma escolhida por ele para matar-se, ele “tentou suicidar-se navalhando o braço esquerdo”. A atitude sugere mais um apelo em momento de desespero do que uma vontade real de morrer, muito embora, seu genro afirmou que ele “não queria que o curassem, pois era seu desejo morrer”. Tal afirmativa é compreensível diante da situação angustiante de ter ferido a si mesmo. Para Alain Corbin (1991, p. 568), no século XIX, a “manifestação do sofrimento do homem permanece discreta, ao menos em relação à cena pública”, nesse contexto a tentativa suicida expôs o sofrimento e isso remete a uma necessidade de atenção para suas dores e angústias, um apelo por justiça, mesmo que inconsciente. Para Alain Corbin (1991, p. 591) o suicídio é “um grito, um desesperado apelo contra o fracasso da comunicação”. Para o autor que analisa dados sobre suicídios da França do século XIX, entre as motivações para o suicídio masculino estava a percepção de uma situação de servidão. Depois de mais uma vez reivindicar seu direito ao documento da propriedade que lhe foi novamente negado, Miguel atentou contra a própria vida, o que pode ser entendido como um grito contra o desrespeito que sentia e contra o fracasso que o angustiava.

¹³⁴ Inquérito Policial. Tentativa de suicídio. Miguel Freske. Caixa: 1925. CCEE. Castro/PR.

O filho de Miguel disse à polícia que seu pai, “estando velho, cego e espoliado do que é seu resolveu suicidar-se”. O relato de Miguel sugere que ele sentiu que se não podia mais trabalhar e não tinha o respeito das pessoas que o enganavam em relação à compra da propriedade, a vida deixava de fazer sentido, pois se transformou numa sequência de desencantos. Possivelmente, ele trabalhou naquela chácara a vida toda, ou trabalhou a vida toda para comprar aquela chácara e naquele momento percebeu que não tinha nada. A velhice não chegou para ele como o momento de descanso, mas veio acompanhada dos tormentos por não ser mais o homem que já foi. Agora se via como um “velho, doente, cego”, que não podia trabalhar e nem tinha a documentação que comprovava suas posses.

Maria Julia Kovács (2002) reflete sobre os altos índices de suicídio entre pessoas idosas ressaltando que nessa fase da vida as pessoas passam por situações desvitalizantes, morte de pessoas próximas, isolamento social e desemprego. A autora argumenta também que as taxas de suicídio são maiores entre homens por esses serem menos tolerantes às frustrações.¹³⁵ Essa percepção corrobora com o pensamento de Isabel Martinez Benlloch (2005) sobre os mitos da masculinidade que geram necessidades de autoafirmação para homens. Tais mitos envolvem a virilidade, alta autoestima, controle político, econômico, familiar, restrição emocional e sexualidade como meio de comprovar a masculinidade. Como consequência está o que a autora entende como um paradoxo: diante de uma situação de dependência ou insegurança, homens buscam a sensação de poder e isso pode resultar no uso da violência como forma de resolver os conflitos, como nos casos de violência doméstica. A frustração e o sentimento de impotência podem convergir para um ato de violência contra si mesmo, sendo que nos casos de suicídio ou tentativas de suicídio, seria o atentar contra o próprio corpo e a própria vida como tentativa de restabelecer um controle sobre algo.

¹³⁵ O Ministério da Saúde divulgou os dados do último levantamento sobre suicídio no Brasil. Entre 2011 e 2016 ocorreram 48.204 tentativas de suicídio, a maioria dos casos refere-se a mulheres (69%). Já entre os 62.804 suicídios ocorridos no período, os homens configuram 79% dos casos. Os dados também revelam que a mortalidade de idosos, pessoas com mais de 70 anos, é maior. Pessoas solteiras, viúvas ou divorciadas se matam mais (60,4% dos casos) do que pessoas casadas ou em união estável (31,5% dos casos). Essas e outras informações estão disponíveis na Agenda Estratégica de Prevenção ao Suicídio no link: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>. Acessado em: 25 de maio de 2018.

Encerro esse capítulo com a história do suicídio de Belarmino ocorrido em 1892.¹³⁶ Sua cunhada, que morava ao lado, foi até a casa dele pela manhã e “deixou o referido seu cunhado só e deitado, e quando voltou, achou Belarmino morto”. Em seu depoimento ela disse que “supõe que Belarmino praticava este acto por desgosto de ser cego. Disse mais que Belarmino sempre fallava em suicidar-se”. Dentro do contexto até aqui apresentado, para a comunidade interiorana de Castro/PR, a ideia de masculinidade se relacionava diretamente com o mundo do trabalho e do sustento de uma família, o trabalho era entendido como elemento constitutivo dos sujeitos como já ressaltado. Após uma vida de trabalho, tornar-se incapaz de exercê-lo significava para alguns homens o fim da própria vida e o mesmo ocorria quando as circunstâncias da vida tiravam dos homens a capacidade de prover suas famílias. Diante disso, como teria sido a vida de Belarmino nessa comunidade? Como era pensado e acolhido o sujeito cego? Quais eram seus espaços de atuação dentro dessa lógica de afirmação de masculinidade?

Lívia Maria Villela de Mello Motta em sua tese *Aprendendo a ensinar inglês para alunos cegos e com baixa visão* (2004) traça uma trajetória histórica da percepção social sobre a cegueira. A autora ressalta que as pessoas cegas, desde a antiguidade, foram tratadas como incapazes e dependentes e tal condição já foi motivo de exclusão e inclusive eliminação. João Roberto Franco e Tércia Regina da Silveira Dias afirmam que:

A eliminação dos cegos e dos considerados inválidos não se dava somente pelas difíceis condições de vida da época. Nas sociedades primitivas, acreditava-se que as pessoas cegas eram possuídas por espíritos malignos e manter uma relação com essas pessoas significava manter uma relação com um espírito mau. (FRANCO; DIAS, 2008, p. 1)

Evidentemente, que diferentes sociedades agiram e agem de maneiras também diversas e Lívia Maria Villela de Mello e Motta (2004) exemplifica com os antigos gregos que entendiam que pessoas cegas eram profetas e por isso eram respeitadas. A autora também cita os japoneses que desde a antiguidade estimulavam pessoas cegas a

¹³⁶ Inquérito Policial. Suicídio. Belarmino Barbosa. Caixa: 1892. CCEE. Castro/PR.

trabalhar com massagens, música e contação de histórias para tornarem-se independentes economicamente. Ressalta, porém, que na maioria das vezes a cegueira conduzia as pessoas para a mendicância e à exclusão social. Para ela os ensinamentos bíblicos reforçavam a ideia da cegueira como uma escuridão ligada ao pecado e embora o pensamento cristão tenha se redimensionado ao longo do tempo, a concepção de deficiência como castigo perdurou até recentemente. A ideia de caridade cristã que tornou também pecado não acolher pessoas com deficiência não deixou de pensar na existência delas como resultado de pecados cometidos por elas ou por suas famílias. Tal concepção faz com que relatos sobre pessoas com deficiência que são escondidas pelas famílias dentro das casas ainda existam, principalmente em comunidades rurais cujo acesso ao conhecimento científico ocorre de forma mais lenta e pessoas se envergonham de ter alguém deficiente na família com medo do julgamento popular.

Pensemos na vida de Belarmino em Castro/PR no final do século XIX. No inquérito sobre sua morte não há informações que permitam identificar nem mesmo sua idade. O que é possível constatar é que era alguém dependente, alguém que provavelmente não foi estimulado a desenvolver-se para viver de forma autônoma. Sua cunhada ia até a sua casa para auxiliar e seu testemunho indica que era habitual que ele ficasse em casa, deitado, enquanto ela ia se ocupar de outras atividades. Naquele dia, no entanto, ao retornar, encontrou-o morto. Ressaltei anteriormente que famílias interioranas tinham filhos não apenas para a continuidade da vida, da família, mas para atuarem na lavoura como trabalhadores e que filhos eram preferíveis a filhas, pois eles eram economicamente mais interessantes para a família. A preocupação com as filhas girava em torno da procura de um casamento para que a responsabilidade em relação a elas deixasse de ser dos pais e passasse a ser dos maridos. E quando o filho ou a filha tinha uma deficiência? Significava ter em casa alguém que dependeria sempre dos pais, pois não se refletia sobre a possibilidade de desenvolvimento para a vida autônoma desses sujeitos.

A literatura contribui para a análise. Em 1918 Monteiro Lobato reuniu 14 contos e os publicou numa obra denominada *Urupês*.¹³⁷ Dois

¹³⁷ Edgard Cavalheiro no prefácio de uma das edições de *Urupês*, publicada em 1957, afirma que Monteiro Lobato seguiu na contramão da literatura indianista que idealizava os tipos nacionais. Lobato passou a escrever sobre os cablocos, evidente que com o seu olhar de outro lugar social, escancarando suas mazelas “com impiedade cruel” (CAVALHEIRO, 1957, p. 20). O interesse pelas pessoas do meio rural de Monteiro Lobato faz com que sua obra seja

destes contos são representativos da condição aqui exposta. Em *O comprador de fazendas*, um pai decidiu vender a fazenda Espiga devido a prejuízos com a plantação de café. O sujeito tinha preocupações não apenas com a propriedade, mas com o filho que bebia e com a filha que estava com 17 anos e precisava se casar. Ele conheceu um possível comprador que era solteiro e ao não conseguir vender a fazenda e nem casar a filha o narrador lamentou: “Moreira, o caipora, perdia assim naquele dia o único negócio bom que durante a vida inteira lhe deparara a fortuna: o duplo descarte – da filha e da Espiga...”. Duas coisas que lhe davam prejuízo, a fazenda e a filha solteira.

O outro conto, *Bucólica*, traz uma narrativa dramática. O narrador descreve a paisagem que observa em uma caminhada por estradas rurais e os encontros com pessoas que residem nas redondezas. Entre elas está Pedro Suã que lhe contou que estava preparando o enterro da filha Anica. Entristecido com a notícia o narrador se dirigiu à casa da família para conversar com a mãe da menina e esta o recebeu com rispidez. O pai e a mãe de Anica lhe disseram que a menina “morreu de morte” (LOBATO, 1957, p. 197), sem explicar mais nada. No caminho de retorno ele encontrou com Inácia que trabalhava na casa cuidando da menina. Ela estava triste e chorou a morte de Anica acusando a mãe da menina de tê-la deixado morrer de sede.

A menina era entrevada e a mãe, má como a irara. Dizia sempre: Pestinha, por que não morre? Boca atôa, a comer, a comer. Estica o cambito, diabo! Isto dizia a mãe – mãe, hein? A Inácia, entretanto, morava lá só para zelar da aleijadinha. Era quem a vestia, e a lavava, e arrumava o pratinho daquele passarico enfermo. Sete anos assim. Excelente negra.¹³⁸

relevante para as discussões aqui pretendidas. Seus contos descrevem, em alguma medida, o cotidiano do mundo da roça.

¹³⁸ É imprescindível notar que Monteiro Lobato apresenta elementos em seus contos que permitem uma série de reflexões sobre machismo, racismo e outras formas de preconceito. Apenas no conto *Bucólica* já é possível elencar uma série deles. O autor inicia com um relato aparentemente inocente de um narrador sobre a paisagem e as gotas de orvalho que com a luz da manhã se pareciam com pequenos diamantes. As gotas estavam nas flores sem nome. “Flor atôa, diz a gente roceira. São coitadinhas.” (LOBATO, 1957, p. 193). Na sequência o narrador nomina as flores nobres: rosas, dália, crisântemos, que embelezam jardins na cidade. Embora o narrador destaque a beleza das flores sem nome do meio rural, ao diferenciá-las e adjetivá-las como ‘coitadinhas’ ele dá o tom do restante de seu discurso que ao descrever os sujeitos os julga e os discrimina. Assim como as flores sem nome eram coitadinhas, Pedro Suã, com quem se encontrou no caminho era o marido fraco de Maria Véva. Ela era “horrenda, beijo rachado, olhar mau – e aquele papo!” e ele “coitado – um bobo que anda pelo cabresto”. A proposta de

No conto, a filha com uma deficiência física era entendida como um peso na vida da família, uma boca à toa que devia morrer. Inácia abandonou aquele trabalho e disse: “Agora vou no Libório. Se ele me quiser, fico. Se não, sou bem capaz de me pinchar nesse rio. Este mundo não paga a pena...” (LOBATO, 1957, p. 201). A vida da menina e a vida de Inácia, a empregada, são apresentadas como vidas descartáveis.

Uma filha solteira podia ser um problema econômico para uma família rural sem muitas condições financeiras, no entanto, um casamento podia ser entendido como solução para tal questão. Há aqui uma discriminação de gênero evidente, o entendimento de que as mulheres deviam submissão e não podiam ter autonomia, precisavam viver sob a tutela de um pai ou marido. No entanto, mesmo que o sustento da filha fosse considerado dispendioso ao pai, ainda assim havia uma possibilidade de mudança de condição futura, com um possível casamento. No caso do filho ou filha com deficiência, a situação era encarada com maior drama naquele período em que não apenas havia um constrangimento com a deficiência, entendida como castigo divino, como não se concebia a possibilidade de desenvolvimento e autonomia.

No conto de Monteiro Lobato, Anica e Inácia eram vidas desvalorizadas. Belarmino teria sentido essa mesma angústia em relação à vida? Teria vivido ele a sensação de ser ainda mais dependente do que mulheres eram naquela sociedade? Isso teria ferido sua masculinidade? Ele dependia de uma mulher, a cunhada que o ajudava e para os homens essa dependência era dolorosa, pois refletia no que era entendido como ideal de masculinidade. Outros homens viveram situações de submissão por questões financeiras e não suportaram a pressão. A dependência construída na vida de Belarmino não tinha esse caráter econômico apenas, que podia se alterar com o tempo e com alguma oportunidade, a

estereotipar os sujeitos do meio rural a partir da figura do Jeca Tatu se fortalece nos contos de Lobato publicados em *Urupês*. As mulheres são representadas como submissas ou feias e transgressoras. Os homens são representados como bêbados e fracos. Mesmo quando o narrador buscou elogiar uma personagem no conto *Bucólica*, sua narrativa foi depreciativa e racista. Ao relatar o que entendia como boa ação de Inácia a descreveu como “preta agregada dos Suãs”, uma “Excelente negra!”. O menino que vivia na casa era o “negrinho safado”. Evidentemente, é uma escrita em seu tempo. Monteiro Lobato, formado em direito, se tornou fazendeiro após receber uma herança do avô, depois se tornou escritor e editor. Ao escrever, o fazia de seu lugar social olhando para as pessoas pobres do entorno da fazenda com certo distanciamento, pois elas eram definitivamente diferentes de seu ideário de beleza, honra e moralidade.

cegueira naquele contexto histórico o colocou como sujeito sempre dependente. Como ele era tratado pelos demais homens da família? Como ele se percebia diante da família e das pessoas de seu convívio? Maria, sua cunhada, afirmou que ele sempre falava em suicídio. Ele ficava em casa enquanto os demais homens saíam para o trabalho, possivelmente não teve acesso à escola, e que perspectivas ele teria para a sua vida naquele contexto? Sandra Pesavento (2008, p. 92) faz uma importante consideração ao afirmar que “Os homens apreendem a sentir e qualificar suas sensações e emoções através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro”. O sentir-se sozinho, diferente, inadequado, provocava dor, tristeza. Corbin (1991, p. 593) ressaltou que:

A análise das estatísticas leva a destacar o peso do isolamento individual e, simultaneamente, de todos os processos de natureza antropológica que o favorecem. Assim, no século XIX aparece com grande nitidez o predomínio dos suicidas solteiros, viúvos e divorciados. Em contrapartida, o casamento, ou pelo menos a presença de filhos, protege contra a tentação de autodestruir-se.

Sentir-se só, incapaz, dependente, frágil ou “sem serventia”, quaisquer dessas sensações podem ter tumultuado os pensamentos de Belarmino e provocado a percepção de si mesmo e de sua vida como inadequações àquele mundo que o cercava. A questão da masculinidade hegemônica heteronormativa como ideário e da fragilidade e dependência como algo feminino e, portanto, algo que não podiam vivenciar pode ter acarretado para diferentes homens de Castro/PR inquietações, sofrimentos e desejo de morte. Os inquéritos analisados permitem pensar em diferentes experiências vivenciadas por esses homens, a angústia por não conseguir liquidar dívidas, por não conseguir trabalho ou ser nele humilhado, incapacidade para prover a família, a dependência financeira da esposa invertendo papéis sociais esperados, a velhice e a doença destruindo a possibilidade de vivenciar novamente o que se entendia como importante para a masculinidade de outrora e a cegueira impedindo de se constituir como os demais homens de seu convívio. Todas essas experiências poderiam ser constitutivas de um cenário que apresentava a continuidade da vida como um tormento ou a morte como um alívio.

“O corpo enfermo não é apenas o corpo estropiado, é também o corpo que leva os estigmas de todas as espécies de ataques e sofrimentos”, como bem ressaltou Henri-Jacques Stiker (2012, p. 348) em seu texto *Nova percepção do corpo enfermo*. E mesmo que o século XIX tenha mobilizado uma visão educativa dos corpos enfermos, como argumenta o autor, a visão miserabilista da doença, da velhice, da deficiência, ainda persistiu, principalmente entre pessoas que estavam distantes dos novos discursos e práticas médicas, como as pessoas que viviam em regiões interioranas, rurais. Aliado a isso, o estabelecimento de padrões de masculinidades que pressionavam os homens a se enquadrarem em papéis provedores e em corpos fortes era extremamente nocivo à vida, pois a pressão influenciava as relações sociais dos sujeitos e interferia na imagem que faziam de si mesmos e no sentido que conferiam para suas vidas. Vale destacar que essa masculinidade construída em contraponto com um estereótipo de feminilidade não apenas diminuía as mulheres, mas apavorava os homens que por uma razão ou outra experimentavam em suas vidas a fragilidade humana ou a necessidade do cuidado de outra pessoa.

Liberatos, Dinartes, Paulos, Roques, Belarminos... Outras masculinidades, outras possibilidades de vidas que não foram entendidas como válidas nem por eles mesmos, ou eles se cansaram de defender suas vivências como viáveis onde a maioria buscava adequar-se ao padrão estabelecido. A violência da estereotipação de gênero se configura nisso, no invalidar outras existências. Vale ressaltar, como o fez Cristina Scheibe Wolff (1999, p. 214) que no Brasil “os ideais ‘civilizados’ e ‘modernos’ das elites nunca correspondiam às práticas sociais das camadas populares e mesmo das próprias elites em muitos momentos”. Richard Miskolci (2012) produz uma significativa reflexão sobre o suicídio de Raul Pompeia, autor de *O Ateneu*, em 1895, demonstrando como as motivações políticas resultaram em exposição pública do jovem escritor abolicionista disseminando sua imagem como um dissidente político nervoso, radical e estranho e principalmente destacando sua sexualidade como desviante. Como a honra masculina precisava do reconhecimento público para sua manutenção e para isso era exigida a adesão aos ideais coletivos, as exposições públicas que apresentassem posturas contrárias aos modelos estabelecidos causavam mais do que constrangimento ou incômodo, elas tiravam as bases necessárias para ser respeitado naquele contexto. Como escritor politicamente envolvido, esses escândalos atormentaram Raul Pompeia e como homens pertencentes a uma comunidade pequena onde a maioria das pessoas se conhecia e as conversas sobre os acontecimentos locais

animavam os encontros da vizinhança, Dinartes, Paulos e Liberatos possivelmente sofreram a angústia do julgamento social em relação às suas masculinidades que por doenças, velhice ou condições financeiras adversas não se adequavam ao ideal coletivo.

5 ROMANCES E SUICÍDIO

A Costureira.

A'M.C.C.

Todas as tardes quando o sol desmaiava para as bandas do Occidente e atirava seus fracos raios sobre os telhados das casas, era a pequena e formosa Elvira que ao longe eu avistava, trazendo na mão uma porção de violetas, com as quaes divertia-se, expandindo de seu espirito as meras illusões da mocidade.

Elvira era uma bela mocinha de 15 annos de idade, moreninha, filha de gente pobre, mas honesta, de lindos cabellos pretos que cahiam até as suas espadoas salientes, e trabalhava como aprendiz de costureira em uma casa de modista.

Todas as tardes, eu, recostado sobre um muro velho, aguardava a passagem dessa galante menina, afim de apreciar a sua maneira affavel e a sua elevada educação quando por perto de qualquer pessoa passava. “Boa tarde” – eram sempre as palavras que ella pronunciava ao passar pelo logar onde eu estava, deixando cahir das suas delicadas mãos uma flôr sem que tornasse apanhal-a, e lá seguia com seu andar apressado, tendo apenas no pensamento amor pela família e ao trabalho...

Assim passaram-se dias e mezes...

Um dia ella fez cahir uma linda violeta que tive a ousadia de apossar-me; Elvira voltou-se rindo para mim e deixou escapar de seus lábios a seguinte frase: “Guarde-a para si. É a minha vida que te entrego” – e caminhou adiante... Fiquei horas e horas extasiado a scismar naquellas palavras, sem nada poder adivinhar.

Passaram-se dois, três... e mais dias que a ingênuu costureira por ahí não mais passou. Que aconteceria, perguntava aos meus botões?

Uma tarde de sol pálido e medroso quando eu ainda aguardava tristonho e com esperança a sua volta, diviso ao longe grupos de garrulas jovens que dirigiam-se para o local onde eu estava.

Alegrou-se-me a alma e sorriu meu coração. “Ella ali vem brincando com suas amigas – mormurava eu satisfeito.

Cruel desillusão! Triste fatalidade!

Ella vinha, sim, mas vinha, coitada, rindo-se desse mundo ingrato, deitada em um caixão envelludado, vestida de branco, cheia de grinaldas, acompanhada de amigas que a conduzião ao silencioso Campo Santo, onde os justos e maos fazem a sua derradeira morada.

Um desastre havia acontecido, livrando a moça dos enganos mundanos, e entregando-a pura, cheia de crenças e illusões da mocidade, nos páramos azues da felicidade.

Elvira estava morta e a violeta que me deu ainda estava bem viva.

Essa flôr será sempre para mim a imagem desse anjo bom, dessa virgem e bella aprendiz de costureira!

Castro, abril de 1912.

Juvenal de Andrade.

(A Palavra. Semanário Imparcial. Anno 1. Número 2. Castro/PR. 21 de abril de 1912)

A narrativa romântica publicada no jornal apresenta a menina Elvira, cheia de adjetivos positivos, ela era bela, educada e honesta. A expressão “mas honesta” depois da afirmação de que era “filha de gente pobre” alude a uma realidade recorrente vivenciada por meninas das classes menos favorecidas do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Muitas delas precisavam trabalhar desde cedo para auxiliar no sustento da família, então eram conduzidas a casas de parentes com melhores condições financeiras para trabalharem como domésticas, como foi o caso da jovem Innocencia¹³⁹ mencionado anteriormente, ou empregavam-se, geralmente, em residências de famílias abastadas, pois não eram muitos os empregos existentes que aceitavam moças. Outras tinham que recorrer à prostituição para sobreviver e prostitutas não eram consideradas honestas, mas mesmo aquelas que não se prostituíam e trabalhavam como empregadas domésticas tinham sua reputação sempre em risco e eram constantemente observadas com desconfiança.

¹³⁹ Inquérito policial. Suicídio. Innocencia Rodrigues Carneiro. Caixa: 1904. CCEE. Castro/PR.

Em um processo por crime de defloração, de 1906, encontrado no arquivo público de Castro/PR, o pai da jovem Lucia, que era ex-escravo, recorreu à justiça acusando o jovem José, filho de imigrantes italianos, do defloração da filha. No processo há o discurso do defensor do rapaz que buscou todos os meios para destruir a imagem de Lucia como mulher honesta e, para isso, iniciou a defesa destacando que ela não vivia na companhia do pai, pois era empregada em outra casa e para aquele período a presença vigilante do pai ou tutor era imprescindível para garantir a honestidade das jovens mulheres. O pai havia apresentado um atestado de miserabilidade para conseguir defesa pública, e isso reforça a necessidade que Lucia tinha de trabalhar fora de casa para sobrevivência. Na sequência, o advogado argumentou que ela era vista andando sozinha na rua, o que era necessário já que as roupas da família para quem trabalhava eram lavadas por ela no rio para onde precisava se dirigir. Esse fato, no entanto, não serviu de justificativa para o defensor de José¹⁴⁰. Até mesmo o fato de que as testemunhas favoráveis a ela eram moças solteiras foi mencionado por ele como desabono, questionando o que aquelas jovens estariam fazendo na companhia de Lucia, moça que era ali apontada como desonesta. Nos processos por crimes sexuais, as testemunhas masculinas e casadas tinham suas vozes muito mais respeitadas, as jovens solteiras eram menosprezadas e culpabilizadas, fossem elas vítimas ou testemunhas. O resultado foi o arquivamento do processo de Lucia que, em seu depoimento, narrou ter se deixado deflorar porque teria acreditado em uma promessa de casamento que não se cumpriu.¹⁴¹

Elvira pertencia a uma família pobre e foi trabalhar como aprendiz de costureira e qualquer coisa que pudesse ser considerada um desvio de conduta poderia colocar em dúvida a sua honestidade. No entanto, ela morreu jovem e o encantamento que o autor da epígrafe parecia ter por ela o moveu a registrar sua memória como a menina pobre e honesta. O desfecho da história é romantizado, o narrador afirma que a flor doada pela jovem ainda vivia e ela não mais, mas Elvira continuava bela, rindo do mundo deitada em veludo, trajando o

¹⁴⁰ Como bem argumenta Richard Miskolci (2012, p. 158): “as empregadas, quase sempre negras ou mestiças de classes populares, permitiam que as mulheres brancas se mantivessem distantes do contato com o mundo mundano, assim como as preservava dentro da áurea do ócio embranquecedor.” Lúcia, filha de ex-escravo precisava sair às ruas sozinha para que sua patroa ficasse em casa, tal como a norma social exigia das mulheres honestas.

¹⁴¹ Processo por crime de defloração. Lucia Maria Novaes. Caixa: 1906. CCEE. Castro/PR. Essa e outras histórias sobre a culpabilização das vítimas estão no livro *Crimes Sexuais: a histórica culpabilização das vítimas* (2017) de minha autoria.

branco e as grinaldas da pureza¹⁴², sendo conduzida ao campo santo. Embora o cemitério fosse municipal e não religioso, pois nesse não seria permitido o sepultamento da jovem suicida, as pessoas continuavam a apontar e a entender o cemitério como sagrado, e assim o configuravam, e ainda configuram, com os ornamentos sagrados e celebrações de diferentes religiões e orações pessoais realizadas nesses locais de sepultamento. A honestidade da jovem foi ressaltada no texto publicado no jornal ao ponto de superar o estigma da morte voluntária. Na narrativa, ela estaria em seu caixão rindo do mundo que a fez preferir morrer. Seu ato teria sido motivado pelo desespero causado pela morte do noivo, como indicou a nota publicada no mesmo jornal:

No dia 12 do corrente mez, na cidade de Itararé (São Paulo), Elvira, filha adoptiva do Sr. Affonso Collim, chefe da estação, sabendo que, seu noivo, em uma caçada, fora victima de uma catástrophe, que lhe tirou a vida, a desditosa moça, não podendo supportar aquelle momento desesperador, procurou por termo a sua vida enforcando-se.

A infeliz criatura apenas contava 18 annos de idade, e era natural dessa cidade. A família enlutada os nossos pezames.

(A Palavra. Semanário Imparcial. Anno 1. Número 2. Castro/PR. 21 de abril de 1912)

A publicação apresenta outros adjetivos para ela: “destitosa moça”, “infeliz criatura” compactuando com a visão negativa relativa à morte voluntária, mas para Juvenal, seu admirador que elaborou o primeiro texto mencionado nessa seção, ela entregou-se pura ao céu, aos “páramos azues da felicidade”. Há aqui uma interpretação diferente, contrária à crença de condenação eterna da pessoa suicida. Para o autor, a história de amor que envolveu o ato parecia redimir a jovem. Ele menciona o “desastre” que foi sua morte, sem referir-se ao suicídio e nem mesmo à morte do noivo, mas destaca que ela teria se livrado de

¹⁴² Coral Herrera Gómez (2010) ao historicizar os ritos nupciais afirma que a cor branca que se tornou habitual para noivas generalizou-se a partir do século XIX. Antes o vermelho, tinta mais cara, simbolizava riqueza, poder, fogo, sangue, era mais utilizado. Na França, quando Napoleão proibiu a importação de tecidos e tintas ingleses, o uso do branco tornou-se necessário e na Inglaterra, foi a rainha Vitória que ao escolher o branco para seu casamento passou a ser imitada por noivas da nobreza e depois pelas demais. Aos poucos o branco, assim como o véu e a grinalda, passou a simbolizar pureza e virgindade da noiva.

“enganos mundanos” e “illusões da mocidade”, o que sugere uma referência ao noivado com outro homem. Para ele, a lembrança da pureza da menina que o encantava se sobressaía e o fato de ela pôr fim à própria vida, acompanhando o noivo até mesmo na morte, significava honestidade e pureza, o que em sua concepção devia lhe proporcionar felicidade em outra vida e não condenação.

No interessante artigo *Deeper than the death: chaste suicide, emotions and politics of honour in nineteenth-century Korea*,¹⁴³ Jungwon Kim (2014) analisa casos de suicídios de viúvas na Coreia. Havia na região, até o século XIX, uma prática de morte voluntária de esposas após a morte dos maridos e tal ato era considerado sinal de honra, de preservação da pureza pelo acompanhamento do cônjuge até mesmo na morte. O costume foi substituído aos poucos, passando-se a considerar que a dedicação da viúva à família do marido após sua morte e a permanência em castidade dava a ela a mesma dignidade que a da morte voluntária. No Brasil do século XIX, mesmo que tal crença não fizesse parte do imaginário cultural, percebe-se na narrativa acima uma condescendência em relação à morte com tal motivação. Os suicídios supostamente motivados por amor seriam, de alguma maneira, compreendidos, seja porque a sociedade entendia esse sentimento com sublimação ou porque no fundo reconhecia o esforço das pessoas para se adequarem a modelos de vida e relacionamentos exigidos, tendo ciência de que frustrações relativas a isso poderiam ser desastrosas.

Como o suicídio de Elvira ocorreu na cidade de São Paulo não há inquérito no arquivo público de Castro, apenas a nota no jornal por ela ter sido moradora da cidade e ter sido ali sepultada. Neste capítulo, analiso outras histórias encontradas nos inquéritos policiais de Castro de vidas que foram interrompidas depois de supostos desencantos em suas relações amorosas. O intuito é provocar uma reflexão sobre como a imposição social de constituição de um determinado modelo de família, de casamento como objetivo de vida e de idealização do amor romântico podem ter gerado nas pessoas sensações de fracasso e desesperança quando elas não atingiam esses objetivos. A categoria gênero é relevante para pensar esses casos, pois, no contexto em que ocorreram, as delimitações dos papéis sociais faziam emergir angústias de diferentes ordens para eles e para elas. Para as moças os términos de relações amorosas poderiam ter o peso dos sonhos desfeitos, da exposição à comunidade e, por vezes, do julgamento desta quando geravam dúvidas

¹⁴³ Mais profundo que a morte: suicídio casto, emoções e políticas de honra na Coreia do século XIX (tradução minha).

em relação à honestidade delas. Para os rapazes poderiam provocar o constrangimento pelo abandono, rejeição ou traição ferindo a honra, componente considerado importante da masculinidade.¹⁴⁴ Mesmo que as reais motivações destas pessoas para dar cabo à vida não tenham sido o que pensaram e disseram as testemunhas, bem como o que foi registrado nos inquéritos, estas narrativas já configuram o sentido que essas pessoas atribuíam aos relacionamentos e seus termos, pois, para elas, em alguma medida, estas razões poderiam ou explicar ou até justificar o suicídio.

Existem muitas perguntas que ficam sem respostas sobre a vida e a morte das pessoas que aparecem nos inquéritos policiais por suicídio. Os possíveis romances que acabaram em mortes voluntárias em Castro/PR são apresentados com poucas informações, mas são histórias que sugerem amores idealizados que, por não se concretizarem, salientaram frustrações a tal ponto que interromperam vidas. Mesmo sem respostas precisas, problematizar esses casos é fundamental, pois faz refletir sobre a nocividade da ilusão em torno de um determinado ideal de vida e de relacionamento afetivo.

Coral Herrera Gómez (2010) em sua obra *La construcción sociocultural del amor romántico* destaca a necessidade de uma teoria social das emoções, pois elas são componentes fundamentais para o conhecimento do ser humano para além de sua racionalidade. Abordando mitos e representações simbólicas do amor, a autora defende que a sua construção sociocultural influencia as estruturas econômicas e políticas da sociedade ocidental. Em sua pesquisa de doutorado em Humanidades e Comunicação, buscou centrar-se na dimensão cultural das emoções humanas, mais especificamente no que denomina como “amor de casal”, problematizando as crenças românticas de nossa sociedade. Em sua concepção o amor tornou-se um instrumento de controle social útil para perpetuar o patriarcado e a família tradicional nuclear. Para a escritora espanhola o patriarcado separa todas as coisas em pares opostos, homem/mulher, vida/morte, verdade/mentira, “*como si fueran absolutos en si mismos, y no meros aspectos de la más amplia entidad de la vida*” (GÓMEZ, 2010, p. 28). Diferentes formas de existir e se relacionar são negadas nessa binarização que visa constituir modelos considerados certos e errados a serem seguidos ou evitados,

¹⁴⁴ Arthur Schopenhauer (2006) acreditava que as mulheres tinham maior necessidade do amor do que os homens, pois existiam em uma condição de infância contínua. Para o filósofo do século XIX elas precisavam das relações amorosas, pois não conseguiam valer-se por si mesmas, já os homens deixavam-se levar pela necessidade de reproduzir-se.

independente da capacidade das pessoas de sentirem e agirem conforme esses enquadramentos.

Ao pensar a dimensão social e econômica do amor Coral Herrera Gómez (2010, p. 111) destaca que “*El amor romántico se ha vendido a la población moderna durante dos siglos como estado civil ideal cuyo lógico fin ha sido la formación de una familia nuclear tradicional*”. Para ela, o amor romântico colabora com uma ordem social estabelecida, sujeitando os indivíduos ao criar amores normativos ou hegemônicos (o amor heterossexual com fins reprodutivos) e amores ilegais, alternativos ou subversivos (amor homossexual, amor livre, amor entre pessoas de raças ou classes sociais distintas). Nesse sentido, argumenta que existe toda uma indústria do amor que lucra com a promoção da necessidade do romance e da procriação, desde a igreja a hotéis, lojas de presentes, agências de organização de eventos, entre outras.

Mesmo que na antiga Castro da última década do século XIX e primeiras décadas do XX não seja verificável essa mesma lógica comercial, que para mim é muito mais evidente no avançar do século XX e em espaços mais urbanizados, uma idealização do amor era útil para a manutenção de uma ordem familiar e também para aquela economia rural. Como já mencionado, casar as filhas era entendido como uma necessidade, pois significava para as famílias pobres o livrar-se de gastos com sua manutenção em casa. Já para os homens solteiros, o casamento era uma mudança de *status* social a partir da qual se tornavam as figuras de maior autoridade em suas novas casas, seriam os chefes de família com suas esposas que cuidariam deles, das casas e da sua prole, que por sua vez, seria útil para o trabalho na propriedade familiar. Para as mulheres, o matrimônio também podia ser entendido como uma alteração de *status*, não no sentido de autonomia que era conferido aos homens, já que passavam do pátrio poder para o poder marital, mas perante a sociedade ganhavam certa respeitabilidade como esposas/mães. Mesmo que esse respeito fosse dirigido aos seus maridos e não propriamente a elas, a situação poderia ser considerada melhor do que a de jovens solteiras, principalmente quando eram pobres e estigmatizadas como muito suscetíveis à desonestidade. Casar com ou sem amor, portanto, era socialmente e economicamente útil para aqueles sujeitos.

Concordo com Coral Herrera Gómez (2010, p. 257) quando ela defende que as emoções, entre as quais está o amor, podem ser construídas socialmente, podem ser culturalmente aprendidas e apreendidas através de relatos e mitos. Para ela “*el amor y la sexualidad*

humanas son construcciones sociales porque están definidas y reguladas por normas, costumbres, tabúes, prohibiciones, y prejuicios.” As pessoas ouvem falar, fazem leituras e aprendem dentro de suas culturas que determinada coisa, sensação ou situação é boa, desejável ou não. E na ânsia de adequar-se acabam almejando aquilo que é entendido como ideal para o meio em que estão inseridas. Isso não significa negar a existência de paixões, de amor como um sentimento realmente experimentado, mas trata-se de encarar o fato de que grupos sociais criam regras de relacionamentos que são construtos sociais normativos e pessoas aprendem a inibir certos sentimentos e a fomentar outros conforme a conveniência social. O casamento monogâmico e heteronormativo, pautado na construção de uma família nuclear que deveria gerar filhos, era considerado social e economicamente útil para homens e mulheres da antiga Castro, portanto, era incentivado e almejado por pessoas daquela comunidade.

Embora esse modelo de relacionamento se fundamente em uma perspectiva cristã e a sacralização do ato perante um sacerdote fosse também motivada, nem todos os moradores e moradoras tinham condições de casarem-se na igreja, o que não impedia de buscarem aproximar suas práticas das condutas idealizadas. Nos processos por defloramento encontrados no arquivo público da cidade, verifiquei histórias de meninas que aceitaram ter relações sexuais acreditando na promessa de casamento e outras o fizeram como estratégia para se casarem com rapazes que a família não aprovava, mesmo que o casamento fosse realizado apenas na delegacia. Em processos por raptos¹⁴⁵, há histórias de moças que não foram conduzidas violentamente ou enganadas, mas que fugiram com os namorados para livrarem-se de pais agressores ou de condições de pobreza (ESTACHESKI, 2017). Essas uniões não tinham a sacralidade conferida pela comunidade a casamentos oficializados com cerimônias religiosas, mas eram entendidas como oportunidades de uma mudança de condição social, não necessariamente com caráter de melhoria econômica. De qualquer forma, era a relação idealizada de um amor de casal que aparecia como

¹⁴⁵ O crime de rapto era assim definido no Código Penal de 1890: “Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, atrahindo-a por sedução ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos geneticos: Pena - de prisão cellullar por um a quatro annos. § 1º Si a raptada for maior de 16 e menor de 21 annos, e prestar o seu consentimento: Pena - de prisão cellullar por um a tres annos. § 2º Si ao rapto seguir-se defloramento ou estupro, o rapto incorrerá na pena correspondente a qualquer destes crimes, que houver commettido, com augmento da sexta parte.”

espécie de salvação, como uma forma de vida estável que garantiria uma mulher para satisfazer as necessidades de um homem ou um marido para conferir respeitabilidade a uma esposa.

As histórias que seguem revelam outras trajetórias, trata-se de relacionamentos que não se encaixavam nos modelos idealizados ou foram frustrados, interrompidos. São histórias de pessoas que sentiam de forma diferente do que lhes era imposto sentir, que renunciaram a relações que poderiam ser ideais para os padrões da comunidade, mas não traziam satisfação pessoal ou que acreditaram que a outra pessoa lhes traria a segurança de uma relação duradoura e foram enganadas. Os poucos dados encontrados exigem suposições, mas são válidos para argumentar que a carência de ensinar, de incentivar a autonomia ao invés da dependência emocional é nociva, tem feito pessoas sofrerem e por vezes desejarem morrer.

Divido este capítulo em duas partes. Na primeira apresento as histórias de jovens que supostamente acreditaram no amor romântico como sentido da vida e, na segunda parte, aquelas que remetem a uma busca por adequação ao modelo familiar nuclear tendo o casamento como propósito. Cada história permite pensar em questões específicas referentes às pressões sociais relativas a relacionamentos amorosos idealizados e nas transgressões que faziam emergir angústias. Diferenças de condições econômicas separando o casal, a gravidez indesejada em uma relação fora do casamento, a traição da noiva, a esposa que abandonou por não aceitar a violência doméstica, mesmo que socialmente legitimada, e o amor a outra pessoa foram, supostamente, os problemas vivenciados por esses rapazes e moças e foram a gota d'água, que impulsionou a decisão de interromper a vida. Havia mais coisas por trás do desejo e da efetivação da morte voluntária? Evidentemente sim, mas ao terem sido expostas pelas testemunhas, os/as depoentes sugerem uma gravidade maior no entendimento daquela comunidade a ponto de compreenderem que era possível querer morrer por isso.

5.1 “A MORTE CRUEL, NO AFAN DE SEPARA-LAS, UNIU-AS PARA SEMPRE”: A IDEALIZAÇÃO DO AMOR ROMÂNTICO

Em 1937, em Castro, Eduardo relatou à polícia que “ouvindo um tiro e correndo em direção a porta pude presenciar que Sebastião Moura já se achava cahido sobre o assoalho”. Ele havia se suicidado com um tiro e a arma estava ao lado de seu corpo. Eduardo continuou

seu relato dizendo que “em seguida viu que a senhorita Edith Lopes apanhou a mesma arma e levando sobre ao ouvido detonando, cahindo também.”¹⁴⁶ O que houve? O que motivou esse duplo suicídio? Nos registros do inquérito policial não há nada que ao menos tentasse explicar as motivações do ato e nenhuma informação sobre o casal. As testemunhas, três homens casados, relataram que estavam na casa, sem explicar o que faziam lá ou de quem era a residência. Disseram apenas que ouviram os tiros e encontraram os corpos. Pelos dados das testemunhas registrados no inquérito policial não havia nenhum grau de parentesco entre eles e as vítimas. Eduardo foi o único que presenciou a cena do suicídio de Edith ao lado do corpo de Sebastião e afirmou que a jovem não lhe disse uma só palavra.

No Castro Jornal de 24 de dezembro de 1937 a nota sobre o falecimento do casal foi extensa, emotiva e cheia de adjetivos positivos que poderiam revelar uma relação de amizade entre quem escreveu o texto publicado e o casal, mas também podem ser resultado da influência social, principalmente da família do rapaz, naquela cidade. Esse *status* social pode também ter promovido a discricção da polícia nos registros escassos do inquérito policial, não detalhar e não estender comentários seria uma forma de respeito à família. Em casos que envolviam pessoas pobres, prostitutas ou recém residentes na cidade os policiais que escreviam os relatórios eram mais detalhistas e, por vezes, críticos à condição social dos sujeitos. Para as prostitutas, por exemplo, eles não limitavam adjetivos pejorativos. A nota jornalística forneceu informações não encontradas no inquérito:

Falecimentos.

Sebastião e Edith

Tão inesperado e cruel foi o golpe que nos feriu, com o desaparecimento trágico de dois bons amigos: - Sebastião de Moura e Edith Lopes.

Ele, jovem de altas qualidades sociais, estudioso e aplicado, tendo já o curso de Bacharel pelo Ginasio Regente Feijó e cursando a Escola de Odontologia e Farmacia em Ponta Grossa, estimadíssimo em nosso meio, era filho do snr. José H. de Moura, cirurgião dentista nesta cidade, e de sua exma. Esposa d. Gelvira K. de Moura.

¹⁴⁶ Inquérito policial. Suicídio. Sebastião Moura. Caixa: 1937. CCEE. Castro/PR e Inquérito policial. Suicídio. Edith Lopes. Caixa: 1937. CCEE. Castro/PR.

Ela, linda e boníssima, dona de uma grande distinção, vivia no coração da sociedade castrense, onde sempre predominaram seus dotes de bondade e beleza, filha do snr. Licínio Lopes e de sua esposa d. Aninha Lopes.

Hontem namorados apaixonados.

Hoje unidos pela morte.

Esse o destino de duas almas amigas que fugiram para o alem...

Na publicação, o pai de Sebastião teve sua profissão revelada, era o cirurgião dentista da cidade, e sua esposa foi apontada como excelentíssima, já o pai de Edith apenas foi chamado de senhor e sua esposa de dona Aninha, em uma maneira bem mais simples de referência. A influência social do primeiro casal se evidencia nesses detalhes e mesmo não sendo possível afirmar categoricamente que o segundo casal fosse de condições mais humildes, é perceptível a despreocupação do autor da nota no jornal em prestigiá-lo da mesma maneira. Teria sido a diferença de condições sociais um motivo de não permissão da continuidade do namoro o que teria motivado a morte do casal?

Sebastião foi descrito no jornal como um rapaz estudioso que cursava uma graduação na cidade vizinha, Ponta Grossa. Diante dessa informação é possível estabelecer alguns questionamentos: Seu pai teria sido contra o namoro desejando que o filho se dedicasse apenas ao estudo para assumir seu lugar como cirurgião dentista da cidade? No inquérito consta que ele se suicidou antes de Edith, então, ele estaria com ciúmes da namorada que permaneceu em Castro enquanto ele estudava em outra cidade? E ela teria se matado logo depois por remorso por uma suposta traição ou por ser inocente e não querer viver sem ele? Apenas suposições sobre a motivação do duplo suicídio são possíveis, mas as delimitações de gênero, por sua vez, ficam evidenciadas na notícia sobre o caso. Enquanto na descrição do rapaz as características apresentadas referiram-se à sua competência de estudante aplicado com “altas qualidades sociais”, Edith foi descrita no jornal como linda, boníssima e com grande distinção, predominando “seus dotes de bondade e beleza”. O estereótipo de homem capaz e reconhecido pela sociedade foi reforçado para ele, enquanto para ela, embora também tenha se afirmado que era socialmente reconhecida, o que se repetiu foi o elogio à sua aparência, considerada bela, e à sua bondade. Esses atributos eram considerados apropriados para uma

jovem, sendo irrelevante mencionar se também estudava ou se tinha outras competências, pois ser bela e gentil seriam qualidades suficientes para conseguir um casamento, tornar-se esposa e mãe, adequando-se aos ideais de vida estabelecidos.

A morte prematura e voluntária dessas duas pessoas parece ter comovido aquela sociedade e na mesma edição do Castro Jornal há mais uma publicação sobre o ocorrido. Desta vez é na prosa poética dedicada ao casal escrita por alguém que assinou apenas 'Iára', sobre quem não encontrei maiores informações.

Flôres que fenecem

A' imperecível memória da boa amiga Edith e do meu colega Sebastião, ofereço.

Chove ouro do céu. O sol, tesouro inexgotável, derrama-o em cascatas sobre a terra.

Como um afago morno, vêm os raios de luz, apaixonadamente aconchegar-se às flores de um formoso jardim; conjunto das mais raras qualidades, onde há corolas delicadamente matisadas que encantariam qualquer autómamo. O rubro vem desmaiando suavemente para o nacarado. A azul-safira, escala de mansinho coloridos vários até alcançar o branco-azulado. Na profusão dessas côres magníficas, salienta-se um lírio, cuja alvura imaculada atrai logo os primeiros olhares. Tão singelo e tão lindo. Símbolo da virtude.

A seu lado, dobra-se solícito um cravo róseo. Traz em cada pétala uma promessa de vida; o verde de sua haste representa a luz de uma esperança.

Tão felizes as duas flores; esquecidas dos espinhos aguçados das rosas ou do veneno ameaçador do antoro.

A brisa acariciadora sopra de leve procurando aproximal-os mais e mais.

De súbito, uma rajada de vento, tomada de inveja ao contemplar tanta ventura impetuosa e rápida como um raio, deita-as por terra, sem piedade.

O sol horrorizado procura esconder-se no horizonte para não presenciar cena tão desoladora. Uma rola geme condoída pela triste sorte das duas flôres que jazem fenecidas; uma bem junto à outra.

A morte cruel, no afan de separa-las, uniu-as para sempre.
 Lára.

Longe de querer me aventurar na crítica literária, entendo que alguns elementos são significativos na narrativa. A metáfora das flores que são belas, mas breves aludindo ao casal que morre prematuramente é acompanhada da relação entre a vida e, mais especificamente o romance do casal, com o jardim que embora formoso, não ficava imune a espinhos e venenos. O sol, como o amor sustentava e coloria a união, mas esta foi abalada pelo vento forte e impiedoso, responsável por trazer sofrimento e morte. A menção à felicidade das duas flores que se esqueceram dos espinhos e venenos sugere que havia algum impeditivo para aquela relação, talvez uma diferença social, econômica que tornava o casamento inviável ou indesejável para familiares e foi esquecida ou ignorada, mas depois veio à tona. Ou a inveja apontada como motivação da rajada de vento teria sido a alusão a uma fofoca que causou intriga entre o casal? Edith foi comparada ao lírio branco, imaculado, singelo e lindo, símbolo da virtude que atraía olhares, era desejável, mas foi descrita como uma jovem honesta. Sebastião seria o cravo que em cada pétala trazia promessas enquanto a haste verde trazia esperança, um jovem competente e viril que representava um casamento promissor. O texto sublima a relação como representativa de um romance a ser almejado e finaliza destacando que mesmo a morte não seria capaz de separar aquelas duas pessoas.

Morrer de amor? Morrer por amor? Alain Corbin (1991, p. 593) ao analisar dados sobre suicídios ocorridos na França do século XIX destaca que “depois da enfermidade mental, as causas agrupadas sob as denominações ‘amor, ciúmes, mau comportamento’ precedem a miséria e os problemas familiares na hierarquia dos motivos aos quais se atribui a morte dos indivíduos que se suicidaram entre 1860 e 1865”. Os inquéritos que analiso constituem um número menor de casos que apresentam os romances e suas frustrações como motivações para o suicídio. Mesmo assim, não podem ser desprezados como elementos que revelam construções sociais que oprimem. A imposição do casamento como um degrau para a respeitabilidade conduziu pessoas a manterem-se em relações conflituosas até a morte, pelo receio da solidão ou do julgamento social, como Marceliana que era constantemente agredida pelo marido¹⁴⁷ ou Emília que orquestrou um acordo financeiro para

¹⁴⁷ Inquérito policial. Suicídio. Marceliana Nunes de Moraes. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.

poder se casar¹⁴⁸. A indicação da relação amorosa como um sinônimo de felicidade e completude da vida é também problemática, e pode ter feito pessoas entenderem que não havia vida satisfatória sem essa experiência.

Na ficção, o duplo suicídio de Romeu e Julieta cativou o público por gerações. Na trama, morreram um pelo outro, pois a morte seria preferível a uma vida em que não pudessem ficar juntos. A obra de William Shakespeare, de 1597, é repetida em versões das mais diversas ao longo do tempo apresentando a ideia de um amor que ultrapassa os limites da vida, cativando incautos. A morte de Sebastião e Edith foi também romantizada nas páginas do jornal, da mesma maneira que a peça teatral shakespeariana, sugerindo uma sublimação da experiência romântica perigosa, pois fomenta a dependência do outro para continuidade da existência.

A proposta de um amor que se doa por inteiro, de um amor que completa o/a outro/a, sem o qual não faria sentido viver, tem criado relacionamentos ou a necessidade de relacionamentos que aprisionam. Primeiro, criando a concepção de pessoas incompletas e incapazes de realização pessoal fora de uma relação amorosa e, segundo, fazendo com que pessoas se submetam a relacionamentos que tolhem suas liberdades. Para muitas pessoas, a necessidade de manutenção de uma relação amorosa faz com que até mesmo a escolha das roupas, das atividades, das amizades, as situações cotidianas, passem a ser comandadas pelo olhar do/a outro/a e não mais pelos interesses individuais. Sujeitos abrem mão de coisas por um amor que nem sempre se doa da mesma maneira e quando se doa transforma o casal numa espécie de ilha, passando de sujeitos a sujeitados um ao outro e a um relacionamento. Outras pessoas vivem a angústia da necessidade de encontrar esse tipo de amor idealizado, superestimado e não alcançar tal intento provoca sofrimento, pois faz com que se sintam piores do que as outras pessoas que estão em relacionamentos amorosos.

De onde advém essa necessidade de uma relação amorosa? Fábio Henrique Lopes (2008, p. 107) analisa o discurso médico do Dr. Figueiredo Jaime que em 1836 em sua tese “distinguiu dois tipos de paixões: as bem dirigidas e as nocivas à vida”. Para o médico, a Providência Divina dava afetos para a alma e assim ocorria a preservação da espécie, mas esse é um argumento facilmente rebatido já que apenas a relação sexual é necessária para essa preservação e não necessariamente à relação afetiva. A construção sociocultural do

¹⁴⁸ Inquérito Policial. Suicídio. Paulo Panek. Caixa: 1936. CCEE. Castro/PR.

romance idealizado e normatizado é perceptível no próprio discurso do médico, que para um tipo de paixão – aquela que perpetua as relações heteronormativas com fins de procriação – confere o sentido de preservação da vida. Já para outro, que não se adequa aos padrões estabelecidos, imputa o sentido da perturbação, nocividade e morte. A idealização do romance se constitui por caminhos que ultrapassam a necessidade de satisfação de desejos sexuais ou de procriação. O anseio por um amor perfeito é produzido socialmente como uma maneira de controle social, como já argumentei e bem defendeu Coral Herrera Gómez (2010, p. 253), “*las emociones son aprendidas en la cultura, a través de los relatos y los mitos*”.

Sandra Pesavento (2008, p. 92) salientou que as pessoas “apreendem a sentir e qualificar suas sensações e emoções através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro”. Os diferentes discursos moldam as relações sociais e assim o discurso religioso visa padronizar ações baseando-se em uma determinada ideia de moralidade; o discurso jurídico, busca regular o comportamento humano e estabelecer alguma ordem social. Evidentemente, os discursos são construídos dentro de uma lógica social. As leis são criadas devido ao comportamento social que as inspira e o discurso moral religioso é construído também a partir de demandas cotidianas. A justiça, a igreja, a família, a escola, as mídias, são instituições que são influenciadas e influenciam o comportamento humano. A construção social do amor romântico também visou e visa a controlar a nossa sociedade ocidental estabelecendo relações consideradas adequadas e ordeiras, condenando outras à clandestinidade.

Seguindo a mesma lógica da elaboração social das emoções que através de narrativas e simbologias sustenta a necessidade de determinadas experiências afetivas, emergiu a premissa de que não se deve publicizar casos de suicídio devido ao medo da reprodução do lido ou do ouvido. Nessa perspectiva o suicídio seria culturalmente apreendido como forma de solução para dilemas. Paula Fontenelle dedica um capítulo de seu livro *Suicídio: o futuro interrompido* (2008) para a reflexão de como a mídia deve abordar o tema pensando no impacto social, e nele ela destaca que alguns livros que tratam do assunto, de forma ficcional ou não, já foram apontados como desencadeadores do aumento do número de suicídios. Na França o livro já mencionado, *Suicídio: modo de usar*, de Claude Guillon e Yves Le Bonniec, foi primeiramente censurado devido a isso. Séries jornalísticas também são problematizadas pela autora que entrevistou o jornalista Laurindo Ferreira, participante de uma série de reportagens para o

Jornal do Commercio, de Recife, sobre uma casa de estudantes onde ocorreram casos de suicídios. Após a veiculação das matérias, um suicídio e uma tentativa ocorreram no local no prazo de uma semana e o jornalista relatou que depois disso passou a acreditar “que diante de uma pessoa vulnerável, a publicidade muito explícita sobre suicídio favorece quem está nessa área de risco a fazer o mesmo.” (FERREIRA *apud* FONTENELLE, 2008, p. 219).¹⁴⁹ Evidentemente, não há um consenso em relação a isso, no entanto, vários manuais para a imprensa sobre como se deve ou não noticiar os casos têm sido publicados.¹⁵⁰

Fábio Henrique Lopes escreve sobre as tentativas do discurso médico no século XIX de controlar a produção de obras literárias que abordassem o tema. “Era preciso impedir que possibilidades diferentes de conceber o suicídio fossem produzidas e construir uma tática para que a sociedade pudesse responder de forma ordenada e orientada ao problema do suicídio.” (LOPES, 2008, p. 156). A literatura não apresentava a pessoa suicida como louca, sua figura era romantizada e a imprensa divulgava os meios utilizados pelas pessoas suicidas e, por vezes, as razões que motivaram tal ato. O receio médico era de que tais informações estimulasse repetições das práticas, seja porque pessoas poderiam sentir-se representadas nos dramas das personagens, querendo imitá-las, seja porque poderiam sentir-se encorajadas pelos casos reais para uma ação que já atormentava seus pensamentos.

Fábio Henrique Lopes (2008, p. 159) salienta que a literatura era encarada como “fonte de paixões e perturbações” e a leitura, principalmente a de romances, era entendida como um risco. O autor analisa a obra do médico Julio de Freitas Albuquerque, escrita em 1858, para quem as causas da monomania, quando um único pensamento ou ideia absorve a mente do sujeito, eram divididas em predisponentes e determinantes físicas ou morais. As pessoas poderiam tornar-se suicidas, nesse raciocínio, devido a determinadas profissões, sedentarismo, viuvez, celibato ou então por questões físicas, causadas por excessos, e morais, por paixões, ódio, ciúmes e “exaltação da imaginação produzida por espetáculos, leituras, sociedades ou conversas.” (LOPES, 2008, p. 161).

¹⁴⁹ Recentemente, a série da televisão estadunidense *13 reasons why?* (2017), assistida principalmente pelo público adolescente, recebeu críticas por romantizar o suicídio e não apresentar outras possíveis soluções para os dramas das personagens, o que teria estimulado adolescentes a também cometerem o ato.

¹⁵⁰ A Organização Mundial da Saúde publicou um manual, disponível em: http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_media_port.pdf.

A obra de Johan Wolfgang Goethe, *Os sofrimentos do jovem Werther*, escrita em 1774, um romance epistolar em que o personagem narra ao amigo suas dores por um amor impossível que culmina no ato suicida, teve grande repercussão em toda a Europa. Fábio Henrique Lopes (2008) escreve sobre a *febre wertheriana* que ia desde o uso, por leitores, de roupas semelhantes às do personagem, à influência da obra sobre escritores do século XIX e a uma série de suicídios inspirados na trama romântica.

O papel essencial da *revolução romântica* fora o de fazer da literatura não um acessório da vida, mas um modo de vida em si. Foi assim que para o público leitor Werther não era um personagem, mas um modo de vida que criava todo um estilo de sentimento intenso e de desespero. (LOPES, 2008, p. 186 citando a obra de A. Alvarez, *Le dieu sauvage. Essai sur Le suicide*, de 1972)

A romantização das histórias de suicídio transformava personagens que cometiam o ato em uma espécie de heróis ou mártires do amor. Em seu texto *Morrer de amor: Neco, Chiquinha e a estrhichina*, Sandra Pesavento (2008) constrói sua narrativa pautando-se na análise de um duplo suicídio. Ela optou por uma escrita sobre o que chama de “amor contrariado”, estabelecido quando proibições sociais para o relacionamento inspiram um pacto de morte. A autora também recorre à trama de Romeu e Julieta como inspiradores de condutas. Para ela, a leitura “fixa padrões e valores” que pautam ações quando invadem o real e despertam sensações. A literatura é encarada como geradora de sentimentos que por sua vez mobilizam comportamentos e, em contrapartida, a literatura se apropria de acontecimentos devolvendo-os no formato de romances para o público leitor. A literatura de cordel explorada por Durval Muniz de Albuquerque Junior no texto *Quem é frouxo não se mete* (1999) é um exemplo interessante da questão, os cordéis apresentam histórias de morte e dor que são narradas e cativam o público que, por sua vez, apreende a moral da trama a considerando em situações do cotidiano.

A maioria das pessoas envolvidas nos casos de suicídio que analiso não sabia ler e escrever. Como então argumentar a influência literária em suas vidas? As narrativas se propagam de formas diversas, as histórias são contadas e recontadas. Nas regiões interioranas de comunidades com poucos recursos, as rodas de chimarrão, de conversa

‘ao pé do fogo’ ou o balcão da bodega¹⁵¹, eram espaços de sociabilidade, de entretenimento e de aprendizagem. O contador de causos era figura apreciada e por ele as histórias chegavam às demais pessoas. Nem sempre o contador sabia ler, mas ouvia histórias durante as andanças na região tropeira e quando um acontecimento inusitado ou considerado trágico ocorria nas redondezas, transformava-se em assunto para muitos grupos. Histórias, lendas e ficções podiam ser divulgadas em livros, jornais ou pela oralidade. Romeu, Julieta ou Werther podem não ter inspirado diretamente as ações das pessoas em Castro/PR no século XIX, mas narrativas romanceadas de histórias semelhantes certamente faziam parte de suas vidas, assim como os discursos de amor eterno prometido diante de Deus nas Igrejas.

Ao analisar os casos de suicídios noticiados em jornais de Porto Alegre do final do século XIX, Sandra Pesavento (2008) ressalta que os casos de amor, ciúme ou desilusão eram os que rendiam maiores notícias e comentários. Os jornais do período aproveitavam tais acontecimentos para criar “notícias romanceadas e de estilo folhetinesco” (PESAVENTO, 2008, p. 98) como as publicações do Castro Jornal relativas às mortes de Elvira, Edith e Sebastião. Essas narrativas se não estimulavam o suicídio, fomentavam a idealização do amor romântico que ultrapassaria os limites da vida.

Para Sandra Pesavento (2008) os casos de suicídio por amor, como ela os denomina, ocorriam majoritariamente fora do casamento, envolvendo, por exemplo, prostitutas que se envolviam emocionalmente com sujeitos com quem não podiam manter uma relação amorosa. A história de Ercília e Álvaro aproxima-se desta constatação. A jovem apontada como meretriz teria se matado por ciúmes de seu amante ou pela constatação de que não teria com ele um relacionamento duradouro com comprometimento emocional de ambos.¹⁵²

Outras formas de desilusões amorosas poderiam provocar o desejo de morte e a história de Elcídia¹⁵³, que se suicidou ingerindo veneno, é representativa disso. A nota de falecimento publicada no jornal não foi romantizada como os casos anteriores:

No dia 7 do corrente, às 21 horas, na rua Martins, suicidou-se por envenenamento, ingerindo forte dose de formicida, a doméstica de nome Elcídia

¹⁵¹ Armazém de região interiorana que possuía uma variedade de produtos para venda, desde alimentos a materiais de construção e vestuário.

¹⁵² Inquérito Policial. Suicídio. Ercília Martins. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.

¹⁵³ Inquérito Policial. Elcídia de Oliveira Santos. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.

de Oliveira Santos, solteira, com 18 anos de idade, natural do Pirai. Era filha do snr. Severiano de Oliveira Santos e d. Marcolina de Oliveira Santos, residentes no município de Pirai.

Pelas cartas deixadas e mais indícios, tem-se a conclusão de que os motivos foram seus amores contrariados.

Foi aberto inquérito a respeito, na polícia local. (Castro Jornal, X Ano, Número 493, 09 de novembro de 1940).

Elcídia não foi comparada a uma linda flor, como Edith, e nem exaltada como a virgem que ri do mundo e alcança felicidade na eternidade, como Elvira. Ela foi descrita apenas como doméstica, solteira, de 18 anos. As cartas de amor encontradas com ela poderiam ter sido exploradas para mais um romance publicado no jornal, no entanto, diferente das histórias anteriores, o suicídio de Elcídia não foi motivado pela morte de seu namorado ou noivo e por isso não seria socialmente redimida. A nota destacou que “pelas cartas deixadas e mais indícios, tem-se a conclusão de que os motivos foram seus amores contrariados”. Ao colocar amores no plural já indica que ela havia rompido um código de conduta considerado adequado, seus sentimentos não se encaixavam no ideal normatizado das relações afetivas e ela teria mais de um amor em sua vida.

Entre 1918 e 1921 a autora socialista Alexandra Kollontai escreveu os textos que compõem a obra *A nova mulher e a moral sexual* na qual critica o matrimônio em sua dimensão indissolúvel. Para ela a sociedade da época obrigava as pessoas a buscarem a felicidade, entendida como o relacionamento conjugal; no entanto, a moral exigia que ela fosse encontrada na primeira tentativa, já que não poderia haver equívoco na escolha. E argumenta:

Quando um ser humano se equivoca na sua escolha, principalmente se o ser que vacila e se perde na busca do ideal é a mulher, a sociedade, tão exigente e deformada pela moral contemporânea, não o acode. Pouco importa à sociedade que a alma e o coração de uma mulher que se equivoca, se destroem no fragor das decepções. Não a ajudará, mas, ao contrário, a perseguirá com fúria vingativa para, inexoravelmente, condená-la. (KOLLONTAI, 2011, p. 32).

Elcídia, aparentemente, não tinha as certezas que dela eram exigidas em relação a um amor que deveria ser eterno. Os peritos a encontraram na cama, em seu quarto de empregada, “trajando um vestido de chita a fantasia de cor alaranjada, vestindo também um casaquinho de tecido preto”. Roupas simples da jovem pobre que foi de Pirai para a cidade vizinha Castro para trabalhar como doméstica. Com ela encontraram uma carta:

Castro, 24 de outubro de 1940

Saudações

É com emenso prazer que pego na pena pr dar-te minha simpres e amavel cartinha, qual meu pobre coração esta aqui e chama por tua causa.

Elcídia eu quero uma pequena faze, da tua para dizer ao meu serio pensamento porque honte voce estava nervosa comigo, mãs eu não sei se era voce ou a tua patroa que estava nervosa comigo, mais nervoso fiquei eu.

Erçidia peço pra voce mandar a resposta, e voce resolva o teu amor, que o meu esta resolvido. E se voce quiser o casamento, voce me escreva logo... (vire)

que domingo eu vou falar com o teu cunhado.

No mais aceite muitas lembranças e fortes abraços.

Valdomiro Rodrigues da Silva...

O bilhete foi escrito no dia 24 de outubro de 1940, 14 dias antes de sua morte que ocorreu no dia 07 de novembro. Nele constata-se que Valdomiro estava preocupado com um encontro no dia anterior que parece ter sido tenso entre os dois, mas estava disposto a se casar com ela e esperava resposta. O patrão de Elcídia relatou que a jovem havia lhe dito que “era noiva de um soldado chamado Valdomiro de Tal e que sempre recebia carta do mesmo”, disse ainda que poucos dias antes do suicídio ela teria “queimado uma carta que o depoente não sabia o conteúdo”, não relatando também se a carta era de Valdomiro ou de outra pessoa. Rosa, outra testemunha, afirmou em depoimento “Que Elcidia falara para todos que tinha vontade de se matar, e que já há dias tinha contado a algumas amiguinhas que a depoente não sabe o nome dellas”. Rosa narrou também que a jovem “lhe contou tinha um namorado que se chamava Aristides que era soldado do segmento dessa

cidade”. Valdomiro e Aristides, supostamente, a jovem tinha dúvidas entre esses dois relacionamentos e por isso o noivo deve ter lhe escrito: “e voce resolva o teu amor, que o meu esta resolvido”. Teria sido essa dúvida que a angustiava fazendo-a falar em morte?

Ao ser ouvido pela polícia, Valdomiro narrou que:

Que conheceu a vítima desde quando era ainda criança isso em Pirahy onde residiam e mais tarde mudou-se para Ventania não tornando mais vel-a que ultimamente ao vir o declarante servir em Regimento encontrou-se novamente com a victima e dahi começou entre o declarante e a victima um namoro e até mantinham correspondência e que era intenção do declarante assim que obtivesse baixa do serviço militar contrahir matrimonio com a victima que a um mez antes da victima ter praticado este acto tinham rompido esse namoro com a mesma a pedido da própria victima, que faziam quinze dias que o declarante estava baixado a enfermaria do Regimento quando Elcídia suicidou-se e só no outro dia é que veio a saber do acto do suicídio, que desde que romperam o namoro nunca mais escreveu a Ella e que a carta que lhe foi investigada e de sua autoria; que Elcídia nunca manifestou ao declarante intenção de praticar esse acto transtornado e que sempre considerou a victima como uma pessoas de bem muito honesta apesar de terem rompido a muito tempo como já disse; não sabendo o declarante qual o motivo desse gesto.

As intenções do rapaz pareciam coniventes com o modelo esperado, ele queria casar-se com a moça que conheceu na infância e se relacionava com ela por cartas em um noivado aparentemente recatado. Há uma contradição, porém em seu depoimento, pois ele relatou que romperam o relacionamento um mês antes do suicídio de Elcídia e que a partir de então não escreveu mais a ela, no entanto, a carta encontrada com ela datava de 14 dias antes de sua morte e nela ele sugere que tinha se encontrado com ela um dia antes. Possivelmente ele queria distanciar-se de uma possível responsabilização em relação à sua morte e negando que manteve contato em dias próximos ao suicídio, ele não teria como ter causado tristezas ou dores que a fizessem querer morrer. O

sentimento de culpa pode assolar pessoas próximas, muitas ficam remoendo pensamentos tentando imaginar o que poderiam ter feito para aquilo não acontecer, enquanto outras buscam justificar para as outras pessoas e para si mesmas que não poderiam ter feito nada.

Elcídia estava com a carta escrita por Valdomiro no momento em que ingeriu veneno, o que revela que aquelas palavras, aquele relacionamento eram, de alguma maneira, significativos para ela. Teria lido novamente a carta e se arrependido de não ter respondido afirmativamente ao pedido de casamento? Teria rompido o relacionamento com Valdomiro, que parecia ideal no sentido de socialmente aceito, em nome de uma paixão por Aristides que acabou, por alguma razão, se frustrando? Estaria ela sendo pressionada a decidir entre um e outro quando somente queria relacionar-se sem outras formas de compromisso? Ou queria ela um amor romântico idealizado com Aristides, mais empolgante do que a vida respeitável de senhora casada com Valdomiro? Impossível saber ao certo, mas esses amores contrariados ou socialmente contrários ao esperado foram apontados como motivação de sua morte e revelam que as experiências afetivas, aquelas vividas pelos sujeitos, não cabem nas delimitações sociais. As pessoas podem buscar adequações, mas o sentir humano é muito mais complexo.

A idealização do amor romântico gera expectativas irreais em torno das relações afetivas, de completude somente em relação ao outro¹⁵⁴, de primazia em relação a qualquer projeto de vida. Tais expectativas podem manter pessoas em relacionamentos abusivos quando mascararam violências ao fazer, por exemplo, com que o ciúme seja encarado como ato de amor e a proibição de sair ou de vestir determinada roupa sejam entendidas como formas de proteção e não de tentativa de submeter. Atitudes que hoje consideramos abusivas, embora verifiquemos sua permanência em muitas relações, eram entendidas como apropriadas na Castro do século XIX e início do XX, mas a legitimação dessas ações não significa que não faziam sofrer.

Os casos encontrados no arquivo em que as testemunhas relataram as relações afetivas como motivação do suicídio não são muitos, mas é também possível que pessoas cujas testemunhas disseram não haver motivo para desejarem a morte, sofressem por não terem

¹⁵⁴ Alexandra Kollontai (2011, p. 43) afirmou que a sociedade do início do século XIX vivia “sobre o sombrio signo da paixão, sempre ávida por devorar o eu do outro”. Para a autora esse amor idealizado não se constituía em um amor solidário e sim possessivo e, portanto, prejudicial.

alcançado a experiência do amor romântico que supostamente salvaria ou daria sentido à vida. Estas reflexões não significam descrença na capacidade humana de amar e de viver experiências românticas, mas constituem uma crítica a uma educação que move meninas a esperarem a vinda do príncipe encantado salvador, sem o qual suas vidas não serão felizes¹⁵⁵. Já em 1792, Mary Wollstonecraft (2016) alertava para a necessidade de uma educação para a autonomia das mulheres, para que aprendessem que não precisavam depender de homens para sobrevivência e felicidade. No início do século XX, Alexandra Kollontai (2011, p. 47), compreendendo também que a educação para a dependência emocional feminina era causadora de sofrimentos, destacou que

A educação contemporânea somente tende a limitar, na mulher, os sentimentos de amor. Esta educação é a causa dos corações destruídos, das mulheres desesperadas, que se afogam na primeira tempestade. É preciso que se abram para a mulher as múltiplas portas da vida. É preciso endurecer seu coração e forjar sua vontade. Já é hora de ensinar à mulher a não considerar o amor como a única base de sua vida e sim como uma etapa, como um meio de revelar seu verdadeiro eu.

Essa mesma educação que limitava e limita mulheres causa sofrimentos também para homens, pois ao aprenderem que relacionamentos afetivos são lugares para exercício de poder, transformando relações em aprisionamentos, frustram-se quando, por diferentes razões não conseguem exercer esse papel.

Narrei aqui histórias de pessoas que no século XIX viveram relacionamentos amorosos intensos, entendidos pelas pessoas com quem conviveram como motivações da vida e da morte, as próximas histórias referem-se a pessoas que aparentemente queriam viver relações afetivas

¹⁵⁵ Renata Santos Maia em *(Re)desenhando o feminino: representações de princesas no cinema de animação* (2016) produz uma interessante reflexão sobre o tema, demonstrando como as animações se transformaram recentemente, superando as narrativas sobre personagens femininas submissas e apresentando histórias de princesas que não têm mais o par romântico ou a maternidade como questões centrais. As novas narrativas valorizam a autonomia das personagens e as tiram de papéis meramente passivos. Para a autora essa mudança é significativa considerando que os contos de fadas “foram, durante muito tempo, em diversos lugares do mundo, um dos canais de transmissão de valores e ensinamentos para a vida, e possuem, até hoje, um caráter pedagógico que, além de revelar traços do humano, também comunicam exemplos de conduta que facilitam o convívio social.” (MAIA, 2016, p. 51).

legitimadas pelo casamento, mas que por diferentes razões não conseguiram e o suposto fracasso nesse objetivo foi apontado pelas testemunhas dos inquéritos policiais como motivação do suicídio.

5.2 “O MALOGRO DE UM CASAMENTO”: A BUSCA POR ADEQUAÇÃO SOCIAL E RESPEITABILIDADE PELO CASAMENTO

O casamento representava mais do que a união de duas pessoas por laços afetivos, aliás, nem precisava dessa afetividade sempre, o que se almejava era a respeitabilidade possibilitada pelo casamento e a formação de uma família tradicional, nuclear, mas com possibilidade de composição com mais integrantes. Por família nuclear considero aquelas formadas pelo casal heteronormativo com sua prole, com a figura do pai como representação de autoridade e da mãe como cuidadora. Esse modelo idealizado era, no século XIX, ainda mais exaltado quando legitimado pela Igreja com o matrimônio, o que não significava uma constante na vida prática, especialmente entre pessoas das classes populares, pois essa formalização da união exigia recursos nem sempre disponíveis¹⁵⁶. Os inquéritos policiais de Castro revelam a existência de uniões não legitimadas pela igreja ou pelo Estado nas composições familiares, Nicolau e Olimpia, por exemplo, viviam amasiados¹⁵⁷.

Eni de Mesquita Samara (2002) traça uma trajetória da família brasileira desde o período colonial e argumenta que até o século XIX no Brasil “a autoridade do chefe da família aparece como legítima na literatura e nos documentos da época, o que não significa que estes papéis, necessariamente, devessem existir dentro da rigidez com que estavam estabelecidos.” (SAMARA, 2002, p. 2). A autora ressalta que no século XVIII as alterações na estrutura econômica do Brasil afetaram a sociedade refletindo no estilo de vida de seus habitantes. A mineração

¹⁵⁶ Sobre as relações de concubinato no Brasil é muito interessante a obra de Rangel Cerceau Netto *Um em casa de outro* (2008) que apresenta diferentes configurações familiares no século XVIII. Em relação a um período histórico mais recente, indico a obra de Vânia Nara Pereira Vasconcelos *É um romance minha vida* (2017), sobre a trajetória de uma casamenteira do sertão baiano no final do século XX. Trata-se de uma narrativa sobre experiências de uniões afetivas que não se realizavam na igreja ou no cartório e sim por uma casamenteira diante de testemunhas, prática comum entre pessoas pobres do sertão. Especificamente sobre o século XIX a obra já citada de Richard Miskolci *O desejo da nação* (2012) e o livro *As mulheres, o poder e a família* de Eni de Mesquita Samara (1989) contribuem para a reflexão sobre as organizações plurais das famílias brasileiras.

¹⁵⁷ Inquérito Policial. Tentativa de Suicídio. Nicolau Palermo. 1912. CCEE. Castro/PR.

deslocou o eixo econômico do nordeste para o sul e atraiu muitas pessoas para a região mineira onde proliferaram os concubinatos, as uniões ilegítimas e as casas chefiadas por mulheres solteiras com filhos/as. A região paranaense que se constituiu a partir do tropeirismo também apresenta essas características, somando-se ainda casos em que mulheres assumiam uma postura mais ativa em negócios da família. Mulheres de tropeiros acompanhavam, por vezes, as tropas nas viagens ou ficavam nas fazendas ocupando-se da administração e da recepção de viajantes, como registrou Auguste de Saint Hilaire (1978) em *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 80) também afirma que mulheres da região sul “frequentemente ocupavam uma posição de destaque na direção dos sítios e fazendas, tendo em vista as contínuas ausências de seus maridos, envolvidos no tropeirismo”. A existência, porém, dessas mulheres administrando propriedades e negócios familiares não pode ser entendida como modelo de estrutura familiar dominante, pois os estereótipos de gênero nos núcleos familiares predominavam, tendo o pai como homem/provedor/dominador e a mãe como mulher/cuidadora/submissa e isso em uniões legalizadas ou não entre pessoas ricas ou pobres.

Para Richard Miskolci (2012) o século XIX reforçou o incentivo ao casamento legitimado e o modelo de família nuclear como idealização. O sociólogo aborda o espaço urbano e sugere que esse processo era entendido como uma superação de modelos familiares agrários baseados em famílias extensivas unidas por necessidades econômicas. O termo ‘família extensiva’ refere-se à análise de Gilberto Freyre que, em *Casa Grande e Senzala* (1998), descreveu os arranjos familiares do sertão nordestino onde famílias abastadas não tinham apenas pai, mãe e filhos/as, mas também empregados/as, agregados/as e escravos/as. As famílias rurais de Castro/PR do século XIX não eram extensivas seguindo esses parâmetros, embora houvesse famílias ricas com grande número de escravos/as¹⁵⁸ ou empregados/as, no período posterior à abolição, e agregados. Grande parte das famílias castrenses, no entanto, era nuclear e viviam da agricultura de subsistência desenvolvida pelo trabalho dos próprios membros da família. O que constatei nas fontes como elemento diferenciador na composição dessas famílias nucleares foi o acolhimento de familiares que necessitavam de um lugar para viver/sobreviver, como a tia doente de Robertina¹⁵⁹, a

¹⁵⁸ Ver a já mencionada tese de Ilton Cesar Martins (2011).

¹⁵⁹ Inquérito Policial. Suicídio. Joaquina Maria de Lara. Caixa: 1926. CCEE. Castro/PR.

mãe de Olinda¹⁶⁰ ou sobrinhas¹⁶¹ como Maria da Glória¹⁶², cuja história será narrada adiante. Essa configuração me faz preferir o termo família tradicional, pois embora respeite a hierarquia, os papéis da família nuclear, pode acolher mais pessoas, além de seu núcleo, mesmo não sendo a família extensiva, descrita por Gilberto Freyre (1998). Nesse contexto, muito mais rural do que urbano, também circulava a idealização do casamento, talvez não nos mesmos moldes apresentados por Miskolci (2012, p. 160) como “fruto de necessidades mais espirituais, civilizados e superiores, de forma a se tornar um ‘abrigo’ da competitividade do mundo do trabalho e da política”. Para aquelas pessoas a formação de uma família tradicional tinha outros sentidos, morais, considerando a predominância da religiosidade cristã; econômicos, pois a mão de obra era familiar; e sociais, pois homens e mulheres casados eram considerados mais respeitáveis e tinham maior prestígio do que as pessoas solteiras.

Formar uma família tradicional significava mudar o *status* social, como já argumentei, tanto para as mulheres, no intuito de se tornarem respeitáveis esposas e mães, como para os homens que passavam a ser vistos como chefes de família, figuras de autoridade. Havia então uma pressão social para o casamento, legitimado ou não, dependendo das condições econômicas dos sujeitos. Uma mulher que ficasse solteira poderia ser entendida como peso econômico para a família, sem mencionar o constante perigo da ofensa à honra familiar, caso ela perdesse a virgindade fora do casamento, e um homem que permanecesse solteiro por muito tempo possivelmente seria apontado como sujeito irresponsável e poderia ter sua virilidade questionada.

Era comum que casamentos acontecessem entre pessoas bem jovens e meninas de 15, 16 anos já podiam se casar e exercer a maternidade. Para os pais, esses casamentos, que hoje entendemos como precoces, eram até preferíveis, pois a responsabilidade não apenas com a manutenção financeira, mas principalmente com a honra da menina, passava logo para o marido. A experiência do romance, do amor romântico, podia ser sonhada, mas o casamento, com ou sem esse

¹⁶⁰ Inquérito policial. Suicídio. Olinda Ayres. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.

¹⁶¹ Embora atuassem como empregadas nas casas, essas sobrinhas não eram assim chamadas e provavelmente não recebiam salário por seus serviços, mas apenas o sustento e o lugar para morar. Eram, portanto, integrantes da família, diferente do caso de Lúcia ou de Elcídia, que eram empregadas e não faziam parte da configuração familiar. (Processo crime. Defloração. Lucia Maria Novaes. Caixa: 1906. CCEE. Castro/PR; Inquérito policial. Suicídio. Elcídia de Oliveira Santos. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.)

¹⁶² Inquérito Policial. Suicídio. Maria da Glória. Caixa: 1907. CCEE. Castro/PR.

sentimento, era almejado como um objetivo primordial da vida adulta e não o atingir poderia ser muito frustrante.

Maria da Glória¹⁶³, Francisco¹⁶⁴ e Luciano¹⁶⁵ foram pessoas que supostamente morreram por isso, por terem a continuidade dos seus planos de casamentos interrompida por abandono ou traição. Esses rompimentos não significavam apenas sonhos não concretizados, mas se configuravam em exposições públicas, em vergonha, em possível julgamento e discriminação social. John Peristiany (1988), na introdução da obra *Honra e Vergonha*, afirma que todas as sociedades possuem regras de conduta que permitem que pessoas sejam recompensadas ao serem obedientes a elas ou punidas quando as transgridem. Para as Marias da Glória, Franciscos e Lucianos da Castro de fins do século XIX e início do XX que queriam se adaptar às regras sociais que impunham modelos de vida considerados apropriados ou não, a recompensa poderia ser apenas o reconhecimento social de pessoas honradas e honestas, enquanto a punição, caso não conseguissem tal intento, seria o contrário, poderiam angariar o rótulo de pessoas inadequadas, fracas, incapazes. A capacidade das pessoas de lidarem com os rótulos, no entanto, é diferente entre os sujeitos, e na Castro antiga onde os falatórios sobre a vida das pessoas circulavam pela comunidade até como forma de entretenimento, alguns sujeitos podem ter considerado que o peso seria demais para se carregar e decidiram colocar fim à vida.

A história de Maria da Glória¹⁶⁶ não foi romanceada no jornal e é reveladora de como o anseio pela adequação social podia causar angústia e até mesmo a percepção de que continuar vivendo não valeria a pena. Ela era uma jovem pobre que vivia na casa da tia e ali trabalhava nos afazeres domésticos. Um dia avisou à família que ia lavar roupas no rio e depois de um tempo as crianças que moravam na casa foram atrás dela, mas não a encontraram. O tio saiu para procurá-la e a encontrou enforcada em uma árvore. Para a polícia, João, o tio, um negociante de 53 anos, disse que a menina que tinha apenas 15 anos “vivía satisfeita, sendo bem tratada, e ultimamente era um pouco nervosa, porque chorava às vezes, sem motivo algum” e que considerava que a causa do suicídio fosse “alguma commoção nervosa”.

¹⁶³ Inquérito Policial. Suicídio. Maria da Glória. Caixa: 1907. CCEE. Castro/PR.

¹⁶⁴ Inquérito Policial. Suicídio. Francisco Marfurst. Caixa: 1911. CCEE. Castro/PR.

¹⁶⁵ Inquérito policial. Suicídio. Luciano Linard. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

¹⁶⁶ Inquérito Policial. Suicídio. Maria da Glória. Caixa: 1907. CCEE. Castro/PR.

A preocupação em ressaltar que ela era bem tratada na casa e que estava satisfeita, para não levantar suspeitas de que a família teria alguma relação com o desejo de morte da jovem, foi feita não apenas pelo tio. Quatro vizinhos, três homens casados e um rapaz solteiro, todos lavradores, fizeram questão de afirmar que ela “era muito estimada, sendo bem tratada”, “era muito estimada por todos da casa onde vivia”, “era estimada e vivia satisfeita”, “vivia bem tratada”. Esses homens pareciam entender a importância de preservar a imagem, a honra daquela família diante do acontecimento.

Outra questão relevante no depoimento do tio é a desvalorização dos sofrimentos da moça. Sabia que ela andava nervosa e que chorava, mas considerava que ela não tinha motivos para isso. Afinal, era bem tratada, tinha casa e comida, o que mais a jovem pobre poderia querer? Os homens eram educados para não se comoverem com questões sentimentais, já que a sensibilidade era considerada uma característica feminina e as atitudes ou falas mais rudes, brutas eram até esperadas deles. O vizinho Pedro, lavrador de 55 anos, partilhava dessa lógica, ele, depois de salientar que a família tratava bem Maria da Glória, afirmou que ela deve ter se matado por alguma “excitação nervosa”. O nervosismo era apontado como um problema dela e aparentemente ninguém sentia responsabilidade sobre isso, nem interesse em ouvir suas preocupações e tentar amenizar suas angústias, já que acreditavam não existir motivo para tais sensações.

Maria da Glória estava com um problema que a deixava nervosa e triste. Gregória, a madrinha que a descreveu como “uma moça muito boa” disse que “há muito tempo tinha a mania de se matar” sem nunca dizer o motivo, mas como ela “era moça honesta” e nunca “viu nada contra ella”, entendia que era somente uma mania que acabou se concretizando. Para a madrinha, se a jovem não havia feito nada que a desabonasse e que fizesse ser apontada como desonesta, não havia motivo para querer morrer, portanto, invertendo a narrativa, seu pensamento era de que a desonra explicaria o suicídio, pois afetaria a família e ela mesma, dificultando um futuro casamento. O mesmo raciocínio é perceptível no relato do vizinho Marciliano, de 39 anos, casado e lavrador. Ele afirmou que “no básico nada se falava contra os seus bons costumes, que era tida como moça honesta” e por isso ignorava o motivo da morte. Para essas pessoas, Maria da Glória - que era uma jovem pobre e não vivia na casa dos pais - precisava manter uma conduta irrepreensível, pois o que tinha para si era sua reputação de boa moça honesta, o que significava ser virgem, qualidade que poderia um dia lhe garantir um casamento, dando sentido à sua vida.

O relato de Manoel, um rapaz solteiro de 23 anos, também lavrador, mudou o rumo da história:

Disse que o motivo desse suicídio foi a deshonra dessa moça conforme passa a relatar. Que no domingo último pela manhã elle depoente sahiu a Cavallo, junto com Pedro Bernardes e foi a casa de Victor Mello. Que no caminho o dito Pedro contou a elle depoente disendo que estava aperreado, pois havia tido relações sexoaes por diversas vezes com Maria da Glória e julgava que esta estava grávida e que por esse motivo elle Pedro tinha de ausentar-se do logar pela vergonha que tinha de passar. Que elle depoente ficou surprehendido.

Ele ficou surpreendido porque reconhecia Maria da Glória como uma “moça honesta”, como as outras testemunhas afirmaram, e essa situação a desonrava? Ou ele ficou surpreendido com o amigo, desconfiado da gravidez da jovem, estava fugindo ao invés de assumir a responsabilidade? Possivelmente a primeira opção lhe causou maior espanto, pois culpar e responsabilizar as mulheres eram atitudes muito mais corriqueiras. Manoel disse que Pedro estaria receoso da “vergonha que tinha de passar”. Esse constrangimento não seria das relações sexuais que teve com a menina de 15 anos, pois contou ao amigo fazendo questão de afirmar que foram diversas vezes, mas da gravidez fora de um casamento que ele não pretendia assumir. Talvez ele fosse de uma família de melhores condições sociais ou econômicas que Maria da Glória, a moça pobre que trabalhava de doméstica na casa da tia, e a relação entre os dois podia ser encarada como um problema. A família dela poderia levar o caso para a delegacia e ele correria o risco de ser obrigado a se casar, embora na maioria dos casos de defloração os desfechos eram favoráveis aos réus e não às vítimas (ESTACHESKI, 2017). De qualquer maneira, ela teria mais razões para recear uma exposição vexatória daquela situação do que ele, pois era ela que seria julgada por ter tido relações sexuais fora do casamento e não ele. E era ela que teria que assumir a responsabilidade com a criança gerada por aquela gravidez considerada inadequada. Maria da Glória é que mudaria todo o curso de sua vida tornando-se mãe solteira, sendo estigmatizada por isso. Pedro até poderia ser repreendido por algumas pessoas e, se fosse processado, passaria por incômodos, mas provavelmente seria

inocentado e seguiria sua vida e esta história seria apenas uma narrativa das conquistas da juventude viril.

Alain Corbin (2013, p. 165) ao analisar cartas trocadas entre amigos como fontes históricas constatou que no século XIX “Anunciar a defloração de uma mulher, ou então dar os parabéns a um correspondente por tal proeza, constitui outro vínculo comum pertencente ao código da virilidade”. Pedro não queria passar vergonha com a gravidez da jovem e as possíveis repreensões que enfrentaria por esta questão, mas contou a Manoel sobre o defloramento e este passou a conceber Maria da Glória como desonrada. Pedro não foi chamado por ele de desonrado pela atitude de fugir do relacionamento e da responsabilidade, mas ela sim. Será que Pedro contou a mais alguém se vangloriando de sua virilidade? Como estaria Maria da Glória nessa situação, grávida e vendo o pai da criança a abandonar? Ela vivia entre pessoas que prezavam um ideal de comportamento para as jovens solteiras, como é perceptível nos testemunhos que fizeram questão de apresentá-la como honesta, e devia saber bem disso, ainda mais considerando que a condição de pobreza que a fez morar fora da casa do pai a colocava em constante suspeita em relação à capacidade de se manter honesta.

É possível que ela tenha se encantado com Pedro, seja por promessas de casamento feitas por ele ou imaginadas por ela. O casamento poderia significar para ela uma mudança na vida, pois teve que sair precocemente da casa do pai e da mãe para trabalhar, vivia na casa da tia, mas na condição de empregada e um casamento poderia lhe dar, pela primeira vez, uma casa que seria sua, um melhor *status* social. Mas isso não se configurou e ela foi abandonada por Pedro ao desconfiar da gravidez. Como contar ao tio ou ao pai que estava grávida? Como conviver com as pessoas que a chamariam de desonrada? Ser mãe sendo solteira muito provavelmente a impediria de futuramente se casar com outra pessoa devido aos preconceitos partilhados pela sociedade. Em um processo por crime de estupro ocorrido em Castro e denunciado no ano de 1893, Maria da Conceição, de 17 anos acusou o pai de violentá-la desde que tinha 12 anos de idade ameaçando ela e a mãe de morte caso contasse a alguém. Na pretensa defesa da jovem o promotor público afirmou: “Então o denunciado Norberto concebeu a negra infâmia de roubar a sua filha (uma ingênua creaturinha) o thesouro de sua virgindade, atirando ao mundo mais uma

prostituta”¹⁶⁷. Ela não era prostituta, mas o fato de não ser mais virgem sendo solteira, mesmo que isso tenha ocorrido pela violência do pai, fazia com que a prostituição fosse entendida como possível futuro para ela¹⁶⁸. E para Maria da Glória que consentiu nas relações sexuais fora do casamento, o que ela podia esperar naquela sociedade?

A figura de mulher/mãe só era respeitável se a maternidade se conformasse com o padrão estabelecido, ou seja, dentro de um casamento constituindo uma família tradicional. Em 1900, Fabiana escondeu sua gravidez dos pais, ela era solteira e vivenciou o parto de seu bebê sozinha escondida no monjolo da família. Assim que a criança nasceu ela enrolou uma corda de palha feita por ela mesma no pescoço do bebê para que morresse e enterrou no quintal. A jovem provavelmente agiu pelo medo da condenação social que sofreria por ter engravidado fora de um casamento.¹⁶⁹

Esses pensamentos podem ter provocado sofrimento em Maria da Glória que andava nervosa, chorando e dizendo que queria morrer. E ela chorava e falava de seu sofrimento para pessoas que pareciam não se importar ou não entender suas inquietações como relevantes, pois como relatou o tio, achava que a sobrinha não tinha razões para os lamentos. Para a madrinha, a jovem chegou a dizer que queria se matar, mas segundo o relato da mesma para a polícia, ela não teria dito o motivo, possivelmente não se sentiu confortável para contar que estava grávida e que foi abandonada. Remoou esses medos até o dia em que pegou uma corda e procurou uma árvore próxima ao rio onde lavava as roupas da família para colocar fim aos seus tormentos.

A necessidade da família de falar da crença na honestidade da moça aos policiais pode sugerir percepções distintas, por um lado, talvez não soubessem realmente o que estava acontecendo com ela, por outro, poderiam saber, mas precisavam negar em nome da honra familiar. Podem ter percebido nessa atitude uma maneira de garantir que as

¹⁶⁷ Processo crime. Estupro. Maria da Conceição Bueno da Rosa. Caixa: Anos 1892/1893/1894. CCEE. Castro/PR.

¹⁶⁸ Suean Caufield (2000) em *Defesa da honra* afirmou que uma mulher solteira não virgem era entendida pela sociedade brasileira do século XIX e início do XX como uma prostituta em potencial.

¹⁶⁹ Processo crime. Infanticídio. Fabiana Alves Teixeira. Caixa: 1900. CCEE. Castro/PR. Sobre o crime de infanticídio ocorridos na região de Castro/PR no final do século XIX e início do XX há para leitura a dissertação de Georgiane Garabely Heil Vásquez, *Mais cruéis que as próprias feras*, defendida em 2005. Marla Albuquerque Atayde (2007) também produziu sua dissertação sobre o tema analisando crimes ocorridos na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX. A defesa da honra e as condições sócio-econômicas são apontadas como principais motivações para o infanticídio.

peças soubessem que aquela família prezava os considerados ‘bons costumes’ e não compactuava com a situação da sobrinha, entendida como desviante. A jovem, aparentemente, também estava envolvida com esses mesmos ideais, pois, embora tenha transgredido os códigos morais tendo relações sexuais antes do casamento, ao perceber que este não se realizaria possibilitando sua readequação social e entendendo que sua condição inadequada seria descoberta, decidiu não mais viver. Para Pedro, a fuga da vergonha se resolvia com a saída da cidade, para Maria da Glória a saída foi da vida.

Em 1911, o jovem Francisco¹⁷⁰ de 23 anos tomou a mesma decisão que ela e enforcou-se em uma árvore. Ele saiu de casa dizendo que ia caçar, prática comum e permitida à época, mas depois de um tempo, retornou avisando a família que sairia para visitar os cunhados e não voltaria para casa naquele dia. Talvez tivesse saído cedo para pensar na vida, nos rumos que queria dar a ela e ao não vislumbrar alternativas que o motivassem decidiu pela morte ou então, a saída anterior tenha servido apenas para encontrar um lugar adequado para a morte já planejada. Seu pai falou para a polícia que “pessoas da família disseram a ele que o rapaz manifestou desejo de suicidar-se”, ele não revelou isso ao pai, mas a outras pessoas da família, possivelmente era difícil para o rapaz expressar ao pai sentimentos que, na concepção do modelo de educação de então, seriam demonstrativos de fraqueza.¹⁷¹ A continuidade do relato do pai, um lavrador de 59 anos, sugere uma relação distante entre os dois:

Que então soube que seu filho tinha ficado doente em Ponta Grossa “por causa de trabalhos na extinção do fogo de uma casa onde trabalhava, concorrendo também o malogro de um casamento, projectado em Ponta Grossa [...] que em sua casa era seu filho bem tratado por ser muito bom moço, sendo muito estimado pela mãe e irmãos e irmãs.

Ele soube, sugerindo que alguém, não necessariamente Francisco, lhe contou que o filho ficou doente em Ponta Grossa, cidade vizinha, e que lá teria planejado se casar, não efetivando o ato. Por fim,

¹⁷⁰ Inquérito Policial. Suicídio. Francisco Marfurst. Caixa: 1911. CCEE. Castro/PR.

¹⁷¹ Para Maria Izilda Santos Matos (2001), a música era uma das poucas instâncias onde se permitia aos homens a manifestação de sentimentos. A autora analisou o repertório de Lupicínio Rodrigues e Vicente Celestino para pensar as masculinidades do final do século XIX e início do XX. Fora dessa manifestação artística, as expressões sentimentais não combinavam com o ideal de masculinidade.

salienta que era bem tratado em casa, “por ser muito bom moço”, ou seja, não lhe causava problemas e era estimado pela mãe, irmãos e irmãs. O pai destaca que o tratava bem como recompensa por sua postura, não por estima, tal como o fazia o restante da família. As regras sociais daquele contexto ditavam que as relações entre pai e filhos/as deveriam ser de respeito à autoridade, as afetividades ficavam a cargo da mãe, então esse aparente distanciamento emocional fazia parte dos modelos de conduta esperados para aqueles arranjos familiares.

O cunhado de Francisco, no entanto, revelou que o rapaz discordava daquela postura ríspida do pai e que já havia prometido se matar “por que tinha desgosto do pai que vivia constantemente embriagado e surrava sua mãe”. A desaprovação das atitudes paternas violentas não se configurou em práticas de repreensão ao pai, figura de autoridade a quem devia obedecer, mas em desejo de morte, talvez por não conseguir proteger a mãe ou, então, como forma de punir o pai. Em *Luto e melancolia*, publicado originalmente em 1917, Sigmund Freud (2010) argumenta que no ato suicida pode haver a expressão do desejo de vingança, de torturar uma pessoa que se ama evitando a necessidade de expressar abertamente uma hostilidade em relação a ela. Assim, se era difícil para Francisco revelar a objeção que tinha às atitudes violentas do pai em uma conversa aberta com ele, a expressão do desejo de morte poderia ser uma tentativa de causar nele dor ou culpa. Para Freud essa hostilidade poderia também se voltar a uma pessoa amada que está fora de alcance, por um ato de rejeição, abandono ou morte o que configuraria um ódio à perda, não necessariamente à pessoa. E Caetano, o cunhado de Francisco, revelou que além do desejo de morte pelo alcoolismo do pai que agredia a mãe, o jovem teria lhe dito que outra motivação seria o casamento não consolidado “porque a noiva apareceu grávida”.

Richard Miskolci (2012, p. 143) ao analisar a obra *Dom Casmurro* de Machado de Assis, afirmou que “a traição, em fins do século XIX, podia ser conhecida como um mosaico dos temores hegemônicos, a criação fantasmagórica de um homem paranóico”. Para o autor, o medo da traição nos homens refletiria o temor pela perda de uma posição dominadora.¹⁷² A então noiva de Francisco, cujo nome não

¹⁷² Arthur Schopenhauer (2009, p. 8) entendia que a traição era mais ofensiva aos homens do que às mulheres. Para ele “la fidelidad en el matrimonio es artificial para el hombre y natural en la mujer, y por consiguiente (a causa de sus consecuencias y por ser contrario a la Naturaleza), el adulterio de la mujer es mucho menos perdonable que el del hombre.” O pensamento do autor remete-se à ideia de que as mulheres precisavam manter a fidelidade no casamento, pois sua função no matrimônio era gerar filhos para os maridos que tinham o

é revelado no inquérito, terminou o relacionamento com ele, cancelando o casamento, pois estava grávida de outro homem. Se Francisco sentia repulsa pelas atitudes do pai em relação à sua mãe, talvez tenha idealizado um casamento diferente para si e não necessariamente sofresse pela perda de uma “posição dominadora” e sim pela perda da possibilidade de uma relação familiar diferente daquela imaginada. Caso seus conflitos estivessem relacionados com a necessidade de controle, de garantir a postura dominante, ele possivelmente teria agido violentamente contra a noiva que o traiu e essa atitude seria legitimada pela sociedade como defesa da honra. Cristina Scheibe Wolff (1999, p. 220) argumentou que “o abandono constituía desonra, e para tornar-se novamente um “homem honrado”, e livrar-se da pecha de “corno manso”, era necessário eliminar os motivos da desonra” e essa maneira de pensar tornava a violência, não legalmente, mas socialmente aceitável. Ele, porém, não agiu com violência contra o pai quando se indignou com seus atos e nem contra a noiva que o traiu. Francisco voltou para a cidade de Castro, para a casa da família “muito triste”, como relataram seu amigo Sebastião e seu irmão mais jovem, Frederico. Ao frustrar seu desejo de constituir uma família para si, retornou para aquela que lhe era possível, deixando evidente a valoração de uma idealização de relação familiar.

Maria Izilda Santos de Matos, em *Meu lar é o botequim* (2005), analisou discursos médicos relativos ao alcoolismo do período de 1890 a 1940 e constatou que havia um interesse em configurar outro modelo de família, ainda nuclear, mas com outros costumes e padrões de sensibilidade. Francisco, aparentemente, compartilhava desses anseios ao idealizar o seu casamento futuro. O comportamento dele destoava dos ideais de masculinidade que privilegiavam a resposta violenta dos homens para resolver contendas e ele também não escondia seus sentimentos como outros homens o faziam, pois embora não tenha conseguido enfrentar o pai lhe revelando o que sentia em relação a suas atitudes, ele expressava seu sofrimento ao cunhado e a amigos. É impossível saber se o ato suicida foi estimulado pelo desejo de dar fim ao sofrimento ou pela necessidade de afetar, de causar sofrimento nas pessoas que lhe magoaram, o pai e a noiva. O que se evidencia é que as relações familiares esperadas por ele eram diferentes das promovidas pelas pessoas que faziam parte de sua família ou de seu sonho de família configurado no compromisso de casamento.

As narrativas das testemunhas dos inquéritos policiais afirmaram que o abandono e a traição deram fim aos planos de casamento e, conseqüentemente, às vidas de Maria da Glória e Francisco. A história de Luciano¹⁷³ sobre quem já escrevi ao abordar a questão da violência doméstica, também sugere uma morte impulsionada por uma separação de casal, pelo fim de uma proposta de constituição de família tradicional. Ele era o jovem que, recém-casado, agrediu a esposa e recebeu uma carta da sogra lhe repreendendo por não ter esperado para manifestar a embriaguez e a violência um pouco mais tarde, quando a esposa estivesse habituada ao casamento. Nessa história a moça de 16 anos enfrentou a sociedade, negando-se a permanecer em um casamento que não lhe fazia bem, uma atitude que parece ter desconcertado Luciano que passou a balançar entre atitudes de tentativa de dominação e estratégias de submissão.

As histórias de Francisco e Luciano revelam que as posturas de chefes de família, como o pai de Francisco e o próprio Luciano, eram marcadas pelo excesso de consumo alcoólico e pela violência. Maria Izilda Santos de Matos (2001) que analisou a expansão urbana paulista em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX argumenta que tal urbanização trouxe a percepção da necessidade de mudanças de costumes. Para a autora, nesse período se propagaram os discursos médicos contrários ao abuso do álcool, construindo uma imagem ruim da figura do alcoólatra e reforçando a ideia de masculinidade pautada na figura do trabalhador e provedor da família. A legislação brasileira estabelecia punições para a embriaguez, como destaquei anteriormente. No entanto, nas regiões rurais como Castro e Carambeí, onde viviam Francisco e Luciano, as práticas se mantinham e sem punição. Francisco, embora discordasse das atitudes do pai não iria denunciá-lo nem pela embriaguez, nem pela violência contra a mãe e Luciano embriagou-se na companhia de amigos no próprio armazém onde trabalhava, sem repreensão. A percepção, porém, dos malefícios possíveis causados pelo abuso do álcool existia naquela comunidade. A embriaguez foi apontada como motivação da violência do pai de Francisco, da violência e do suicídio de Luciano e também da tentativa de assassinato de Caliupe cometida por Edgard e seu posterior suicídio¹⁷⁴. Como prática costumeira, a embriaguez era socialmente

¹⁷³ Inquérito policial. Suicídio. Luciano Linard. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

¹⁷⁴ Inquérito Policial. Suicídio e tentativa de homicídio. Edgard Bueno de Mello e Caliupe Postiglione. Caixa: 1939. CCEE. Castro/PR.

aceita, mas ao ocorrer uma situação de violência, o alcoolismo podia ser utilizado como justificativa para o suposto desatino.

Luciano escreveu várias cartas que foram anexadas ao inquérito policial por seu suicídio. Ao escrever a primeira delas¹⁷⁵ ao pai e à mãe de Diana e não a ela, Luciano parece assumir a lógica de infantilização da esposa, que, embora tivesse apenas 16 anos, o que hoje é considerado realmente uma idade precoce para um casamento, à época era considerada adequada. Recorrer ao pai em primeiro lugar demonstra que em seu entendimento, ao retornar para a casa paterna ela voltava à posição de submissão ao pátrio poder. No entanto, na carta ele pediu que perguntassem a ela se queria voltar para ele, um sinal de respeito à sua vontade e explicou que não a procurou diretamente porque não queria passar pela vergonha de ser desprezado. Essa atitude subordinada aliada à promessa de não se embriagar novamente sugere uma estratégia para que o sogro e a sogra persuadissem Diana a assumir o papel de mulher casada, voltando para o marido:

Carambehy 19 de fevereiro de 1912

Queridos pae e mãe

Faça favor de perguntar a Diana se ella quer voltar comigo. Desculpa-me se hontem mais não podia mesmo para ver ella, se não fiz é só por vergonha, estava com medo que ella toquou-me para fora de seu quarto. Agora estou fazendo o juramento de não deichar-me corromper, nem enganar pelas bebidas.

Se ella não puder que fassa-me favor de dizer aonde escondeu o revólver, o dia ou outro pode ser com precisão.

Esperando que Diana acolha-me de a ella muitos beijos.

Filho affetuoso

X Faça favor de dar-me a resposta amanhã.

A resposta da sogra já é conhecida, não apenas assumiu que estava mais preocupada com a desonra de seu marido do que com a filha Diana, como legitimou a violência doméstica como parte naturalizada do casamento e lhe explicou onde a arma estava escondida. O insucesso

¹⁷⁵ Sobre as cartas como fonte para a pesquisa histórica é interessante a obra de Renato Lemos, *Bem traçadas linhas* de 2004. Vale também a leitura do artigo de Zeloí Aparecida Martins dos Santos, *A arte de escrever cartas: a experiência com as fontes* (2009).

dessa tática de recorrer a pai e mãe o moveu a escrever diretamente à esposa:

Carambehy 23 de fevereiro de 1912

Exma Sra Diana Arinelly

Em resposta à sua carta do 22 passado, por aquelle à Sra. esta mi avisando que não pode mais posar comigo. Estou fazendo saber Va. Sia. que não preciso mais, agora estamos separado de corpo e não quero mais entrar em sua casa.

Fui o tempo aonde queria morar, mais agora não quero mais e d'aqui alguns dias vou passear um pouco mais longe.

Se estou tomando esta decisão é a sra que está me obrigando porque ficará custoso de achar um que amasse você como eu esta amado e mesmo agora ainda.

Vou embora em outro lugar aonde estou esperando não mais voltar.

A carta do dia 22 que Diana teria escrito não consta no inquérito, pode ter sido destruída pelo próprio Luciano ou se perdeu. Nessa resposta ao desprezo manifestado por ela, ele assumiu uma postura mais ríspida do que na primeira correspondência afirmando que não precisava dela, que não queria mais morar com ela e que viajaria para longe. Luciano retomou assim a posição de um suposto domínio daquela situação e buscou intimidá-la afirmando que seria difícil que alguém a amasse como ele amou.

Foram várias as cartas trocadas entre ele e a família da esposa. A carta escrita pelo pai de Diana é muito interessante, pois nela se revela a não submissão da jovem que “manda dizer” que não ficaria em casa “como uma presa” na cidade vizinha Carambeí onde o marido possuía um armazém, atitude reconhecida pelo pai como reflexo de sua criação. Ele culpou o rapaz pelo insucesso do casamento, contrariando a prática comum de responsabilizar as mulheres.

Castro 2 de março de 1912

Illmo. Snr. Luciano Linardo

A Diana te manda dizer e como já lhe disse que ella não quer parar no Carambehy porque não pode estar fechada como uma presa sozinha. O senhor quer vender o negocio fasa como quiser. Se estava o nosso conselho não sahia este papel. O

senhor quer se mandar por si porção mais não
temos culpa neiuma o senhor beim sabia como
ella se criou e agora ella cazou com o senhor só
para soffrer.

Pouco pela culpa do louco.

Seu amigo

Leonardo Arinelly

Essa história demonstra a inviabilidade de tomar modelos como padrão. Luciano podia desejar manter a ordem familiar patriarcal, mas Diana não se deixava submeter e enquanto sua mãe parecia entender que a violência fazia parte da vida das mulheres casadas, seu pai não a obrigava a manter-se naquela relação, mesmo que ter a filha de volta em casa pudesse provocar falatórios na comunidade. As pessoas são múltiplas e os arranjos familiares também, não apenas em diferentes tempos e espaços, mas também no mesmo tempo e no mesmo lugar. Embora as fontes revelem comportamentos e narrativas que sugerem idealizações de condutas, elas também permitem perceber as diferenciações, as transgressões às normas, a não submissão aos modelos estabelecidos.

Como resolver aquele dilema inquietava Luciano que ora queria ir embora, ora queria que ela voltasse, ora ameaçava vender o seu armazém, sugerindo a desistência de tudo. Ser abandonado pela esposa após uma semana de casamento com a recusa veemente dela em retornar para casa provocou sentimentos e pensamentos conflituosos para o rapaz. No dia 2 de março de 1912 ele escreveu duas cartas, uma para Diana e outra para o pai e a mãe dela, em seguida, pegou o revólver e deu fim à vida. Na carta para a esposa ele sublima o amor que sentia por ela e a culpa pela decisão de se matar, queria que ela sofresse o remorso de não ter se reconciliado com ele, salvando a sua vida. Por duas vezes menciona que a morte dele traria a liberdade dela, afinal o casamento legalizado e sacralizado que realizaram só poderia ser rompido com a morte de acordo com as crenças cristãs. Evidentemente, pela maneira como escrevia, o desejo não era de libertá-la, mas de, quem sabe, provocar nela um sofrimento que tornasse culposa qualquer outra relação.

Carambehy, 2 de março de 1912

Minha caríssima mulher

De certo amei vosse muito de mais que precisava
por fazer me isso porque se agora matei-me é sua
culpa disso tudo que precisava avise e tudo é

ainda hoje recebi esta resposta então vosse quer ficar viúva, quer outro por ficar enganada outra vez e vossê está livre porque quando já recebi a carta já esta viúva e esta livre de fazer que quer. Mas se hoje 2 de março estou morrendo é so para vosse porque amei muito de mais que precisava e de certo porque vosse bem Nem é por louco eu não tenho a culpa, pode se dizer que é a culpa delle mesmo e já sei que vosse não tem nada com isso.

Seu marido que amei vosse muito e que venha a morrer só para vosse ficar livre e depois pareço que é que quer.

Lembranças aos nossos dias do passado.

Hoje de certo vou chegar na Castro (no cemitério)

O curto e último bilhete deixado para o pai e a mãe de Diana pretendeu reforçar os laços familiares, pois pelo casamento ele teria se tornado também um filho, quis também isentar-se de responsabilidade por aquele desfecho, pois na sua concepção ele teria feito tudo para manter o compromisso do casamento.

Carambehy, 2 de março de 1912

Queridos pai e mãe

Hoje é último dia não espero até amanhã visto a resposta que recebi hoje mesmo não é minha culpa fiz o que podia.

Vosso filho que ama todos como seus prantos mesmos.

Adeus

Chegue hoje porque eu também já vou chegar.

Somente na primeira carta escrita para a família da esposa ele demonstrou entender que tudo aquilo se desenrolou devido a atitudes dele, embora na ocasião tenha culpado a bebida, posicionando-se como uma vítima de toda a situação, até mesmo das próprias ações. Culpou o engano causado pelo álcool, o amor demasiado que sentia e a esposa por não atender o seu chamado e desistir do casamento. É perceptível a dificuldade de sair de uma posição de autoridade na família que acabava de constituir, ao mesmo tempo em que não conseguia obrigar a esposa a obedecê-lo. Ele não queria admitir que ela tivesse razão em querer se afastar. Retomando aqui o pensamento de Freud (2010), Leonardo pode ter preferido a morte voluntária como forma de expressar o seu ódio à

perda e de agredir pela culpa a pessoa que o feriu ao frustrar seu projeto de casamento em lugar de voltar sozinho para o seu armazém onde poderia ser alvo de comentários e julgamentos populares por ter sido abandonado pela esposa.

No relatório do comissário de polícia a separação do casal é mencionada como motivação, mas também é citada uma dívida que ele teria acumulado. O pai de Diana, ao ser chamado a testemunhar pela promotoria afirmou que “permitiu o casamento porque ele parecia um ‘bom homem’ e por ser vontade do casal.” Quando, porém, presenciou a violência contra a filha a levou de volta para sua casa justificando que ela estava com medo e ele “havia se revelado um louco e perigoso homem”. Foi o pai dela que sugeriu a existência de “atrasos comerciais” aliados ao álcool como desencadeadores do ato suicida, em uma tentativa, talvez, de amenizar uma possível responsabilização ou sentimento de culpa da filha por aquela morte. A mãe de Diana e ela confirmaram essa versão à polícia.

Maria da Glória e Francisco aparentemente almejavam os casamentos que lhes proporcionariam uma vida diferente com a constituição de novas famílias, idealizadas, mas ela foi enganada e ele foi traído. Luciano se casou e logo assumiu a postura autoritária e violenta de chefe de família, sem cogitar que a jovem esposa não admitiria passar por isso e seria protegida pelo pai. De maneiras distintas, os casamentos idealizados foram frustrados e isso contribuiu para alimentar os conflitos internos, os sofrimentos psíquicos dessas pessoas, os desejos e as concretizações das mortes voluntárias.

Richard Miskolci (2012) ressaltou que no entendimento da sociedade brasileira do final do século XIX, as preocupações com a família envolveriam os homens e, supostamente lhes afastariam de degenerações. O autor cita a tese de José Ferreira de Bastos Coelho, de 1878, *Dos casamentos sob o ponto de vista higienico* que afirmava que os suicídios, bem como a projeção de crimes eram mais comuns entre sujeitos celibatários, que não tinham preocupações com o lar. No entanto, homens casados, como Luciano e o pai de Francisco, abusavam do álcool e da violência como forma de resolução de conflitos fazendo da família um alvo para agressões. O casamento como salvaguarda da honra e protetor diante de diferentes vícios, idealizado pela elite branca mencionada por Richard Miskolci (2012) tinha outras configurações na vida prática. O casamento poderia até proporcionar respeitabilidade para homens e mulheres diante da comunidade, mas poderia também fazer sofrer, seja na sua concretização que legitimava violências,

especialmente contra as mulheres, seja na frustração de quem sonhava com ele para obter respeitabilidade e não o alcançava.

Encontrar um amor romântico que proporcionasse sentido à vida e fizesse experimentar a felicidade ou conseguir um casamento que permitisse uma vida adulta respeitável eram ideais para homens e mulheres da antiga Castro. Encantadas com histórias românticas que faziam sonhar ou movidas pelas práticas costumeiras de organização social que pediam a adequação ao modelo de família tradicional, pessoas buscaram relacionamentos para dar completude à vida. O problema é que esses modelos de existir, sentir e relacionar-se não são possíveis ou viáveis para todas as pessoas. A insistência em fazer acreditar em uma idealização de amor e de casamento como necessidade vital gerava sentimentos conflituosos de inadequação, de incompetência, de menosprezo em relação à própria forma de ser, de existir.

Se as pessoas das histórias aqui narradas ao optarem pelo suicídio desejaram acabar com os sofrimentos causados pela rejeição, pela perda ou se pretenderam fazer sofrer quem não atendeu aos seus ideais de relacionamento ou não permitiu vivê-los, não é possível determinar. No entanto, os relatos das testemunhas dos inquéritos que usaram os relacionamentos rompidos como explicação viável para suas mortes permitem dimensionar a importância conferida a eles e ao mesmo tempo, possibilitam perceber a nocividade da exigência de que todas as pessoas amassem de uma determinada maneira ou se estabelecessem em relacionamentos conjugais como via de respeitabilidade. Em minha concepção, não se tratava de morrer por amor, mas de morrer por ser pressionado/a a adequar-se socialmente.

6 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

A verdade da dor reside naquele que a sofre. A história, portanto, está condenada a trabalhar com ajuda de indícios evanescentes, vestígios de uma experiência indescritível. (CORBIN, 2012, p. 330)

Em 1912 peritos encontraram “a polaca Carolina Dostenkoff, que vivia só [...] deitada de costas, quase descoberta sobre um leito pobre, sem colchão e apenas com palha de centeio, tendo um lençol, dois travesseiros e um cobertor velho.”¹⁷⁶ Descrição que remete a uma vida simples, pobre, de uma mulher que viveu sozinha e por alguma razão, talvez a solidão, decidiu não mais viver. No arquivo público há somente o exame de corpo de delito, não há inquérito policial de investigação dessa morte, o documento pode ter se perdido com o tempo, nas mudanças de arquivo, ou pode nem ter existido. Sem documentos para análise, a morte de Carolina não poderá ser compreendida, mas em que medida é possível decifrar as outras mortes voluntárias?

Para Alain Corbin (1991, p. 593) as “causas alegadas pelas próprias vítimas”, em casos de tentativas de suicídio e pelas testemunhas, em relação a suicídios, “não são nada convincentes. As famílias ou as autoridades tendem a adocicar os fatos, manipulam os testemunhos, suprimem fontes.” Essa realidade me faz apresentar aqui considerações possíveis e não finais em relação às histórias encontradas nos inquéritos policiais de Castro, pois entendo que existem outras possibilidades de análise e muitas questões que não terão respostas, pois somente as pessoas que morreram e talvez nem mesmo elas, poderiam explicar.

No desenvolver da escrita percebi que uma reflexão interseccional, que permitisse pensar as relações de gênero, classe, raça e geração, poderia fazer vislumbrar outros universos de interpretação daquelas relações sociais. Na cidade de Castro viveram muitas pessoas escravizadas que no período após a abolição por ali se estabeleceram e, obviamente, essa realidade definiu modos de viver, de se relacionar, de existir e morrer naquela comunidade. No entanto, como afirmei nas primeiras páginas, os inquéritos policiais registravam poucas

¹⁷⁶ Exame de Corpo de Delito. Suicídio. Caroline Dostenkoff. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

informações sobre as pessoas suicidas e por dedução foi possível conjecturar a idade aproximada, a condição financeira ou social delas. Assim, as relações de gênero, geração e classe puderam ser problematizadas, mas não as questões étnico-raciais. Outras fontes, não disponíveis no arquivo público de Castro, seriam necessárias para complementar esta pesquisa, ficando aqui a motivação para futuramente embrenhar-me nos arquivos paroquiais e cartórios, buscando registros de batismos das pessoas nascidas antes da República, e de nascimentos, daquelas nascidas posteriormente, que podem apresentar mais elementos sobre elas. A questão da diversidade sexual também ficou em aberto, considerando que as fontes não indicaram elementos que pudessem promover o debate sobre o tema. Lacunas que ficaram que não constituem falhas, mas possibilidades de reflexão que se abrem me instigando a procurar outras fontes para esta pesquisa que não considero totalmente finalizada.

Estou ciente dessa incompletude e da complexidade de um tema tão denso, mas esta pesquisa me possibilitou constatar elementos importantes que permitem perceber que as pressões sociais que movem as relações de gênero estão presentes em desejos de morte e na maneira como as pessoas lidam com a morte voluntária de outras pessoas. As construções sociais de gênero que elaboram estereótipos, que visam enquadrar, definir ou normatizar condutas são nocivas por não considerarem a diversidade do pensar, do sentir, do ser e existir humano. Quando uma sociedade cria uma norma sobre como se deve ser, agir, pensar e sentir para encaixar-se no que ela considera “ser homem” ou “ser mulher”, exclui toda pessoa que não se adéqua, por alguma razão, a este padrão. A exclusão social gera sofrimento e a capacidade das pessoas de reação a ele é diferente, assim como suas maneiras de reagir.

O suicídio, entre as suas complexas motivações, pode ser também uma reação a sentimentos de inadequação social aos estereótipos de gênero. Pessoas sofrem por desejarem o modelo de vida propagado como ideal e não conseguirem ou por discordarem dele e se sentirem por isso, socialmente oprimidas. Ao fazer a leitura e transcrição de minhas fontes de pesquisa, encontrei histórias de pessoas da Castro antiga cujas experiências de vida as conduziram a um momento em que entenderam que não era mais viável continuar aquela trajetória. Foram sessenta e três casos analisados, relativos ao período de 1890 a 1940, e um número significativo deles, vinte e dois, foi acompanhado de um silenciamento remetendo ao tabu relativo à morte voluntária, enquanto doze apresentaram o estigma da loucura, a doença mental como desencadeadora da ação. Os demais me fizeram pensar

sobre como os modelos de conduta exigidos para adequação ao que se entendia como apropriado para mulheres e homens geravam tensões, violências, sofrimentos e sobre como a idealização do amor romântico e do casamento como caminho para respeitabilidade provocou angústias e desejo de morte para algumas pessoas.

A tentativa de silenciar a respeito das mortes suicidas revela um silêncio imposto (ORLANDI, 1993), pois no fundo, a situação parecia inquietante, incômoda. E entre as repetições de “não havia motivo algum para isso” ou “não sabia o motivo” as pessoas demonstraram que existia um tabu em relação ao suicídio e afirmar que havia explicações para aquelas mortes seria justificar o injustificável. A crença cristã na condenação eterna da pessoa que tirava a própria vida, sendo esta o maior dom divino, permeava o imaginário daquela população. Ao mesmo tempo, os sentimentos confusos de uma pessoa que perdia alguém da família em um caso de suicídio, como a sensação de culpa ou a angústia de pensar que poderia ter feito algo para evitar faziam preferir silenciar e acabar rapidamente com aquela história.

O silenciamento que muito revela se configurava não apenas nas respostas curtas e evasivas durante a investigação policial, mas também nos ritos de memória *pos mortem* que eram inibidos para pessoas suicidas. Sem celebração na igreja, sem enterro no cemitério cristão, no final do século XIX e início do século XX os funerais de pessoas suicidas carregavam mais do que a dor de uma perda, eram imbuídos de uma pressão social condenadora que sugere a pretensão do apagamento da memória. Celebrar a memória era, e ainda é, uma forma de fazer viver quem já morreu, manter na lembrança, em uma memória construída que enaltece elementos enquanto exclui o que não convém. Apagar a memória, ou ao menos, não a celebrar era uma resposta da comunidade a quem colocou fim à própria vida, pois se escolheu não viver, não deveria viver na lembrança das pessoas.

Mesmo assim, as narrativas para a polícia durante os inquéritos relativos aos casos de suicídio, feitas por familiares, de pessoas amigas ou da vizinhança, acabam constituindo memórias sobre essas pessoas que deram fim às próprias vidas. Nessas elaborações da memória, as questões de gênero são perceptíveis, pois há diferenciações entre o falar sobre as mulheres e sobre os homens que se suicidaram nos relatos disponíveis nos inquéritos analisados. Entre os casos de suicídios de homens em que não se apresentavam razões para o ato era comum que comentassem que não havia motivos, pois os homens eram bem quistos na comunidade e não tinham desavenças com ninguém. Quando se tratava de mulheres a situação era diferente, geralmente diziam que não

havia motivos, pois elas eram bem tratadas pela família. A figura do homem ativo e da mulher passiva se constitui nessas memórias. Eles eram lembrados como homens respeitáveis por suas práticas, enquanto elas não deviam desejar a morte, pois eram protegidas e amparadas. Então, a memória não era relativa a elas e sim a suas famílias. Em vida ou na morte, a honra pertencia à família, representada pela figura de autoridade do pai e não às mulheres.

A concepção cristã da morte voluntária como uma afronta ao dom divino da vida não permitia que se justificasse o ato suicida, a menos que ele fosse resultado de uma insanidade. Na ansiedade por encontrar algo para culpar e ao mesmo tempo isentar-se de responsabilidades sobre o sofrimento humano que fazia pessoas quererem morrer, a doença mental passou a ser percebida como desculpa razoável. As pessoas daquela região interiorana não tinham conhecimentos científicos relativos às doenças mentais e nem meios eficazes de diagnóstico para elas, pois o acesso a hospitais e exames era difícil. O que ocorria era a estigmatização de sujeitos que agiam de forma diferente do que era socialmente estabelecido como ‘normal’ e não era considerado normal manifestar o desejo de morte, isso era entendido como algo inconcebível e pecaminoso. O estigma da loucura recaiu sobre pessoas que passaram por sofrimentos psíquicos, por momentos conflituosos da vida e entenderam que morrer era preferível a continuar vivendo e suportando suas angústias. Para a comunidade, estabelecer que uma doença fosse responsável pelo suicídio parecia preferível a enfrentar as reflexões sobre as motivações daquelas mortes e precisar encarar o fato de que mudanças nas relações sociais talvez fossem necessárias para que a vida de muitas pessoas não fosse tão sofrível.

Em outros inquéritos policiais o entendimento da comunidade em relação aos ideais de feminilidades e masculinidades era mais explícito e neles os relatos superavam o desejo de silenciamento ou o estigma da loucura para revelar que a quebra de um padrão de conduta havia acontecido. Nos casos referentes às mortes de mulheres encontrei duas realidades distintas, as mortes de esposas e as de prostitutas. As mulheres casadas que cometeram suicídio passaram por processos de violência doméstica, uma foi vítima de um crime sexual antes e sofreu agressões físicas durante o tempo de casamento, outras foram submetidas à violência verbal e moral. Quando suas histórias foram narradas para a polícia, as testemunhas deixavam transparecer o consentimento ou, ao menos, a conformação em relação a estas práticas. Os relatos, embora afirmassem que as mortes teriam ocorrido devido às

violências sofridas, não condenavam essas violências. Para as testemunhas, incluindo a mãe de uma das mulheres, as esposas precisavam suportar as dores, pois os maridos lhes proporcionavam moradia e alimentos, cumprindo seus papéis de provedores do lar, o que deveria ser entendido por elas como suficiente. Aquelas mulheres viveram numa comunidade que não as socorreu ao serem agredidas, que entendia que a violência em suas diferentes formas fazia parte do casamento e, possivelmente, por não terem a quem recorrer e não suportarem mais aquela realidade, estas mulheres preferiram morrer para não mais sofrer.

As mulheres eram socialmente diminuídas em relação aos homens e eram compelidas a sujeitarem-se aos seus caprichos e ordens, sendo expostas a atitudes violentas dentro das próprias casas. Se o *status* de mulher casada era ainda o que lhes conferia certa respeitabilidade social e mesmo assim eram submetidas a esse modo de vida, o que pensar então da situação das prostitutas? Estas mulheres eram entendidas como um ‘mal necessário’, suas casas eram denominadas como ‘casas de tolerância’, pois embora proibidas por lei, eram toleradas como um espaço necessário para os homens satisfazerem seus desejos. Eram corpos utilizáveis para o prazer masculino, corpos substituíveis de pessoas que não recebiam algum respeito, nem após a morte. Policiais homens faziam questão de classificá-las como prostitutas, putas, meretrizes nos seus relatórios sugerindo que aquelas mortes não importavam tanto quanto outras mortes. A solidariedade a elas vinha apenas das outras mulheres que também se prostituíam, estas faziam questão de falar da bondade que exerciam ou da tristeza que sentiam aquelas mulheres que escolheram morrer. Os suicídios das jovens mulheres que viveram em casas de prostituição na Castro antiga ocorreram por motivações diversas às quais não teremos acesso, podem ter sentido saudades da família ou vontade de ter uma família, sofrido por amor, se angustiado por desejarem outra forma de vida, ou outras razões, mas o que os inquéritos policiais registram é a hipocrisia social em relação a essas vidas que eram consideradas tão necessárias quanto desprezíveis.

Nos inquéritos relativos aos suicídios de homens um modelo de masculinidade idealizado se configura, o de trabalhador, forte e provedor da família. Situações adversas da vida que causaram acúmulo de dívidas, perda das propriedades ou da capacidade de administrá-las foram experiências angustiantes para alguns homens. A dependência econômica de suas mulheres gerava uma inversão dos papéis sociais que parecia difícil de suportar, pois para aquela comunidade depender era

próprio de mulheres e crianças, os homens deveriam prover. A doença e a velhice que debilitavam o corpo impedindo os homens de trabalhar eram também fatores de sofrimento, não somente pelas dores da própria enfermidade ou fragilidade do corpo com o avançar da idade. O trabalho constituía o sujeito, era componente da masculinidade, e perder a competência para exercê-lo era aproximar-se do que era considerado frágil, incapaz, dependente, elementos vinculados à percepção que a comunidade tinha da feminilidade. A idealização da masculinidade forte e provedora, evidentemente, conferiu aos homens uma posição de superioridade em relação às mulheres, consideradas frágeis e dependentes, e possibilitou privilégios a eles. No entanto, a pressão social para manutenção desse *status* causou sofrimentos naqueles homens que por conta de dívidas, desemprego, doença ou velhice não conseguiam mais adequar-se a esse padrão. Especialmente entre os homens pobres era considerado imprescindível manter a capacidade de força para o trabalho, pois do contrário, não poderiam exercer o poder pela capacidade provedora.

Por fim, os inquéritos me possibilitaram refletir sobre as construções sociais do amor romântico e da configuração do casamento monogâmico, heteronormativo e patriarcal como propiciador de respeitabilidade social. A ideia de que a felicidade só se efetiva na vivência de uma história de amor entre um homem e uma mulher que se complementam promove a sensação de incompletude e de fracasso social em quem, por inúmeras razões, não vivencia esta experiência. A dependência emocional em relação à outra pessoa pode aprisionar pessoas em relacionamentos abusivos e também provocar a sensação de que a vida não faz mais sentido quando o relacionamento acaba. Fomentar essa busca por um amor desmedido é prejudicial, sendo mais coerente educar para a autonomia, pois pessoas que se sentem completas podem vivenciar relações afetivas mais saudáveis, menos dependentes. Romantizar o suicídio afirmando que foi motivado ‘por amor’ é problemático dentro desse contexto de idealização de um determinado tipo de relacionamento amoroso, em que se entende que uma vida não vale a pena ser vivida sem a outra pessoa.

O casamento, por sua vez, ao ser entendido como instrumento de respeitabilidade perante a comunidade ao viabilizar a constituição de uma família tradicional, heteronormativa com fins de procriação, passou a ser almejado por homens e mulheres. Com ou sem a existência de um amor romântico a ação de casar-se era representativa de uma mudança de *status* social, não necessariamente de ascensão econômica, almejada por razões diferentes para eles e elas. Os homens casados passavam a

ser percebidos como chefes de família, como responsáveis, trabalhadores e provedores do lar, portanto, adequavam-se ao ideal de masculinidade e ganhavam os privilégios decorrentes disso. As mulheres, por sua vez, não almejavam muitos privilégios já que com o casamento passavam do pátrio poder para o poder marital. No entanto, o *status* de mulher casada era mais respeitável do que de mulher solteira e elas eram educadas para crescer, casar e tornarem-se mães. Com o casamento, cumpriam sua função social e as mais pobres eram pressionadas a se casarem para desonerarem a família de seu sustento, ou, então, podiam ser encaminhadas para trabalharem de empregadas domésticas na casa de pessoas estranhas ou de famílias de parentes mais abastadas. Ser solteira significava ser alguém que colocava em risco a honra familiar, pois se entendia que podiam deixar-se levar por paixões, pois eram consideradas frágeis demais para resistir. Casar as filhas cedo era preferível, tanto pela questão econômica quanto pela ideia de moralidade e honra que a comunidade partilhava.

Com essa concepção que valorava demasiadamente o casamento, a frustração na concretização dele foi apontada por testemunhas como causa do suicídio de algumas pessoas. Para homens a traição e o abandono foram consideradas justificativas para o ato, feriam a masculinidade já que colocavam eles em uma situação de humilhação perante os demais. Naquele contexto, os homens poderiam trair e abandonar as mulheres, pois deviam ser as figuras de autoridade nas relações conjugais, o contrário os fragilizava. Alguns, em situação de abandono ou traição, reagiam de forma violenta contra as mulheres, o que era socialmente legitimado, mas outros optaram por não mais viver, seja para colocar fim à própria vergonha ou para fazer sofrer pelo remorso as mulheres que os contrariaram. Para as mulheres o casamento como configurador da respeitabilidade social, ao não ser efetivado, pode ter provocado o desejo de morte quando se viram em uma situação que significaria a desonra da família. Ser apontada como a mulher solteira não virgem, como a jovem que engravidou fora do casamento, conferia às mulheres uma reputação ruim que possivelmente impediria um futuro casamento que mudasse essa situação. Algumas eram expulsas da casa paterna e acabavam nas casas de prostituição, outras cometeram o infanticídio tentando livrar-se do que causaria discriminação social e outras preferiram morrer.

Pessoas sofreram e desejaram colocar fim às suas vidas, muitas concretizaram o desejo, porque a sociedade criou modelos de relações sociais e de existência, constituindo estereótipos de gênero que não eram viáveis ou suportáveis para todas. O suicídio foi entendido como

alternativa diante de uma vida que parecia não valer a pena ser vivida. Não se trata de pensar aqui se o suicídio é intrinsecamente bom ou ruim, nem de constatar friamente razões específicas, respostas fechadas que justifiquem ou expliquem o ato. Trata-se de provocar uma reflexão sobre como as determinações de gênero que configuram as relações sociais em diferentes tempos e espaços podem produzir sofrimento nas pessoas. Em uma sociedade, como a nossa, que defende tanto a vida visando não interrompê-la, visando prolongá-la, o que percebo é uma contradição, pois ao impor um modo específico de viver como ideal, desprezam-se as outras formas de viver, ou seja, a vida a ser preservada e prolongada é somente aquela que se adéqua ao padrão. Se a sociedade pró-vida não fosse impregnada de preconceitos e discriminações sociais, não seria tão difícil parar para refletir sobre a necessidade de valorização da diversidade humana.

Mabel Moraña em *El afecto en la caja de herramientas* (2012) argumenta que o mundo é um universo de potencialidade afetiva e o afeto é uma expressão do social, pois manifesta efeitos, estados e modos de ser. Para a autora, através do afetar e ser afetado é possível a resistência e a mudança. As narrativas sobre essas pessoas que se suicidaram por diferentes razões, algumas das quais permanecem misteriosas, inatingíveis, devem afetar a sociedade para provocar a reflexão sobre como a falta de afeto faz a outra pessoa sofrer e, por vezes, querer morrer.

FONTES

- A Palavra. Semanário Imparcial. Ano 1. Número 2. Castro/PR. 21 de abril de 1912. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- A Palavra. Semanário Imparcial. Ano 1. Número 4. Castro/PR. 05 de maio de 1912. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- Boletim de Eugenia. Separata da ‘Medicamenta’. Editado em propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia. Dezembro de 1929. Anno 1. N. 12. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital. Brasil. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/159808/per159808_1929_00012.pdf. Acessado em 22 de junho de 2018.
- Castro Jornal. VII Ano. Número 345. Castro/PR. 247 de dezembro de 1937. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- Castro Jornal. X Ano. Número 465. Castro/PR. 27 de abril de 1940. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- Castro Jornal. X Ano. Número 467. Castro/PR. 11 de maio de 1940. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- Castro Jornal. X Ano. Número 483. Castro/PR. 31 de agosto de 1940. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- Castro Jornal. X Ano. Número 493. Castro/PR. 09 de novembro de 1940. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- Castro Jornal. X Ano. Número 495. Castro/PR. 23 de novembro de 1940. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- Castro Jornal. X Ano. Número 496. Castro/PR. 30 de novembro de 1940. Acervo do Museu do Tropeiro. Castro/PR.
- Exame de Corpo de Delito. Suicídio. Caroline Dostenkoft. Caixa: 1912. Casa da cultura Emília Erichsen. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Eulália Rozário de Andrade. Caixa: 1890. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Galdino Dias da Silva. Caixa: 1891. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Belarmino Barbosa. Caixa: 1892. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Moisés Tomais dos Santos. Caixa: 1892. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Liberato Casemiro do Amaral. Caixa: 1895. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Andriano Gonçalves Ferreira. Caixa: 1899. CCEE. Castro/PR.

- Inquérito policial. Suicídio. Hubaldo Prestes Carneiro. Caixa: 1900. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Joaquim de Paula Bueno. Caixa: 1900. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Anselmo Martins de Oliveira. Caixa: 1902. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Maria das Dores. Caixa: 1903. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Inocência Rodrigues Carneiro. Caixa: 1904. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Saturnino Martins de Oliveira. Caixa: 1904. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito Policial. Suicídio. Izidoro de Barros. Caixa: 1904. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Bertulino Antunes de Jesus. Caixa: 1906. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Maria da Glória. Caixa: 1907. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Francisca Teixeira. Caixa: 1907. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Ermelina Soares Fragozo. Caixa: 1908. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito Policial. Suicídio. Veríssimo José de Oliveira. Caixa: 1908. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Roque Cariffo. Caixa: 1908. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. João Kops. Caixa: 1909. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Guilherme Conner. Caixa: 1909. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Ernestina Marcondes Ribas. Caixa: 1909. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Salvador Moreira. Caixa: 1910. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Julia Marcondes Carneiro. Caixa: 1911. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Maria de Nazaret. Caixa: 1911. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito Policial. Suicídio. Francisco Marfurst. Caixa: 1911. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Luciano Linard. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.

- Inquérito policial. Suicídio. Ignês Lopes. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Boaventura Soares Marcondes. Caixa: 1914. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Silvestre Guerreiro. Caixa: 1914. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Marceliana Nunes de Moraes. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Olinda Ayres. Caixa: 1915. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Tertuliano Dias do Nascimento. Caixa: 1918. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Orthencio José Bernardo. Caixa: 1918. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Manoel Alves da Cunha. Caixa: 1919. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Izidoro Antonio Machado. Caixa: 1923. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Olívia da Silva. Caixa: 1923. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Affonso Pecane. Caixa: 1924. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Leofridina de Castro. Caixa: 1924. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Deolindo de Tal. Caixa: 1924. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Miguel Freshe. Caixa: 1925. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Otto Wielaud. Caixa: 1926. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Joaquina Maria. Caixa: 1926. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Maria Amalia Marcondes Rocha. Caixa: 1926. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Veríssimo de Paula Castanho. Caixa: 1928. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Durvalino Ribeiro Martins. Caixa: 1928. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Manoel Fernandes de Assumpção. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.

- Inquérito policial. Suicídio. Jacob Correa da Silva. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito Policial. Suicídio. Manoel Alves da Cunha. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Paulo Panek. Caixa: 1936. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Sebastião Moura. Caixa: 1937. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Edith Lopes. Caixa: 1937. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Edgard Bueno de Mello. Caixa: 1939. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Petrus Joanes L. Dürknjsen. Caixa: 1939. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Ricardo Newbauer. Caixa: 1939. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Constante Gonsalvez de Oliveira. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Dinarte Alves de Meira. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Gabriel Machado dos Santos. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Ercília Martins. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Otília Correa Bueno. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Elcídia de Oliveira Santos. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Suicídio. Zulmira Rodrigues. Caixa: 1940. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Tentativa de suicídio. Maria de Lourdes Richa. Caixa: 1929. CCEE. Castro/PR.
- Inquérito policial. Tentativa de Suicídio. Nicolas Palermo. Caixa: 1912. CCEE. Castro/PR.
- Processo crime. Defloramento. Lucia Maria Novaes. Caixa: 1906. CCEE. Castro/PR.
- Processo crime. Estupro. Maria da Conceição Bueno da Rosa. Caixa: Anos 1892/1893/1894. CCEE. Castro/PR.
- Processo crime. Indução ao suicídio. Inésia Maria Gonçalves. Caixa: 1908. CCEE. Castro/PR.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino**. Uma invenção do falo: uma história do gênero masculino (1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. “Quem é frouxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. Número 19. São Paulo: EDUC, novembro de 1999. p. 173-188.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.
- AMARANTE, Paulo (Coord.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Suicídio: uma alternativa à vida, uma visão clínica-existencial**. São Paulo: Traço, 1986.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio: informando para prevenir**. Associação Brasileira de Psiquiatria/Comissão de Estudos e Prevenção do Suicídio. Brasília: CFM/ABP, 2014.
- ATAYDE, Marla Albuquerque. **Mulheres Infanticidas: o crime de infanticídio na cidade de Fortaleza na primeira metade do século XX**. Dissertação. Pós-Graduação em História Social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo. II A Experiência vivida**. 2ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BENEVIDES, Bruna. **Precisamos falar sobre o suicídio de pessoa trans! ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Junho de 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>. Acessado em 26 de dezembro de 2018.

BENLLOCH, Isabel Martinez. *Construcción psicosocial de los modelos de genero: subjetividad y nuevas formas de sexismo*. In: CASTILLO-MARTÍN, Márica; OLIVEIRA, Sueli (orgs.). **Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão interdisciplinas**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005. p. 104-134.

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 235-245.

BORBA, Oney B. **Os iapoenses**. Curitiba: Editora Lítéro-técnica, 1986.

BORGES, Maria Elizia. Cemitérios secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 355-380.

BRAGA, Iara Falleiros; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Jorge Luiz da; MELLO, Flávia Carvalho Malta de; SILVA, Marta Angélica Iossi. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Edição temática Saúde da Mulher e da Criança. N. 71 (suppl 3). 2018. p. 1295-1303. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s3/pt_0034-7167-reben-71-s3-1220.pdf. Acessado em 27 de dezembro de 2018.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. **Labrys estudos feministas**. Brasília, n. 1-2, jul. /dez. 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem>. Acesso em 18 de junho de 2018.

BRASIL. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acessado em 27 de setembro de 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que importam. **Sapere Aude**. Belo Horizonte. V. 6. N. 11. 1º semestre/2015. p. 12-16. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740575/mod_resource/content/2/BUTLER.%20Judith.%20Bodies%20that%20matter_introdu%C3%A7%C3%A3o%20em%20port.pdf. Acessado em 27 de dezembro de 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo**. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: UnB, 2001.

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique (Org.). *Le passé des émotions. D'une histoire à vif. Amérique Latine et Espagne*. Rennes: PUR, 2014.

CARVALHO, Gisele Mendes de. A opção pela morte no Direito Penal: considerações sobre a eutanásia no ordenamento jurídico brasileiro. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 381-400.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

CASTRO, Elisiana Trilha. Para cada morto, a sua cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, século XIX. **Revista Inter-legere**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. N 12. Janeiro a junho de 2013. p. 157-172. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/edicoes/inicial.html#>. Acessado em 03 de janeiro de 2018.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição Típica Latina. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1997.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CONNEL, Robert W. *La organización social de la masculinidad*. In: Teresa Valdés y José Olavavarría (eds). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Isis Internacional/FLACSO Chile. Santiago: Ediciones de las mujeres. Número 24, Junho de 1997.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Universidade

Federal de Santa Catarina/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão. Volume 21. Número 1. Florianópolis, 2013. p. 241-282.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Um mundo melhor é possível: parceria da Prefeitura de São Paulo com o CRP/SP, combate ao suicídio. **Jornal Psi**. Edição 137, setembro/outubro de 2003. Disponível em: http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/137/frames/fr_um_mundo_melhor.aspx. Acessado em 24/12/2017.

CORBIN, Alain. A necessária manifestação da energia sexual. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**. 2. O triunfo da virilidade: o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 151-192.

CORBIN, Alain. Dores, sofrimentos e misérias do corpo. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**. 2. Da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

CORBIN, Alain. Gritos e Cochichos: sintomas do sofrimento individual. In: ÀRIES, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CORBIN, Alain. Introdução: Impossível virilidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**. 2. O triunfo da virilidade: o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-12.

COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**. 3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-12.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero – **Revista Estudos Feministas**. Vol. 10, n. 1/2002. p. 171-188.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice:** socialização e reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora USP/FAPESP, 1999.

DELONG, Silvia Regina. **Vitalidade linguística e construção de identidades de descendentes de poloneses no sul do Paraná.** Tese do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. São Leopoldo: UNISINOS, 2016.

DIAS, Maria Luiza. O suicida e suas mensagens de adeus. In: CASSORLA, Roosevelt Moises Smeke (coord.). **Do suicídio:** estudos brasileiros. Campinas: Papirus, 1991.

DINIZ, João Maria Ferraz; VILELLA, Léa Maria Cardoso; MELLO, Judith Carneiro de; EHALT, Emerenciana. **Castro Antiga:** cronologia. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

DIRETRIZES NACIONAIS FEMINICÍDIO. Investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos/Secretaria Especial dos Direitos das Mulheres, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio:** Estudo de sociologia. São Paulo: EDIPRO, 2014.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores:** saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, Crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). **Revista Topoi.** Rio de Janeiro, V. 1, N. 1, 2000. p. 153-177. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2000000100153&script=sci_abstract &lng=pt. Acessado em: 27 de dezembro de 2018.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. **Crimes sexuais:** a histórica culpabilização das vítimas. Curitiba: Prismas, 2017.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas:** Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FEMENÍAS, Maria Luisa. *¿Qué décimos cuando decimos 'sujeto'?*. In: TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Orgs.). **Teorias Políticas de Gênero na Contemporaneidade**. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.

FERREIRA, Jackson André da Silva. **Loucos e pecadores: suicídio na Bahia do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

FONSECA, Andrea Lissert Pérez. Pesticidas mortales: una ruta hacia el suicídio en poblaciones rurales (caso Colombia). In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 419-448.

FONTENELLE, Paula. **Suicídio: o futuro interrompido**. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, 11 de janeiro de 2008. Disponível em: http://www.deficienciavisual.pt/r-Cegueira_historia-Joao_Franco.htm. Acessado em: 25 de maio de 2018.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GANDRA JÚNIOR, Domingos da Silva. Suicídio na perspectiva antropológica. In: D'ASSUMPÇÃO, Evaldo Alves; D'ASSUMPÇÃO, Gislaíne Maria; BESSA, Halley Alves (coord.). **Morte e suicídio: uma abordagem multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1984.

GAVRON, Eva Lúcia. **Dramas e danos: estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GÓMEZ, Coral Herrera. **La construcción sociocultural del amor romántico**. Madrid: Editorial Fundamentos, 2010.

GORDON, Daniel. *From act to fact: the transformation of suicide in western thought*. **Historical Reflections**. Volume 42. Issue 2, Summer, 2016. p. 32-51.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 293-313.

GUILLON, Claude; BONNIEC, Yves. **Suicídio modo de usar**. São Paulo: EMW Editores, 1984.

GUSMÃO, Leila Lúcia. Violência doméstica: histórias de mulheres. In: MAIA, Claudia; COSME, Luana Balieiro (Orgs.). **Gênero, insubmissão e violência**. Montes Claros: Unimontes, 2016. p. 251-268.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. Notas do segundo ano: Liberação Feminina em 1970. Fevereiro de 1969. Disponível em: <http://carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>. Acessado em 28 de setembro de 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais. Dossiê trans-formações em gênero. **Revista Crónos**. V. 11. N. 2. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acessado em 26 de dezembro de 2018.

JOHNSON, Walter. On agency. In: **Journal of Social History**, V. 37, N. 1, Special Issue (Autumn, 2003), p. 113-124. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3790316>. Acessado em 30 de junho de 2016.

KIM, Jungwon. *Deeper than the death: chaste suicide, emotions and politics of honour in nineteenth-century Korea*. STRANGE, Carolyn; CRIBB, Robert; FORTH, Christopher E. **Honour, violence and emotions en History**. London, New Dheli, New York, Sydney: Bloomsbury, 2014.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2011.

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOVÁCS, Maria Julia *et. al.* **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- LARA, Silvia Hunold (Org.). **Ordenações Filipinas**: Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LAZIER, Hermógenes. **Paraná**: terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: GRAFIT, 2003.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero In: HOLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEMONS, Renato. **Bem traçadas linhas**: a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora Urupês, 1957.
- LOPES, Fábio Henrique. Do suicídio e dos corpos: histórias e problematizações. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 251-281.
- LOPES, Fábio Henrique. O suicídio como objeto de reflexão histórica: apontamentos de uma pesquisa (Rio de Janeiro, início do século XX). In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 33-56.
- LOPES, Fábio Henrique. **Suicídio & Saber Médico**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- LOPES, Fábio Henrique. Reflexões históricas sobre os suicídios: saberes, biopolítica e subjetivação. In: **Revista ArtCultura**. Uberlândia, v. 14, n. 24, jan/jun de 2012. p. 185-203. Disponível em: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF24/Fabio_Henrique_Lopes.pdf. Acessado em 21 de dezembro de 2012.
- LOPES, Fábio Henrique. Visibilidades da experiência trans! Corpos, idades e imagens. **Sociopoética**. V. 1. N. 17. Junho a dezembro de 2016. p. 4-22. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/REVISOCIOPOETICA/article/view/3563>. Acessado em: 28 de dezembro de 2018.
- LOPES, José Carlos Veiga. **Fazendas e Sítios de Castro e Carambei**. Curitiba: Torre de Papel, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MACHADO, Vanderlei. Honra e Conduta: Em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MAIA, Renata Santos. (Re)desenhando o feminino: representações de princesas no cinema de animação. In: MAIA, Cláudia de Jesus; COSME, Luana Balieiro (Orgs.). **Gênero, submissão e violência**. Montes Claros: Unimontes, 2016. p. 51-72.

MARTINS, Estevão de Rezende. Memória e experiência vivida: a domesticação do tempo na história. **Antíteses**. p. 17-30. V. 1, N. 1. Jan-jun/2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acessado em 27 de outubro de 2016.

MARTINS, Ilton Cesar. Cemitério municipal de União da Vitória: representações de poder e fé. In: MARTINS, Ilton Cesar; GOHL, Jefferson William; GASPARI, Leni Trentin. **Fragments de memória, trechos do Iguçu**: olhares e perspectivas de história local. União da Vitória: FAFIUV, 2008. p. 73-100.

MARTINS, Ilton Cesar. **E eu só tenho três casas**: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro, 1853-1888. Tese de doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MASCHIO, Rafael Luiz. **Sob a pena do escrivão**: discursos e gênero nos inquéritos policiais de crime de violência conjugal em Itajaí (1998-2010). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

MATTOS, Maria Izilda Santos de. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: UNICAMP, 2010.

MENEZES, Rachel Aisengart. A morte como objeto de investigação. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.). **Sentidos da**

- morte e do morrer na Ibero-América.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 9-16.
- MIDELFORT, H. C. Erik. *Review.* MINOIS, Georges. *History of suicide: voluntary death in western culture. Translated by Lydia G. Cochrane. (Medicine and culture). Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1999. In: The American Historical Review, V. 105, N. 4 (Oct., 2000), p. 1268-1269.* Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2651415>. Acessado em 30 de junho de 2016.
- MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação:** masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo:Annablume, 2012.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século:** um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- MORAÑA, Mabel. *El afecto en la caja de herramientas.* In: MORAÑA, Mabel; PRADO, Ignacio M. S. (Eds.). *El lenguaje de las emociones.* Madrid: Iberoamerican, 2012. p. 313-337.
- MOREIRA, Ana Selma. **Identificação civil e criminal no Brasil.** Brusque: UNIFEBE, 2017.
- MOTTA, Alda Britto da. Mulheres velhas: elas começam a aparecer... In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 84-104.
- MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello. **Aprendendo a ensinar inglês para alunos cegos e com baixa visão:** um estudo na perspectiva da teoria da atividade. Tese de doutoramento do Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2004.
- MUELAS, N. Vicente; MANGADO, Enriqueta Ochoa. *Consideraciones sobre el suicidio: una perspectiva histórica.* **Psiquiatria.com**, 11(3), 2007. Disponível em: <http://www.psiquiatria.com/revistas/index.php/psiquiatriacom/article/viewFile/235/220/> Acessado em 27 de maio de 2016.
- NETTO, Rangel Cerceau. **Um em casa de outro:** concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Projeto História.** Revista do Programa

de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, dezembro/1993. p. 7-28.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do suicídio:** um manual para profissionais da mídia. Departamento de Saúde Mental/Transtornos mentais e comportamentais. Genebra, 2000. Disponível em: http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_media_port.pdf. Acessado em 02 de janeiro de 2018.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1993.

PAGÉS, Julio César González. *Macho, varón, masculino: estudios de masculinidades em Cuba. Ciudad de la Habana: Editorial de la Mujer, 2010.*

PAYTON, Matt. *Sex abuse victim in her allowed by doctors to choose euthanasia due to 'incurable' PTSD. The Independent.* Notícia traduzida para o português disponível em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/europa/holanda-autoriza-eutanasia-para-jovem-vitima-de-abuso-sexual,81d85a796766cd10148a4806508f8398ii56t7gz.html>. Acessado em 24 de julho de 2018.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais:** quatro décadas de diálogos. Florianópolis: UFSC, 2016.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural:** gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (Coord.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 278-321.

PERISTIANY, John G. **Honra e Vergonha:** valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Literatura, História e Identidade Nacional. **Vidya, ficção, história, poéticos.** Centro Universitário Franciscano. Santa Maria. Volume 19. Número 33. Janeiro/junho, 2000. p. 9-27.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital.** São Paulo: Hucitec, 2008.

- PINSKI, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. V. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.
- PSCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**. Goiânia: UFG, V. 11, N. 2, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0>. Acessado em: 29 de dezembro de 2018. p. 263-274.
- PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie (Org.). **A Honra: Imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&PM, 1991.
- PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, John G. **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- PRIORE, Mary Del. **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- RAGO, Margareth Luzia. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1990.
- RAGO, Margareth. Subjetividade, feminismo e poder, ou podemos ser outras? In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (Orgs.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.
- ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na História**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.
- RODRIGUEZ, Leandro. **Garoto Potiguar de 8 anos é morto pelo pai**. Notícia disponível em: <https://leandrorodriguez-rn.blogspot.com.br/2014/03/garoto-potiguar-de-8-anos-e-morto-pelo.html>. Acessado em 24 de julho de 2018.
- ROLNIK, Suely. Uma Insólita Viagem à Subjetividade. Fronteiras com a Ética e a Cultura. In: LINS, Daniel (Org.). **Cultura e Subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papirus, 1997. p. 1-11.
- RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à

consciência moral. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: UFPR, 2010. p. 51-78.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; MOUREIRA, Diogo Luna. Autonomia para morrer: a nevrálgia do direito contemporâneo diante da efetivação de uma possibilidade pelo exercício da autonomia. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Orgs.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 401-418.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia e Sociedade**. V. 25. Número 1. Belo Horizonte, 2013. p. 79-89. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000100010. Acessado em: 19/01/2018.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira (da colônia à atualidade). **Psicologia USP**. V. 13. N. 2. São Paulo, 2002. p. 27-48. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 19/01/2019.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**. V. 16. N. 1. 2005. p. 147-164. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482>. Acessado em 26 de dezembro de 2018.

SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos. A arte de escrever cartas: a experiência com as fontes. **ANPUH**. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1214.pdf>. Acessado em 14 de janeiro de 2019.

SCHRAIBER, Lília Blima; D’Oliveira, Ana Flávia Pires Lucas; FALCÃO, Marcia Thereza Couto; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos.

Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: UNESP, 2005.

SHUMANN, Berta; MARTINI, Sandra Regina. A tendência suicida entre transexuais. **Diritto Pubbico Europeo Rassegna Online**. Outubro de 2016. Disponível em: <https://www.edizioniesi.it/dperonline/data/uploads/articoli/berta-schumann-e-sandra-regina-martini-formatt.pdf>. Acessado em 26 de dezembro de 2018.

SCHOPENHAUER, Arthur. *El Amor, las mujeres y la muerte*. Madrid: Editorial EDAF, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre. Vol. 20. N. 2. Jul/dez, 1995. p. 71-99.

SILVA, Cynara Rodrigues Soares. Corpo, violência e precarização da vida. In: MAIA, Claudia; COSME, Luana Balieiro (Orgs.). **Gênero, insubmissão e violência**. Montes Claros: Unimontes, 2016. p. 269-282.

SILVA, Janine Gomes da. **Gênero e Violência:** diferentes narrativas sobre mulheres em situação de violência em Joinville/SC. Joinville: Editora Univille, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

STELMACHUK, Maris Stela da Luz. **Mulheres do Século XX:** memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho. Tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis: UFSC, 2012.

STIKER, Henri-Jacques. Nova percepção do corpo enfermo. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo**. 2. Da Revolução à Grande Guerra. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 14, n.1/2006. p. 15-42.

TONON, Eloy. **Os monges do Contestado:** permanências, predições e rituais do imaginário. União da Vitória: Gráfica e Editora Kaygange, 2010.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. “**É um romance minha vida**”: Dona Farailda, uma “casamenteira” no sertão baiano. Salvador: EDUFBA, 2017.

VÁSQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Mais cruéis que as próprias feras**: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX. Dissertação. Curso de Pós-Graduação em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora dos Professores, 1968.

WASELWISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: ONU Mulheres/Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde/Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acessado em 15 de janeiro de 2018.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da Cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hetero**. 1980. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2018.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres na floresta**: uma história. Alto Juruá (Acre 1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos da alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 23(3), setembro/dezembro, 2015. p. 975-989.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. **Violência e gênero em notícias no oeste paranaense (1960-1990)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.